



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WELTON SOUTO FONTES

**OS (DES)ENCANTOS DA ÁGUA:
CULTURA MATERIAL E TEATRALIZAÇÃO POLÍTICA EM CAMPINA
GRANDE (1930 – 1960)**

Campina Grande (PB)

Novembro de 2012

WELTON SOUTO FONTES

**OS (DES)ENCANTOS DA ÁGUA:
CULTURA MATERIAL E TEATRALIZAÇÃO POLÍTICA EM CAMPINA
GRANDE (1930 – 1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio B. Aranha.

Campina Grande (PB)

Novembro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F683d Fontes, Welton Souto.

Os (des)encantos da água : cultura material e teatralização política em Campina Grande (1930 - 1960) / Welton Souto Fontes. – Campina Grande, 2012. 293 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2012.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".

Referências.

1. Água - Abastecimento. 2. Modernidade. 3. Política. 4. Campina Grande (PB). I. Aranha, Welton Souto. II. Título.

CDU 628.1(043)

WELTON SOUTO FONTES

**OS (DES)ENCANTOS DA ÁGUA:
CULTURA MATERIAL E TEATRALIZAÇÃO POLÍTICA EM CAMPINA GRANDE
(1930 – 1960)**

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Orientador

Prof. Dr. Severino Cabral Filho
Examinador

Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo
Examinador Externo

Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão
Examinadora Externa (suplente)

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Examinador Interno (suplente)

AGRADECIMENTOS

A vida realmente nos reserva caminhos que não planejamos. Muitas vezes não entendemos, mas Deus sabe e Ele sim sempre nos faz ir para um lugar no momento exato. Exatidão essa que me permitiu conhecer pessoas e fazer coisas que hoje vejo sentido nesses caminhos. Por isso agradeço muito a Deus por tudo que me tem proporcionado.

Agradeço a minha mãe Creuma, mulher que sempre me ensinou e me fez perceber que as dificuldades devem ser superadas. Mais um sonho de mãe se consolida com esse trabalho. Devo tudo que conquistei ao seu grande amor demonstrado de maneira que só hoje entendo.

Agradeço a minha esposa Serligia, que me faz crescer e aprender todos os dias. Mulher que sempre me deu forças, que entendeu os momentos de falta, de ansiedade, de impaciência. Com atitudes e palavras é a força que me inspira. Com o companheirismo e estímulo sempre me manteve acordado, me sentindo amado e feliz.

Agradeço ao Professor Gervácio que sempre muito solícito esteve disposto a me ajudar e acreditou que eu era capaz de realizar esta entre outras pesquisas, sei que estou aqui por sua causa, por isso, agradeço por tudo que o Sr. fez por mim. Agradeço também ao Professor Severino Cabral Filho, por ter dado outro sentido a este trabalho, como também ao Professor Josemir Camilo, que sempre tive muita admiração e me proporcionou a feliz oportunidade de examinar esta pesquisa.

Agradeço também aos colegas da turma 2010 e aos Professores deste mestrado, cada um a sua maneira me ajudou continuar nessa labuta. Agradeço também aos responsáveis pelos arquivos pesquisados, entre eles os da UEPB e UFCG, da FUNESC e IHGP, AGPMCG e no Museu Histórico de Campina Grande. Agradeço também a Arnaldo e Felipe.

Como sempre digo, serei eternamente grato a você Luíra. Flávio agradeço pelo exemplo de profissional que és. Ambos de modo diferente me ensinaram a acreditar em mim mesmo, estou aqui hoje também por causa de vocês.

Agradeço também a Rogério meu irmão de vida, aos queridos e grandes amigos de todas as horas Danilo, Damiana, Michael, Leandro, Aline, Rosineide e Inês, pessoas que também me dão forças, estímulos e alegrias, sem vocês em dados momentos a vida seria entediante e enfadonha.

RESUMO

A seguinte pesquisa pretende tornar inteligível um estudo da cultura material em Campina Grande (PB) entre os anos de 1930 e 1960, mais especificamente sobre a água e de como esta benfeitoria estava inserida no enredo do teatro do poder no Estado. Entendemos que, com a construção do sistema de abastecimento de água a partir da barragem de Vaca Brava (Areia – PB), não houve uma banalização da água e que o seu consumo não ocorreu da mesma maneira para os diferentes grupos sociais no período estudado, mas, investigamos como a implantação deste sistema de abastecimento gerou novas sensibilidades e reajustou a relação da coletividade no momento em que os campinenses estiveram envolvidos com os discursos da modernidade. A partir de vários indícios, pretendemos elucidar como esta materialidade também esteve no enredo da teatralização política, ou seja, de como em diferentes culturas políticas a presença ou a falta de água serviu de justificativa para que houvesse a desconstrução/construção de um poder político e como estas medidas de modernização estiveram presentes nas tramas políticas. Para tanto, privilegiamos a imprensa, no sentido de analisarmos as representações elaboradas desde o período da interventoria de Argemiro de Figueiredo até o fim do governo de José Américo, tanto no que diz respeito à situação das águas da cidade, quanto sobre as disputas e interesses políticos envolvidos com estas benfeitorias. Desta forma, foi possível compreender de que modo o governo do Estado empreendeu obras de abastecimento de água na cidade e de como estas foram apropriadas para elaboração simbólica do poder.

Palavras-chave: Água, Modernidade, Política, Campina Grande.

ABSTRACT

The following research aims to make intelligible a study of the material culture in Campina Grande (PB) between the years 1930 and 1960, specifically about water and how this improvement was inserted into the plot of the drama of power in the State. We understand that with the construction of the water supply system from the dam of Vaca Brava (Areia - PB), there was no trivialisation of water and its consumption did not happen in the same way for different social groups during the study period, but, we investigated how the implantation of this supply system generated new concerns and readjusted the community relationship at the time that campinenses had been involved with the modernity discourses. From some evidences, we aim to elucidate how this materiality was also in the plot of the dramatization policy, ie how in different political cultures, the presence or absence of water served to justify the deconstruction / construction of a political power and how these modernization measures were presented in policies plots. Therefore, we gave priority to the press in order to analyze the representations made since the period of the interventor Argemiro de Figueiredo until the end of the government of José Américo, both with regard to the situation of the waters of the city, as about policy disputes and interests involved with these improvements. Thus, it was possible to understand how the State government undertook works of water supply in the city and how they were suitable for the symbolic elaboration of the power.

Keywords: Water, Modernity, Politics, Campina Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Barragem de Vaca Brava em Março de 2011.....	11
Figura 2: Vista parcial da cidade, década de 1930.....	51
Figura 3: Mapa de Campina Grande – 1918.....	53
Figura 4: Açude Velho, trecho da Rua Miguel Couto, década de 30).....	74
Figura 5: Aguadeiros e seus animais de carga (década de 1930).....	77
Figura 6: Saturnino de Brito.....	97
Figura 7: Saturnino de Brito Filho.....	102
Figura 8: Área do Porto de Cabedelo (A União, 02 Março de 1937).....	107
Figura 9: Tubos armazenados próximo à Estação de Trens da GWBR (A União, 19 de Agosto de 1937).....	110
Figura 10: Parte da capa do jornal <i>A União</i> de 19 de Agosto de 1937.....	113
Figura 11: Praça Epitácio Pessoa (Voz da Borborema, 25 de Janeiro de 1938)....	121
Figura 12: Distribuição de alimentos (A União, 12 de Março de 1939).	139
Figura 13: Mapa da década de 1950.....	142
Figura 14: Desfiles na rua Marques do Herval em 09 de Março de 1939.....	143
Figura 15: Agremiação do 13 Futebol Clube e suas faixas durante os desfiles de 09 de Março de 1939 na rua 7 de Setembro.....	144
Figura 16: Esquema geral do sistema de abastecimento de água de Campina Grande (A União, 25 de Janeiro de 1939).....	161
Figura 17: Linha de Recalque (A União, 29 de Abril de 1938).....	165
Figura 18: Reservatório R1 e Estação de Tratamento no Alto Branco (QUEIROZ, 2008, p. 225).....	166
Figura 19: Decantadores da Estação de Tratamento no Alto Branco (A União, 25 de Janeiro de 1939).....	167
Figura 20: Diagrama das instalações da Estação de Tratamento de Esgotos (SILVA, 1986, p. 10).....	170
Figura 21: Estação de Tratamento de Esgotos de Campina Grande (QUEIROZ, 2008, p. 118).....	171
Figura 22: Detalhe da planta da residência de Lauro Sodré, 1941.....	184
Figura 23: Detalhe da planta do Colégio Diocesano Pio XI, 1941.....	187
Figura 24: Desenho de Steinlein.....	193

Figura 25: Projeto de construção de casa de alvenaria na Travessa Vila América, 1945.....	194
Figura 26: Solenidade de Inauguração do chafariz nº 1 (Voz da Borborema, 09 de Março de 1939).....	201
Figura 27: Detalhes da foto da Solenidade de inauguração do chafariz nº 1.....	202
Figura 28: Mapa de Campina Grande, rede de esgotos em 1984 (PERFIL DO MUNICÍPIO, 1984, p. 47).....	274

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativo de domicílios e de arrecadação municipal. (1908 – 1937).....	41
---	-----------

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO I - A CIDADE E AS ÁGUAS	
1.1 A cidade.....	39
1.2 As águas de Campina Grande.....	44
1.3 Falta água e esgoto: insalubridade e doença enquanto mote.....	58
CAPÍTULO II – OS ENCANTOS DA ÁGUA	
2.1 A Construção do cenário argemirista: ascensão política e os primeiros trâmites de uma “obra redentora”.....	82
2.2 Tal pai, tal filho: Saturnino de Brito e o urbanismo moderno.....	94
2.3 A elaboração do enredo: a obra, o criador e a teatralização do poder.....	103
2.4 O dia do júbilo chegou: ritos e símbolos do poder.....	130
2.5 O caminho das águas: materialidade, técnica e modernidade.....	159
CAPÍTULO III – OS DESENCANTOS DA ÁGUA	
3.1 Sobre água encanada e esgoto: os dois lados do progresso?.....	174
3.2 Campina Grande sob a segunda grande crise de abastecimento.....	205
3.3 “Essa água mata até porcos”: tramas políticas e representações sobre a falta d’água.....	231
3.4 Enfim Boqueirão?	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS.....	283

Introdução



Paraíba Hoje

Moradores protestam contra falta de água no Brejo e fecham BR-104

Posted on [24/03/2011](#) by [Marconi](#)

Moradores de Remígio e Esperança, no Brejo paraibano, fecharam um trecho da BR-104 na manhã de ontem em protesto contra a falta de água. O problema se agravou porque o açude Vaca Brava, que se localiza em Areia e abastece os dois municípios e mais dois distritos, está com apenas 2,7% da capacidade máxima, que é de 3,4 milhões de metros cúbicos. No início dessa semana, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) suspendeu o abastecimento de água, que já estava sendo feito através de racionamento em Remígio e Esperança prejudicando mais de 45 mil pessoas. Agora, o abastecimento está sendo feito por carros-pipa. [...] Hoje, a solução encontrada pelos moradores da região é comprar 250 litros de água por R\$ 10 ou ir pegar água em uma lagoa localizada no distrito Lagoa do Mato. “O problema é que essa água é muito suja, mas é a que nós temos para tomar banho, beber, cozinhar e lavar roupa”, afirmou a aposentada Severina Pontes de Melo, 60 anos, que mora na zona rural de Remígio. Todos os dias ela disse que precisa atravessar a rodovia para pegar água na lagoa junto com três crianças. “Mesmo tendo essa lagoa, o problema é que a água de lá está muito suja”, enfatizou. [...] O prefeito de Remígio, Luiz Cláudio Régis, também esteve no local do protesto e disse que a zona rural do município sofre com a falta de água há quatro anos, sendo abastecido por três carros-pipa. A solução apontada por ele seria o abastecimento através da barragem de Camará, que está sendo reconstruída. Cláudio disse que a zona urbana de Remígio conta com 30 cisternas comunitárias e seria preciso dez carros-pipa para abastecer todos esses reservatórios. [...] No distrito de São Miguel, em Esperança, todas as manhãs várias pessoas chegam cedo em uma praça da localidade para pegar os 100 litros de água fornecidos pela prefeitura local através de carros-pipas. Para garantir o recebimento da água, as famílias precisam formar filas com os baldes, que se aglomeram no local.¹

¹ Matéria publicada no sítio “Paraíba Hoje” em 24 de março de 2011. Disponível em: <http://paraibahoje.wordpress.com/2011/03/24/moradores-protestam-contra-falta-de-agua-no-brejo-e-fecham-br-104/>. Acesso em 18 de junho de 2011. A foto está em outro portal de notícias, disponível em <http://www.andradenoticias.com/2011/03/fotos-da-situacao-que-se-encontra.html>

A matéria acima, publicada em um sítio de notícias do Estado da Paraíba, mostra alguns problemas que afligem boa parte da população mundial, entre eles, a falta de água potável. Em nossa época, essa é uma questão que está na ordem do dia pelo fato de ser este um recurso natural esgotável, principalmente quando se leva em conta a sua disponibilidade para o consumo humano. Esse problema se agrava por causa da maneira indiscriminada com que a poluição e esgotos das cidades e das indústrias são lançados nos mananciais, diminuindo consideravelmente a quantidade de fontes seguras e potáveis de água. No caso da matéria, não é a poluição o grande problema, e sim as condições climáticas, ou seja, a falta de chuvas e as conseqüentes dificuldades que se tem em manter o nível das barragens e o abastecimento regular das cidades.

A Barragem de Vaca Brava, localizada no município de Areia no Estado da Paraíba, foi construída durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo entre os anos de 1937 e 1939 e, inicialmente, serviu para abastecer a cidade de Campina Grande durante alguns anos, mas, décadas depois foi reservada para abastecer algumas cidades do seu entorno. Como podemos observar, a barragem sofreu nos primeiros meses de 2011 uma das piores baixas no nível de suas águas, prejudicando o abastecimento de várias cidades e ocasionando assim a volta de hábitos que há anos deixaram de ser uma realidade para muitos, como a compra de água por parte daqueles que podiam pagar, como também, a busca deste recurso em barreiros que acumulam sujeiras e contaminação como alternativa para os menos afortunados. Podemos observar que os discursos acerca das alternativas para suprir a falta de água, os motivos de sua escassez, os apelos da população e os debates entorno das possíveis soluções para a crise instaurada, são questões atuais, como podemos ver na matéria, mas também estiveram presentes em nossa história.

Para a sociedade urbana contemporânea, a falta de água é algo inadmissível. A facilidade e o conforto proporcionado pela técnica de canalizar água devidamente tratada que depois de servida terá um destino adequado, tornou-se algo tão usual que em muitos lugares não se concebem como as coisas acontecerem de outra forma. Acostumamo-nos tanto com esse conforto, que só nos damos conta de sua relevância quando nos falta o líquido precioso. Em momento algum, paramos para refletir sobre como esse recurso chega as nossas casas, quanto trabalho esteve e

está envolvido, que técnicas são usadas para que as suas propriedades naturais (incolor, inodoro, insípida) e a hidráulica sejam mantidas, bem como, dificilmente pensamos no que pode acontecer se não houver mais acesso à água de qualidade. O hábito de abrir a torneira e fazer jorrar o líquido da vida, da limpeza e da saúde, tornou-se algo banal.

Essas questões nos fazem pensar a água enquanto algo que também possui historicidade, principalmente a água tratada, que depois de servida é jogada nos esgotos. Desnaturalizar essa relação que temos com a água nos remete a refletir sobre o momento em que esse recurso não era banal, quando ainda era raro encontrá-lo com qualidade para o consumo humano. A proporção de dinheiro, trabalho e burocracia envolvida para que esse conforto chegasse até as residências, também nos faz pensar sobre as tramas políticas ocorridas para que se concretizasse tal benfeitoria.

A obra *História das Coisas Banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX* (2000), de Daniel Roche, tornou-se um dos mais respaldados estudos vinculados à Nova História Cultural. Nessa obra, Roche desenvolveu uma larga pesquisa que elenca “as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano”, buscando assim promover inteligibilidade sobre “as relações de troca e de uso que eles criam quando são raros” (p. 19). Dessa forma, dedica-se à análise da casa, das estruturas da iluminação, do aquecimento, do abastecimento de água, dos móveis e objetos, das vestes e aos alimentos. Considerando o consumo, Roche muda o foco de análise, no que antes a historiografia privilegiava a produção e a oferta em outros estudos.

Roche contribuiu para as reflexões em torno das sensibilidades quando estas materialidades eram raras e quando deixaram de ser, quando passaram a ter certa regularidade, quando se tornaram banais. Roche investiu sobre como se constituíram os valores simbólicos emergentes quando as rupturas se produziram, ou seja, quando o sistema de convivência social foi pouco a pouco transformado pelas mudanças simultâneas de códigos, de costumes e de sensibilidades advindas por outros consumos e utilizações. Roche compreende que a partir dessas mudanças “os indivíduos podem se construir de outra forma e reajustar sua relação com a coletividade” (p. 20).

Partindo desta reflexão, buscamos com essa pesquisa a maneira como o acesso à água tratada e à coleta de esgotos começou a tornar-se algo banal em

Campina Grande durante as décadas de 1930 e 1960, investigando assim que mudanças e novas sensibilidades se efeturaram com o advento da construção e inauguração da Barragem de Vaca Brava, em 1939. Concordamos com Weber, que em seu estudo sobre a Paris do século XIX, nos deixou subsídios para refletir que em nenhuma cidade do mundo civilizado estas obras contemplaram toda a cidade assim que foram implantadas, “a maioria dos que contemplavam essas maravilhas ou liam a seu respeito não desfrutava de seu uso, ou só veio a fazê-lo bem mais tarde” (WEBER, 1988, p. 13). Seja na Inglaterra, na França ou em Campina Grande, algumas áreas das cidades foram contempladas com as maquinarias do conforto logo com sua inauguração, outras não.

Em Campina Grande, a grande maioria da população continuou dependendo das poucas fontes, barreiros, chafarizes e açudes da cidade para as suas necessidades cotidianas. Compreendemos que não houve nesse momento uma completa banalização, não no sentido absoluto do termo, mas entendemos que houve uma ruptura, uma nova configuração advinda por esse sistema de abastecimento, visto que introduziu novos hábitos, novas exigências e novas sensibilidades. A água encanada chegou às residências de uma minoria nesse momento, não obstante a construção dos chafarizes em algumas áreas da cidade tenha possibilitado o acesso à água tratada para os campinenses. Dessa forma, trouxe um elemento de caráter moderno para a população, apesar de que, não houve o item conforto para todos. Isso nos remete a pensar que o consumo não foi igual para os diferentes grupos sociais da cidade, mas o produto, no caso a água tratada, deu início a um novo tipo de consumo e um novo momento para a nossa história.

Alguns questionamentos nortearam esse estudo: Como estava Campina Grande antes das obras do sistema de águas e esgotos? De que forma esta obra esteve no enredo da teatralização do poder? Que técnicas foram empregadas para sua construção e manutenção? Teria esse empreendimento se traduzido numa “maquinaria do conforto” para todos os campinenses? Como este empreendimento alterou, ou não, a dinâmica cotidiana dos habitantes da cidade? De que forma o desmantelamento desse sistema de águas e esgotos fez emergir a necessidade de outras obras que dessem conta de sanear e abastecer a cidade?

Para respondermos estas questões, estabelecemos o recorte cronológico entre os anos 1930 e 1960. Iniciamos antes de 1930, buscando percorrer os anos que

antecedem a construção de tal sistema de abastecimento, momento em que os discursos dos letrados se ocupavam com o estado de insalubridade na cidade e com a promoção de um ambiente salubre e higiênico. A partir de 1939, Campina Grande contou com um sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos que alterou a dinâmica da cidade, por isso, seguimos nos anos 1940, buscamos compreender como se deu esta nova realidade, tanto para os que tiveram acesso ao conforto do abastecimento em suas casas, quanto para os que dependiam dos chafarizes.

Seguimos ainda pela década de 1940 a fim de investigarmos como essa obra trouxe novas exigências e práticas, quando nos anos 1950, medidas foram planejadas a fim de contornar a crise que se instaura no abastecimento de água que já vinha se arrastando desde a constatação de que Vaca Brava não supria as necessidades da urbe, tanto por causa do crescimento populacional e das demandas econômicas, quanto pelo deliberado sucateamento do sistema de abastecimento, o que ocorreu ainda nos anos 1940. Os constantes colapsos no abastecimento e a falta de água nos bairros mais distantes começaram a ameaçar o tão propalado “desenvolvimento” da cidade. Fazendo com que outras medidas fossem pensadas e novas representações sobre a crise de abastecimento fossem elaboradas, trazendo à tona outra cidade em contraste com a que se desejava. Os anos 1950 é o contexto em que ocorre a construção e inauguração do Açude Epitácio Pessoa, localizado na cidade de Boqueirão, o qual abastece Campina Grande e outros municípios nos dias de hoje. Com a inauguração da adutora de Boqueirão, ocorreu o início da regularidade do abastecimento de água em Campina Grande, por isso, nos detemos até o ano de 1960, visto que, a partir deste contexto os campinenses começam a vivenciar outras experiências.

Benévolo (1994) que pesquisou sobre Londres e Paris no século XIX, constatou que devido ao crescimento e à densidade populacional dos bairros londrinos, o fornecimento de água de qualidade era cada vez mais difícil. A proliferação de doenças difundiu-se pelos bairros populares e chegou aos mais burgueses. Na França, o processo de industrialização afetou as condições higiênicas de Paris que já não eram boas. A preocupação com essa situação se intensificou quando as condições de salubridade foram relacionadas com os altos custos com a saúde da população, o que poderia prejudicar a disponibilidade da mão-de-obra, como também percebeu Beguin (1991) em sua avaliação sobre o “*preço do desconforto*”.

A relação que circunda a idéia de “preço do desconforto” é explicitada por Beguin (1991) como sendo, basicamente, o prejuízo econômico e social diante da insalubridade. Acreditava-se que, na medida em que as condições de vida não favoreciam a saúde dos trabalhadores, as doenças e as conseqüentes faltas ao trabalho acarretariam prejuízos econômicos, além de contribuir para a degeneração moral e física dos indivíduos². Essa perspectiva faz confluência com a ideia de “*degeneração urbana hereditária*” tratada por Bresciani (1994, p. 31), a qual elucida como industriários londrinos preferiam os imigrantes para o trabalho mais especializado, visto que esses ainda não haviam sido afetados pela degeneração do ambiente urbano. Assim, ao conviverem com o desconforto, os londrinos de nascença e seus descendentes estariam em gradativa degeneração, efeito então creditado ao “*preço do desconforto*”.

Foi a partir do século XIX que a medicina européia deixou de ser apenas curativa e se torna também preventiva, quando um discurso pedagógico da decência se instaura sob o signo da civilidade e da saúde para moralizar e corrigir os corpos (OLIVEIRA, 2003). Para tanto, as cidades européias tornaram-se um modelo a ser seguido pelos demais centros urbanos que passavam por um processo parecido de socialização, de construção do espaço e de uma cultura urbana. A técnica seria o único instrumento capaz de transformar o lugar que se tornaria um *meio ideal* para formar seres saudáveis, moralizados, trabalhadores e bons cidadãos (BRESCIANI, 1991).

O combate se deu não apenas aos corpos doentes assolados pelas epidemias e micróbios, mas também aos lugares e práticas que de uma forma ou de outra poderiam degenerar os corpos. A insalubridade e as doenças colocaram na ordem do dia a necessidade de se investir em dispositivos que alterassem a imagem da cidade. Mas, na metade do século XIX, continuou a hesitação entre investir em obras monumentais ou em maquinarias invisíveis. A dúvida estava entre o luxo das fachadas contra o luxo mais escondido e, às vezes, mais caro e complexo das ações

² A idéia de degeneração exerceu uma grande influência na ciência, arte e política, dos anos 1850 aos anos 1950. A teoria social desenvolveu-se em consequência à Teoria da Evolução de Charles Darwin. A evolução significava que o desenvolvimento da humanidade não era mais algo fixo e certo, mas podia mudar e evoluir ou degenerar num futuro incerto, possivelmente um futuro sombrio. A teoria da degeneração apresentava uma perspectiva pessimista para o futuro da civilização ocidental, visto acreditar que o progresso do século XIX havia começado a trabalhar contra si mesmo.

sanitárias. (VIGARELLO, 1996 p. 143)

O fim do século XIX e as primeiras décadas do XX foi o momento em que a técnica moderna se tornou o brado de intervenções nas cidades. Em grande medida, o olhar científico apurado eram inspirados por ideais baseados no positivismo, no evolucionismo e no racionalismo europeu, em meio à força que o capitalismo ocupava nas ordenações sociais e econômicas. O espaço urbano então passou a ser tematizado, explorado e passível de intervenções, de produção de corpos e mentes saudáveis.

A cidade é, portanto, o ponto de convergência de uma multidão de olhares que irão fundamentar a constituição de uma nova forma de dominação apoiada no conhecimento científico, na intervenção espacial e na disciplinarização de mentes e corpos (PECHMAN, 1994, p. 5).

François Béguin (1991) buscou compreender como se formou o pensamento e a ação intervencionista nas cidades no século XIX. Na intenção de encontrar projetos sobre as habitações, encontrou dados que diziam respeito à doença e à delinqüência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas materiais pelas quais os fluidos eram canalizados e regulados, mas também sobre o custo desses empreendimentos. O denominado Relatório Chadwick foi uma pesquisa realizada entre 1840 e 1845, que objetivava reduzir o ambiente aos dados técnicos onde o comportamento e as doenças estavam quantificadas estatisticamente, onde os efeitos conseqüentes estavam relacionados ao progressos tecnológico do século XIX e a vida nas cidades industriais.

No diagnóstico esboçado por Chadwick, é perceptível a detalhada avaliação do “*preço do desconforto*”, resultado da pesquisa sobre as condições sanitárias de Londres e de outras cidades industriais da Grã-Bretanha. A pesquisa foi coordenada pelo advogado utilitarista inglês Edwin Chadwick e minuciosamente exposta em relatório de 1844. Nesse relatório, Béguin encontrou as bases do pensamento intervencionista e de práticas preventivas, cujo alvo maior concentrava-se na moradia e no ambiente do trabalhador. Notadamente percebeu uma questão técnica que quantificava o modo de funcionamento de equipamentos coletivos, com a finalidade de assegurar um meio ambiente são, pois a técnica deveria estar relacionada à higiene e ao sanitarismo. Pela proporção dos empreendimentos

necessários para compor o meio urbano de acordo com as normas de habitabilidade da medicina e da engenharia sanitárias, a técnica deveria aliar-se à política governamental.

Descobrimo o poder da higiene no combate às doenças, médicos e engenheiros atuaram conjuntamente na execução de obras com o fim de erradicá-las. Dessa relação surgiu a engenharia sanitária, resultando nas grandes ações sanitárias urbanas, que tinham a sujeira como inimiga da saúde. Uma nova lógica imperou, transformando a engenharia em solução técnica para os problemas de insalubridade urbana, confrontando e extirpando os ambientes considerados degenerativos e as doenças daí decorrentes. Saber científico que ultrapassava a idéia de saudável, pois pretensamente construía o moderno e consolidava o progresso urbano, ideais tão almejados nesse contexto.

Com a mudança de governo brasileiro, na passagem da Monarquia para a República, a busca pela consolidação do novo regime se fez no sentido de alcançar o progresso e a instaurar civilidade nos destinos na Nação, construindo assim uma nova sociedade, sendo a medicina um instrumento nesse afã de civilizatório. No Brasil, a influência da medicina europeia se deu notadamente a partir dos anos 1850, momento em que um discurso travestido de ciência e de verdade tomava para si a autoridade higienizadora da sociedade (OLIVEIRA, 2003). O saber/poder higienista voltou seus esforços para a higienização da sociedade e abandono dos costumes coloniais, momento em que coincidiu a estreita relação entre normatização médica, o desenvolvimento urbano e a construção do Estado Nacional. A medicina social nesse espaço se volta à higienização dos costumes e extirpação dos hábitos tidos como degeneradores, e a cidade, torna-se lugar de emergência de dispositivos pedagógicos que gradativamente fossem internalizando nos cidadãos os ideais higienistas. Paradigmas técnico-científicos que abrangeram e influenciaram vários campos do saber, orientando para o combate à desordem e aos padrões considerados arcaicos.

Por volta da década de 1920, foi notório o surgimento de ligas e de entidades diversas, elaborando projetos de caráter modernizador e que convocasse à participação tanto o sanitarismo quanto o higienismo, ficos num objetivo: elaborar um ambiente de progresso, de ordem e de higiene, demonstrando uma capacidade logística e ao mesmo tempo científica para conter as doenças que minavam por dentro a sociedade, abalando o fluxo de mercadorias, de mão de obra e de capital, denegrindo ainda mais a

imagem do Brasil, vista como um país de atrasados pelo discurso estrangeiro (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Entende-se assim que o urbanismo auxiliou a formar o aparato de cidades que se queriam consideradas modernas e civilizadas no Brasil, não apenas pela possibilidade de expansão melhor planejada e dos sistemas de abastecimento e esgotos, mas também pela mudança valores e de hábitos cotidianos. Dessa forma, para além da função técnica, deve-se pensar a função transformadora do urbanismo no país, buscando materializar aspirações e comportamentos desejados. Foi então o saber técnico e especializado dos engenheiros sanitaristas especialmente, que conduziu as reformas nas cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX.

Lapa (1996) elaborou um dos mais importantes estudos sobre a experiência e o processo de modernização das cidades no Brasil, mais especificamente sobre a cidade de Campinas no interior paulista. Ainda sob o império e na riqueza advinda pelo café, o autor demonstra como foram construídos os preceitos modernizadores nessa cidade. No capítulo “Higiene & Saúde Pública”, o autor elenca as determinações do governo em favor da produção de uma urbe salubre sob os auspícios da técnica médica e higienista, agindo na vida pública e privada. Essa perspectiva nos serviu de inspiração no objetivo de tentar compreender como um processo parecido foi gestado em Campina Grande diante do tal estado de insalubridade.

Já Santos (2011), que também percorre a cidade em modernização, no caso São Paulo, buscando desde o núcleo jesuíta até cidade, mostra como em diferentes momentos os habitantes conviveram com as águas dos rios e chafarizes, até o crescimento populacional, quando este fenômeno fez emergir a necessidade de um plano sanitário. Diferente do que ocorreu em Campina Grande, o serviço sanitário dessa cidade foi desenvolvido com capital estrangeiro, mas produziu um resultado semelhante, a especulação imobiliária e as diferentes formas de construção do espaço urbano. Em grande medida, foi também o que ocorreu em Campina Grande, salvaguardando as devidas diferenças e proporções, mas foi esse olhar sobre a produção do espaço que nos serviu de comparativo.

Cabral Filho (2007) realiza sua análise sobre Campina Grande entre 1930 e 1950, época em que os ideários de modernidade, progresso e desenvolvimento

eram constantes entre os letrados que desejavam construir a imagem da cidade como tal. Este autor enfoca através das imagens fotográficas e discursivas como o algodão e a economia em desenvolvimento permitiram a acumulação de capital e a construção do ideário de progresso na cidade. Este historiador realizou sua pesquisa envolvendo a adutora de Vaca Brava e a espetacularização promovida sobre essa benfeitoria, considerada um dos elementos constitutivos desse ideal de modernidade. Esse estudo é uma de nossas principais referências, visto que, para além da materialidade, sua pesquisa focaliza a política argemirista sob a ótica do espetáculo, relacionando assim tanto a modernidade do empreendimento quanto do governo.

No entanto, pretendemos com essa pesquisa de dissertação seguir outras veredas, elencando as tramas políticas e as técnicas envolvidas nesse empreendimento. Buscamos investigar como esta obra serviu de instrumento de regulamentação dos preceitos sanitaristas, mas também, como esta foi o mote para a construção e reconhecimento do poder, enfocando assim a maneira pela qual a imprensa serviu de palco para o teatro do poder. Buscamos também o consumo desta benfeitoria pelos diferentes grupos sociais e as mudanças e permanências resultantes das obras de abastecimento da cidade, tanto no momento de sua eficiência quanto de sua precariedade, investigando como esses processos aconteceram. Damos relevância tanto ao consumo, quanto à política, principalmente no que diz respeito as tramas políticas, a teatralização do poder e a maneira como em diferentes momentos históricos e políticos foi possível a construção de dois “mitos redentores”, Argemiro e Juscelino, ambos sob as circunstâncias da falta de água.

Em meio a todas as influências políticas, sanitaristas e urbanistas das primeiras décadas do século XX, o algodão, principal riqueza da região, proporcionou mudanças consideráveis sobre a dinâmica de Campina Grande e dos seus habitantes, quando novos ritmos sociais e econômicos demandaram outras práticas culturais e cotidianas. Desde o século XIX, a seca foi o mote de ações e de muitos discursos na região, em que pese não tenha sido apenas a estiagem que ocupou o imaginário dos campinenses e comandou as investidas da elite e dos letrados da cidade. Foi também a busca por limpeza. O estado de insalubridade que a cidade se encontrava desde o final do século XIX até a década de 1930, fez com que várias doenças se instalassem e afetassem sua população. Em grande medida, isso

acontecendo pela falta de fontes salubres de água e pela sujeira incrustada nas casas, ruas e córregos que corriam com dejetos sanitários por toda a cidade, as quais desaguavam nos açudes.

Nesse contexto, a urbe começou a vivenciar uma série de medidas higiênicas e urbanísticas que buscaram remodelar o então estado das coisas, principalmente, a partir da década de 1930, quando a cidade passou por outro momento de sua história, no que diz respeito à política de modernização de sua área urbana, empreendida pelos governos municipais. Reformas urbanas iniciadas na gestão de Antônio Pereira Diniz (1934 a 1935), mas cujas obras só foram realmente postas em prática de modo mais contundente na gestão de Vergniaud Wanderley, em seu segundo mandato, de 1940 a 1945³.

No entanto, não pretendemos aqui focalizar as reformas urbanas, e sim, investigar como a água se insere dentro dessa dinâmica de remodelação sanitária e urbanista. Foi no final dos anos 1930 que o então interventor do Estado, Argemiro de Figueiredo, conseguiu, projetar e construir o primeiro sistema eminentemente moderno de abastecimento de águas e de rede de esgotos de Campina Grande. Águas essas que devido as condições hidrográficas, geológicas e climáticas da região não permitiram serem originadas nos limites do próprio município, assim, foi construída a Barragem de Vaca Brava na cidade de Areia, da qual suas águas foram trazidas por sistema de adutora e servidas para a população, segundo as fontes oficiais, sob os mais modernos preceitos da higiene e da engenharia sanitária da época. Obra que foi tida como a panacéia da urbe, apesar de não ter chegado às torneiras de todas as casas e não estar disposta por meio dos chafarizes em toda a cidade, mas que, mesmo assim, proporcionou novas sensibilidades, entre elas as que estavam de alguma forma relacionadas com as idéias de conforto e modernização.

A noção de “*conforto suave e disciplinador*”, discutida por François Béguin (1991), encontra-se incluído no processo da sedução da estratégia sanitária no qual enveredamos nessa pesquisa, pois não se pode esquecer, a perspectiva pedagógica proposta a partir de ações sanitárias. O conforto se aplica sobre a vida cotidiana, associado ao bem-estar, sem repressão ou proibição, substituindo a imposição por uma satisfação pessoal que possibilitou efeitos controláveis e

³ Sobre as reformas Urbanas em Campina Grande, confira: SOUSA, 2001, 2003.

vantajosos para a sociedade. Tendo conquistado certas regalias, o indivíduo se preocupa em mantê-las e ainda melhorá-las, pois o conforto propicia aos sujeitos uma satisfação material, que depois de se acostumar com esse bem-estar, se adapta facilmente aos mecanismos reguladores e busca até melhorá-los (BEGUIN, 1991, p. 47).

Conjugando, assim, conforto e maquinarias do conforto que propiciaram água tratada com os chafarizes, ou mesmo a facilidade de ter água encanada e esgoto, pode-se traçar uma linha que nos mostra que os gestos da higiene foram favorecidos e incitados através do mais banal no cotidiano. Se o acesso à água começou a deixar de ser raro, visto que chafarizes e água encanada foram implantados, orientando assim para um modo peculiar de interagir com a cidade, esta materialidade passou a ser um dos elementos constitutivos desse processo de modernização, de progresso e desenvolvimento propalado pela elite e pelos letrados de Campina Grande. O “conforto suave” foi o meio utilizado para propiciar a salubridade, a higiene e pretensamente incluir a cidade entre as urbes modernas e civilizadas. Algo parecido foi gestado com a instalação de equipamentos de higiene na cidade de Campinas (SP), os quais eram justificados conforme o que segue:

Impõe-se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos, que não mais correspondem ao que é tido como urbano e civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só atinge transformando a vida social para melhorá-la (LAPA, 1996, p. 18).

De acordo com Falcon (2000), o moderno implica um significado subjetivo, tornando-se uma reivindicação qualitativa onde ser moderna é “ser nova no sentido de totalmente outra, melhor do que aquilo que veio antes.” (FALCON, 2000, p. 225). Este termo foi exaustivamente usado pelos contemporâneos dos períodos renascentista, iluminista e industrial. Em cada uma dessas épocas e desses casos “o termo ‘moderno’ indica novas experiências nunca antes vividas da mesma maneira; ele incorpora uma ênfase que atribui ao novo um caráter epocal e temporal”. (FALCON, 2000, p. 225).

A ideia de Moderno, como pretendemos aqui trabalhar, mantém um diálogo pertinente com Aranha (2005), que em suas pesquisas sobre as diferentes

experiências modernas do norte do país (no que hoje chamamos de Nordeste brasileiro), nos fez perceber que mesmo a que ideia de modernidade fosse algo distante das cidades desta região, a introdução de um ou outro equipamento moderno possibilitava a elaboração do imaginário de que estas urbes estavam vivenciando um processo de modernização. No que diz respeito ao nosso espaço de estudo, mesmo a idéia de modernidade ter parecido algo tão distante da realidade urbana, a elite e os letrados da cidade puderam elaborar a percepção de que a cidade estava em processo de modernização, em grande medida, como resultado das transformações econômicas advindas e das mudanças materiais ocorridas na cidade. Este anseio fazia com que a significação imaginária ganhasse força de realidade, que por muito poderia se consubstanciar através de alguns bens materiais, lugares e hábitos considerados signos da modernidade, elementos que permitiram a representação simbólica da modernidade desejada.

Trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço, se configura menos pôr cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com sua hora do rush característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, a exemplo das que remetem à idéia de conforto e/ou rapidez e que passam ao imaginário como signos modernos pôr excelência. Cidade que se quer civilizada ou que estaria a civilizar-se deveria contar ao menos com um desses signos (ARANHA, 2005, p. 87).

Ou seja, acompanhando as mudanças sociais, políticas e estruturais que o Brasil vivenciou a partir da década de 1910, a cidade de Campina Grande através de seus habitantes e de novas exigências imprimem, contudo, o seu próprio ritmo em sua dinâmica “moderna” e “progressista”, cujos símbolos maiores são a exportação algodoeira, as mudanças propiciadas na economia, a introdução de novas “maquinarias do conforto” e o novo cotidiano gerado pela interação com essa materialidade e os novos valores daí decorrentes.

Assim, ao refletir sobre a cidade de Campina Grande no tocante a preceitos organizadores e modernizadores nos remete a pensarmos no campo de investigação sustentado também pela materialidade e seus significados, na verdade, no campo da História da Cultura Material. A reflexão de Pesez (2005) se insere dentro de um momento em que outros pressupostos teóricos estavam emergindo com a terceira geração dos *Annales*. Por isso, o mesmo propõe uma avaliação sobre

o uso do termo *civilização* ou *cultura material*, o que nos permite observar também como este campo de investigação buscou novas abordagens.

Fernand Braudel é o autor da primeira grande obra abordando a Cultura Material, estabelecendo a relação indissociável entre a materialidade e o desenvolvimento do capitalismo. Tal estudo foi concretizado com a publicação de *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII* (1995), obra composta por três volumes: I) As estruturas do cotidiano; II) Os jogos da troca; III) O tempo do mundo. Pesez marca sua análise e discorre que o termo *civilização* é mais generalizante, referenciando um sistema de valores que confronta a idéia de civilizados e bárbaros. Por esse motivo, prefere o termo *cultura*, que não se aplica hierarquia e se reconhece as peculiaridades, ou como afirma Rede (1996, p. 274) “eis aí a fortuna do termo cultura material além das ambigüidades possíveis: ele denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material”. Apesar de parecer um falso problema, essa escolha deu suporte para vários estudos e abriu as possibilidades interdisciplinares sobre a cotidianidade. Isso é relevante quando se enumera os estudos pautados na História Cultural e de sua multiplicidade de interpretações baseadas em várias influências, seja da semiótica, da antropologia ou da sociologia, entre outras áreas, sobretudo nas décadas de 80 e 90, quando há a emergência da Nova História Cultural.

As contribuições dos *Anais do Museu Paulista*⁴ também são bastante significativos para pensarmos sobre a materialidade. São trabalhos de arqueólogos, museólogos, arquitetos, historiadores e tantos outros estudiosos da cultura material, que propõem abordagens teórico-metodológicas para que a materialidade não só se torne fonte e objeto de estudo, mas principalmente chave de acesso à sociedade, pois atuam como mediadores das atividades humanas. O ponto em comum entre alguns autores está no posicionamento do lugar do homem nessas pesquisas. Posicionar o ser humano no centro das análises, relevando-se tanto as representações, os valores, os significados e as apropriações quanto à materialidade, os processos de produção, às tecnologias e à circulação das coisas.

⁴ Anais do Museu Paulista, particularmente nos volumes da Nova Série, que desde 1993 ganhou um subtítulo *História e Cultura Material*. As publicações deste periódico concentram significativos ensaios de pesquisas sobre a vida material no Brasil e ensaios sobre o método e embasamento teórico. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-4714&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 de maio de 2011.

Entre os artigos produzidos pelos *Anais do Museu Paulista*, podemos encontrar o artigo de Rede (1996), em que o autor traduziu os ensaios e fez uma síntese dos debates publicados em *History from things: essays on material culture*⁵. Em suas interpretações, Rede destaca os vários posicionamentos de arqueólogos, urbanistas, psicólogos e historiadores (posicionamentos às vezes contraditórios, mas nem por isso menos elucidativos) a respeito dos estudos sobre Cultura Material. Em um deles, Rede enfatiza que “não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc.)” (REDE, 1996, p. 273).

Por isso, urge dentro da nossa pesquisa que se aporta na materialidade, ir além dela, buscando as informações externas, de interação com as pessoas, de modo que possibilitem a aproximação da realidade social e cultural. Nesse sentido, Rede é elucidativo ao afirmar que “o universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões, compartilhando de sua natureza, tal como idéias, as relações sociais, as instituições” (REDE, 1996, p. 274). Assim, parafraseando Meneses (1998), importa para nós reconhecer o papel da materialidade num universo que é tanto de palavras, quanto de saberes e coisas, ou seja, é relevante ressignificar a maneira pela qual se insere na sociedade as representações e/ou os saberes constituídos sobre a materialidade.

Nesse sentido, a apreciação do espaço urbano de Campina Grande e os empreendimentos que nele foi inserido, como se sabe, não pode ser reduzido à sua materialidade. Os seus ruídos, seus odores e suas imagens encontram-se intrinsecamente relacionados com as sensibilidades, o movimento e a interação daqueles que o habitam, já que, são as pessoas que percorrem, utilizam e atribuem uma multiplicidade de sentidos a partir da variedade de leituras e de atos que constroem significados advindos de suas vivências e de seus interesses (CORBIN, 1998). Assim, as sensibilidades e a construção dos significados partilhados, no contexto de Campina Grande ora investigado, aconteceram na trajetória histórica das obras de saneamento e de modernização, as quais se incorporam e/ou se

⁵ Em abril de 1989, sob os auspícios da *Smithsonian Institution*, vários especialistas reuniram-se para debater a problemática da história e da cultura material em um congresso nomeado *History From Things: The Use Of Objects In Understanding The Past*. Muitas das contribuições foram publicadas posteriormente em 1993, sob o título *History From Things: Essays On Material Culture*.

perdem atributos, que classificam e/ou reclassificam categorias que deslocam seu sentido. Dessa forma, não há significado nato (há não ser o físico-químico), e sim os significados elaborados socialmente e culturalmente.

Ao buscar as maneiras pelas quais as obras de saneamento da cidade e os governos foram representados, seguimos a proposta de Pesavento (1995), que para compreender o ambiente urbano, faz uso do conceito de *representações*, por entender que as representações são parte integrante também daquilo que chamamos realidade, e a cidade, é o espaço por excelência para a construção destes significados, expressos em bens culturais, materiais e práticas. *Representações* aqui nessa pesquisa, como explicita Chartier (1990), são as práticas discursivas direcionadas sobre algo ou alguém, proporcionando assim um significado, e é este significado elaborado e atribuído que se configura uma representação. Para proporcionar melhor inteligibilidade desse processo, faz-se necessário discorrermos acerca do conceito de representações, e para isso nos apropriamos da percepção de Roger Chartier:

Por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1990, p.20).

Não podemos falar sobre as iniciativas desenvolvidas neste período a fim de dotar a cidade de Campina Grande de um sistema de abastecimento eficaz sem nos referir às tramas políticas. Costuma-se chamar de *tramas políticas* o jogo próprio da troca de acusações, favores, interesses e embates políticos na sua relação mais ou menos tensa com o poder e sua repercussão na imprensa e/ou outros meios de comunicação (ARANHA, 2006). No recorte temporal proposto nesta pesquisa (1930-1960), ocorreu três períodos distintos de governo, visto que passamos pela República Velha, a Era Vargas e o Período Democrático, e por conseqüência, foram também maneiras diferentes de se relacionar com a política e com o poder. Por isso, buscamos investigar com esta pesquisa, as diferentes formas pelas quais as tramas políticas aconteceram no sentido de consubstanciar o poder pelos diferentes grupos políticos do Estado e da cidade através da imprensa, buscando assim inteligibilidade

sobre os discursos, interesses e disputas ocorridas para que houvesse a formação, o reconhecimento e a aceitação destes poderes.

Estamos desta forma propondo um estudo da cultura material, mas também, estamos refletindo sobre a relação desta materialidade com a cultura, mais especificamente com a *cultura política*. A cultura política no qual estamos aludindo é o conceito que nos permite “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades (GOMES, 2007, p. 46). Tal conceito nos fornece uma base para a reflexão sobre diversos fenômenos políticos, inclusive dentro de uma mesma sociedade, o que não impede, no entanto, a predominância de uma determinada cultura política em certas conjunturas específicas. Dessa forma, estamos reconhecendo que, no recorte cronológico estabelecido para esta pesquisa, diferentes culturas políticas foram contempladas, e que dentro dos sistemas de governo houveram querelas políticas, existindo, em determinados momentos, a preponderância de práticas políticas que vieram ocupar o cenário do poder e que integravam o imaginário social.

(...) O estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, deixa de se restringir às questões políticas formais, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho de Estado e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) e entre estes e o Estado, a exemplo de suas percepções, visões de mundo, valores e sentimentos (CITTADINO, 2007, p. 53).

A cultura política está neste trabalho intimamente relacionada com a História Política, que por sua vez, compreendemos que esta última se insere nas mudanças epistemológicas pelas quais o conhecimento histórico percorreu nas últimas décadas, o que fez emergir a chamada *Nova História Política*. Não se trata aqui de um estudo pautado no fenômeno político como se fazia até o início do século XX, a qual vinha na esteira de um projeto nacionalista e descrevia os atos institucionais, os grandes acontecimentos e vangloriava os mártires da Nação. Para nós, é relevante destacar a partir da Nova História Política, os comportamentos dos atores sociais responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária, principalmente no que diz respeito a fabricação dos chamados símbolos do poder. O seja, trata-se

de desvendar os ritos, os símbolos e as ações que a política colocou em ação no intuito de estabelecer e fazer reconhecer um governo e um poder. Dessa forma, pretendemos ir além as ações de atores sociais dentro de um sistema de um determinado governo, buscando analisar as diferentes formas pelas quais os “líderes” políticos se apropriaram de acervos simbólicos com o fim de forjar um poder e manter o seu exercício (ARANHA, 2006, p. 21).

Ao falar de rituais e práticas simbólicas, não podemos nos furtar de pensar o fenômeno político em seu vínculo com a antropologia, principalmente com Geertz (2009), visto que, suas reflexões nos fazem entender que as figuras políticas como Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, Getúlio Vargas, José Américo, Elpídio de Almeida e Juscelino Kubitschek, ocupavam em momentos distintos o centro de instituições de ordem social, seja ela na esfera Federal, Estadual ou Municipal, os quais promoveram eventos e ações políticas que influenciaram a vida da sociedade. Estes papéis de destaque nos centros de poder não lhes renderam apenas notoriedade, mas também, lhes forneceram mecanismos pelos quais puderam comunicar e representar este poder, e para isso, vários rituais e recursos simbólicos foram utilizados para tal. Partindo destas premissas, relacionamos os nomes dessas figuras da política nacional e local com o conceito de *carisma* proposto por Geertz, o qual explicita que:

As dimensões do carisma previamente negligenciadas são retomadas quando ele focaliza a conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social. Tais centros, que não têm qualquer relação com geometria e muito pouco com geografia, são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental. É o envolvimento – mesmo quando este envolvimento é resultado de uma oposição – com tais arenas e com os eventos ocasionais que neles ocorrem, que confere o carisma. O carismático não é dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo ao centro das coisas (GEERTZ, 2009, p. 184).

Figuras carismáticas podem surgir em qualquer parte da vida social, desde que esta área esteja suficientemente em evidência e, por esta razão, pareça imprescindível à sociedade. Mas, se o carisma é sinal de envolvimento com os centros que dão vida à sociedade, e se tais centros são fenômenos culturais e,

portanto, historicamente construídos, a investigação do simbolismo do poder e a da natureza deste poder são, na verdade, empreendimentos muito semelhantes. No centro político de qualquer sociedade complexamente organizada sempre existem uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que ela realmente governa, elas justificam sua existência e administram suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram, ou, em situações mais revolucionárias, inventaram (GEERTZ, 2009).

É por esse motivo que Geertz propõe que, mesmo que o tipo de figura carismática que nos interessa seja periférico, efêmero, ou sem base sólida, devemos primeiramente examinar o centro, os símbolos e as concepções que nele existem, para que possamos entendê-los e saber exatamente o que eles significam (GEERTZ, 2009). Para adentrarmos neste enredo, propomos analisá-lo a partir da idéia de *teatralização política*, a qual Aranha nos fornece subsídios para pensar a sua aplicabilidade em relação ao nosso objeto de estudo. Sobre isso, afirma:

... estou convencido de que a hipótese do Estado espetáculo ou da teatralização política é válida porque pode ser testada em inúmeras experiências sociais pelo mundo afora, servindo como referência para a caracterização da vida política em diferentes sociedades, mesmo distantes no tempo e no espaço, inclusive atuais. Entretanto, na condição de historiador, não poderia deixar de chamar a atenção para o fato de que essa hipótese só tem alguma validade se foram respeitadas as devidas condições da cultura, tempo e lugar, sem dúvida o mandamento número um dos profissionais da história (ARANHA, 2006, p. 25).

A teatralização política se manifesta em nossa história a partir da necessidade de comunicar e representar um poder, configurando-se a partir de um conjunto de atitudes, rituais e símbolos que tiveram, na dinâmica dos fenômenos políticos em questão, força preponderante para a construção de significados partilhados. É através da comunicação, da teatralização dessas “representações coletivas graças às quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada” (CHARTIER, 1990, p. 19). Tal perspectiva da política teatralizada nos permitiu refletir sobre a trajetória de Argemiro, principalmente no que concerne a construção e inauguração do sistema de abastecimento de água, quando papéis foram assumidos por esse

governante com o fim de elaborar uma determinada mentalidade coletiva, tanto sobre a sua figura quanto ao seu governo e, para isso, a utilização da máquina estatal e publicitária foi fundamental como palco e meio de representar o centro de exercício do poder.

A representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. Ambas as representações se exercem em palcos montados, através de atores que têm papéis conhecidos e reconhecidos. Há regras de atuação, há enredo e, principalmente há ficções. Em política, a primeira ficção é a própria idéia de representação. De fato, é preciso admitir um grande faz de conta, é preciso crença para aceitar que alguém possa falar autenticamente por milhares de pessoas (CARVALHO, 1988, p. 162 apud ARANHA, 2006, p. 25).

Outra questão bastante pertinente que envolve a teatralização do poder por nós problematizada diz respeito ao surgimento dos “heróis”, os quais em dados momentos foram detentores de meios capazes de produzir imagens que os anunciavam como sendo os possuidores das forças transformadoras da história, assegurando um futuro promissor para a sociedade. Sobre o nosso objeto em questão, esta capacidade transformadora advém das propaladas soluções sobre o abastecimento de água e sobre as condições de salubridade. Em um dado momento foi Argemiro de Figueiredo o *herói*, o salvador, mas este estatuto foi transferido anos depois para Juscelino Kubitschek. Ambos dirigentes carismáticos estiveram no centro em diferentes momentos políticos e em distintas esferas de poder, utilizaram assim a máquina estatal de formas variadas, mas ambos apareceram, agiram e provocaram a adesão da população envolvida com o mesmo problema, a falta de água.

Ainda em termos de teatralização política há que chamar a atenção para aqueles que surgem de repente e são conduzidos ao poder como “heróis”. Trata-se, no caso, do *herói* que conquista a adesão do grande público não por ser considerado o mais capacitado para governar e sim pela razão de sua “força dramática”. Ele simplesmente “aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder”. Isto para não falar que a “surpresa, a ação e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência”. Assim, não causa surpresa o fato de que, uma vez no poder, “ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira” (ARANHA, 2006, p. 26 - 27)

O interesse de propagandear os passos das obras, elogiar o governo e

“profetizar” as benfeitorias seguiu os rumos de governos que buscaram se firmar e se fazerem presentes. As águas de Vaca Brava e de Boqueirão foram decantadas como a solução para os males que afligiam a cidade, obras que, de acordo com os jornais da época, viriam proporcionar conforto, higiene, desenvolvimento e progresso. Mensagens que favoreceram a elaboração de uma organização conceitual, que para os desejosos por uma solução, ganhava força de realidade e fizeram reconhecer o poder, o heroísmo e os mitos redentores.

Para concretizarmos então este estudo pautado no campo da História da Cultura Material, buscamos privilegiar uma variedade de fontes que permitiram resignificar a história de nossa cidade. Para isso, a constituição de um paradigma indiciário, não se prende às evidências manifestas, visto que se trata de uma abordagem teórico-metodológica que evidencia os pormenores, os sinais episódicos, ao não dito, em suas relações aos elementos de menor importância, elementos marginais e residuais. Operando então de forma detetivesca, recolhendo os sintomas, indícios e pistas que, combinados ou cruzados, permitam oferecer deduções e desvelar significados (GINZBURG, 1989).

Assim, a partir desses vestígios, buscamos nos apropriar das fontes a partir da compreensão de que estas não reproduzem o real, mas que se inserem dentro da perspectiva da verossimilhança. Ou seja, os vestígios documentais remetem à práticas e representações que se fizeram sobre algo em dado momento, possibilitando assim uma aproximação com o acontecido. Não esperamos que as fontes consultadas nos digam o que e como aconteceu, como se estas fossem os fiéis testemunhos do passado, e sim, interrogamos e problematizamos estas no que informam ou omitem, fazendo repercutir sobre a sua produção interessada, que buscam trazer uma determinada compreensão de mundo, permitindo assim uma aproximação com o vivido no passado. Dessa forma, concebemos o documento como elemento carregado de intencionalidades e significados, assim, fazemos “a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1992, p. 10).

A pertinência da crítica a noção de documento nos foi muito cara aqui neste trabalho, pois consideramos que as fontes encontradas e analisadas nos apontaram elucidações que foram levadas em conta não apenas pelo seu caráter descritivo, como se um ou outro fragmento dos textos de autores isolados fossem os mais fiéis

condutores da verdade. Buscamos refletir as circunstâncias de seu lugar de produção e de inserção, nos delineando por uma abordagem que fez destes ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa. Entre as diversas fontes analisamos os impressos, entendendo-os como suportes de discursos intencionais, que em dados momentos estavam vinculados a interesses de pessoas influentes e que, por isso, de forma mais ou menos explícita, carregaram em suas páginas a visão de mundo que os grupos detentores das palavras e das imagens tinham ou que gostariam de ter.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, os que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2005, p. 140).

Nessa pesquisa, buscamos privilegiar alguns exemplares dos jornais *O Campina Grande*, *15 de Novembro*, *O Século* e *O Brasil Novo*, localizados no Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande. As imagens discursivas elaboradas pelos letrados em relação ao cotidiano da cidade antes do sistema de abastecimento nos permitiram perceber como se mantinha a cotidianidade da cidade quando a água era um recurso raro, possibilitando assim elencar os fatores que fizeram emergir os ideais urbanos e sanitaristas na cidade, trazendo a visão dos letrados da cidade em relação ao estado de insalubridade nesse período. Entendemos que as fontes impressas eram os principais mecanismos de influência e de difusão dos ideais higiênicos e moralistas propostas por grupos sociais abastados e que os seus discursos estavam implicitamente/explicitamente voltados para a elaboração de uma realidade que gostariam de ter, sendo estes os principais veículos de difusão das exigências de hábitos disciplinados e contidos, propostos com o discurso modernizante.

Problematizamos também os jornais em que o governo do Estado controlava de forma direta ou indireta, eram eles o *Voz da Borborema* e *A União*. O primeiro circulava bi-semanalmente em Campina Grande e pertencia à Acácio Figueiredo, irmão de Argemiro de Figueiredo, os exemplares estão localizados no Arquivo Átila Almeida e na Faculdade de Comunicação Social, ambas da UEPB. Já o jornal *A União*, localizados no IHGP e na FUNESC, serão analisados principalmente os que

foram publicados durante os anos de governo de Argemiro de Figueiredo, visto que se trata do órgão noticioso oficial do governo de Estado, e este, constantemente divulgava as obras da administração. Nessas duas publicações com óbvias linhas editoriais, buscamos a maneira como se elaborou as representações sobre as obras de saneamento e como se deu a teatralização do poder, relacionando estes conceitos com os símbolos do poder devidamente comunicados.

Também pesquisamos outros jornais, entre eles o *Jornal de Campina* (1952 – 1954) e o *Semanário Oficial* (1957), localizados no Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande e no Arquivo Público Geral de Campina Grande respectivamente. São nesses jornais, publicados após a construção do sistema de abastecimento de Vaca Brava, que podemos encontrar os contrastes e a crise instaurada com a falta de água na cidade, o outro lado do progresso sobejamente decantado pelas elites, identificando assim, os fatores que fizeram necessário os projetos para que fossem elaboradas outras medidas que suprissem as necessidades e aspirações desses grupos. Além disso, buscamos também em seus exemplares identificar as tramas políticas que emergiram nesse contexto, tanto no que diz respeito à oposição ao governo, no caso do *Jornal de Campina*, como também as imagens discursivas que o governo local elaborou sobre si, sobre seus aliados e das obras de Boqueirão no *Semanário Oficial*.

Também no Arquivo Geral de Campina Grande tivemos acesso às fontes oficiais que nos permitiram promover inteligibilidade sobre como a construção do sistema de saneamento da cidade possibilitou mudanças e/ou permanências das novas necessidades hidráulicas que a construção da rede de abastecimento começou a exigir. Além dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão competente, também buscamos compreender como os proprietários das casas passaram a seguir os preceitos sanitaristas quando assim podiam fazê-los. Também visitamos o Arquivo Waldemar Duarte, no Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural (FUNESC). Buscamos nesse acervo, documentos oficiais da Repartição de Saneamento de Campina Grande que nos trouxessem à luz como o governo estadual manteve esta benfeitoria, tanto no governo de Argemiro quanto na interventoria de Ruy Carneiro. Entre os documentos analisados estão projetos de reformas e instalação sanitária, bem como ofícios da Repartição de Saneamento de Campina Grande, estes por sua vez foram produzidos com objetivos burocráticos, mas nem por isso estavam isentos de ordenamento, de determinações sobre como

as coisas deveriam ser feitas, nos permitindo assim analisar como eram as coisas, mas também como queriam que fossem, transparecendo visões de mundo e conflitos de interesses.

Durante muito tempo, a imagem foi vista como objetiva por estudiosos amarrados pela tradição positivista, como se esta fosse um testemunho autorizado de uma realidade, pois eram captados por um instrumento também objetivo – a câmera. No campo da historiografia, a primazia e importância foi legada durante muitos anos aos documentos textuais, a fotografia vinha em segundo plano, com o sentido de corroborar o que a escrita anunciava. A partir das mudanças epistemológicas ocorridas desde a segunda metade do século XX sobre a noção de documento, a imagem fotográfica vivencia uma dissecação de suas intencionalidades, de sua narrativa e de suas técnicas (BORGES, 2003).

As estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação a partir de seus códigos internos e externos passam a ser alvo da análise. Ou seja, não bastava mais verificar sua confiabilidade ou fidelidade com a verdade, mas perceber que mensagem carrega e em que lugar se insere, buscando-se observar os interesses envolvidos até no que foi omitido ou que passou por algum tratamento de imagem, pois estas intervenções refletem um código social e cultural de um dado momento em um lugar específico (BORGES, 2003). Almeja-se o seu caráter representacional, interpretando seus significados a partir de uma dupla pergunta: o que a imagem diz e como diz?

A aparente objetividade das imagens técnicas é ilusória, pois na realidade são tão simbólicas quanto o são todas as imagens. Devem ser decifradas por quem deseja captar-lhes o significado. Com efeito, são elas símbolos extremamente abstratos: codificam textos em imagens, são metacódigos de textos. A imaginação, à qual devem sua origem, é capacidade de codificar textos em imagens. Decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam... (FLUSSER, 2002, p.14).

Ao nos apropriarmos das imagens fotográficas nesta pesquisa, pretendemos elencar os motivos e os efeitos daqueles recortes do instante, trazendo os ideias, os valores e os interesses daqueles que a utilizam, bem como, daqueles que consomem a imagem. Trata-se de entender o papel social da imagem para a construção de uma cultura visual em Campina Grande e de como ela se insere na elaboração discursiva do poder e integrou como parte de certa cultura política. A

imagem deixa de ser considerada a reprodução do real e passa a ser compreendida como mais um discurso possuidor de códigos e intencionalidades.

Se a imagem é um discurso podemos pressupor que a literalidade da fotografia não é algo natural, mas cultural. Seu código precisa, portanto, ser aprendido. O discurso visa à comunicação e para que isso ocorra outro pressuposto é que a fotografia possui linguagem que deve ser compartilhada para que ocorra a troca de informação (PINSK, 2009, p. 43).

Para esta análise das imagens e de seus mecanismos internos, seguimos algumas considerações propostas por Kossoy (2002), que destaca as etapas inerentes do fazer fotográfico, entre elas: o *assunto*, a idéia geral que comunica; a seleção do *quadro*, que está ligada ao que se quer mostrar e o que se quer omitir; e a seleção do *momento*, que explicita aquilo que quer ser flagrado. Isso nos mostra que a fotografia é antes de tudo criação/construção de um fotógrafo que possui subjetividades e que este está entrelaçado na rede de significados partilhados por uma sociedade em um determinado lugar e tempo. Por isso, apesar da fotografia ser este recorte de tempo e de imagem, ela se refere a um passado, a algo que aconteceu, mas isso não quer dizer que se trata de uma realidade captada, visto que, o que lhe dá significado são as leituras realizadas por receptores e que estes suscitam interpretações variadas. Assim, estamos nos referindo aos contornos desta análise, tanto sobre o discurso comunicado quanto pela recepção de seus contemporâneos, visto que estes são influenciados por mecanismos externos imersos em uma cultura dada.

Assim, apreciando as imagens e seus elementos materiais constitutivos, interessa para nós promover inteligibilidade sobre os elementos simbólicos que tais carregam, pois além da aparência visivelmente registrada pela fotografia, buscamos o enigma que pretendemos decifrar. Assim, investigamos o processo de criação da imagem, mas também as informações codificadas que compõem o conteúdo. Para isso, nos apropriamos de imagens que em sua maioria foram publicadas nos jornais utilizados para essa pesquisa, mas também utilizamos outras que compõem o acervo iconográfico da produção intelectual dos memorialistas e cronistas de nossa cidade. Em grande medida, são imagens estão presentes na memória dos letrados que se ocuparam da história de Campina Grande e que compõem a Cultura

Histórica⁶ local.

Por isso, além da bibliografia historiográfica consolidada sobre a História de Campina Grande, também pesquisamos os relatos dos cronistas e memorialistas da cidade. Nos apropriaremos então dos escritos de Almeida (1993), Câmara (1998, 2006), Pimentel (1953, 1956, 1958, 2001), Ribeiro (1979) e Morais (1985, S/D). Tanto esta literatura quanto os jornais podem nos fornecer uma dada leitura a percepção que as pessoas tinham no período ora investigado.

O título desta dissertação merece algumas considerações, de modo que, fique explicitada a nossa escolha. “*Os (dês) encantos da água: cultura material e teatralização política em Campina Grande (1930 – 1960)*”, faz um percurso que tente mostrar como de diferentes formas as propaladas soluções para o abastecimento de água na cidade provocou encantos na população que esteve envolvida com os ideais de modernidade e pujança do poder político. Mas, depois de alguns anos, com a instauração da crise no abastecimento de água, a população campinense começou a vivenciar os limites, as dificuldades e as agruras da falta deste recurso, bem como, a maneira como foi gestado o desgaste das obras e da imagem do “benfeitor”, daquele que foi considerado o grande realizador deste empreendimento, momento do desencanto sobre tudo que envolvia as obras. Assim, entendemos que podemos tecer uma história pautada na cultura material e na teatralização política, visto que tratamos da materialidade conferida pelas obras de saneamento, mas também, contemplamos os simbolismos das práticas políticas envolvidas com a sua edificação.

Estruturamos essa pesquisa em três capítulos. No Primeiro intitulado “A Cidade e as águas”, buscamos elencar o momento em que a água era rara, contextualizando o nosso leitor sobre a cidade e seus mananciais, bem como sobre o estado de insalubridade vivenciado e o difícil acesso ao recurso. Nesse intuito, voltamos à Vila Nova da Rainha e fomos até a década de 1930, momento de emergência dos preceitos higienistas e urbanistas, mas também quando ocorreu a primeira iniciativa com o fim de dotar a cidade de uma fonte de abastecimento com a construção da barragem de Puxinanã e Grota Funda. Momento em que a técnica

⁶ A Cultura Histórica é um conceito que possui dois sentidos mais abrangentes, um que se relaciona com uma escrita historiográfica, ao ofício do historiador, que ao dizer algo sobre o passado ajuda a legitimar uma memória “oficial” sobre feitos, fatos e sujeitos, e o segundo sentido do termo que se volta para os significados que a sociedade atribui ao seu passado. Para saber mais, confira: GOMES, 2007.

moderna em conjunto com os anseios dos letrados e da elite tornaram os brados da busca pela concretização de um ambiente salubre, com fontes potáveis de água e destino correto aos esgotos. Não pretendemos aqui focalizar a doença ou a higienização da sociedade campinense, mas estabelecer vínculos com essas idéias para tornar possível a construção de uma narrativa pautada na cultura material.

No segundo capítulo intitulado “Os Encantos da Água”, elaboramos uma narrativa que possibilite compreendermos como foi construído o mito de benfeitor e o significado de Vaca Brava como a obra moderna e redentora da cidade. A teatralização política a partir das obras de Vaca Brava foi o nosso alvo nesse instante. Para isso, fomos desde a nomeação de Argemiro e as condições políticas favoráveis para que tal obra fosse implementada, passando pelos preceitos modernos da técnica desenvolvida para a sua construção sob os auspícios do Escritório Saturnino de Brito Filho, até a sua instalação, tratamento e distribuição. Sendo esse um sistema projetado e construído sob os mais modernos auspícios da técnica e da higiene, coube então a necessidade de elencar os preceitos higienistas da Firma. Também percorremos o caminho das águas, desde a barragem até as estruturas necessárias para a captação, tratamento e distribuição, bem como, o destino dos esgotos na depuradora. Com esses elementos pretendemos tornar inteligível como foi possível a exaltação da criação, do propalado criador e a elaboração simbólica do poder.

Por fim, o terceiro capítulo denominado de “Os desencantos da Água”, investigamos como a cidade recepcionou as obras. Assim, fomos buscar as representações sobre as contraditórias formas de conviver com esta maquinaria, tanto dos que foram beneficiados com tais obras, quanto dos que não foram. Analisamos também as informações que nos permitissem conhecer como o sistema de abastecimento se tornou ineficaz em menos de 10 anos após sua inauguração, acarretando na segunda maior crise de abastecimento da cidade, percorrendo desde o fim dos anos 1940 até metade dos 1950. Foi possível assim reconstruir o cenário de crise tão criticado nos veículos de comunicação, tanto no tocante ao que era considerado como o entrave ao desenvolvimento econômico da cidade, quanto pelas alternativas de abastecimento para a população, que pela falta de fontes seguras e limpas de água teve que conviver com uma situação que se tornou ainda mais insustentável. Por fim, evidenciamos como se deu as primeiras iniciativas em prol de água a partir de outra barragem, o Açude Epitácio Pessoa, dando relevância

as tramas políticas que se efetuaram para a construção de uma nova obra redentora que parecia não chegar.

CAPÍTULO I

A CIDADE E AS ÁGUAS.

1. 1 A cidade.

A então Vila Nova da Rainha foi elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864, quando teve seu nome resgatado para Campina Grande. A cidade possuía considerável importância regional, pois sua localização entre o litoral e o sertão, tornou-a um entreposto de cargas e de comércio dos produtos provenientes do sertão e de outros Estados vizinhos, fazendo com que Campina Grande fosse considerado um dos mais relevantes centros comerciais do interior nortista. A aspiração de meio século, de tentar trazer para Campina Grande um ramal ferroviário, pôde então ser concretizada a partir da República, onde só uma estrutura de parentela e conchaves políticos poderiam proporcionar o feito desta obra. Foi então a partir de 1904, que os interesses políticos e econômicos da elite da cidade convergiram, quando foi iniciada a construção da ferrovia ligando Itabaiana à Campina Grande pela empresa The Great Western Brazil Railway (GWBR).

Sendo inaugurado em 2 de outubro 1907, este empreendimento ferroviário pôde então proporcionar à cidade muito além de dados quantitativos, pôde então trazer o arauto da modernidade para solo campinense. Esta cidade tão acostumada com o marasmo interiorano e a movimentação de boiadas e almocreves, iniciou, gradativamente, um processo de transformações significativas que puderam ser representadas, sentidas e vividas pela elite e pelos intelectuais como o caminho da modernidade. O distanciamento da realidade de Campina Grande em relação à outras cidades, não impedia que a mesma fosse apreendida como moderna, mesmo que sendo apenas por meio de um dos símbolos da modernidade ocidental. Isso porque a noção de modernidade estava muito menos relacionado ao ritmo frenético e industrializado das cidades do mundo civilizado, do que pela presença destes símbolos do moderno, pelos quais uma localidade que quisesse ser considerada civilizada, deveria contar com pelo menos um deles, como nos esclareceu Aranha (2005).

Outras cidades próximas, como Guarabira, Areia, Alagoa Grande e Itabaiana acabaram desbancadas em importância comercial, principalmente depois da inauguração do ramal ferroviário em 1907, pois foram convergindo para a ponta de trilho em Campina Grande todos os boiadeiros provenientes dos sertões que venderiam sua mercadoria a partir da praça campinense. O que ocorreu com Campina Grande, nada mais foi que a repetição do fato em outras regiões do país. Habilmente demonstrado por Martins (1997), as cidades que foram "transformadas" pela passagem do trem, não apenas nos aspectos econômicos, mas também, nos sócio-culturais, com o advento de novas camadas sociais e novos modelos de pensamento:

Convém agora delinear os grupos sociais que circulam nestas cidades, antigas 'bocas do sertão', agora transformadas em 'fins de linha' ou 'pontas de trilho'. Um sopro de vida nestes personagens e temos revelado, nestas cidades do interior paulista que se 'aformoseiam' o microcosmo de uma sociedade que se problematiza (MARTINS, 1997, p. 36)

De fato as transformações mais amplas na cidade, foram acontecendo gradativamente a partir deste período pós ferroviário, quando houve a chegada de investidores, muitos imigrantes em busca de trabalho e a formação de um novo cotidiano urbano. Nos anos seguintes, aconteceram mudanças significativas na cidade, de modo que, além de uma nova estrutura necessária para um centro urbano que passou a ter maiores relações comerciais e o constante crescimento populacional, houve uma transformação no modo de vida dos habitantes desta então pacata cidade, mudanças que envolveram a população nas teias dos discursos civilizadores e ao novo cotidiano regrado pelas necessidades da modernidade

Embora existissem telégrafo, alguns aparelhos telefônicos, automóveis, cinemas, imprensa e outras benfeitorias modernas (CÂMARA, 1998), em idos de 1920, a cidade ainda não tinha acompanhado as realizações presentes em outros centros urbanos, no que diz respeito a planejamento urbano e ao surgimento de iniciativas que proporcionassem maior conforto, como, saneamento, eletricidade, calçamento e arborização, signos da vida civilizada. Campina Grande nesse

momento tinha suas ruas irregulares em chão de terra batida, iluminadas pelos postes de querosene, sem disponibilidade de fontes seguras de água e sem saneamento de esgotos, ou seja, atrasada no que diz respeito à estética, higiene e iluminação. Mesmo se tratando de uma cidade com potencialidades econômicas, ainda estava em desacordo com as necessidades de um espaço urbano em constante crescimento, pois seu ritmo próprio de urbanização impediu que o desejo de representar a cidade como moderna, algo tão almejado, ganhasse significação real.

Os empreendimentos comerciais surgiam em uma cidade com possibilidades de mercado cada vez mais crescente. Os dados a respeito do aumento populacional de Campina Grande a partir do advento da ferrovia, estão distribuídos na obra de Epaminondas Câmara (1998), e registram que nos anos que seguiram após a inauguração da ferrovia, houve o aumento habitacional e populacional significativos.

QUADRO - I
DEMONSTRATIVO DE DOMICÍLIOS E DE
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL. (1908 – 1937)

	1908	Aumento de:	1928	Aumento de:	1932	Aumento de:	1937
CASAS	733	581,04%	4.259	23,43%	5.257	34,47%	7.069
RENDAS	64:59 7\$000		314:55 6\$8000		657:440 \$000		1.284:80 3\$890

(CÂMARA, 1998).

A partir das informações contidas em Câmara (1998) e adaptadas para o quadro acima, podemos observar em termos quantitativos a mudança demográfica, urbana e econômica que a cidade passou a partir de 1908, quando estava instalada a via férrea, a regularidade das viagens foi estabelecida e a ascendente economia algodoeira elevou cada vez mais as rendas do município. Estes números são relativos ao município de Campina Grande, quando na época, abrangia um gigantesco território, compreendendo a zona rural e os distritos, muitos dos quais décadas depois foram emancipados, como, Queimadas, Lagoa Seca, Massaranduba, entre outras.

A importância da cidade como ponta de trilho alterou sua relevância regional e nacional de tal modo que no período de trinta anos (1907 a 1937) ela se modifica de uma maneira antes nunca presenciada. Entre os anos de 1908 e 1928, houve um aumento de 581,04% no número de casas no município. Entre os anos de 1928 e 1932, o aumento foi de 23,43%, já entre o início da década de 1930 e ano de 1937, o número de casas foi elevado em 34,47%. Em relação a todo o período evidenciado, entre os anos 1908 e 1937, houve um total de 964,39% no aumento de casas no espaço de 30 anos. Apesar de parecer muito tempo, estamos falando de um crescimento populacional que foi acentuado nesse período para uma cidade que não estava preparada para tal, isso é relevante quando pensamos que antes desse íterim não existia estrutura urbana para esse crescimento, o que provocou o crescimento desorganizado do espaço urbano. As rendas também se elevam de forma vertiginosa, fazendo com que Campina Grande gerasse a maior renda do Estado.

Com esse crescimento demográfico aconteceu também a ampliação da área da sede do município, áreas onde o nivelamento das ruas e o alinhamento das casas eram uma realidade distante, sobretudo, onde foram construídas moradias populares, surgindo para todos os lados becos, vielas e cortiços. Moradias precárias sem nenhuma preocupação urbanística e higienista, o que distanciou Campina Grande de uma feição mais moderna. Este foi um dos principais problemas que circundavam a noção de desenvolvimento e de modernidade apreciada pela elite local que procurou adquirir hábitos cosmopolitanos e mostrar-se civilizada. Além do que, essas condições urbanas dificultavam a instalação e manutenção de empreendimentos que pudessem trazer uma nova perspectiva à cidade. Mas, mesmo assim a cidade era representada de tal forma, tanto que atraiu pessoas de várias regiões de diferentes níveis sociais, gerando dificuldades de moradia aos menos favorecidos.

Essa ocupação foi sendo demarcada conforme as disponibilidades econômicas de seus habitantes, explicando por assim dizer, o surgimento de artérias habitadas só por pessoas abastadas ou só por pessoas de baixa renda, ou ainda, só por pessoas da pequena classe média local. Essa produção diferenciada do espaço tem haver, pois, com as condições socio-econômicas de seus habitantes, havendo desde o casarão, tipo sobrado, em artérias 'nobres' da cidade, com inúmeros cômodos e que propiciava

conforto aos seus moradores, até o casebre de pau-a-pique, isto é, o casebre de taipa, sem nenhum conforto ou higiene (ARANHA, 1991, p.169).

A imagem de cidade “rica”, “progressista”, do “ouro branco” iria se propagar com informações que corriam aos quatro ventos sobre Campina Grande, o que atraiu ainda mais pessoas seduzidas com os títulos atribuídos a cidade, como, “Terra das oportunidades”, “cidade do ouro branco”, a “Liverpool brasileira”. Em convergência com esses epítetos o *Anuário da Paraíba de 1936* destaca:

Campina Grande. Principal cidade do interior do Nordeste Brasileiro... Sobreleva-se pela grandeza de seu imóvel que é de 14.575 casas, das quais 6.121 urbanas e as restantes, em número de 8.454, povoam os vários distritos do município; pelo seu intenso comércio de algodão, cujo crescente desenvolvimento a coloca naturalmente como sendo hoje a terceira praça algodoeira no mercado mundial. A sua população é de cerca de 100.000 habitantes, inclusive distritos. Possui 4 prensas hidráulicas, 5 estabelecimentos bancários, 3 fábricas de tecidos grossos, fios e aniagem, 3 fábricas de sabão, 2 de gelo, 1 de camas de ferro e lavatórios, 1 de curtumes e vaquetas, 1 de mosaicos e outras; vários colégios equiparados, sociedades dançantes (ANUÁRIO DA PARAÍBA DE 1936 apud CÂMARA, 1998, p. 123-124).

O discurso ufanista que anunciava Campina Grande no ano de 1936, enfatizava esta como uma cidade que contava com alguns dos principais símbolos da modernidade, uma vida interiorana, mas, que se apresentava como populosa, com indústrias, grande aptidão comercial e propícia a mais investimentos em diversos setores. Além disso, o discurso enfatizava a educação como sendo de qualidade, com colégios equiparados aos melhores do Brasil e uma vida artística e social constante, um orgulho para a região e para o Estado, que contava com mais uma cidade em sintonia com o mundo civilizado. Na verdade, Campina Grande era uma cidade do interior nortista como tantas outras da época, mas havia um projeto articulado pelas elites intelectuais e política da cidade, especialmente entre os anos 1930 e 1940, que está relacionada com as transformações materiais e imateriais advindas pela riqueza proporcionada pelo chamado “ouro branco”. É neste momento que uma série de epítetos grandiloqüentes passou a ser associado à imagem de Campina Grande: a capital do trabalho; a cidade que mais cresce no interior do norte e nordeste do Brasil, com um povo trabalhador e ordeiro.

Outros bens materiais, a exemplo de carros e bondes, foram introduzidos no cotidiano da cidade; símbolos da modernidade que foram então apropriados a fim também de construir uma representação da modernidade e de forjar a identidade social de determinados grupos, pois seus custos os tornaram exclusivos dessas classes. Mas a realidade de Campina Grande no período abordado, fazia com que estes símbolos fossem contrastados com a realidade local. Onde calçamentos e saneamento eram coisas ainda distantes da realidade, por isso a elite se exibia com seus bens em meio a poeira e a lama tão comum. Contudo percebemos que “a ‘cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar” (PESAVENTO, 1995, p. 9).

Além do que, a cidade atraiu certa camada burguesa que, pretendendo manter um padrão de vida cultural tão apreciado em outros centros urbanos (em especial influenciado por Pernambuco), investiu em bens materiais, símbolos da modernidade que pudessem proporcionar conforto e novas práticas sociais, artísticas e culturais. Em grande medida, essa elite pretendeu se apropriar também desses espaços e práticas simbólicos para construir a identidade social de sua classe. Os teatros e cinemas foram alguns desses bens simbólicos que viabilizaram firmar na cidade uma cultura que exigia hábitos tidos como modernos e civilizados.

De fato as transformações mais amplas na cidade, foram sendo feitas gradativamente a partir da chegada da linha férrea e da importância econômica da cidade, trazendo alguns investidores, imigrantes em busca de trabalho e um novo cotidiano urbano, surgindo um maior e melhor abastecimento do mercado e para o comércio. Atraindo assim pessoas de vários lugares e mantendo uma crescente população que tentava aproximar interesses e satisfazer desejos, seja através de atividades que gerassem rentabilidade, ou por meio de novas práticas que seriam incorporadas ao cotidiano urbano do campinense e dos forasteiros em Campina Grande. Aconteceram mudanças significativas na cidade, de modo que, além de uma nova estrutura, necessária para um centro urbano que passaria a ter intensas relações comerciais e crescimento populacional, houve uma transformação no modo de vida dos habitantes que se viam enrolados nas teias dos discursos civilizadores e ao novo cotidiano regado pelas necessidades da modernidade.

1.2 As águas de Campina Grande

O clima e a topografia de Campina Grande não foram generosos com a disponibilidade de água, isso fez com que medidas fossem tomadas no sentido de modificar o ambiente em favor da subsistência. As primeiras iniciativas a fim de prover recursos para a construção de açudes remontam ao século XIX, quando secas calamitosas foram sentidas na região.

O mais antigo reservatório da cidade é o Açude Velho, localizado a sul do centro urbano da então Vila, abastecido pelo desaguar do Riacho das Piabas que corre a leste do perímetro urbano e faz conjunção com a Lagoa dos Canários que nasce na Lagoa Genipapinho, socorreu os seus habitantes e retirantes das catástrofes da seca ocorridas sucessivamente na região (CÂMARA, 2006, p. 52). A sua construção remonta ao final dos anos vinte do século XIX, sendo em 1830 o ano de conclusão preliminar de suas obras, custando aos cofres públicos um conto de réis. Dez anos depois, o Presidente da Província resolveu realizar os serviços complementares para aumentar a capacidade do açude, preparando o sangradouro e levantando a segunda barragem, próximo onde mais tarde seria construída a Estação da Great Western Brazil Railway (GWBR). Apenas em 1844 os serviços são concluídos, depois de liberação de mais verbas, de dilatação de prazos e da criação de Leis que liberavam esses recursos (ALMEIDA, 1993, p.105).

O Açude Velho surge da necessidade de manter uma fonte permanente de água para a sobrevivência das pessoas, mas também, para atrair e servir de apoio aos viajantes tropeiros e seus comboios que faziam seu traslado por essa vila quando de passagem, seja para o litoral com produtos originados do sertão, ou quando estes faziam caminho inverso, trazendo produtos do litoral provenientes de outras regiões ou países. “Água para os animais, permanentemente, em qualquer estação do ano. Em qualquer situação climática, mesmo durante as secas prolongadas” (ALMEIDA, 1993, p. 106) Nesses momentos de estalagem, a Vila passava a ser ponto de apoio e de comércio, onde esses viajantes abasteciam a economia local e de toda a região circunvizinha.

Foi este reservatório o maior da região por muitos anos, assegurando o abastecimento de água para os animais e os afazeres domésticos. Resiste as grandes secas de 1845 e 1877, mas que em 1888 secou, reduzido a “um charco”, quando outras fontes também estavam esgotadas, deixando a população em

apuros. Situação essa que motivou várias reuniões da Câmara⁷ e apelos ao Governo Provincial. Até os capuchinos foram requisitados para operar o milagre contra as secas e intervir junto ao Governo a favor da cidade. Situação que permaneceu sem solução até mesmo depois da Proclamação da República e a conseqüente dissolução da Câmara. Outro regime, outros programas e a lama do Açude Velho continuou, limitando a disponibilidade de água na cidade.

Entre as tantas secas sofridas pela população, a de 1845 foi a que deixou as primeiras grandes marcas no governo, isso por que em 1846, o então governador da província, o Dr. Frederico Carneiro Campos chegou a estas terras de passagem por outras localidades que também sofriam com os flagelos, o que fez emergir algumas medidas do governo para socorrê-los. Viagem essa que tinha como objetivo conhecer as proporções da seca no interior, mas que também foram distribuídas sacas de farinha aos necessitados e iniciou-se também uma política de açudagem como meio mais emergencial para reduzir os efeitos climáticos na população⁸.

No ano seguinte, o governador enviou o engenheiro Francisco Pereira da Silva para projetar açudes no interior, em seu relatório informou que o “Açude Novo é o mais pequeno que o Velho, porém a água nele depositada é mais saudável, e por isso a população faz uso dela com freqüência para beber”. (CÂMARA, 2006, p. 52). De acordo com Almeida (1993), não se sabe ao certo o início das obras do Açude Novo⁹, mas que “ficou terminado na década de 1830, pois em 1840 já estava a precisar de reparos, como atestam algumas Leis provinciais”. (ALMEIDA, 1993, p. 117). Localizado a oeste do centro urbano, era a mais próxima alternativa de abastecimento, isso por que o Açude Velho era reservado para outras atividades, já não possuindo água de boa qualidade em fins do século XIX. O constante consumo por parte de animais, lavagem de roupas e de banhos, deixou-o inapropriado para o consumo humano, fazendo com que o Açude Novo se tornasse a principal fonte de consumo da população para os afazeres da cozinha e para beber. Existia nesse período apenas 40 cisternas particulares, como atestou Joffily (1982 p. 70), um luxo

⁷ Em 1864, a então Vila Nova da Rainha foi elevada á categoria de cidade, havendo então a instalação dos equipamentos administrativos necessários.

⁸ O trecho do documento oficial do governo, relatando essa viagem ao interior paraibano pode ser encontrada na obra de Epaminondas Câmara (2006, p. 51).

⁹ De acordo com Cristino Pimentel em (2001, p.85), o Açude Novo foi construído em 1846. Já Epaminondas Câmara (1998, p. 42) relata que no ano de 1847, o relatório do engenheiro Francisco Pereira da Silva ao governo provincial já pontuava a existência do Açude Novo.

para poucos dos 4 mil habitantes nas 713 casas na época, em virtude dos custos de sua construção. A grande maioria da população bebia água do Açude Novo.

Sendo o Açude Novo uma das mais importantes fontes de água potável que ainda se mantinha apropriada para o consumo,urgia-se tomar medidas que conservassem essa salubridade. Para tanto, a Câmara Municipal liberava verbas para reparos no paredão e consertos na cerca de delimitava a área pertencente ao reservatório, mas também, na falta de mecanismos que assegurassem sua preservação delegou aos moradores ao seu redor essa incumbência. De acordo com Almeida (1993, p. 120) o Código de Posturas de 1851 intimava compulsoriamente os moradores de suas proximidades os cuidados com o reservatório, sendo que por fiscalização da Câmara ou da polícia quem se negasse a tal receberia multa, como se pode averiguar a seguir:

O açude Novo desta Vila, assim como os poços e todas as fontes de água potável do município, serão cercados e beneficiados pelo trabalho dos moradores vizinhos, que serão convocados para esse serviço pelo fiscal da Câmara ou agente policial do lugar. O que sendo convocado se negar pagará a multa de dois mil réis (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1851, Artigo 29 apud ALMEIDA, 1993, p. 120).

Em 1912, já com o aumento populacional advindo pela atração de imigrantes e investidores na cidade, sobretudo, após a construção da linha férrea, o Açude Velho passou por uma pequena reforma a qual “elevou o paredão, que com cinco palmos a mais no coroamento, teve de muito aumentada a sua capacidade” (ALMEIDA, 1993, p. 113). Já em 1914, as chuvas foram generosas e prolongadas, favorecendo o acúmulo de água também para o Açude Novo, tanto que o paredão sofreu avarias, demandando recursos do município e da União para reformas e conclusão dos serviços (ALMEIDA, 1993).

Apesar das reformas nos referidos açudes, a demanda populacional advinda pelo atrativo que a cidade exerceu com a movimentação comercial e o crescente mercado algodoeiro, fez com que esses reservatórios não suprissem todas as necessidades e ameaçavam a continuidade do crescimento econômico. Por isso, o então Prefeito Cristiano Lauritzen¹⁰ buscou junto ao congresso e suas

¹⁰ Cristiano Lauritzen nasceu em Boddun, Dinamarca, a 11 de novembro de 1847, filho de Lauritzen Nilsen e Marie Nilsen. Aos vinte anos de idade emigrou para o Brasil, em 1867, aportando no

representações paraibanas, auxílio do governo federal de recursos para a construção de outro reservatório. Em pouco tempo chegou a Campina Grande Miguel Arrojado Lisboa, diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)¹¹. O engenheiro constatou a existência de três riachos possíveis de abastecer um reservatório: o riacho das Piabas, que mal abastecia o Açude Velho; o Riachão, localizado na zona rural; e o Bodocongó, volumoso o suficiente quando chovia e que oferecia pontos para a construção do açude, inconveniente por ser de seis quilômetros a distância do centro urbano, necessitando ainda a construção de uma caixa d'água e chafarizes (ALMEIDA, 1993).

O Conselho Municipal tentou, através de ofício enviado ao IFOCS, sugerir que Cristiano Lauritzen fosse o executor da obra, tendo como argumento que o mesmo já tinha tomado a frente de outras obras nos outros açudes¹². O IFOCS recusou o pedido, de modo que abriu concorrência pública e o contrato foi firmado no valor de setenta mil cruzeiros, sendo de igual valor a construção de chafarizes e de uma caixa d'água. Em 1912 inicia-se a construção, mas em 1915 ainda não havia sido concluída, ano de mais uma seca, o que agravou os apelos e a situação da população (ALMEIDA, 1993, p. 354).

Com a vitória de Epitácio Pessoa para o senado em 1912, Cristiano Lauritzen ganhou um aliado forte no governo. Em novembro de 1915 telegrafou solicitando uma comissão de estudos sobre a construção da barragem em outro trecho do riacho Bodocongó. Chegando a comissão chefiada pelo engenheiro Júlio Barcelos, reconhece as dificuldades da obra em andamento e os gastos que já haviam sido feitos, impedindo a continuação e propondo a construção da barragem no lugar chamado Ramada, lugar mais propício, pois é ponto de confluência do riacho

Recife, onde começou a trabalhar como negociante de jóias e relógios. Em 1880, chegou a Campina Grande, onde continuou sua atividade comercial. Casou-se com Elvira Cavalcanti, filha do coronel Alexandrino Cavalcanti, com quem teve dez filhos. Membro do Partido Conservador, governou a cidade como Presidente do Conselho de Intendência, de 1890 à 1892. Com a Proclamação da República passou-se para o Partido Autonomista, com a Lei Estadual de 2 de maio de 1895 que criou o cargo de Prefeito em cada município, Cristiano Lauritzen tornou-se o terceiro prefeito nomeado de Campina Grande, governando a cidade de 14 de novembro de 1904 à 18 de novembro de 1923 quando faleceu, teve o mandato mais longo da história campinense. Em 1912, fundou o Jornal Correio de Campina, sediado no Pavilhão Epitácio Pessoa.

¹¹ Quando Epitácio Pessoa ocupa a presidência, passou a se chamar em 1919 de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), mais tarde, em 1945, ainda sob o governo Vargas, passa a ser denominado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

¹² De acordo com o Ofício enviado pelo Conselho Municipal, o qual Lauritzen possuía apoio da maioria, o mesmo possuía experiência na construção de obras dessa natureza, visto que comandou as reformas no Açudes Velho, construiu o açude em sua propriedade além de outros na região da cidade, bem como, esteve a frente da construção do Grêmio de Instrução e do Cemitério (ALMEIDA, 1993, p. 352).

Bodocongó com o Caracóis. (ALMEIDA, 1980, p. 386). A Mão de obra foi advinda dos retirantes da seca que em Campina Grande se instalavam.

Em março de 1917¹³ estavam concluídos os trabalhos e as chuvas favoreceram a captação de água nas cabeceiras dos riachos, sangrando o açude no inverno e enchendo de esperanças os campinenses. No entanto, em pouco tempo foi constatada a limitação dos usos de suas águas, que devido ao alto teor de salinidade impediu o consumo humano, não diminuindo assim a crise de água potável para a cidade. Mesmo assim, suas águas serviram para fomentar a nascente indústria que se instalaram em suas proximidades, dando origem ao bairro que até os dias de hoje se chama também Bodocongó. Surgiram ao seu redor um curtume (Curtume Vilarim), uma fábrica têxtil (S/A Industria Têxtil de Campina Grande¹⁴), mais tarde um matadouro e, por fim, o bairro que no início era majoritariamente habitado pelos funcionários das fábricas, havendo inclusive uma vila operária¹⁵ população essa que se serviu do açude para lavagem de roupas, banhos e lazer.

Além desses três açudes, haviam algumas fontes, pequenos barreiros e cisternas particulares. Os poços artesianos também foram uma opção, no entanto, sua utilidade estavam limitadas pelas condições geológicas da região, pois na maioria dos casos existiam nesses poços águas salobras ou sem condições de fornecer o líquido passível de consumo humano, servindo muitas vezes para os afazeres domésticos e limpeza. No *Anuário de 1925*, os redatores problematizam a dificuldade de encontrar água potável que suprisse à necessidade da população, expondo o problema da salinidade na região.

¹³ De acordo com Epaminondas Câmara (1998, página 47), as obras foram concluídas em janeiro de 1916. Para José Américo de Almeida (1980, p. 387), as obras foram concluídas em Janeiro de 1917, sendo entregues pelo governo em Fevereiro do mesmo ano. Já para Elpídio de Almeida (1993, página 356), as obras foram concluídas na data citada no corpo do texto.

¹⁴ Inicialmente a empresa de fiação e estopa se chamava “Bodocongó de Aires & Cia.”, mas passou a ser a “S.A. Indústria Têxtil de Campina Grande” comandada pelos irmãos Ademar Veloso da Silveira e Agostinho Veloso da Silveira. Foi fundada em 1923 existindo até o ano de 2009, porém na década de 1990 foi vendida a um grupo empresarial cearense e passou a ser chamada Malharia Limoeiro. Atualmente, a escola “Espaço Educacional Carmella Veloso” funciona no prédio onde foi a residência do senhor Ademar Veloso.

¹⁵ Algumas das famílias trabalhadoras da Fábrica Têxtil recebiam pelo seu trabalho uma casa modesta na Vila Operária de Nossa Senhora de Nazareth, localizada na rua Aprígio Veloso. Esta Vila chegou a ter 44 casas, sendo 22 de cada lado, 1 barreiro e 1 casa de farinha. A vila existiu entre 1929 a 1977. Os seus moradores recebiam um terreno para a plantação de culturas de subsistência e a colheita dividida entre os moradores. Não há nenhum resquício da sua existência, pois seu terreno foi vendido ao governo para a expansão do ex-Campus II da UFPB, atual Campus I da UFCG. Confira: ALMEIDA, Juliana Nóbrega de. **Da escola negada ao trabalho necessário: um olhar sobre a educação de jovens e adultos no bairro de Bodocongó em Campina Grande-PB.** Programa de Pós Graduação em Geografia. João Pessoa, 2010. Dissertação de Mestrado.

As primeiras testativas (*sic*) para se conjurar o flagelo terrível das longas estiadas entre nós, datam da instituição dos celebres póços artesianos, cuja ineficiência na região nordestina, ficou sobejamente provada, pelo facto de não mais subsistir nenhum deles. Em Campina Grande perfuram ou tentam a perfuração de diversos, sem resultados satisfatórios, desde que se não alcançou jamais o precioso líquido doce, ou em condições de servir (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE DE 1925, p. 97).

A pertinência das estiagens forçava a população a recorrer ao sítio Lozeiro, cujo olho d'água mantinha-se constantemente. De acordo com Almeida, “pertencia então a propriedade ao farmacêutico licenciado Dionísio Afonso Deniul” (1993, p. 113), e estava localizada ao norte do centro urbano, não muito longe, sendo esta a principal alternativa em períodos de escassez¹⁶. Desde o período imperial mereceu a atenção por parte do governo municipal, pois sabiam que a sua manutenção significava a preservação de uma das melhores e mais confiáveis fontes de água potável da cidade. Na seca de 1877, quando o Açude Velho ficou “um charco” e o Açude Novo secou, o então vereador e bacharel Irineu Ceciliano Pereira Jóffily “conhecedor de todo o terreno da cidade e do município, propôs à Câmara que fosse designado o fiscal para proceder a desobstrução e limpeza da fonte do Lozeiro, correndo as despesas pela verba de eventuais, contanto que não falte água potável à população, avaliada em duas mil pessoas”. (ALMEIDA, 1993, p. 119). Assim, enquanto outras fontes de água secavam e deixavam a população em apuros, o sítio Louzeiro refrigerava a sede dos que sofriam com a estiagem.

As águas da fonte Louzeiro ainda possibilitaram a Cristiano Lauritzen, proprietário de terras próximas, construir uma pequena barragem no leito do riacho que provinha dessa fonte. Por estar em suas terras, deduzimos que poucos usufruíam de suas águas, sendo mantida, portanto, como um lugar de banhos onde existia um banheiro (MORAES, 198?). Essas águas da Fonte do Louzeiro também abasteciam o Riacho das Piabas, as quais serpenteavam ao redor da área urbana, até chegar à Lagoa dos Canários que por sua vez abastecia o Açude Velho. Assim, apenas a Fonte Louzeiro mantinha-se preservada, pois desde o Açude Lauritzen,

¹⁶ A fonte Lozeiro, está localizado por trás de onde hoje está o 31º Batalhão de Infantaria Motorizada. Atualmente, o Inciso III, do artigo 269 da Lei Orgânica do Município, considera esta como área de preservação permanente, pois é a única floresta urbana da cidade e concentra fauna e flora características da região.

passando pelo Riacho das Piabas próximo aos Currais, até o Açude Velho, suas águas recebiam parte considerável dos córregos da parte leste da cidade.



Figura 2: Vista parcial da cidade, focando o sudeste da área urbana, década de 1930.

A fotografia acima é uma das testemunhas da configuração urbana de Campina Grande no final da década de 1930, trata-se de uma perspectiva do sudeste da cidade a partir da torre da Catedral Diocesana de Senhora da Conceição. No primeiro plano podemos ver parte da Rua Bento Viana e da atual Rua Afonso Campos, além de parte da Rua do Oriente, mais tarde chamada de Rua das Barrocas e atual Rua Vila Nova da Rainha, esta última até hoje é caminho para o Açude Velho. No primeiro plano podemos ver a edificação que em sua maioria eram residências de boa parte da elite campinense, no terceiro plano, ao fundo, podemos ver a Lagoa dos Canários, bem como, as pequenas casas dos bairros populares que já começaram a se formar no entorno da área urbana e das águas deste manancial.

Essa era a situação das águas da cidade até o final da década de 1930, quando Campina Grande contava com poucas fontes de abastecimento. Podemos localizar estes mananciais e visualizar como era a área urbana até a década de 1920 no mapa a seguir¹⁷. Quanto as fontes de água, podemos ver os três maiores reservatórios, o Açude Velho ao sul, bem próximo a uma pequena parte da Lagoa dos Canários localizado a leste e o Açude Novo a oeste, abastecido por alguns pequenos riachos temporários. Pode-se ver ainda o Açude Lauritzen, que na verdade era uma pequena barragem localizada no norte da cidade e ainda um pequeno riacho advindo da Fonte do Lozeiro, que por ser uma nascente sempre estava a socorrer os campinenses, mas, este não está no plano deste mapeamento, estando também fora do campo de visualização o Açude de Bodocongó, localizado ao oeste da cidade.

Quanto à ocupação urbana, Queiroz (2008) fez um pertinente mapeamento (**Figura 3: Mapa de Campina Grande – 1918**), mostrando, além das vias principais, as áreas ocupadas em seus respectivos períodos. Em amarelo o núcleo inicial, que teve sua ocupação realizada até 1907, compreendendo desde os quarteirões próximos a Catedral, o final da Rua Barão do Abiaí, a Rua das Areias, hoje denomina Rua João Pessoa, até a área próxima a antiga Igreja do Rosário, demolida em 1940. Em rosa, podemos ver as ocupações realizadas até 1918, quando a área ao sul do centro urbano passou a localizar algumas casas da elite, mas também alguns casebres e becos, se estendendo até as proximidades do Açude Novo, e por fim, toda a área em verde que começou a ser também ocupada a partir de 1918, nos arredores dos principais mananciais da cidade.

¹⁷ Mapeamento exposto em: QUEIROZ, 2008, p. 44.

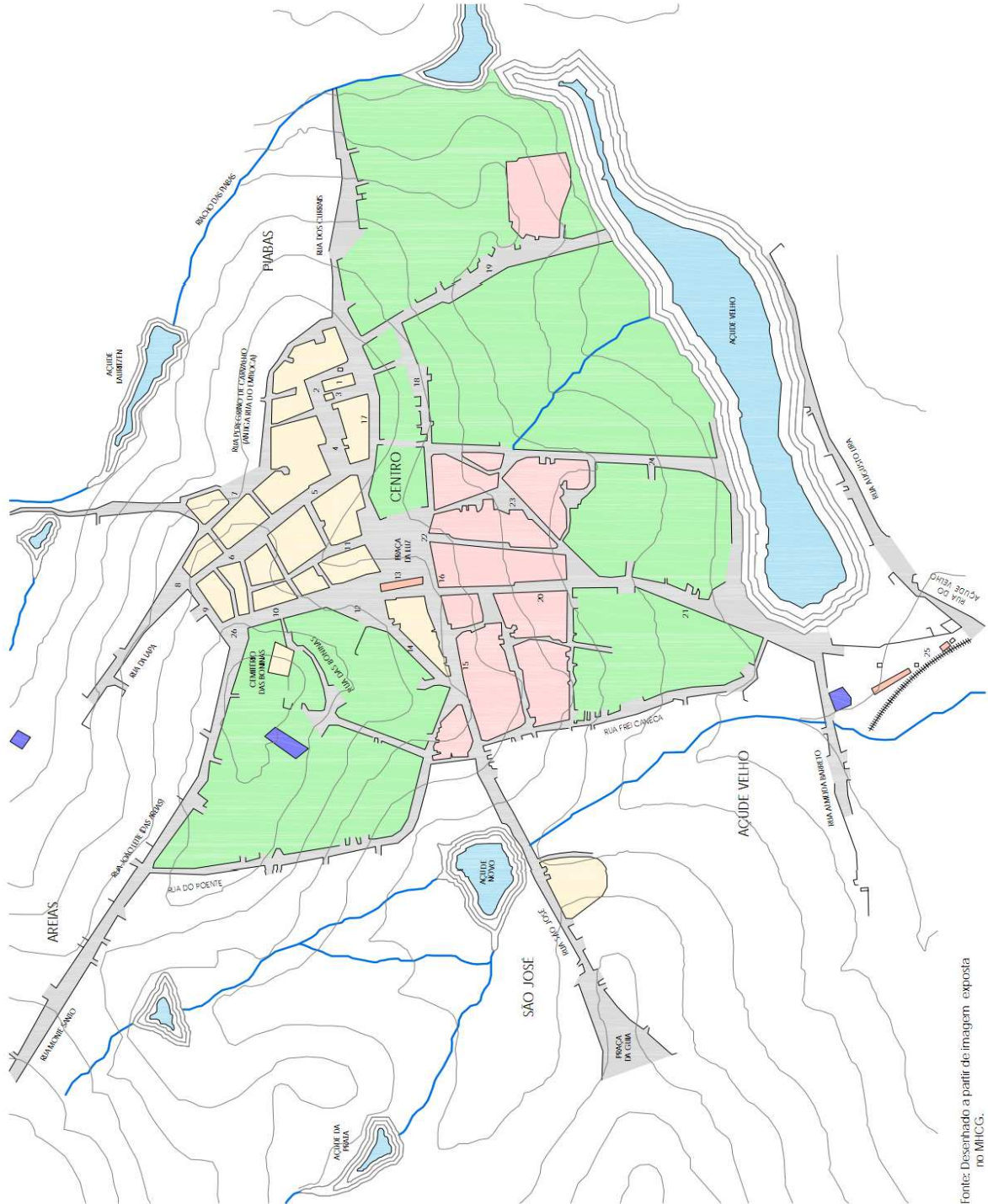
CAMPINA GRANDE - 1918



LEGENDA

- QUADRAS ATE 1907
- QUADRAS 1907-1918
- AREAS EM OCUPAÇÃO

- 1 IGREJA MATRIZ
- 2 LARGO DA MATRIZ
- 3 PAÇO MUNICIPAL
- 4 LARGO DO COMERCIO VELHO
- 5 RUA MACIEL PINHEIRO
- 6 PRAÇA EPIFANIO PESSOA
(ANTIGA RUA GRANDE OU DO SERIDO)
- 7 RUA BARAO DO ABIAI
- 8 PRAÇA 7 DE SETEMBRO
- 9 RUA 7 DE SETEMBRO
- 10 RUA MARQUES DO HERVAL
(ANTIGA RUA DOS ARMAZENS)
- 11 RUA VENA NÓCIO NEIVA
- 12 LARGO DO ROSÁRIO
- 13 IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 14 RUA VISCONDE DE PELOTAS
- 15 RUA 13 DE MAIO
- 16 RUA DA CADEIA
- 17 RUA DO MEIO OU DE BAIXO
- 18 RUA DA FLORESTA
- 19 RUA DO ORIENTE (DAS BARROCAS)
- 20 RUA IRINEU JOFFELY
- 21 RUA DA REPUBLICA
- 22 RUA JOVINO DO O (RUI COURO)
- 23 RUA VIDAL DE NEGREIOS
- 24 RUA JOAO TAVARES
- 25 ESTACAO FERROVIARIA (GWBRR)
- 26 PRAÇA DO ALGODAO



Fonte: Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG.

A solução para o problema da falta de água estava para se inaugurar em 1927, como foi propalada pelos chefes políticos locais e pela elite detentora dos principais veículos governistas de comunicação da época. A construção do sistema de abastecimento a partir dos açudes de Puxinanã e Grota Funda. Tais obras foram projetadas e pensadas por estes para ser a solução definitiva para as dificuldades no que diz respeito aos recursos hídricos da cidade. Foram executadas no momento em que João Suassuna¹⁸ venceu as eleições para o governo do Estado em outubro de 1923, quando em exercício do mandato empreendeu o saneamento na Capital do Estado e construiu diversas obras de infra-estrutura no interior.

No início da matéria sobre o futuro Açude de Puxinanã, o *Anuário de Campina Grande de 1925*, nos mostra que os editores partidários do governo municipal e estadual se preocuparam em trazer elogios aos aliados antecessores que buscaram solucionar tal problema. Solução esta que foi perseguida, tanto com a perfuração de poços e construção de cacimbas¹⁹, quanto pelo empreendimento que o “benemérito” João Suassuna trouxe para a cidade, algo que, de acordo com as colocações deste *Anuário*, apenas um homem sertanejo, compreensivo e consciente dos entraves que a falta de tais recursos trazem para o desenvolvimento econômico da região, poderia proporcionar (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE DE 1925, p. 98).

O então Presidente do Estado convidou o engenheiro Baeta Neves (técnico em Engenharia Sanitária e projetista do Plano de Abastecimento de várias cidades mineiras, entre elas Caxambu) para projetar um sistema de abastecimento para Campina Grande. Com base em estudos preliminares sobre a população e o quantitativo de casas, elaboraram um projeto de construção que viesse a atender uma média de doze mil habitantes. Como os recursos do Estado eram limitados, não se pensou em saneamento e esgotos, empreendimento que poderia ser tomado por outras administrações, pois essa medida não era considerada urgente (ALMEIDA, 1993).

De acordo com Almeida (1993, p. 395), os técnicos projetaram os açudes de Puxinanã e Grota Funda para manter uma coleta anual de 478 metros cúbicos, cabendo a cota de 67 litros para cada habitante. Assim deveria ser canalizada a

¹⁸ João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna, nasceu em Catolé do Rocha em 19 de janeiro de 1986, o ex-presidente da Paraíba e já então deputado, é assassinado no dia 9 de outubro de 1930 por um único tiro disparado por Miguel Laves de Souza na esquina da Rua do Riachuelo com Inválidos, no Rio de Janeiro. Foi presidente da Paraíba entre 1924 e 1928.

¹⁹ Cacimba é o mesmo que poço artesanal, lugar de guardar água feito no chão. Típico do nordeste brasileiro.

água de Puxinanã para o Monte Santo²⁰, onde foi construída a caixa d'água com capacidade de 500 metros/cúbicos²¹, alimentando os chafarizes dispostos nas proximidades, deixando a construção da rede de abastecimento para outro momento, não sendo incluída, por tanto, nesse projeto. Após a execução dos projetos e da aprovação do IFOCS, a obra foi tomada a diante pelo engenheiro Rômulo Campos²². Os trabalhos foram iniciados em julho de 1925 com o tratamento do solo e a construção dos paredões das barragens.

Apesar de ainda não terem sido completadas as obras, as aspirações dos políticos, dos comerciantes e da elite intelectual eram de que estava para ser inaugurada a obra que iria retirar Campina Grande do atraso, pondo fim a falta de recursos hídricos, considerado por estes como o motivo maior para que novos empreendimentos não surgissem na cidade, o que de certa forma, também impedia o desenvolvimento das indústrias já existentes. No *Anuário de Campina Grande de 1925*, os redatores buscavam expor por meio desse editorial as benfeitorias que tal obra traria para a cidade, mas também lamentavam a falta de tais recursos para a cidade ao questionarem “quantas iniciativas por isto tem aqui baqueado, porque, Campina não possui água nem para satisfazer a necessidade fisiológica de sua intensa população, quando é estio?!” (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE DE 1925, p. 98).

A fim de tranquilizar os possíveis investidores do comércio e da indústria em Campina Grande, os editores tiveram o cuidado de não expor os dados a partir apenas dos seus anseios, mas buscaram enfatizar pelo respaldo do engenheiro que estava à frente das obras, fala que protagonizava a autoridade técnica e o saber científico. Seria essa uma forma de trazer a áurea da ciência para as informações

²⁰ A caixa d'água possuía 72 metros de diferença de nível em relação às barragens que estavam distantes a 11.680 metros de distância, o que permitiu a chegada da água por gravidade. A sua construção no Monte Santo se deu pelo fato de ser na época, dentro da área urbana, a área mais alta da cidade, o que permitiria a distribuição pelo mesmo sistema gravitacional.

²¹ De acordo com a Mensagem do Presidente do Estado em 1926, (página 99) a caixa d'água é do “tipo Saturnino de Brito”. Inventado por Saturnino de Brito, passou a ser aplicada em vários países e no Brasil, mas era denominado por esse engenheiro de Tanque Fluxível. Esse tipo de tecnologia consiste num reservatório subterrâneo de água destinado a fornecer descargas periódicas sob pressão dentro dos trechos de coletores sujeitos a sedimentação de material sólido, visando a prevenção contra obstruções por sedimentação progressiva.

²² Em Mensagem do Presidente do Estado em 1926 (a partir da página 95), João Suassuna expõe os dados técnicos previstos no projeto de execução das obras dos Açudes de Puxinanã e Grota Funda. Dados mais específicos também foram expostos no relatório de 1927 (a partir da página 147) quando o mesmo detalhou desde as obras e os gastos, até as demais benfeitorias realizadas para a manutenção dos açudes e as indenizações, anunciando inclusive a provável data de inauguração dos empreendimentos em 22 de Outubro de 1927. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u561/000146.html> Acesso em 20 de Maio de 2011.

que ali estavam expondo, buscando assim mostrar que se a solução não estivesse sendo desta forma materializada, outras medidas já previamente avaliadas poderiam garantir a manutenção do abastecimento de água tão necessária para o desenvolvimento local.

Perguntado sobre se o Açude de Puxinanã suprirá sempre as necessidades de nossa grande urbe, que cresce dia a dia, respondeu-nos aquele distinto Engenheiro que sim, e que no caso do aumento de população, excedente dos calculos feitos, o governo poderá construir outra barragem no lugar vizinho de Puxinanã, chamado de Lagôa Grande, duplicando-se, então as possibilidades do nosso reservatório (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE DE 1925, p. 99 - 100).

Em fevereiro de 1926 se deu a preparação da linha adutora, momento em que foram assentados os primeiros canos da caixa d'água no Monte Santo. O passo dado nas obras significou uma oportunidade para que o então prefeito Ernani Lauritzen, representando o presidente do Estado, realizasse uma pré-inauguração das obras, onde discursos inflamados em favor de uma obra e de um governo foram proferidos sob a inspiração materializada com a benfeitoria que estava trazendo a suposta redenção de Campina Grande. Anunciada como uma grande obra, estava em pouco tempo para ser concretizada, contrariando os interesses da oposição e dos que já não mais acreditavam numa medida que pudesse reverter ou amenizar a situação precária das águas de Campina Grande.

Dia era de júbilo intenso para todos os habitantes de Campina Grande, que viam concretizadas no ato inaugural daquele empreendimento de vulto, que ontem parecia um sonho irrealizável, todas as esperanças de quantos conheciam as prementes necessidades do povo campinense (ALMEIDA, 1993, p. 395).

Em outubro de 1927 as obras foram de fato inauguradas, merecendo mais uma vez discursos e festejos com muita música executada pela banda local. O Banquete foi organizado pelo prefeito Ernani Lauritzen em sua casa e contou com a presença do Presidente do Estado João Suassuna, além de personalidades políticas e intelectuais da cidade. Na ocasião, também foram organizados festejos de inauguração da Praça que levou o nome de Eptácio Pessoa, no centro da cidade, em homenagem a esse aliado político. Cogitou-se, por muitos anos mais tarde,

mudar o nome do povoado de Puxinanã para João Suassuna, pois essa seria uma “justa homenagem ao benemérito dessa importante urbe”. (A UNIÃO, 9 de novembro de 1927)

Novamente a construção dos Açudes de Puxinanã e Grota Funda foram mostrados, representados como sendo a solução que a cidade precisava, uma construção que veio como uma benção concedida pelo então Presidente João Suassuna, o qual a população de Campina Grande deveria ser eternamente grata. A maneira como os campinenses deveriam retribuir seria através do apoio e simpatia não só para com o Presidente, mas também para com os seus aliados locais. As obras encabeçadas por esse grupo político, pela maneira como os discursos proferidos e publicados construía uma imagem de redenção, de modernização, de civilidade e de progresso, idéias que favoreceram aquelas mesmas famílias, as quais permanecessem no governo por algumas décadas, o que permitiu a continuidade desse imaginário até os dias hoje. Para tanto, valia-se destacar os avanços da ciência moderna e da engenharia empregados em favor do conforto e da higiene dessa cidade em constante aumento populacional e econômico, como afirmavam de forma ufanista o jornal *A União*.

Dar água à densa população de Campina Grande constituiu uma preocupação plausível por todos os títulos, do actual governo do Estado, que mandando construir os trabalhos de engenharia hydraulica de Puchinanan quis solucionar e encontrou uma solução definitiva e feliz para uma questão tão intimamente relacionada com a hygiene e conforto de grande núcleo commercial da Parahyba (A UNIÃO, 9 de novembro de 1927).

Não houve com tais obras a preocupação com os esgotos e com a salubridade das águas, tamanha era a necessidade por qualquer fonte segura de água. Não se pensou até quando os açudes poderiam de fato servir a cidade, visto que dependiam da densidade pluviométrica, não havendo nascentes ou riachos que o abastecessem e mantivessem os níveis de água. Não houve também tratamento ou exames mais apurados para verificar a qualidade e a salubridade das águas ou a implementação um sistema de tratamento, o que poderia acarretar em problemas ainda maiores com epidemias e moléstias na urbe.

De fato, verificou-se que tais reservatórios não satisfaziam as necessidades da população, e sim, dos comerciantes e da indústria que gradativamente necessitavam de mais água. Devido os crescentes movimentos migratórios, bem como, do conseqüente e natural aumento populacional, a quantidade de água disponível em Puxinanã não poderia ser suficiente para suprir toda a cidade. A suposta solução poderia ser a construção de outra barragem, como anunciou o “Anuário de Campina Grande de 1925”, em Lagoa Grande, medida que não foi tomada pelos governos, assim, foi sacrificada a população em nome do progresso, principalmente a mais humilde moradora das áreas periféricas do centro urbano.

1.3 Falta água e esgoto: insalubridade e doença enquanto mote.

Rua do Açude Novo!

Campina Grande de minha infância
Que recorde com saudade!

Açude Novo Construído em 1846
vazio na seca de 77,
na grande desgraça.

Rua do Açude Novo!

Rua por onde passavam
os comboios de sertão
e os presos, acorrentados
com as “cubas” de merda
para despejarem
bem perto das águas
que a gente bebia
(PIMENTEL, 2001, p. 85).

Cristino Pimentel, autor dos saudosistas versos acima nasceu em 1897 e faleceu em 1971. O trecho acima é apenas uma pequena parcela das memórias de um autodidata que conciliava as atividades de comerciante e cronista para alguns dos jornais em circulação na cidade e na capital a partir da década de 30, além de escrever alguns livros de memórias considerados como referências quando se trata da história, dos usos e dos costumes campinenses no início do século XX. Seus pais possuíam uma modesta casa na rua do Açude Novo, tema central desses versos que relembram a sua infância e sua mocidade vivida no entorno dessa barragem,

onde o mesmo manteve toda uma rede de sociabilidades com outros moradores e familiares em sua cotidianidade decorrente (PIMENTEL, 2001)

Podemos perceber duas questões principais nos trechos dos versos ora citados, a primeira, diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos cidadãos nos períodos de estiagem quando reduzida então a disponibilidade de água. Observamos assim que, apesar não ter vivido o período citado, momento em que uma grande estiagem assolou a região e fez secar o tal açude, o cronista reflete em seus versos o quanto essa “desgraça” ocupava o imaginário dos campinenses ainda no início do século XX. Quando o autor se refere a este ocorrido como “desgraça”, ele está também deixando transparecer a aflição dos moradores da cidade quando estes viram uma das poucas fontes de água potável que abastecia a cidade secar, pois como já vimos, nesse contexto essa era uma das poucas. Mas, além disso, o autor também nos deixa margem para refletir o quanto a possibilidade de isso acontecer novamente deixava os moradores receosos.

A segunda questão, nos remete aos usos do referido açude, quando o autor discorre sobre o movimento dos animais, o despejo das latrinas e o consumo humano destas mesmas águas da barragem. Como se sabe, a então denominada Rua da Abolição, mais tarde Rua 13 de Maio, era uma das estradas que davam acesso à área urbana, por onde os viajantes com seus muares chegavam dos sertões e dos Estados vizinhos. Essa movimentação constante requeria água para matar a sede dos animais, o que já deixava contaminada as suas águas.

Havia dessa forma, o receio em relação às águas pútridas e ao mau cheiro que exalavam, o que nos faz refletir sobre a teoria miasmática, corrente de pensamento que surgiu no século XVIII, quando se considerava que a doença era causada por certos odores venenosos, gases ou resíduos nocivos (do grego *miasma*, mancha) que se originavam na atmosfera, das águas ou do solo. Essas substâncias seriam posteriormente arrastadas pelo vento até a um possível indivíduo, que acabaria por adoecer (VIGARELLO, 1996). A partir da medicina microbiana²³ do século XIX, o foco das causas das doenças recaiu sobre o indivíduo. A transmissão das doenças passou dos ares para os indivíduos, os agentes da enfermidade passavam de uma pessoa doente para outra saudável. Nesse contexto o indivíduo doente passa a ser

²³ A teoria microbiana das doenças, em bases verdadeiramente científicas, foi formulada em 1865, quando Louis Pasteur descobriu a causa e a cura de uma epidemia nos bichos-da-seda (*bombyxmori*), que na época estava a arruinar a indústria francesa.

controlado, pois assume maior importância no processo de transmissão (CORBIN, 1987).

Na Europa, as descobertas feitas por Pasteur não demoraram a ser o principal foco dos estudos epidemiológicos, tanto que em 1880 não havia mais contestação sobre a teoria. “O miasma deixa o palco da ciência” (CORBIN, 1987, p. 284) No entanto, como podemos perceber, em pleno século XX as teorias miasmáticas ainda estavam presentes na ordem dos discursos jornalísticos e higienistas do Brasil e dos campinenses. Nos apelos e críticas aos hábitos e condições higiênicas que veremos a seguir, também se faz presente ressonâncias da teoria dos miasmas, ideia que, até o início da década de 1940, ainda permaneceu alguns resquícios de sua influência e comandou as ações dos órgãos de higiene e as letras dos intelectuais da cidade

Deixando ainda mais insalubre esse açude, cotidianamente este servia de depósito de águas servidas, seja dos afazeres domésticos ou mesmo das “cubas” provenientes das necessidades fisiológicas dos moradores da cidade, que hora era faziam esse despejo no Açude Novo, hora no Açude Velho. O medo que ocupou o imaginário do campinense em relação as secas e ao estado de insalubridade continuou presente nos contemporâneos desse cronista, pois essa situação acabou por gerar um ambiente propício à proliferação de doenças. Assim, percebe-se que não eram apenas a quantidade e disponibilidade de água que preocupava os campinenses, mas também, a qualidade das água, bem como, as condições de insalubridade que a cidade apresentava aos visitantes e a conseqüente proliferação de miasmas e moléstias decorrentes, como ainda acreditavam os campinenses nesse período (como veremos a seguir) apesar de já estar ultrapassada a teoria miasmática nos círculos científicos europeus.

A partir dessas observações, podemos elencar os fatores que fizeram emergir a necessidade de investimentos e de investidas dos governos em favor de mudanças em relação as condições sanitárias da cidade, voltando-se nesse sentido os apelos da elite e dos homens de letras para a realização de medidas sanitárias que contemplassem o planejamento de um sistema de esgotos e de tratamento de águas. Cuidados que até então não haviam sido incluídos por nenhuma das reformas ou benfeitorias na cidade até a metade da década de 1930.

A insalubridade não era um problema recente, remonta ao século XIX quando ainda mantinha-se a condição de Vila. Desde esse período, a Paraíba e em especial

a Vila Nova da Rainha, sofreu com as constantes epidemias de cólera-morbus que assolaram a região, vitimando cerca de uma décimo da população. Além da cólera, outras doenças proliferaram na Vila e quando foi transformada em cidade, se estendendo algumas epidemias até a década de 1930, a exemplo da febre amarela, a tuberculose, a febre-tifóide, a malária, a peste bubônica, entre outras²⁴. Muitas dessas doenças, algumas geradoras de epidemias foram identificadas como tendo origem nos ambientes pestilentos cobertos por miasmas e pela vida “promíscua” de hábitos sem higiene e de descuido com os lixos, latrinas e animais soltos nas ruas.

Epaminondas Câmara (2006) nos dá um panorama das condições sanitárias da Vila, mostrando em sua narrativa de que forma as águas da cidade acabavam contaminadas mesmo quando o atual estado de sujeira estava sendo gerada no centro da área urbana. Isso se deve, em grande medida, pela falta de um sistema de drenagem e de saneamento que desse um destino apropriado a águas servidas, pois mesmo que as chuvas não levassem a sujeira para os riachos e as barragens, estes açudes e córregos eram os principais destinos dos tigras aí despejados.

O estado sanitário da vila, neste decênio, era dos piores que se pode imaginar. Depositava-se se o lixo nos fundos dos quintais, as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, os porcos viviam soltos nas ruas. E tudo – lixo, fezes, lama dos chiqueiros – ia sendo carregado pelas águas pluviais para o Açude Velho (CÂMARA, 2006, p. 61).

Algumas medidas restritivas foram tomadas pela Câmara em 1857 no sentido de amenizar essa situação, entre elas a promulgação do Código de Posturas, o qual mantinha leis que buscavam proibir a continuidade da hábitos que piorassem as condições de higiene da cidade e dos açudes e distritos sob sua administração. Ora, leis coercitivas contra esses hábitos se faziam necessário justamente pela regularidade com que tais práticas eram mantidas, e a maneira mais eficaz encontrada era a imposição de multas aos infratores. Exigiu-se mudanças em hábitos enraizados desde a época colonial, e que estavam nesse momento, sendo postos no alvo das intervenções urbanas, principalmente após as descobertas científicas do século XIX que identificaram essas práticas como geradoras de graves doenças. Entre as medidas coercitivas do Código de Posturas de 1857 destacamos:

²⁴ Para um enfoque mais apurado a respeito das epidemias que acometeram a população campinense desde o século XIX até a década de 1930, confira: AGRA, 2006.

Fica proibido lavar-se roupa, animais, e gente, e bem assim beberem os animais no corpo do assude, ficando designado para esses misteres o lugar Gangôrra do mesmo assude, conforme a divisão existente: o infractor pagará a multa de 5\$000 reis. São proibidas as pescarias de tarrafas no assude durante a estação seca. O infractor pagará multa de 5\$000 rs. [...] São obrigados os moradores desta Villa e Povoações de seu distrito a trazerem as suas casas, testadas e quintaes limpos de lixo e immundicies, que possam prejudicar a salubridade publica, devendo estes ser lançados em lugares designados pelos Fiscaes: o contraventor pagará a multa de 5\$000 res. É proibida a criação e conservação de cabras e ovelhas soltas pelas ruas desta Villa, permitindo-se somente a conservação deaquellas que forem destinadas para dar leite às crianças, devendo ser conservadas com carga, e presas à noite: o contraventor pagará multa de 1\$000 rs., e o duplo na reincidência. É proibida nessa Villa e suas Povoações, a criação de porcos não reclusos: o infractor paragará multa de 1\$000 re. E o dublo na reincidência [...] (Câmara, 2006, p. 61).

O trecho do Código de Posturas e Epaminondas Câmara não nos forneceram maiores referências sobre qual açude especificamente a Lei enfoca tais restrições. Na época haviam apenas dois Açudes próximos a área urbana, o Velho já contaminado e inadequado para consumo humano, mas também gerando preocupações por causa dos ares considerados pútridos que exalava, e o Novo, ainda merecendo maiores cuidados. Cruzando os indícios, encontramos a edição de 01 de Junho de 1940 de *A Voz da Borborema*, a qual nos traz uma pequena informação sobre esse trecho do Açude Velho, o que nos permitiu desvendar com maior segurança e confirmar de que se trata do Açude Velho, visto que o referido jornal discorre sobre os limites deste açude, de modo que este “se estende por cerca de três quilômetros na sua ampla curva que vai da antiga ‘Gangôrra’ até a ‘Lagoa dos Canários’”. Assim, como se pode perceber, existiu um lugar delimitado chamado de “Gangôrra” no qual foi escolhido para que se lavassem as roupas, os animais e os banhos, além de servir para que os animais saciassem a sua sede, no entanto, ainda assim, era na região do açude, nos fazendo deduzir o quanto ainda estava restrita a possibilidade de que outros locais fossem apropriados para tal. Faltavam alternativas.

Observa-se também a sujeira cotidiana que algumas casas acumulavam em seus fundos e quintais, somando então para o estado de insalubridade da Vila. Nesse ponto específico, buscava-se agir na vida privada das pessoas, no interior de suas casas, escondido dos olhares dos fiscais. Fazia-se necessário mudar também as práticas da vida privada e a sua relação com os materiais imundos, uma nova

sensibilidade se impunha em favor da salubridade pública, pois se estes lugares fossem os focos de doenças, essas poderiam transformar-se em epidemias. Vemos também o combate à presença de animais que também era comum nas ruas, inclusive de porcos, os quais se ocupavam de comer o lixo depositado nas ruas e “enlamear as calçadas e batentes” (CÂMARA, 2006, p. 87). Apesar das imposições, na prática a situação pouco ou nada mudou, tornando-se inclusive mecanismo de punição aos adversários políticos. Os hábitos continuaram e a calamitosa higiene pública da vila continuava a mesma. “Poucas foram as proibições que o povo levou a sério; convindo notar que as multas somente recaíam nos liberais” (CÂMARA, 2006, p. 62).

Mesmo após a elevação de Vila para cidade em 1864 e com a instauração da República, a situação dos açudes e da área urbana continuou a mesma. Além das secas que reduziam a quantidade e a qualidade da água, ainda haviam os costumeiros usos feitos pela população sobre esses mananciais. O Açude Velho servia de banheiro público, principalmente por homens e crianças que “no verão desciam em fileiras os banhistas, continuamente, de chinelas e toalha ao ombro, conversando alto, para a ilusória limpeza do corpo na água impura e contaminada do açude público” (ALMEIDA, 1993, p. 114).

Em saudosa exposição, Celso Mariz (1985) relata os momentos de sua infância quando servia de banho público o referido açude. Relembrando as suas impressões de criança, nas estadas em Campina Grande, na primeira década do século, contou numa conferência que “o grande banho popular, o mais fresco, o mais alegre, o mais gostoso na comunhão do ar e do testemunho das lavadeiras era o Açude Velho”. Continuavam também as pescarias nesse reservatório, o que provocava, segundo o pensamento da época, a movimentação das águas, deixando-as sem vida, com menos peixes que poderiam comer os pequenos fragmentos de sujeiras orgânicas e sem mover as águas do açude, deixando-as paralisadas, acumulando sedimentos e organismos em putrefação que exalavam mau cheiro. Situação que os jornais expunham em caráter de denúncia.

Em um desses dias, conversando com um respeitável ancião, este nos garantiu que alta noite se faz alli grandes pescarias, resultando disto, a estagnação completa da água, quase imprestavel daquelle depósito publico. Não é só isto: revolvendo materias pútridas faz exalar máo cheiro e

conseqüentes miasmas para a insalubridade desta terra (O CAMPINA GRANDE, 06 de junho de 1909).

Além de contaminar ainda mais a água e de correr riscos epidêmicos nos banhos matutinos, as águas denominadas de pútridas e miasmáticas do Açude Velho revelavam um espetáculo de indecência e despudor que incomodava desde a Câmara até a população que habitava as suas margens. Desde 1886, Leis municipais foram elaboradas para diminuir tal prática, determinando que “nenhuma pessoa maior de sete anos poderá banhar-se de dia no Açude Velho desta cidade” (ALMEIDA, 1993, p. 114), proibição que acarretava em multas para os infratores. A referida Lei não resultou em mudanças significativas, sendo descumpridas as suas determinações, mantendo-se a prática habitual dos banhos no açude, tanto que, em 1925, o jornal *Correio de Campina* publicou em seu editorial as reclamações chegadas à redação por parte de moradores próximos ao açude, sendo consideradas “justas reclamações nos foram enviadas contra o escândalo dos banhos no Açude Velho; banhos em plena luz meridiana, as escancaradas, num trecho da cidade habitadíssimo” (Correio de Campina, 1925, Apud ALMEIDA, 1993, p. 114). O mesmo acontecia no Açude de Bodocongó, do qual:

[...] pessoas residentes nas [suas] proximidades [...] trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos publicos no açude daquelle adiantado suburbio. Há muitas casas nas immediações do açude, alem da Fabrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitissimo transitada, como sabem, por pedestres e automoveis. Pois, grande numero de despudorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, á vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão, e com uma semcerimonia de metter raiva aos moradores daquellas circunvisinhanças, conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idonea. Com vista á policia para prohibir terminantemente o abuso e ao Estado, para mandar construir banheiros apropriados (O SÉCULO, 03 de Novembro de 1928).

Mario Sette (Maio de 2011), ao escrever sobre Recife no final do século XIX, nos possibilita compreender um pouco mais sobre como ocorriam os banhos no cotidiano de cidades que ainda não contavam com sistemas de abastecimento. A proximidade da casa em relação aos rios e reservatórios eram opções para aqueles menos afortunados e para os homens, mas e as mulheres e aqueles em que os pudores os impediram de tais práticas? Daí a necessidade de banheiros nas

proximidades desses mananciais ou pequenas estruturas específicas para o banho nos fundos das casas, onde havia o uso de utensílios próprios para o banho como as bacias e jarras de louça, ou ainda as gamelas²⁵, este último, predominantemente usado pelos mais humildes. Essa era a forma de se fazer o asseio pessoal sem haver tanto desperdício de água que era rara, sobretudo de qualidade.

Essa angústia pela água revelava-se indiretamente em certos aspectos da vida de então. No uso do banho, por exemplo. Quem morasse em casa perto do rio estava servido neste particular; tanto assim que o banho de rio nesses tempos passara a ser um prazer, quando não um remédio. Os banheiros de palha faziam parte do conforto até dos palacetes do Poço, Ponte d'Uchoa, Monteiro... Mas os que residiam no centro da cidade e nos sobrados? Banhos de bacia e de gamela. Quando havia água bastante... (SETTE, Maio de 2011, p. 223).

O memorialista Antônio Pereira de Moraes (198?) em seus versos também nos fala um pouco sobre a presença desses banheiros em Campina Grande, os quais se tomava banho pagando uma taxa, mas também se refere aos banhos em margens de açudes, especificamente um que existia nas margens do Açude Lauritzen. O primeiro era localizado no chamado Beco da Merda, onde hoje está a Rua Conselheiro Eufrasínio Barbosa Pontes, do lado do Museu Histórico de Campina Grande. A origem do antigo nome não é difícil de se imaginar, pois era ali mesmo onde muitos faziam as suas necessidades, e era nesse Beco que se podia tomar banho de chuveiro com o pagamento de uma taxa. Joffily, também se refere a esta casa de banhos, a qual “os viajantes mais exigentes preferiam pagar 200 réis por um banho junto a cisterna de João Ribeiro, pai do jornalista Hortêncio Ribeiro. Ao lado do beco da Merda, cujo nome explica sua utilidade” (1982, p. 73). Vejamos os versos de Moraes:

Era no Beco da Bosta
Onde é hoje Júlio Costa,
Uma tenda de ferreiro;
Um banho a gente tomava,
Com dois tostões se pagava,
Banho Frio, de Chuveiro.

²⁵ Gamela é uma vasilha com a forma de uma tigela ou bacia, esculpida em madeira retirada de árvores cuja madeira é macia, um exemplo é a gameleira. Pode ser redonda ou ovalada e é utilizada, quer na alimentação humana, como prato ou vasilha para levar a comida à mesa, quer para dar de comer aos porcos, para banhos, lavagens e outros fins.

Não tinha saneamento,
Tomar banho era um tormento,
Sempre havia confusão.
Eu me lembro, salvo me engano,
Que o prefeito Cristiano,
Tinha uma barragem,
Onde passava um riacho,
Que ficava mais abaixo
Da sua bela mansão

Nesse açude do prefeito
Grande banheiro foi feito,
Era um banheiro privado
Depois foi abandonado.
As paredes do banheiro,
Semelhante a uma garagem,
Eram dentro da barragem,
Banho grátis, sem porteiro
(MORAES, 198?, p. 23 - 24).

O outro banheiro que Moraes se refere era localizado nas margens do Açude Lauritzen, um dos que abasteciam as casas para os afazeres domésticos. Pertencia ao Prefeito Cristiano Lauritzen, o qual construiu um banheiro para os banhos de sua grande família. Provavelmente, quando houve a construção do Abastecimento de Puxinanã sua casa foi beneficiada, abandonando assim o banheiro e possibilitando o seu uso pelos populares sem a necessidade de pagar taxas e sem fiscalização.

Desde meados do século XIX, as elites estaduais mantiveram um apelativo discurso sobre a necessidade de um serviço de higiene. Esse discurso torna-se mais enfático na década de 1880, quando foi criado em 1895 o *Serviço de Higiene Pública*, órgão subordinado à *Inspetoria de Higiene*, a qual atravessa a proclamação da República, vigorando até a década de 1910. Sob o governo do médico sanitarista João Machado, o decreto estadual 494 de 8 de junho de 1911 determinou a constituição de uma repartição central subordinada ao poder executivo estadual, compreendendo a Diretoria Geral e as seções anexas sob sua dependência: (a) a seção de desinfecção, (b) hospitais de isolamento e (c) a estatística demógrafo-sanitária (SÁ, 1999).

Em 1911, o Decreto nº 494 institucionalizou o *Serviço de Higiene Pública*, com atuação em todo o Estado. Antes disso, haviam apenas um inspetor na Capital e dois delegados no interior que regulamentavam e fiscalizavam as normas de

higiene de todo o Estado²⁶. Desde o decreto, passou a desempenhar as funções de polícia sanitária, vigilância médica, desinfecções, vacinações, isolamento e demografia sanitária. As orientações seguiam preceitos da campanha de Oswaldo Cruz e Pereira Passos no Rio de Janeiro, mantendo a vacinação obrigatória contra a varíola, demolições de casas que não seguissem as determinações higiênicas e a desapropriação de aglomerados em áreas centrais.

Sidney Chalhoub (1996) com “A Cidade Febril”, publicou um dos mais respeitados estudos de História Social a respeito dos conflitos estabelecidos entre o Estado e os moradores de áreas pobres do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. Contextualizando a pesquisa na época das reformas urbanas de Pereira Passos e da Revolta da Vacina, o autor mostra que os conflitos tinham razões maiores do que a recusa em tomar a vacina. Fazia-se mister extirpar os costumes e ambientes degenerativos em favor do proclamado progresso, e para isso, cortiços e aglomerações foram destruídos, a exemplo do famigerado Cabeça de Porco.

As ações do *Serviço de Higiene Pública*, pelo que parece, não conseguiu efetuar com eficácia as suas atribuições na cidade. As casas também passam a ser alvo dos órgãos públicos, mas as críticas promovidas pelos jornais cobravam medidas enérgicas contra os focos de insalubridade existentes, sobretudo, nas áreas centrais. Cortiços e casebres, ou seja, a casa do pobre, foi considerado o foco das doenças, merecendo ações de combate a proliferação das epidemias nesses ambientes considerados degenerativos. Diante do então estado de higiene e de estrutura urbana, a cidade continuava sem ter um fim adequado para as sujeiras domésticas, o que permitia a continuidade de ambientes onde as doenças poderiam proliferar²⁷.

Existe na rua 13 de maio um quarteirão chamado dos sete quartos pelas sete espeluncas lá existentes. Do quintal destes quartos sem aparelho nem

²⁶ Para mais informações sobre o *Serviço de Higiene Pública*, confira: SÁ, 1999.

²⁷ O jornal A Imprensa, foi fundado em 1897 e circulou na capital do Estado, no entanto, durante os últimos meses de 1912, chamou a atenção de todos diante a da presença da Peste Bubônica em Campina Grande, doença que provavelmente tenha chegado nesta cidade pelo contato por via férrea com a cidade de Recife e de seu movimentado porto. Para mais detalhes, confira: SÁ, Lenilde Duarte de; CANESQUI, Maria Ana. 1912 **O ano em que a Peste bubônica atingiu Campina Grande e amedrontou a Cidade da Parayba**. Saeculum - Revista de História. nº 6/7, janeiro/dezembro, 2001. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum06-07_art15_sa-canesqui.pdf Acesso em: 15 de maio de 2011.

outra sorte de acomodações sanitárias, desprendem um mal cheiro insuportável, toda sorte de detritos e porcarias acumuladas. É este um fato digno de visitas rigorosas da Hygiene pelo estado sanitário, de nossa cidade que não é dos melhores e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a petisqueira da imundície como esta de que falamos (A Imprensa, 21 de Novembro de 1912).

Podemos perceber que, em se tratando das áreas centrais, os apelos dos editores marcavam sua presença e focalizavam suas palavras contra as casas mais populares. Ao destacar a imundice e a fedentina das casas das classes trabalhadoras, acentuado a isso os riscos epidêmicos com a sua presença, existe uma justificativa para um alarde que pretende consubstanciar uma rede de interesses sobre as áreas centrais da cidade. Trata-se assim de “uma estratégia higienista que assimila simbolicamente a desinfecção à submissão” (CORBIN, 1987 p. 184).

Mas, a falta de uma estrutura sanitária adequada não era algo exclusivo dos habitats mais humildes, estava ausente em toda a cidade. As escolas da época e as residências abastadas também tinham precariedade sanitária. Em geral, as casas mais bem servidas possuíam fossas, o que possivelmente poderia contaminar o solo e os lençóis freáticos que davam origem aos poucos poços da cidade, ou então, as águas servidas eram apenas desviadas para as ruas, e conseqüentemente, para os córregos e barragens.

O extraordinário crescimento da cidade, que faz os seus despejos na superfície e no sub-solo dos quintais das casas, trariam em breve um tal estado de contaminação dos terrenos, que constituiria certo perigo à qualidade da água de beber, que é guardada em cisternas precárias, vizinhas muitas vezes das fossas de esgotos (VOZ DA BORBOREMA, 25 de Janeiro de 1938).

Em suas memórias, mais precisamente na crônica intitulada *A Primeira Escola*, Moraes (1985) relata a precariedade das condições sanitárias do centro da cidade em 1918 e de como os alunos e alunas da escola do professor Pedro Otávio, na qual estudava quando criança, eram orientadas quando necessário satisfazer as necessidades fisiológicas. As meninas poderiam utilizar do banheiro da casa do professor, e os meninos faziam em terrenos mesmo.

Nesse tempo ainda não havia saneamento na cidade. E a casa que tinha sanitário com fossa, já era um luxo. As meninas se serviam do sanitário da residência do professor, que ficava logo após o quintal da escola. A residência era na Rua Irineu Joffily, e a escola era na rua Jovino do Ô, e se comunicavam pelos fundos. Os meninos não gozavam desse privilégio, tinham que satisfazer suas necessidades fisiológicas num matagal em frente à escola, por entre moitas de marmeleiro, jurubebas e carrapateiras. Só podia sair um aluno de cada vez. Levando a “licença”, uma espécie de pedra, ovalada, com a qual tínhamos muito cuidado, para não perdê-la (MORAES, 1985 apud GALDÊNCIO, 2008, p. 5).

A atuação do *Serviço de Higiene Pública* exerceu de modo ineficaz as suas competências. Além de pouca fiscalização e da constante resistência por mudanças em práticas tão enraizadas no cotidiano, havia o problema de maior escala que era a própria falta de estrutura sanitária, compreendendo desde a corriqueira coleta do lixo até a indisponibilidade de água potável e/ou tratada e sistemas de esgotos. Apesar dos preceitos médico higienistas estarem presentes desde os oitocentos, a falta de organização deste órgão não impediu que novos investimentos comerciais e industriais fossem estabelecidos na cidade sem levar em conta estes preceitos. Poucas foram as iniciativas que deram resultado satisfatório, visto que, tal órgão, não conseguiu agir previamente no controle urbanístico destas atividades, fiscalizando a disposição das entradas de luz e ar dos prédios, a condução dos esgotos e a instalação de atividades insalubres, a exemplo de curtumes, depósitos e fábricas localizados bem no centro urbano, próximos as residências e espaços públicos.

Diante dessa pouca eficiência, outros órgãos públicos de cunho higiênico e técnico foram criados, instituições que tinham como principal objetivo combater as doenças que afligiam o Estado. Exemplo dessas elencamos o *Instituto Vaccinogênico*, em 1913, agindo contra a varíola, o *Dispensário Leitão da Cunha*, contra a tuberculose, na década de 20 e, em Campina Grande, o *Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas* criado em 1923, combatendo a malária e a sífilis (CÂMARA, 1998), além da chegada da comitiva representante da organização não governamental Fundação Rockefeller²⁸, em 1926, para combater a febre amarela

²⁸ Desde 1916 o governo brasileiro associa-se à Fundação Rockefeller, fundando postos de controle nas capitais e se estendendo para algumas cidades interioranas. Em Campina Grande, agiu em parceria com o Posto de Profilaxia Rural no combate à malária e aos mosquitos transmissores. Para uma melhor apreciação da ação da Fundação Rockefeller no Brasil, confira: LACERDA, Aline Lopes de. **Retratos do Brasil**: uma coleção do Rockefeller Archive Center. Revista de História, Ciências, Saúde. vol. 9(3):625-45, set-dez. 2002. Manginhos, RJ. Disponível em:

entre outras moléstias. Também em 1926, o *Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas* foi transformado em *Posto de Higiene*.

Apesar do intenso e insistente discurso de renovação urbana, Campina Grande teve suas primeiras ruas centrais calçadas em janeiro de 1926, ou seja, foi nesse momento que foram realizados os traçados das ruas e de suas sarjetas, especificamente nas proximidades da Praça Epitácio Pessoa, na Maciel Pinheiro. O resto da cidade continuava do mesmo jeito. “Até aquele ano, as principais ruas da cidade eram esburacadas, sem alinhamento, a barro batido, contrastando com as casas modernas e com o trânsito de automóveis que já se fazia intenso” (NASCIMENTO, 1997, p. 58). Com Lafayette Cavalcanti no governo municipal a partir de 1929, outras artérias começaram a vivenciar mudanças.

Já em 1929, o jornal *O Século* noticiou as obras “de remodelação sanitária que o médico Severino Cruz empreendeu com a gestão inaugurada com o advento administrativo do Sr, Lafayette Cavalcanti” (*O Século*, 1929)²⁹. A partir da municipalização do controle e das fiscalizações, as críticas dos jornais dirigiam-se diretamente ao governo municipal, cobrando medidas e acompanhando as iniciativas de renovação estética e sanitária da cidade.

Começamos por chamar a atenção do Sr. Diretor para os monturos esgotos, sarjetas e riachos pereneus de águas pútridas que estão disseminadas pela urbes. A higiene municipal em colaboração com a secção de obras, também do município, ao agora que sabemos entregue a um técnico competente e trabalhador, podem corrigir nossos gravíssimos defeitos, de rudimentar urbanismo, com pouco dispêndio e só uma dosessinha de maior inteligência e boa vontade (*O SÉCULO*, 23 de janeiro de 1929).

As décadas de 1920 e 1930 foram emblemáticas no que diz respeito aos investimentos comerciais, industriais e infra-estruturais, sobretudo a partir do Movimento de 1930, quando o modelo político do país mudou e a Paraíba passou a gozar de certos privilégios com a presença de figuras representativas do Estado

<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n3/14076.pdf> Acesso em 14/02/2011. Sobre a ação desse órgão e dos chamados “mata mosquitos” em Campina Grande, confira: AGRA, Giscard Farias. **A urbes doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 – 1935. Campina Grande / PB: Ideial, 2006. Ou ainda, a tese de doutorado de CABRAL FILHO, 2007.

²⁹ O jornal *O Século* foi fundado em 1928, sob os auspícios de Luiz Gomes da Silva, filho do major Lino Gomes. Circulou até o ano seguinte apoiando o partido democrático. Já Lafayette Cavalcanti Correia de Melo, foi prefeito de Campina Grande, cargo que exerceu de 1929 até 1932, quando então foi exonerado do cargo diante das novas orientações do Período Provisório após a Revolução de 1930 e substituído por Antônio Pereira de Almeida, que tomou posse no mesmo mês.

compondo o governo, a exemplo de José Américo de Almeida. Agindo conjuntamente com um projeto nacional de desenvolvimento que propiciou investimentos para o Nordeste, em especial uma maior atenção sobre as regiões localizadas em áreas de comum estiagem com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com isso, é perceptível um maior investimento governamental com o fim de exercer a promoção de condições de abastecimento das cidades do norte do país.

De fato, inicia-se um projeto de remodelação da cidade que visou embelezar a urbe e evitar que a mesma se tornasse novamente foco de doenças, agradando aos olhos, aos narizes e reduzindo os agentes causadores de doenças e dos ambientes amorais. Começou a haver maior fiscalização dos alimentos (como o leite que agora tinha que ser pasteurizado), remoção da feira, inclusive a de gado, do meretrício do centro da cidade para as proximidades do Riacho das Piabas, e a construção do matadouro público no Bodocongó, além da coleta regular de lixo entre outras medidas³⁰.

O Código de Posturas de 1857 o qual já aludimos anteriormente, voltava-se exclusivamente contra práticas insalubres mantidas pelas pessoas, moradores da cidade e seus usos das casas e da cidade. Agia-se contra medidas insalubres na área urbana, e como esta na época era menor e com poucas fábricas, não havia necessidade de controle sobre áreas populosas e fabris. Em fins do século XIX, grande cidades do Brasil e de outros países criavam medidas que refletiam a preocupação que se tinha em relação às poeiras e gases emitidos pelas fábricas e curtumes, sobre os depósitos e as moradias mais precárias nos centros urbanos e áreas com alta densidade demográfica. Nesse sentido, governos criaram medidas para salvaguardar a segurança e a saúde dos habitantes, a fim de garantir a viabilidade das atividades produtivas sem prejudicar a regularidade da mão-de-obra. Por isso, tais atividades consideradas insalubres deveriam ser mantidas fora dos aglomerados urbanos (LAPA, 1996, p. 192).

Em Campina Grande, boa parte das fábricas, depósitos e demais atividades consideradas ameaças à saúde pública eram estabelecidas no centro urbano mesmo. A partir da década de 1930, o poder público municipal contou com o

³⁰ Para saber mais sobre as sensibilidades modernas advindas por esse projeto de salubridade para Campina Grande, confira: AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles**: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. 1ª. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010: ARAÚJO, 2010.

Departamento de Higiene Municipal, reforçando assim as ações de controle sobre a localização e as funções do espaço urbano, arbitrando sobre a localização de equipamentos considerados insalubres, perigosos para a saúde pública, que contrapunham a estética desejada na época e promoviam degeneração moral.

Com o crescimento das atividades comerciais e manufatureiras na cidade, as causas da insalubridade urbana ganham novos elementos discursivos. Em 1931, o jornal *O Brasil Novo*, discorre sobre as ações do governo municipal, quando a então “Higiene Municipal estava tomando providências no sentido de remover do centro urbano os armazéns e depósitos de couros verdes, já tendo feito inclusive, intimações a todas as firmas que negociavam com aquele gênero de comércio”. (Brasil Novo, 14 de Março de 1931). As ações do Departamento de Higiene Municipal começaram então a coibir a presença desses ramos comerciais no centro, solicitando a sua transferência para outras áreas da cidade.

Foi o caso do Matadouro Público, que teve suas obras iniciadas durante a gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz (1934 - 1935), no bairro do Monte Santo. Com as obras ainda em andamento, o jornal *Voz da Borborema* (1938) trouxe à tona um problema relativo ao lugar da construção por considerar a sua localização inadequada. Para corroborar as suas críticas, os editores resolveram ouvir a opinião do arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo, que já havia feito um estudo de embelezamento e remodelação do centro urbano de Campina Grande em 1933, cujos projetos não foram levados a diante. Em 1938, Bento Figueiredo resolveu convidá-lo novamente para a finalização do projeto de urbanização. Nessa visita, então, declarou:

Achei-o em condições de prejudicar francamente o problema higiênico da cidade, tanto pelos odores emanados dos seus produtos, como de suas impurezas, que descerão para uma zona condensada da cidade. De modo que eu aconselharia mesmo ao Sr. Prefeito a não o fazer funcionar, por enquanto. Quando estive anteriormente aqui antes de ser o matadouro construído, aconselhamos a sua localização para além das colinas que envolvem a cidade. Chegamos mesmo a examinar um terreno que se apresenta em boas condições quanto ao regime dos ventos e escoamento de impurezas para ponto distante do centro urbano. [...] o edifício [já construído] poderá ser transformado numa escola profissional [...], num quartel ou numa cadeia pública, de que esta cidade está a carecer. As instalações mecânicas privativas do matadouro seriam facilmente removíveis para outro edifício, o qual deveria, então, ser construído em ponto distante da cidade, em local de fácil acesso ao gado, sem que as boiadas, destinadas ao facão do magarefe, transitem pelo centro urbano, e deixando em respeitosa tranqüilidade o campo sagrado do cemitério [do

Carmo]. O vale do rio Bodocongó, que visitamos há tempos seria excelente para a localização de serviço semelhante (VOZ DA BORBOREMA, 07 de Maio de 1938).

O prédio então foi vendido para o Estado em 1938, a fim de abrigar a Cadeia Pública, os motivos para a mudança de planos sobre esse prédio se devem justamente pelas preocupações com a salubridade. Se fosse persistente a sua manutenção no Monte Santo, as atividades corriqueiras iriam ameaçar a saúde pública, pois o conseqüente o movimento de boiadas em uma região alta da cidade, resultaria em muita sujeira e resíduos que com as chuvas escoariam para o Açude Novo. A transferência do Matadouro então foi feita para uma nova estrutura no bairro de Bodocongó, nas proximidades do açude deste bairro.

Houve então uma espacialização das atividades produtivas em Campina Grande. As fábricas e demais atividades consideradas insalubres foram deslocadas para as regiões do Açude Velho e do Açude de Bodocongó, subúrbios que se transformaram em áreas fabris com a predominância de prensas de algodão, curtumes e fábricas têxteis. As margens do Açude Velho, por exemplo, foram ocupadas por grandes instalações para o processamento e comércio do algodão e couros, como as firmas *Araújo Rique e Cia.*, a prensa *Demostenes Barbosa* e a *Anderson Clayton*, além do grande *Curtume São José*, entre outros empreendimentos.



Figura 3: Açude Velho, trecho da Rua Miguel Couto (Final da década de 30).

A imagem, acima, representa um pouco dessa realidade fabril em torno de Açude Velho, por isso, alguns elementos podem ser observados para melhor apreciação de nossa análise. A foto foi tirada provavelmente entre 1937 e 1942, isso porque podemos observar a presença do imponente “Grande Hotel” ao fundo, obra essa que começou a ser construída em 1937. Temos também, à direita, a presença da casa de bombeamento de água às margens do Açude Velho, nos remetendo ao ano de 1942, quando o açude passou por reformas no governo de Verniaud Wanderley e esta foi demolida para as obras urbanização com a construção do cais circular (CÂMARA, 1998).

Podemos perceber que a referida rua ainda era de chão de terra batida, com a presença de vários transeuntes e de alguns animais levando alguma carga, que podia ser de produtos, visto que esse era o caminho para chegar à estação ferroviária, ou mesmo de água, por onde os aguadeiros passavam utilizando esses animais para o transporte. Esse também era a rua que dava acesso aos Bairros da Estação e da Liberdade, áreas normalmente habitadas pelos trabalhadores e por aqueles que não tinham condições de habitar na área urbana da cidade. Sentados em baixo da árvore, algumas pessoas conversando, aproveitando-se da sombra para por as conversas em dia, enquanto a movimentação matinal acontecia.

Constatamos que era de manhã por causa da posição das sombras, já que o nascente fica do lado direito da fotografia.

No centro da imagem, temos o prédio da Empresa *Araújo Rique e Cia*, grande firma exportadora de algodão e prensa hidráulica, por isso a necessidade de sua instalação próximo a fontes de água, já que a prensa funcionava utilizando desse recurso. O prédio comportava depósitos, escritórios e a prensa, além de garagens (O Cruzeiro, 10 de Dezembro de 1938). O cais circular do Açude Velho, antes das obras empreendidas pela municipalidade, como podemos ver, era bem diferente, contrapondo à esquina da referida empresa, após as obras, este cais foi reduzido, diminuindo o tamanho total do açude. Ainda nas margens, a casa onde ficava o motor bomba que levava água para a empresa “Demostenes Barbosa”, que não aparece no plano da foto, mas que estava do lado esquerdo. Essa é uma das imagens em que podemos observar a presença de casas e empresas que faziam uso das águas desse açude, e que também, depositavam aí os seus esgotos.

Além das fábricas, também era deito uso do Açude Velho para lavagem de roupas e de caminhões. Corriqueiramente, os apelos dos jornais locais se faziam no sentido de coibir tais lavagens³¹. A ideia de que as sujeiras resultantes dessas atividades poderiam favorecer o acúmulo de sedimentos que ao apodrecer geravam ares doentios, nos remete mais uma vez a influencia da teoria dos miasmas. Percebe-se que além dos ares pútridos, outro elemento discursivo se faz presente, a pertinência em preservar a beleza de tal açude, como se esse viesse a contrastar com o ambiente fabril, merecendo assim ações de preservação de suas águas.

A lavagem dos automóveis que se vem fazendo no açude velho, reservatório dagua que proporciona certa beleza ao bairro onde se localizam (*sic*) as nossas maiores prensas de algodão, não deixa de ser desagradável e prejudicial á população, porque os detritos que se desprendem desses vehiculos, ali depositados e accumulados, não tardam a se aputrefazerem, produzindo constantemente exalações doentias (VOZ DA BORBOREMA, 10 de Novembro de 1937)

A disponibilidade de água, inapropriada para consumo humano, mas passível de exploração pela indústria, com certeza foi um atrativo que se tornou

³¹ Encontramos em outras edições no decorrer dos anos 1937 e 1938 do jornal *Voz da Borborema*, os mesmo apelos contra a lavagem de caminhões no Açude Velho, sendo que na edição de 21 de setembro de 1938, os editores incluem a figura das lavadeiras de roupas em seus discursos, sempre sob justificativa de evitar os ares pútridos e pestilentos.

imprescindível para a manutenção de suas atividades. Atividades essas que no Açude de Bodocongó não demoraram para atrair novos investidores, como também, trabalhadores que estabeleceram residência em suas redondezas. Águas que não serviam para beber, mas eram demasiadamente úteis para atividades de limpeza, banhos e lazer, mesmo sendo constantemente contaminadas pelos dejetos das fábricas. Área que passou a ser bastante valorizada, loteada e anunciada como um investimento promissor.

Ótimos terrenos para modernas construções.

Bodocongó transforma-se no bairro mais populosos de Campina Grande. Confortável, de ótima situação panorâmica, será uma fonte de renda apreciável para quem tiver. Compre os lotes de terra que estão à venda naquele pitoresco bairro (VOZ DA BORBOREMA, 18 de setembro de 1937).

A reduzida quantidade de água potável era uma questão constante na cidade, principalmente em épocas de estiagem e para os mais humildes que tinham que satisfazer as suas necessidades diárias com as águas dos reservatórios mais próximos de suas casas. Aos que moravam mais próximos da área central da cidade, restava como opção o Açude Novo, que apesar de servir de depósito de águas servidas e de refrigério dos animais como já vimos, era a única fonte de água gratuita. As constantes pescarias realizadas nesse manancial, apesar da proibição da prefeitura, provocavam a redução dos peixes que ao alimentarem-se dos materiais orgânicos reduziam a sua sujeira. Mas havia outro perigo, do comprador desavisado comprar um desses pescados provavelmente contaminados no comércio da cidade. Uma alternativa de renda para os menos afortunados, mas uma ameaça a saúde dos consumidores das águas e de seus peixes.

Estamos seguramente informados de que a água do Açude Novo, único reservatório que abastece suficientemente a pobreza campinense, está ficando verdadeiramente imprestável, em virtude da pescaria que diariamente se faz no mesmo. Muitas reclamações temos recebido nesse sentido, acrescentando-no as reclamações que ditas pescarias são feitas sem ordem da prefeitura, que proíbe terminantemente, sendo os peixes vendidos na cidade. Assim sendo, ao Sr. Prefeito cabe tomar as devidas providências mandando fazer investigações e punir os responsáveis por essa infração, que sobretudo traz uma grande mal á nossa pobreza (VOZ DA BORBOREMA, 22 de Dezembro de 1937).

Era comum, transitando pelo espaço urbano a figura dos aguadeiros com seus burricos e jumentos, buscando água nas principais fontes para abastecer as casas. Mario Sette também nos fala um pouco sobre esses trabalhadores “eram os ‘aguadeiros’, profissão em que muitos libertos de 88 permaneceram, servindo às casas não providas ainda de ‘água encanada’ (...) transportavam a domicilio sua carga ambicionada pelas famílias, que ansiavam por botar as panelas no fogo para o almoço” (Sette, Editoração Eletrônica, p. 223). Eram populares, que faziam desse trabalho uma alternativa de renda, realizando a captação e venda de água aos que poderiam pagar por tal serviço e recurso.

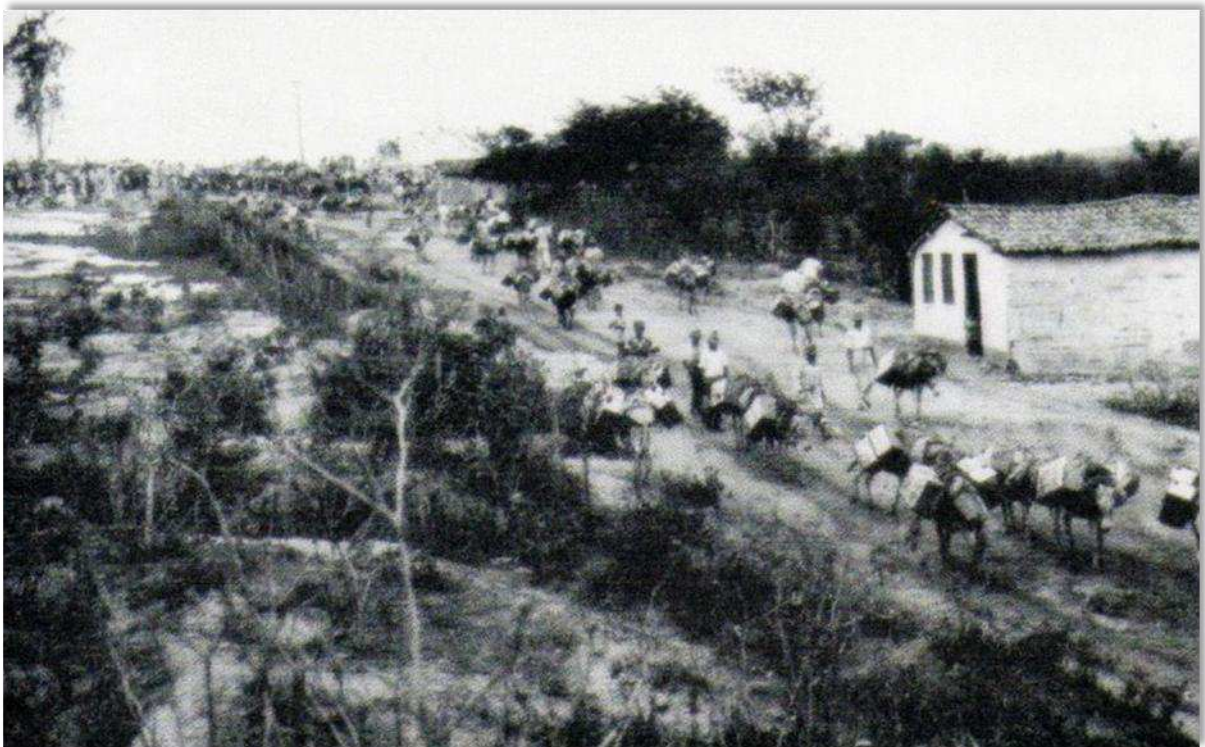


Figura 4: Aguadeiros e seus animais de carga (década de 1930).

Através da imagem acima, podemos refletir um pouco sobre a presença desses trabalhadores na cidade. Corriqueiramente o movimento dos carregadores de água se fazia intenso pela cidade, que munidos de suas latas feitas com “folhas de flandres”³² faziam o percurso cotidiano com destino aos açudes mais distantes do

³² Em crônica no jornal A Imprensa de 16 de dezembro de 1941, Hortêncio Ribeiro lamenta a morte de Mestre Honório, músico e latoeiro que como ninguém manjava com habilidade a tesoura sobre a folha de flandres, citando inclusive vários utensílios fabricados por esse artista, deixando margem para refletirmos o quanto esse material era largamente utilizado na época e servia de matéria-prima

centro urbano ou para as poucas fontes existentes na cidade, entre eles o Sítio Louzeiro. A fotografia mostra os carregadores com destino à Fonte do Louzeiro, em passagem pela rua que hoje conhecemos como João Suassuna, já fora do perímetro urbano, onde podemos observar a presença de algumas casas em meio à vegetação rasteira, aparentemente mais seca do que as árvores próximas com abundante folhagem. Esses trabalhadores vendiam a água que era entregue em casa para o consumo doméstico, sobretudo, para beber, pois confiavam na procedência dessa fonte, creditando-a como sendo mais saudável e limpa, quando comparando aos grandes reservatórios³³. As famílias mais abastadas compravam a água para uso doméstico e para beber, as quais coavam o líquido em filtros de tecido e armazenavam em filtros ou em potes de barro, este último tão presentes nas casas populares.

No entanto, como destaca Sousa (2005), pouco antes do oficialização do contrato para construção da barragem de Vaca Brava e de seus sistemas de adutoras, Cristino Pimentel discorre em uma de suas crônicas sobre os benefícios civilizadores que tal obra traria, inclusive, favorecendo a população com o fim de “livrá-la das mãos de ávidos e pouco higiênicos carregadores de água” (SOUSA, 2005, p. 121). O olhar de Cristino Pimentel sobre esses trabalhadores se baseia não apenas pelos altos preços cobrados pelo líquido, em especial nos tempos de maior escassez, mas também pelas precárias e anti-higiênicas condições de transporte, de salubridade das latas e dos próprios carregadores. Em suas críticas Pimentel “carrega nas tintas” ao escrever que:

Há pouco me relatou uma senhora que um desses profissionais [carregadores de água] pegou um bocado de pano e algodão que havia servido de amparo a ferida de “Pé Cheiroso”, e tampou uma das latas em que conduzia a água à sua freguezia (*sic*). Quem não conhece “Pé Cheiroso”, esse mendigo sujo e infeliz que arrasta a cruz pesada e dolorosa da vida com uma chaga imunda em um pé minando-lhe a existência?³⁴ (SOUSA, 2005, p. 121)

de vários objetos. Para ler a crônica, confira RIBEIRO, Hortêncio. **Vultos e Fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979, p. 65. A folha de flandres consiste de uma folha de aço de baixo teor de carbono, revestida em uma ou ambas as faces por uma camada de estanho mais uma camada de passivação, protegido por uma camada de óleo. Informações disponíveis em: http://www.setor1.com.br/embalagens/tipo_folhaaco.htm Acesso em 5 de setembro de 2011.

³³ Em boa parte das referências encontradas nessa pesquisa e que se denomina o lugar para buscar água de melhor qualidade, a fonte do Louzeiro é predominantemente indicada.

³⁴ Em sua leitura sobre a referida crônica de Cristino Pimentel, Sousa não datou e nem especificou em que jornal está publicada esta que foi citada, apenas esclarece que sua análise se deu a partir de recortes de jornais feitos pelo próprio Cristino e que teriam vindo a público em jornais da capital e

As cisternas particulares também eram uma alternativa para o abastecimento doméstico. As águas das chuvas eram então armazenadas a partir das calhas e telhados, garantindo para os seus proprietários uma fonte de água, e por vezes, de lucro. Por muito tempo, essas foram consideradas as mais salubres fontes de água para o campinense, pois acreditava-se que, além de serem oriundas da pureza das chuvas, eram conservadas e mantidas com cuidado, visto serem em alguns períodos do ano, as mais confiáveis para o abastecimento de uma casa.

Alguns comerciantes se utilizavam desses reservatórios para a produção de alimentos, por exemplo, e isso era um atrativo para os clientes, como também, o fator de disputa com a concorrência, pois estavam fazendo os produtos com água “pura e limpa dos céus”. Roche (2000) destaca em sua análise sobre a França do século XIX a importância da água para os padeiros, considerada por esses profissionais “a alma do pão”, visto que a qualidade de seus produtos dependia da pureza das águas em sua fabricação, devendo ser puras e leves, era esta qualidade que fazia a reputação desses profissionais (ROCHE, 2000, p. 200). Em Campina Grande, este argumento também foi utilizado para atrair a clientela, já que, para a produção do pão, o uso de água das cisternas era uma suposta garantia de que a limpeza e a higiene eram prioridades, deixando claro que as águas dos açudes da cidade não eram utilizados para tal fim.

Padaria Americana

O abaixo assignado, communica ao respeitável publico, que acaba de montar nesta cidade, na Rua da Boa-Vista, uma **Padaria**, casa vasta e com boas acomodações para as pessoas vierem do sertão fazerem suas compras: - o annunciante promette mandar fazer todos os preparos de massa com a maior perfeição e asseio e acredita que poderá satisfazer bem a seus freguezes, não só porque manda trabalhar em farinha da melhor qualidade e mais porque tem boa água de **cisterna** para o trabalho. Na mesma casa se encontra a venda fumo da melhor qualidade, milho, farinha, feijão etc, etc.

Campina, 25 de novembro de 1890

Belmiro Barbosa Ribeiro

(GAZETA DO SERTÃO, 19 de Dezembro de 1890. Destaque em negrito no original).

de Campina Grande. Como Cristino chama a lembrança dos leitores para um dos mendigos da cidade, possivelmente uma daquelas figuras populares conhecido por todos da urbe, acreditamos que se trata de um jornal de Campina Grande antes de 1937, quando veio a público a assinatura do contrato para obras de saneamento.

Alguns proprietários quando possuíam um reservatório de tamanho considerável, vendiam água acumulada por preços considerados abusivos, principalmente em períodos de maior estiagem, quando outras fontes de água estavam sob escassez. Tais abusos foram criticados e denunciados pela imprensa local que tomava partido pelo simples fato de seus redatores também serem vítimas dos abusos ocorridos com a venda exorbitante das águas. Situação que tornava tais práticas “uma bella medida de alcance commercial, mas que muito deve entristecer aos espíritos humanitários...” (VOZ DA BORBOREMA, 06 de Novembro de 1937).

A população campinense se quase que já se habituou ao sofrimento produzido pela falta d’água, que se verifica todo anno nesta época, entre nós. Os carregadores do precioso líquido, há dias nos annunciam a sua escassez nos reservatórios da cidade. Sabemos, porém, por informação autorizada, que existem possantes cisternas completamente cheias e os proprietários só as abrem para a venda ao público quando lhes for possível reputar mais alto preço (VOZ DA BORBOREMA, 06 de Novembro de 1937).

Mas não era apenas os preços exorbitantes das águas vendidas por carregadores e proprietários de cisternas que incomodavam os campinenses, mas também, o estado de sujeira e de possíveis doenças que essas poderiam ocasionar. A presença de curtumes no centro da área urbana, atraía urubus e outras aves, que ao fazerem os telhados de poleiro, sujavam os telhados e conseqüentemente contaminavam as águas que com as chuvas eram acumuladas nas cisternas. Olhares sobre essa “tétrica situação” também faziam parte do acervo de críticas dos jornais, que apelavam para as impressões dos comerciantes e investidores que de passagem pela cidade encaravam essa realidade. “Quem nos visita e vê as nossas casas cobertas por urubus, tem uma impressão tétrica, desoladora e repugnante. Domina a impressão que tudo é sujo, podre e indesejável” (Brasil Novo, 14 de fev. de 1931).

O fato é que com as ações sistemáticas da municipalidade ao longo dos anos da década de 1930 e a influência dos saberes médicos e técnicos-científicos tentou-se uma outra ordem para o espaço urbano campinense, espacializando usos e funções, determinando lugares para cada coisa e excluindo do centro o que era considerado indesejável e insalubre. Incluindo novos usos, valorizaram

determinadas áreas em detrimento de outras, objetivando sobretudo, funcionalizar o organismo urbano e torná-lo compatível com as demandas advindas pela expansão demográfica e fabril na cidade. Não havia até a década de 1930 uma grande preocupação com uma reestruturação urbana, e sim, uma cautela sobre a questão da salubridade e do combate as doenças que tanto traumatizaram os campinenses desde o século XIX, muitas dessas, sendo acusadas pelas diminutas águas potáveis e a falta de um destino correto para as servidas na cidade.

A necessidade de água para a crescente cidade que atraía fábricas e imigrantes tornava cada vez maior um problema que parecia distante de ser resolvido. A espacialização de fábricas em áreas específicas próximos aos açudes, acabaram por comprometer ainda mais a qualidade do escasso recurso na cidade, pois tanto os rejeitos, os esgotos e a lavagem de caminhões eram realizadas em suas águas, o que piorava as condições de salubridade dos reservatórios urbanos. Mas, uma questão bastante pertinente que identificamos até aqui, diz respeito a manutenção do discurso baseado nas teorias miasmáticas, algo ultrapassado na Europa, mas que ainda esteve bastante freqüente nos jornais em plena década de 1930 em Campina Grande.

Mesmo com as obras de Puxinanã e Grota Funda, a situação pouco foi alterada, em vista que a demanda da cidade era maior do que a possibilidade de fornecimento de água, além de não haver um sistema de tratamento da água e um destino correto aos esgotos. Essa era a situação das águas de Campina Grande, estado das coisas que, a partir da metade dos anos 1930, tornou-se insustentável para o cotidiano de uma cidade que convivia com o medo em relação às doenças, momento em os letrados da cidade agiam na busca pelo progresso e no desejo de enquadrar Campina Grande entre as urbes modernas e civilizadas. Mais uma vez, esse foi o mote dos discursos do governo, dos letrados e da elite, que viam dia-a-dia, seus interesses econômicos indo por água a baixo caso não houvesse um plano de reestruturação das condições sanitárias da cidade.

CAPÍTULO II

OS ENCANTOS DA ÁGUA

2.1 A Construção do cenário argemirista: ascensão política e os primeiros trâmites de uma “obra redentora”.

Argemiro de Figueiredo nasceu em Campina Grande aos nove dias de março de 1901, filho do Coronel Salvino Gonçalves Figueiredo³⁵ e Luíza Viana. Fez o curso primário em Campina Grande no Colégio São José, de propriedade do ilustre professor Clementino Procópio, sendo que o estudo secundário foi realizado na então Cidade de Parahyba, quando depois graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife em fins de 1924 (Voz da Borborema, 09 de março de 1939). Envolvido com a política desde cedo, tanto pela influência de seu pai quanto pela de seu irmão Acácio Figueiredo³⁶, Argemiro quando formado passou a desempenhar suas atividades profissionais na região da Borborema e participou da fundação do Partido Democrático na Parahyba, mantendo-se como presidente dessa agremiação em Campina Grande a partir de 1928 (SYLVESTRE, 1989, p. 67). Assim, o rompimento político de Argemiro com sua família começa a dar seus primeiros passos, visto que seu pai e seu irmão estavam alinhados com o Partido Republicano e compactuavam com a estrutura política das oligarquias.

Desde o fim do século XIX até o ano de 1930, predominou na política nacional os interesses de grupos políticos ligados as oligarquias rurais do Partido Republicano, sobejamente representados pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Estes comandavam os destinos do país e concentravam uma rede de relações que lhes permitiam a continuidade política. A cisão entre estes grupos políticos aconteceu quando houve a indicação para a sucessão presidencial de 1929, momento em que o acordo no qual haveria um revezamento de poder por parte dos representantes desses dois Estados foi inesperadamente rompido. Na oportunidade, a vez era de um candidato de Minas Gerais, mas as forças políticas

³⁵ Com a morte de Afonso Campos, o Partido Republicano da Paraíba passou a ser chefiado pelo coronel Salvino, de 1916 até o ano de 1930, quando as determinações do movimento de 1930 puseram fim aos demais partidos (Voz da Borborema, 09 de Março de 1939).

³⁶ Acácio Figueiredo exerceu o mandato de deputado estadual por duas vezes, a primeira entre os anos de 1920 e 1923, a segunda entre os anos de 1928 e 1930.

ligadas ao setor cafeeiro de São Paulo resolveram indicar como sucessor o paulista Julio Prestes para assegurar a continuidade de seus interesses (SANTOS, 2007).

Frente a quebra desse acordo, os Estados que reivindicavam maior participação política como Rio Grande do Sul, Minas Geras e Paraíba, se organizam para lançar a candidatura própria e se aglutinaram na formação da Aliança Liberal. Não há assim a formação de um partido, constitui-se na verdade como uma força de oposição constituída por alguns partidos. Dessa forma, a Aliança Liberal escolheu o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas como candidato ao cargo de Presidente e o paraibano João Pessoa (na época presidente do Estado) como de Vice-Presidente. Apesar de manter ao seu lado antigos oligarcas, com o passar do tempo a Aliança agregou grupos até então sem grande expressividade política, como tenentes e setores da classe média. Essa heterogeneidade dificultou a formação de uma pauta comum, visto que cada grupo buscava atender os seus anseios. No entanto, havia consenso quanto a necessidade de reformas políticas, como a instituição do voto secreto, direito ao voto para mulheres, anistia política e criação de Leis Trabalhistas (NAHES, 2007).

É nesse momento que Argemiro de fato estabelece o rompimento político com a família, pois Argemiro passa a defender a causa da Aliança Liberal. A campanha e as eleições aconteceram de forma bastante acirrada, tendo Vargas e seus discursos inflamados entusiasmando a população. Entretanto, a estrutura política alicerçada pela aliança entre governadores e coronéis, juntamente com o voto de cabresto e as fraudes eleitorais, impediram que a Aliança Liberal obtivesse êxito, resultando na vitória dos aliados situacionistas e da candidatura do paulista Julio Prestes para presidência em março de 1930. Em maio de 1930, apesar de estar filiado ao Partido Democrático (base aliada do governo paraibano), Argemiro é indicado por João Pessoa para concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas eleições complementares, a fim de ocupar uma das vagas abertas após os seus efetivos assumirem as Prefeituras da Capital e de Itabaiana (SANTOS, 2007).

Vitorioso nas eleições, em dias antes de assumir o cargo, Argemiro e toda a população foram pegos de surpresa com o assassinato de João Pessoa em julho de 1930 na cidade de Recife. Esse acontecimento provocou a paralização dos trabalhos na Câmara estadual, atrasando a posse do cargo, o que se concretizou apenas em agosto do mesmo ano. Pouco tempo depois foi escolhido para ocupar a Comissão de Justiça e Legislação (SANTOS, 2007, p. 84 - 85). O crime ocorreu por

razões pessoais, mas foi intensamente justificado por motivos políticos dado o clima de revolta e frustração com a derrota no pleito do ano anterior, foi oportunamente utilizado como pretexto para que os grupos alinhados com a Aliança Liberal incentivassem um levante armado contra a oligarquia paulista. Assim, simpatizantes da Aliança Liberal e militares se uniram em um movimento militar que somado a falta de apoio político isolou Washington Luís, de modo que, não lhe restou outra opção a não ser abandonar a presidência e partir para o exílio, quando então Getúlio Vargas assume a chefia do governo provisório³⁷.

A denominada “Revolução de 1930” é um marco na história do Brasil, movimento que se consubstancia em um novo quadro político no comando de Getúlio Dorneles Vargas sob a égide de um projeto de desenvolvimento nacional. Para tanto, se fez necessário meios que sobrepusessem as antigas oligarquias, submetendo-as ao poder do Estado, o qual buscou organizar as forças políticas ao seu favor. Para tanto, um dos meios utilizados pelo novo governo foi a criação das Interventorias. De acordo com a Professora Eliete Gurjão (1994, p. 106), esse foi um dos instrumentos burocráticos que escaparam ao controle das oligarquias, mas que resguardou os fundamentos do poder local reordenando-o nas mãos do poder central. Ainda sobre isso, Gurjão elucida:

O papel dos interventores foi, portanto, fundamental na tarefa da centralização, sua condição de elemento de confiança do Governo federal, por ele nomeado conferia-lhe certa independência em relação as oligarquias locais, uma vez que não lhes devia sua permanência no cargo e que até certo ponto enfraquecia as prerrogativas oligárquicas. Por outro lado, naturalmente identificado com coronéis e oligarquias, estes interventores tinham facilidade de promover a convivência entre as facções dominantes e o governo central (GURJÃO, 1994, p.107).

Na Paraíba, o interventor nomeado por Vargas foi José Américo de Almeida, que com seu prestígio frente ao governo provisório por ter conseguido aglutinar sob sua liderança as forças locais, foi em seguida nomeado Ministro de Viação e Obras Públicas, deixando Anthenor Navarro como sucessor na interventoria entre os anos de 1930 e 1932. Buscando legitimar seu poder vigente e se beneficiando da

³⁷ Para uma melhor apreciação sobre a morte de João Pessoa e os desdobramentos políticos e simbólicos para a Paraíba, confira: AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa / PB, 2006.

estrutura do governo provisório, José Américo investiu politicamente no nordeste através de obras contra as secas, promovendo a construção de açudes e barragens, buscando amenizar o sofrimento da população e reduzindo tensões sociais, atraindo para si a simpatia dos favorecidos por tais iniciativas. Esse quadro favoreceu José Américo na elaboração política de sua imagem e trouxe força para o Partido, tanto que em seguida conseguiu ser eleito Senador pelo Partido Progressista. Referindo-se ao processo de constituição e a transferência do poder no Estado, Gurjão ainda explica que:

José Américo agenciava a integração das chefias políticas paraibana no controle do governo central, ao mesmo tempo em que garantia a efetivação de sua liderança sobre estas chefias, encaminhando assim, a recomposição das oligarquias (GURJÃO, 1994, p. 112).

Já as oligarquias paulistas que viram minar seus interesses se organizaram contra o governo que consideraram ilegítimo, o que gerou a formação da chamada Revolta Constitucionalista de 1932. Foi uma guerra civil no qual reivindicavam a indicação de um paulista civil para governar o Estado de São Paulo, a promulgação de uma nova constituição e eleições presidenciais. Conseguindo abafar o movimento, o novo governo provisório conseguiu manter-se no poder e construir a aprovação e o apoio popular. Depois das eleições constituintes em 1933, apenas em julho de 1934 foi promulgada a segunda Constituição Republicana do Brasil, de caráter nacionalista e conservador, se preservou o presidencialismo, o federalismo e a independência dos três poderes: Legislativa, Executivo e Judiciário (NAHES, 2007, p. 32). Após a redação do texto constitucional, a Assembléia Constituinte transformou-se em Assembléia Ordinária, tendo como função eleger indiretamente o presidente, já nos Estados, elegeu-se os primeiros governadores sob o novo governo.

Nesse contexto de consolidação do sistema burocrático revolucionário Argemiro perdeu o mandato de deputado, mas passou a ser um dos chefes liberais de Campina Grande e municípios vizinhos. Já em abril de 1932 foi nomeado para integrar o Conselho Consultivo do Município, espécie de câmara municipal criada pelo governo. Ainda no mesmo ano, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça, pelo então interventor Gratuliano da Costa Brito (1932 – 1934), passando a

configurar o governo situacionista e deter prestígio político em todo o Estado, chegando a assumir o governo interinamente, tornou-se peça chave do Partido Progressista e do poder.

Como foi demonstrado no capítulo anterior, as condições de salubridade e de abastecimento de Campina Grande eram precárias, situação que se estendeu desde o século XIX até o final da década de 1930 quase que inalterada. Apesar de algumas iniciativas por parte dos governantes, apenas medidas pontuais foram tomadas, além do que, houve diminuta abrangência, privilegiando áreas centrais e uma pequena parcela da elite da cidade. Condições essas que chamavam a atenção das autoridades sanitárias amedrontavam a população sobre a proliferação de possíveis epidemias e mantinha a precariedade do abastecimento de água e do destino correto aos esgotos. Os apelos em prol de uma solução para esse grave problema em nossa cidade é algo que atravessou gerações, classes sociais e governos. Mas tudo isso resultava em um fator ainda mais preponderante para os interesses da elite comercial da cidade, a falta de saneamento era visto como um entrave ao desenvolvimento da economia local. Em uma das sessões da Associação Comercial de Campina Grande no ano de 1933, foi registrado em Ata a seguinte questão:

Discute-se o problema da água em Campina Grande, problema de vital importância para esta associação, como para cada um dos associados em particular. Diante disso, pediu a colaboração interventiva desta casa, frente aos poderes estaduais e municipais no sentido de encontrar o valor daquele sério problema, para o progresso de nossa terra. (LIVRO DE ATAS das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata de 03 de Abril de 1933, p. 130, Apud: ARAÚJO, 2009, p. 36).

Existem assim duas esferas de abrangência sobre tal problema, o que foi devidamente registrado em Ata. A primeira, diz respeito ao problema da falta de água tanto para o comerciante como para o cidadão campinense, os dois são assim um só. Sem abastecimento de água, não apenas os interesses comerciais estavam sendo prejudicados, visto que algumas atividades dependiam de tal recurso para a sua manutenção, mas também a vida, a sobrevivência do comerciante que aqui habitava. A segunda, intimamente relacionada com a primeira diz respeito às limitações acarretadas pela falta dessa benfeitoria para a cidade, visto que, além de

dificultar a manutenção de seus empreendimentos e a própria subsistência, comerciantes de outras regiões não eram atraídos para abrir seus estabelecimentos e viver em uma cidade em que o líquido precioso era tão escasso. Assim, tal registro nos deixa a impressão de que essa era considerada uma das grandes dificuldades enfrentadas pela elite local, principalmente no que diz respeito à expansão dos interesses econômicos, mas também, para consubstanciar o tão desejado progresso da cidade.

Podemos observar também que, ao reivindicarem a “colaboração interventiva desta casa, frente aos poderes estaduais e municipais”, o registro de 1933 (durante o Governo Provisório – 1930 à 1934) nos abre a possibilidade de pensar as relações políticas existentes entre os comerciantes associados e as diferentes esferas do governo. Sabemos que com a Revolução de 1930, interventores foram nomeados por Vargas para administrar os Estados, e esses por sua vez nomeavam Prefeitos, e ambas as esferas governamentais eram ocupadas por pessoas escolhidas de acordo com a rede de relações mantidas com os diferentes grupos políticos, seja com antigos oligarcas, ou com aliados situacionistas vinculados à Aliança Liberal. Assim, podemos deduzir que a pauta discutida pela sessão envolvia justamente esses laços políticos com Antônio Almeida, então Prefeito (1932 – 1934), e o Governador Gratuliano Brito, no qual contava com Argemiro em sua equipe de governo. Mais especificamente, podemos concluir que a sessão discutiu sobre como esses vínculos poderiam favorecer a tomada de medidas que pudessem reverter a situação da cidade frente a falta de água e o seu entrave econômico decorrente.

Quando estava ocupando o cargo de Interventor Interino, mais precisamente em fevereiro de 1934, Argemiro de Figueiredo, em uma ação conjunta entre governo estadual e federal, assinou contrato com o engenheiro José Oscar (com firma estabelecida no Rio de Janeiro), para execução de um projeto de Saneamento para Campina Grande (A UNIÃO, 16 de Fevereiro de 1934 apud QUEIROZ, 2008). Tal medida nos mostra como a presença de Argemiro no governo e os vínculos políticos estabelecidos pôde favorecer a concretização de ações iniciais com intuito de proporcionar água para Campina Grande.

Contando com apoio político de José Américo e do interventor Gratuliano Brito, Argemiro foi eleito governador pela Assembléia Constituinte do Estado, assumindo o cargo em janeiro de 1935 (SYLVESTRE, 1982 p. 68). Assim, com Argemiro à frente do Estado, mantiveram-se alinhados os interesses varguistas,

conciliando e envolvendo o poderio oligárquico, tanto dos dissidentes quanto dos decaídos, em prol de um projeto de crescimento econômico e modernizador do Estado, trazendo para a tutela do governo as antigas e as novas forças políticas. Para tanto, trouxe para a base de seu governo os antigos perrepistas, (grandes e médios proprietários), a elite comercial e algodoeira de Campina Grande, além da Igreja Católica. Assim, o jovem governador buscou apagar qualquer forma de oposição que pudesse ameaçar as pretensões centralizadoras de Vargas (SANTOS, 2007).

Duas questões foram fundamentais para que de fato Argemiro pudesse por a frente seu plano de governo: apoio político e viabilidade financeira. Quanto ao apoio político, podemos dizer que o governador contou com favorável situação, visto que desde o governo federal, até as interventorias e as administrações municipais da cidade de Campina Grande naquele momento, todos compactuavam com o mesmo projeto e estavam alinhados com as mesmas diretrizes políticas. Além do que, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que era subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, teve nesse momento à sua frente o Ministro José Américo de Almeida, um dos mais importantes aliados de Argemiro. Assim, em todas as esferas do governo Argemiro contava com apoio político, consubstanciando-se assim uma situação política bastante favorável ao seu governo (QUEIROZ, 2009, p. 106).

Já o momento econômico vivenciado na Paraíba nos anos de governo de Argemiro também foi significativo, pois obteve viabilidade financeira para executar o seu plano de governo. A partir da metade da década de 1930 houve a recuperação dos países que foram direta ou indiretamente afetados pela Grande Crise de 1929, a economia retomou seu ritmo, a produção agrícola conseguiu desenvolver uma maior diversificação com safras satisfatórias e a exportação atingiu números consideráveis, em especial, a exportação do algodão a partir de Campina Grande. Sobre a situação econômica da Paraíba no governo de Argemiro, Trajano Filho esclarece:

Combinado à infra-estrutura de exportação instalada, com a extensão de rede de estradas vicinais desde o início dos anos trinta e a conclusão dos melhoramentos em Cabedelo, o êxito da campanha de fomento à produção legaria ao estado uma situação nas finanças públicas muito distinta da que adentra essa década [...]. Seriam os resultados dessa campanha que

permitiram Argemiro governar num quadro de estabilidade financeira, em todo distinto do que se iniciara a década de 1930, e promover a partir disso um conjunto de ações nos setores da educação, saúde pública, assistência social, segurança e infra-estrutura urbana, sobre tudo nas cidades de Campina Grande, sua terra natal, e João Pessoa (TRAJANO FILHO, 2003, p. 36, Apud: QUEIROZ, 2009, p. 106).

Em 22 de outubro de 1935, Argemiro sanciona a Lei de número 2, que cria o Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Campina Grande. A referida Lei autoriza o poder executivo a estabelecer acordo de cooperação com o poder municipal, a fim de executar os serviços de saneamento da sede do município³⁸. De uma forma geral, além do acordo de cooperação entre Estado e Município, fica decretado que: o governo pode comprar e desapropriar onde for necessário; a abertura de crédito especial de oito mil contos de réis; e estabelece a garantia de dez por cento das rendas do município, para amortização da dívida sobre as obras, que sendo quitada, passaria para a Prefeitura a administração e a renda dos serviços (VOZ DA BORBOREMA, 09 e Março de 1939).

A Lei promulgada nos últimos meses do primeiro ano de Governo de Argemiro tornou-se uma carta de intenções. Veio para mostrar que de fato o governador estava disposto a solucionar o problema do saneamento da cidade. Como podemos observar, a referida Lei buscou delimitar a função do Estado e do Município na execução das obras, explicitando também o financiamento e a verba inicial. No entanto, ainda não havia nenhuma informação sobre quem de fato iria executar os serviços, qual a sua abrangência técnica e de onde e como a água seria captada. De fato, a Lei foi promulgada ainda no Período Constitucional da Era Vargas, dessa forma se prestava esclarecimentos à Assembléia Legislativa do Estado sobre as funções de cada esfera do poder e as verbas dos serviços, algo que no período aludido era algo necessário, visto que se tratou de um Estado de Direito. Por tanto, a função era mesmo burocrática, mas representou o primeiro passo para aqueles que ansiavam por uma solução.

³⁸ Em favor de tal iniciativa, foi decretada a Lei Municipal em que o poder executivo, no momento administrado Vergniaud Wandely, nos termos do art. 43^o, inciso 13 da Lei Orgânica do Município de 21 de Dezembro de 1935, fica autorizado “a celebrar acordo com o Govêrno do Estado para a execução dos serviços de Abastecimento d’água e Esgoto, desta cidade, fazendo necessário, realizar operações de crédito e dar garantias, que por ventura se tornem necessárias, para a execução do dito fim” (Lei Municipal nº 6 de 25 de Abril de 1936, Arquivo Geral do Município de Campina Grande).

Já em 23 de Junho de 1936, o decreto número 715 cria a Comissão de Saneamento de Campina Grande. Retomando as determinações da Lei nº 2 de 1935, o decreto explicita que por “taes obras dizerem respeito com a saúde pública, a sua execução exige technica especializada em saneamento de cidades”, para tanto, resolve estabelecer uma “administração por contracto”, sendo essa “preenchida por tecnico de edoneidade” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936). A Comissão de Saneamento, por sua vez, tem a finalidade de: “rever e refazer os projetos existentes”; “organizar, administrar technicamente e dirigir todos os serviços”; e “adquirir pelo custo real, por compra, mediante concorrência pública ou administrativa e contratos materiais necessários” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936).

Como podemos observar, o decreto estabelece que para a execução de uma obra de tal magnitude e complexidade, uma empresa especializada deveria ser contratada. Assim, fica evidente que não se tratava apenas mais uma obra que o governo teria condições técnicas de desenvolver, este era um projeto moderno, o qual apenas um técnico devidamente especializado teria condições de pensar em toda a estrutura e obras necessárias. A demanda era maior do que o deslocamento ou represamento da água, e sim a elaboração de toda uma estrutura que possibilitasse o tratamento químico, tanto das águas quanto dos esgotos, com obras de arte, motores e outras mais.

O decreto também nos deixa margem para pensar sobre o contrato firmado com o engenheiro José Oscar em 1934. O decreto ora analisado deixa claro que a Comissão de Saneamento tinha a finalidade de “rever e refazer os projetos existentes para os referidos serviços, organizando os projetos definitivos e os relativos à adducção do córrego Vaca Brava” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936). Isso nos remete à questão: será que os projetos que se referem o decreto são os elaborados pelo IFOCS ou o engenheiro José Oscar (o qual no referimos anteriormente) chegou a elaborar um estudo preliminar sobre a viabilidade da construção do reservatório em Areia e de sua função como fonte abastecedora de água para a cidade? Essas são questões que não conseguimos elucidar.

Para administrar as obras, não se fazem necessário mais um apadrinhado político, devia ser um técnico conhecedor do processo e da melhor tecnologia envolvida, técnico esse que seria indicado e nomeado pelo então governador. Por isso, em seu Artigo 2º explicita que “A Comissão de Saneamento creada pelo presente decreto será administrada por um engenheiro civil especialista em serviços

de saneamento, de escolha e confiança do Governo do Estado” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936). Cabendo a esse administrador, fornecer o corpo técnico, nomear e demitir funcionários e requisitar honorários ao governo. Também se especifica nesse decreto os cargos técnicos e diaristas necessários para tais obras. Além disso, para incentivar o administrador, o Artigo 7º § 2º, deixa claro que “se as obras terminarem antes do prazo, o administrador terá direito ao saldo entre a cota total e o total das mensalidades pagas” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936).

Já o Artigo 9º discrimina que “o governo do Estado fará as necessárias desapropriações, amigáveis ou judiciais”. Para isso e para outras demandas permitiu-se, de acordo com o Artigo 10º, a abertura de créditos para indenizações, compra e outros custos relacionados com as obras, sendo que quando necessário pagamento adiantado o mesmo poderia acontecer por um simples acordo entre o administrador e o governo, que estando bem documentado o pagamento será prontamente atendido dentro do prazo, como deixa claro os Artigos 14º e 16º (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936).

Essas são questões de grande importância, em especial quando se trata de uma obra com dinheiro público. Sabemos que para a liberação de verbas dos cofres públicos, existe toda uma burocracia que deve ser devidamente percorrida para que tal aconteça. São ofícios, petições, assinaturas de alguns funcionários, balancetes e por fim a liberação. Toda essa burocracia demanda tempo, em muitos casos a morosidade decorrente atrasa as obras e atrapalha o seu andamento. Já que uma firma privada iria assumir os projetos e a execução das obras, um instrumento legal e oficial deveria viabilizar maiores “facilidades” que proporcionassem maior agilidade na liberação das verbas. Assim, a criação do Artigo 10º do referido decreto tinha por função acelerar a construção das obras de saneamento de Campina Grande, e a abertura de créditos trariam essa agilidade, sem a necessidade de aprovação orçamentária pela Câmara ou outras burocracias.

No entanto, a mesma edição de 26 de Junho de 1936 do jornal A União que publicava o referenciado decreto, já noticiava que em 25 de Junho de 1936 o governo do Estado assinara o contrato com o Escritório Saturnino de Brito Filho para a elaboração do projeto e execução das obras do saneamento de Campina Grande. Nesse dia, o Palácio da Redenção contou com a presença do próprio Saturnino de Brito Filho, além de secretários, altos funcionários e do governador. Obra essa que, como afirmou o órgão noticioso do Estado, o jornal *A União*, Argemiro “consagrou

como ponto de honra do seu programa administrativo” (A UNIÃO, 26 de Junho de 1936). Serviços esses que foram “confiados à competência técnica de um profissional já experimentado em outros cometimentos idênticos no país”.

Como podemos perceber então, o decreto 715 de 23 de junho de 1936 foi assinado dois dias antes da assinatura do contrato com a firma, nos possibilitando deduzir que de fato o mesmo foi elaborado já pensando nas determinações técnicas, orçamentárias e burocráticas exigidas pelo Escritório Saturnino de Brito Filho, possivelmente com algumas exigências, viabilizando assim a execução dos trabalhos sob os preceitos do fundador da firma. Assim, o administrador da Comissão de Saneamento de Campina Grande nomeado pelo governador para encabeçar todos os serviços das obras foi o engenheiro José Fernal, funcionário da Firma Saturnino de Brito Filho e experiente engenheiro, já tendo inclusive participado da construção das obras de saneamento da Capital.

Sendo assim, de acordo com José Fernal, o administrador da Comissão de Saneamento em palestra proferida no Rotary Club em 1938³⁹, os serviços estabelecidos em contrato com a Firma Saturnino de Brito Filho compreendem a acumulação e os cuidados com a barragem, captação das águas, tratamento completo, distribuição a domicílio, esgotamento completo das casas, condução e tratamento completo dos dejetos urbanos. Incluiu-se nesse conjunto, todas as estruturas necessárias para o funcionamento adequado de todo o sistema, como escritórios, residências para funcionários e estações de tratamento (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 5).

Essas foram as querelas políticas que permitiram a ascensão de Argemiro de Figueiredo e os primeiros trâmites para a construção das obras de saneamento de Campina Grande. Tendo estabelecido condições de governo, aporte financeiro e contrato com uma firma de renome nacional, o início das obras e a sua inauguração era questão de tempo, mesmo contrariando os interesses políticos dos opositores. Todas essas questões abordadas até agora, como salubridade, economia e política, nos mostram justamente que as antigas reivindicações dos intelectuais, comerciantes e poderosos de Campina Grande se encontraram em um momento

³⁹ De acordo com informações da própria publicação, a referida palestra aconteceu no dia 07 de Abril de 1938, em reunião do Rotary Clube. Tal palestra foi publicada pelo governo do Estado por meio do Departamento de Publicidade e Propaganda e distribuída por todo o Brasil, “a fim de que se possa sentir a verdadeira Paraíba, hoje um imenso campo de atividades produtivas subordinadas a um grandioso programa de bem público”.

propício. Apenas com esse contexto político e econômico, medidas que de fato suprissem as necessidades do município puderam ser tomadas.

Água para a sobrevivência, bem como para a higiene e o desenvolvimento econômico eram aspirações antigas dos seus habitantes, mas foi somente durante a Era Vargas e as tramas políticas daí decorrentes que obras de grande porte puderam ser projetadas e concretizadas na cidade. A trajetória política de Argemiro de Figueiredo está intimamente ligada com a força que o Partido Progressista consegue alcançar com o nome de José Américo nas hostes do governo varguista, assim, as obras tão desejadas puderam ser concretizadas justamente pela rede de alianças construídas em tal momento da nossa história, resultantes de um projeto nacional do Estado Varguista que direcionava a política econômica, estruturante e governamental.

As aspirações dos campinenses estavam começando a ser concretizadas no governo de Argemiro de Figueiredo. O apoio técnico e a construção da barragem sob os auspícios do Governo varguista assim representado pelo IFOCS também propiciou a Argemiro todas as condições políticas e estruturais necessárias para que tal obra fosse executada. Mas foi o contrato firmado com Escritório Saturnino de Brito Filho com o respaldo técnico e científico necessário para a construção de uma obra que se queria redentora, dentro dos mais modernos preceitos higiênicos e sanitários, pôde ser concretizado. Sanear a cidade para provê-la de condições de salubridade, mas também, foi a maneira de manter a continuidade dos interesses econômicos e de criar mecanismo ideológicos de poder.

Para promover maior inteligibilidade sobre os trabalhos desenvolvidos pelo escritório Saturnino de Brito Filho em Campina Grande nos últimos anos da década de 1930, faz-se necessário refletir sobre os preceitos defendidos por ele e pelo corpo técnico sob seu comando, fundamentos estes que seguiram como norte das ações de intervenção urbana por parte de Saturnino de Brito Filho e seus funcionários. Pretendemos elencar a seguir algumas considerações sobre o desenvolvimento do urbanismo sanitário no Brasil e de como a consubstanciação desse campo orientou as reformulações sanitárias das cidades. Assim, inserindo no contexto histórico alguns posicionamentos técnicos, poderemos melhor compreender de que forma as obras de saneamento da cidade ora investigada se inserem dentro de uma dinâmica com maior amplitude, de um projeto de desenvolvimento e modernização nacional empreendido pelo governo Vargas.

2.2 Tal pai, tal filho: Saturnino de Brito e o urbanismo moderno.

Desde o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os ideais de progresso e de civilização expandem-se no Brasil em diferentes áreas, desde a política mantida pelo Estado republicano passando pela ciência e chegando até a Literatura. Orientações que ocuparam o imaginário dos intelectuais brasileiros como cominho a ser seguido na formação de uma nova sociedade republicana. Discursos que refletiam as aspirações da elite e dos intelectuais no intuito de erradicar o que era considerado atrasado, desordenado e colonial. Nesse sentido, a cidade se torna o centro das atenções inspiradas por esses ideais, visto que a intensificação de epidemias, o crescimento populacional e precariedade da infra-estrutura urbana começam a ser problematizados pelo aparato técnico científico, expressão maior da racionalização e da modernidade (LAPA, 1996).

A cidade então começa a ser racionalizada como o espaço de formação da sociedade, que para formar indivíduos sadios, moralizados e produtivos, necessitava ser melhor planejada, organizada e higiênica. Desde o século XIX, ainda durante o Império, os médicos sanitaristas são os primeiros a assumir a “missão regeneradora nacional”, passando a ocupar cargos públicos e a desempenhar tarefas que circundavam a sua formação, funções que somente poderiam ser confiadas aos homens da medicina. “Eis por que os médicos da época aceitariam a missão de restaurar a sociedade avariada: só eles poderiam desvendar – e combater – as causas que tornavam o progresso nacional incerto” (MOTA, 2003, p.20). Entendia-se que o caminho a ser seguido para retirar o país do atraso deveria ser o mesmo das nações européias, consideradas como modelo de civilização. Sobre esta concepção durante o Império, Reis elucida:

Eles tinham se formado sob a influência do racionalismo iluminista, encarando a história como progresso, um movimento de distanciamento em relação à barbárie e à superstição, rumo à civilização e ao predomínio do pensamento racional. Mesmo os de formação católica acreditavam no poder transformador da razão e na medicina como seu maior aliado. Para eles, só o saber especializado do médico levantaria o Brasil à altura da civilizada Europa (REIS, 1991, p. 248).

Muitas das ações dos médicos higienistas se pautavam na concepção da medicina preventiva, por isso, o intenso combate aos maus hábitos degenerados. De

um modo geral, o lixo nas ruas, a falta de escoamento das águas usadas, a arquitetura inadequada, a falta de exercícios físicos, de higiene do lar e pessoal, eram costumes e carências estruturais que necessitavam, de acordo com os médicos da época, serem extirpados. Para tanto, a reorganização de algumas instituições eram fundamentais, como escolas e prisões e cemitérios, vistos como mecanismos de reeducação do indivíduo. (LAPA, 1996). “A criação do homem higiênico seria o objetivo de um trabalho pedagógico permanente” (REIS, 1991, p. 249). Entendia-se que sanear seria também conhecer e rever a educação, a saúde, a moradia, os costumes e a cultura da população.

A medicina preventiva trabalhava com a ideia de “polícia da cidade”, ou seja, um conjunto de normas – e de mecanismos de imposição dessas normas – de salubridade do meio ambiente, em especial da limpeza do ar. “Países policiados” eram aqueles, como os da Europa, onde tais regras funcionavam, prevenindo doenças mediante a mudança de comportamentos considerados insalubres. Se queria ser civilizado, o Brasil devia ser um país policiado, higienizado (REIS, 1991, p. 248 - 249).

As ações de saneamento inicialmente resultaram da associação do espaço à medicina e do higienismo, neste momento de transição, os engenheiros ainda agiam como coadjuvantes, em grande medida, motivadas pela crença nos miasmas como motivadores do adoecimento. Isso orientou as ações higienistas e promoveu uma busca e controle dos focos de proliferação de ares pútridos e doentios. Nesse momento, os pobres e as suas casas, bem como os acúmulos de águas estagnadas e lugares sem ventilação tornam-se os alvos principais. Assim, descobrindo-se o poder da limpeza sobre as doenças, médicos e engenheiros passaram a atuar conjuntamente na execução de obras de higienização urbana (CAMPOS, 2002).

Entretanto, a partir da medicina microbiana do século XIX, o foco das causas das doenças recaiu sobre o indivíduo. As crenças sobre a transmissão das doenças, embasavam-se tanto no contágio, no qual os agentes da doença passavam de uma pessoa doente para outra sã, quanto na infecção, em que existia uma etapa intermediária da transmissão que envolvia o meio. Nesse contexto o indivíduo doente passa a ser controlado, pois assume maior importância no processo de transmissão (OLIVEIRA, 2003).

As medidas de reformulação técnica do espaço urbano serviram para promover a ascensão e divulgação das teorias urbanísticas. Não apenas questões estéticas tornam-se primazia, mas principalmente as reordenações sanitárias e salubres do corpo urbano, ampliando assim o campo de ação do engenheiro para o planejamento sanitário da cidade. Se o foco da doença passou para o indivíduo, o campo de ação do médico volta-se para este, assim, o papel de reformulação da cidade enquanto espaço salubre passa para os engenheiros.

A mudança de concepção atingiu a estruturação física das cidades, dessa relação surgiu a engenharia sanitária, resultando nas grandes ações sanitárias urbanas que tinham a sujeira como inimiga da saúde. Para tanto, havia a necessidade de reordenar o espaço urbano, tanto com a elaboração de projetos que buscassem implantar sistemas de abastecimento de água e esgotos como com a criação de espaços com preocupação estética, mas, sobretudo, sanitárias (LAPA, 1996). O saneamento urbano e a engenharia sanitária se estabeleceram assim buscando resolver algumas das limitações das medidas profiláticas dos médicos higienistas

Dessa forma, o desenvolvimento de sistemas de saneamento e planejamento urbano ajudaram à reorganizar o aparato das cidades em processo de modernização. A técnica reconfigura a malha urbana e por conseqüência os hábitos cotidianos e valores higiênicos do cidadão, seja pela introdução de mudanças na habitação ou pela racionalização da cidade. As reformas urbanas de cunho sanitarista tornaram-se símbolos maiores da modernização da sociedade (MOREIRA, 1990).

A crescente consciência do caráter de contágio das doenças levou à formação de um consenso com relação à interdependência sanitária e à necessidade de tornar coletivos e compulsórios os arranjos de combate às doenças. Esse consenso foi construído ao longo das duas primeiras décadas do século XX, e teve como um dos seus principais desenvolvedores o movimento sanitarista da década de 1910. Esse movimento, denominado de *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, visava alertar as elites políticas e intelectuais para a situação sanitária do país, pressionando pela adoção de uma iniciativa pública de saneamento do interior (HOCHMAN, 1998).

Durante as décadas de 1900 e 1910, as capacidades do Estado Nacional expandiram-se, aumentando o poder coercitivo nas mãos do governo federal. Para

Hochman (1998), este momento histórico foi marcado pelo aumento dos instrumentos de política nas mãos do Estado, como a criação de uma Justiça Sanitária, a aprovação da vacinação obrigatória contra a varíola e o estabelecimento de notificação compulsória para diversas doenças. Esse crescimento da ação representaria um primeiro ciclo na construção de uma política nacional de saúde pública no país.

É no contexto desse pensamento sobre as cidades e da importância das ações urbano-sanitaristas que o engenheiro Saturnino de Brito⁴⁰ vive, se forma e inicia sua profissão. Brito é considerado um dos maiores expoentes do Urbanismo brasileiro, campo do saber esse que no Brasil do final do século XIX e início do XX começou a ter maior força sobre o planejamento das cidades, já surgindo no país dentro dos modernos preceitos da técnica, orientado pelo sentido de racionalidade técnica e econômica. A relevância de Saturnino de Brito está no fato de ter inaugurado no Brasil uma nova leitura sobre a cidade e estabelecer no país uma moderna prática urbanística (MOREIRA, 1990).



Figura 6: Saturnino de Brito

Vários engenheiros e arquitetos que desde o surgimento do urbanismo como disciplina, lançaram mão da metáfora da cidade como corpo, como organismo vivo (GUNN; CORREIA, 2001). O ideal de cidade, seguindo essa influência, busca o ideal de um corpo saudável, com suas partes em pleno funcionamento e fluidez. As

⁴⁰ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864 – 1929) é considerado um dos mais importantes engenheiros sanitaristas, participou do processo de implantação do urbanismo moderno no Brasil. Nascido em Campos dos Goytacazes, formou-se engenheiro civil no ano de 1887, pela escola politécnica do Rio de Janeiro. Seus trabalhos estão reunidos em sua “Obras Completas” (1943 – pós-morte) onde se pode conhecer suas idéias sobre o planejamento de cidades, saneamento, problemas de abastecimento de água, redes de esgoto e habitação proletária.

avenidas e canais deveriam seguir um fluxo que permitissem a passagem dos organismos humanos e de líquidos, assim como as artérias sanguíneas e os órgãos internos, que naturalmente saudáveis devem favorecer o curso dos sangue e dos alimentos, assim como os rejeitos. Os lugares problemáticos da cidade eram assim encarados como órgãos doentes, que deveriam ser tratados com medidas racionais em favor da sua plena funcionalidade e saúde. Encontra-se aí um vasto vocabulário metafórico, onde órgãos, músculos, sistemas e estruturas servem em seu conjunto como justificativas para o urbanismo e suas intervenções, a fim de higienizar e prover a saúde. Em outras palavras:

O organismo urbano, tal como o organismo humano, deve ser vigiado, mantido, reparado. Uma cidade deve normalmente preencher suas funções. A circulação deve ser fácil e como o corpo humano, a cidade deve eliminar seus dejetos sob pena de intoxicação. (AGACHE Apud GUNN; CORREIA, 2001, p.239).

Essa perspectiva da cidade enquanto organismo em crescimento serviu como recurso simbólico, trazendo para o corpo urbano a percepção de que este é o campo de ação no qual o engenheiro deveria intervir, redefinindo suas condições de salubridade, também é perceptível na visão de Brito, pois de acordo com o mesmo, “já se cuida das cidades como se cuida dos indivíduos; os princípios fundamentais são os mesmos – os higiênicos” (BRITO, 1943b, p. 20). A partir de uma visão organicista bastante influenciada pela “Teoria dos Meios”⁴¹ fundamentou os planos urbanos de várias cidades, entre elas Santos, Vitória, Petrópolis e a Capital Federal na época. Brito desenvolveu estudos e projetos de saneamento e melhoramento para as cidades, de modo que a sua preocupação centralizava-se sobre “as condições ambientais que propiciavam a ocorrência de surtos epidêmicos, com efeitos nefastos sobre a economia, a população, e também, sobre os valores morais dos moradores” (BRITO, 1943b, p. 22).

Saturnino de Brito considerou a influência dos elementos que compõem o meio físico, desde o ar, os solos e as águas, até as edificações as praças, jardins e o lixo, bem como a maneira como esses fatores contribuem sobre a salubridade das cidades e sua dinâmica. Em muitos dos seus projetos não se limitava a elaborar

⁴¹ A Teoria dos Meios, de acordo com o próprio Saturnino de Brito, compunha-se “[...] das relações recíprocas entre os seres vivos e os modificadores mesológicos” (BRITO, 1943a, p. 32).

redes de abastecimento e traçados das ruas, pensava também nas possibilidades de expansão que a cidade tomaria, refletindo então sobre as vias de comunicação com os centros e o planejamento ordenado das regiões periféricas. Propunha mudanças significativas que buscavam elaborar uma cidade real, ordenada, salubre e projetada também para o futuro. Dessa forma, chegava a detalhar os traçados da cidade, pensando em formas e dimensões de quarteirões e vias de acesso, como também, as características de praças e passeios públicos.

Brito reservou em seus estudos uma dedicação especial à higiene doméstica, pois essa é considerada por ele “[...] um valor sanitário superior aos da higiene das ruas” visto que “[...] a propaganda ou a educação do povo para praticá-la deve ser empreendida” possibilitando assim viabilizar e fomentar a salubridade das habitações (BRITO, 1943a, p. 10)

Seus planos e projetos mantinham a uma relação em que se aplicassem eficiência e economia, para tanto, realizava experiências e comparava materiais possíveis de serem conseguidos no próprio território nacional, evitando quando possível a importação, com tanto que chegassem aos melhores resultados para a obra, adaptando assim as peculiaridades locais os materiais das obras. Pautava-se dessa forma em um amplo diagnóstico em relação ao lugar pelo qual passaria por intervenções, avaliando os índices demográficos, topográficos e a infra-estrutura do local. Saturnino de Brito defendia uma prática urbano-sanitarista que não apenas buscasse adaptar os mecanismos e procedimentos elaborados na Europa para a realidade do país, e sim, que as nossas peculiaridades locais fossem profundamente estudadas para a partir delas se construísse alternativas.

Para se cumprir o programa traçado pelos sentimentos humanitários e pela razão esclarecida, para a proveitosa atividade dos higienistas, muito temos que fazer em nossas pátrias, a bem do seu progresso normal, baseado na ordem salutar. Não bastará aprendermos a lição nos países europeus e a aplicar-mos aqui. É necessário assimilar para estabelecer o acordo com as nossas condições planetárias e sociais (BRITO, 1944, p. 45).

Questões de ordem política e econômica que acabavam por influenciar ou interferir em seu exercício profissional também eram assuntos recorrentes no pensamento urbanista de Brito. Sabemos que desde o império até as primeiras décadas da República, o governo brasileiro buscou manter uma política econômica

que de início pretendia desenvolver a indústria nacional. Para tanto, tarifas de cunho protecionista foram implantadas no intuito de aumentar a arrecadação e diminuir a competitividade da produção interna com os produtos importados. Assim, taxas alfandegárias mais altas eram cobradas de produtos importados, mais alto ainda seria o valor se o que estava sendo importado também fosse produzido no país, mesmo que não houvesse necessariamente a mesma qualidade. Isso prejudicou bastante a insipiente indústria nacional que dependia de máquinas, materiais semi-processados e até de matéria prima estrangeira, visto que seu custo elevado limitava a produção e prejudicava atividades econômicas ainda em crescimento no Brasil (PRADO JUNIOR, 1990, p. 262 – 263)

A posição de Brito a esta política econômica era taxativa, defendendo que as taxas alfandegárias empregadas sobre os materiais usados em seus serviços deveriam ser considerados como de primeira necessidade, por função de higiene e saúde para o engrandecimento do país. Canos de Ferro, vigas e até o cloro utilizado no tratamento da água eram importados, seja por não haver produção nacional suficiente, por ser de qualidade inferior ou por que o valor do transporte não compensava a sua compra. Em alguns casos, produtos básicos carregavam uma taxa tributária tão alta quanto o de uma mercadoria de luxo. Sobre essas questões, afirmava que:

Um meio heróico e liberal de resolver a questão seria acabar com as isenções e baixar as tarifas a valores mínimos para todos os materiais que só podem ser importados ou que se devem importar no intuito de executar a maior soma possível de serviços destinados àquele duplo *desideratum* – a felicidade e o progresso. Merecem toda proteção do Governo os serviços de saneamento, de estradas de ferro, de portos, de pontes, de minas, de lavoura e indústria fabril com matéria (BRITO, 1944, p. 53)

Acumulando mais de 30 anos de experiência, em 1920, Saturnino de Brito fundou o Escritório de Engenharia Civil e Sanitária Francisco Saturnino de Brito, com objetivo de prestar consultorias, administrando e fiscalizando obras, além de desenvolver projetos de hidráulica e de saneamento. Prestou serviços para várias Administrações Públicas entre 1920 e 1930, quando em 1929, durante as inspeções das obras de Pelotas (1927 – 1930), Saturnino de Brito faleceu. A sucessão de

direção do Escritório passou para o também Engenheiro Saturnino de Brito Filho⁴², a partir disso o nome da empresa foi redefinido para Escritório Saturnino de Brito Filho, mas não houve com isso alterações nos moldes técnicos e administrativos. Vinculou as idéias de educação e higiene com as metáforas da cidade enquanto corpo, afirmando assim a abordagem que marcou sua atuação urbano-sanitarista, intimamente ligada a de seu pai. Em folheto comemorativo aos quarenta anos do Escritório⁴³, Brito Filho deixou claro o seu comprometimento com os ideais de seu pai, nesse sentido, considera que:

Queremos significar que a matéria de sua vida constituirá para nós o mais poderoso estímulo para prosseguir na diretriz certa que fixou e prolongar através do tempo a elevada iniciativa que tomou em benefício do aperfeiçoamento das nossas cidades e da saúde de nossas populações (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, Apud. DANTAS, 2003, p. 63)

Além das orientações técnicas, nomes como Geraldo Sampaio, Pova de Brito, Francisco Gouveia Moura, Lorenço Baeta Neves, Henrique Batista, Floro Dória, Rui Buarque e José Fernal, foram mantidos no corpo técnico do Escritório. Houve assim a continuidade dos trabalhos do pai quando Brito Filho assumiu a empresa, realizado vários trabalhos junto a órgãos públicos e administrações municipais e estaduais entre as décadas de 1930 e 1940 por todo o país. Na Paraíba, projetou obras ou prestou consultorias para serviços de abastecimento de várias cidades, entre elas Guarabira (1952), Campina Grande (1937) e João Pessoa (1967 – 1968). A produção intelectual de Brito Filho reflete a vasta experiência não

⁴² O Engenheiro Civil e de Minas Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Filho, nasceu em Campos dos Goytaguazes, Estado do Rio de Janeiro em 7 de agosto de 1899, filho de Alice Saturnino Braga e de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Faleceu em 01 de agosto de 1977 no Rio de Janeiro. Saturnino de Brito Filho colou grau na turma de 1923 da Escola de Minas, de Ouro Preto, como Engenheiro Civil e de Minas. Até 1929 trabalhou com o pai em vários projetos de sistema de água e esgotos, entre eles os das cidades de Salvador e Teófilo Ottoni. Foi Diretor Presidente do Escritório Saturnino de Brito e Presidente do Laboratório Hidrotécnico Saturnino de Brito S.A., projetou e dirigiu às obras dos sistemas de águas e esgotos de numerosas cidades em todo o país, entre elas as de Brasília, Fortaleza, Pelotas, Poços de Caldas, João Pessoa, Maceió, Natal, Campos, Campina Grande, Aracajú e Manaus. Em 25 de maio de 1935, na Argentina, ajudou na fundação da USAI – União Sul Americana de Associações de Engenheiros. No Brasil fundou no Rio de Janeiro, em 07 de dezembro de 1935 a Federação Brasileira de Associações de Engenheiros – FEBRAE, com a finalidade de congregar as entidades profissionais do Brasil e de bem representá-las nas campo internacional. Resumo biográfico disponível no sítio da FEBRAE: http://www.febrae.org.br/febrae_patrono.php Acesso em 25 de maio de 2011.

⁴³ ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **O Escritório Saturnino de Brito em quarenta anos de atividade 1920 – 1960**. Rio de Janeiro: [s.n.], [19 - -].

só na área de engenharia sanitária, estendendo-se para assuntos mais abrangentes, ampliando assim a sua influência em âmbito nacional e internacional.



Figura 7: Saturnino de Brito Filho

No final dos anos 1970, o Escritório Saturnino de Brito enfrentou uma crise administrativa, de modo que o falecimento de Brito Filho só veio a acelerar o fim da atuação dessa instituição. Apesar de ainda continuar até o início dos anos 1980 sob a administração do engenheiro Luis Marcelo Gomes Adeodato, os acionistas decidiram vender os bens e repartir o capital. Termina assim a atuação do Escritório depois de mais de 60 anos de serviços, mesmo quando foi considerada defasada a corrente sanitária entre os meios acadêmicos do urbanismo, mas é relevante e incontestável a contribuição da empresa e da família Saturnino de Brito para a constituição do urbanismo moderno no Brasil.

Dessa forma, podemos perceber que o contrato firmado entre o Estado sob a administração de Argemiro e o Escritório Saturnino de Brito Filho, reflete o momento histórico em que o urbanismo sanitário se encontrava no ápice e que era concebido como um dos elementos promotores e constitutivos de um projeto nacional que buscava se consolidar através de obras modernizadoras e infra-estruturais. O desenvolvimento das obras de saneamento em Campina Grande acompanham uma dinâmica histórica de consolidação deste campo do saber, onde

os mais modernos procedimentos técnicos foram adotados para que um projeto de água e esgotos devidamente tratados estivessem em consonância com a perspectiva organicista e de reciprocidade com os elementos ambientais e de salubridade apregoados pelo pai e seguidos por Brito Filho. Assim, conjectura-se que desde a elaboração do projeto até a concretização das obras empreendidas pelo Escritório Saturnino de Brito Filho não havia a limitação sobre a questão estrutural, mas que havia em cada detalhe uma preocupação com a higiene, com a economia, os efeitos sobre o ambiente e os resultados humanitários favorecidos pela obra.

A seguir, vamos analisar de que forma Argemiro buscou através dos veículos de comunicação consubstanciar a imagem do governo e por consequência o Estado Vargasista. Nesse momento, iremos nos apropriar de uma leitura que estabeleça a relação entre as obras de cunho urbano-higienista e modernizantes empreendidas, as elaborações simbólicas comunicadas sobre tais e a teatralização do poder. Para tanto, investigaremos entre os textos e as imagens como essas questões buscavam construir a imagem de benfeitor do governador e de redenção da obra para a cidade. Assim, poderemos compreender também o caminho das águas e a estrutura necessária para que houvesse seu pleno funcionamento, elencando desde a captação da água, seu tratamento e distribuição, até a depuradora e toda propaganda governista desenvolvida sobre tal benfeitoria.

2.3 A elaboração do enredo: a obra, o criador e a teatralização do poder.

Em 1937, começaram as articulações políticas para a sucessão presidencial, momento em que acontece a concretização da conciliação das oligarquias paraibana em favor da consolidação do nome de José Américo para concorrer ao maior cargo do Estado brasileiro. Getúlio Vargas era o mais interessado na candidatura do paraibano, mantendo assim intenções continuistas. Esse contexto foi marcado pela influência externa de governos totalitários na Europa, nos quais predominavam um intenso combate ao comunismo. Os integralistas, simpatizantes das idéias totalitárias no país, comunicaram ao então presidente um plano para a tomada do governo, um suposto Golpe de Estado planejado pela Aliança Nacional Libertadora, o principal partido comunista do Brasil. O denominado Plano Cohen então, serviu de

pretexto para que Vargas decretasse Estado de Sítio e em seguida instituísse um Estado Autoritário no Brasil. No dia 10 de Novembro de 1937 é proclamado o Estado Novo.

O Estado Novo significou uma nova reorganização do poder político, o qual buscou ampliar as suas bases de sustentação, para isso, configuraram-se novas estratégias de poder que elevou as funções do estado e penetrou nos domínios da sociedade civil, assumindo um papel paternalista, coercitivo e propagandístico. Formado a partir de bases ditatoriais, o Regime Vargas controlou vários aspectos da vida política e civil dos brasileiros, desde a centralização do governo, passando pela organização trabalhista, até o controle dos veículos de comunicação, haja vista o papel da censura no controle das informações e das idéias de oposição, como também da construção da imagem do governo sob forte apelo nacionalista e pela conservação da ordem pública.

Para se firmar e construir a boa imagem do governo foi decisivamente importante o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado pelo Estado Novo no intuito de se tornar um dos mecanismos fundamentais na difusão e constituição da imagem do governo. Fundado em dezembro de 1939 era dirigido por Lourival Fontes, que incumbiu-se de sistematizar as informações e a propaganda do governo para os ministérios e entidades públicas, orientando as divisões de divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa (OLIVEIRA, 1982, p. 72). Subordinava-se diretamente ao DIP e ao presidente os órgãos filiados nos vários Estados do país, chamados de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIPS), os quais mantinham a mesma função, recebendo constantemente as orientações sobre os assuntos a serem censurados e as temáticas a serem divulgadas sobre o governo central. Em análise sobre o papel desses Departamentos Oliveira elucida:

Sabemos que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar e nem recorreu a aparatos ideológicos tão sofisticados, conforme o fez o novo regime. A ideologia se coloca, portanto, como elemento central do projeto político, na medida em que lhe dá materialidade, efetua a sua organização e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais. O novo jogo discursivo traduz uma nova concepção do mundo, que procura reativar as representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes que então se estabelece (OLIVEIRA, 1982, p. 72).

Na Paraíba, a política conciliatória implantada por Argemiro trouxe aliados poderosos para o seu lado, conseguindo assim apoio para as pretensões getulistas no Estado. Assim, ao apoiar Getúlio, há o rompimento com José Américo, quando, por decreto do dia 24 de Novembro de 1937, Vargas retoma a estratégia de nomear interventores, e na Paraíba o nome escolhido foi o de Argemiro. Dessa forma, a continuidade política se dá no âmbito federal e estadual, sendo que agora Argemiro possuía todo o respaldo e aparato do Estado para manter, em consonância com o governo estadonovista, uma política centralizadora, propagandística, ideológica e autoritária.

Na administração do Estado, o interventor buscou manter a promoção de obras de caráter grandioso com apelação modernizante e redentora. A exemplo do que já estava por fazer Vargas, desenvolvendo as chamadas Indústrias de Base, o transporte e apelo nacionalista, argumentando estar retirando o país do atraso. Assim, Argemiro pretendeu continuar a dotar o Estado de obras de infra-estrutura que promovessem o desenvolvimento social e econômico, e com essas, a autopromoção de sua administração e da sua pessoa. Obras que traziam no acervo de um conjunto de práticas discursivas e imagéticas, toda uma simbologia devidamente comunicada, teatralizada sobre a técnica, a modernização e a redenção de um Estado que então estava se desenvolvendo.

Seguindo as diretrizes adotadas por Vargas, o interventor Argemiro de Figueiredo também estabeleceu mecanismos de propaganda e autopromoção do governo e de sua pessoa, para isso, se utilizou de estratégias semelhantes às do governo central, controlando a imprensa e agenciando a construção da imagem de sua política. Para tanto, a interventoria paraibana criou em 1937 o Departamento de Estatística e Propaganda (DEP), o qual mantinha a função de estabelecer pesquisas estatísticas no Estado, atividades de radiodifusão, e para isso se destaca a criação da Rádio Tabajara, bem como a propaganda da gestão de Argemiro, divulgando as obras, as políticas sociais e econômicas e as iniciativas em prol do desenvolvimento do Estado (CABRAL FILHO, 2006, p. 120). Dessa forma, havia a promoção de uma campanha ideológica que atendia aos interesses do governo, de modo que não houvesse correntes predominantes de oposição e o reforço do papel da interventoria como a única capaz e responsável pela transformação do Estado.

Entre as grandes obras empreendidas e divulgadas pela interventoria de Argemiro estava o saneamento de Campina Grande, obra devidamente oficializada

pelo estado com a promulgação de decretos e iniciada com a assinatura do contrato com a Firma Saturnino de Brito Filho em junho de 1936. A partir de então houve a revisão e elaboração de todos os projetos de engenharia, adução e tratamento, ações técnicas que logo foram utilizadas pelos jornais como fruto da ação do “benemérito interventor”, enaltecendo assim o início das obras e o seu promotor. Até a sua inauguração em 1939, os dois principais jornais controlados pelo governo, *A União* e o *Voz da Borborema* publicavam notícias e/ou fotografias sobre o andamento das obras. Assim, se mantinha a propaganda do governo e a construção do consenso da população sobre o quanto os governos federal e estadual estavam se esforçando para prover a Paraíba de mudanças estruturais, favorecendo a aceitação do regime mesmo que sob uma ditadura.

No jornal *A União*, a chegada e o armazenamento da tubulação nas dependências do porto de Cabedelo renderam várias fotografias que foram devidamente dispostas com suas respectivas legendas. Não houve na edição ora investigada uma reportagem que trouxesse maiores detalhes ou informações mais precisas, mas é justamente a força que a imagem carrega a principal aliada, pois como diz o ditado, “uma imagem vale mais que mil palavras”. Apenas fotografias com curtas legendas foram publicadas sobre isso, todas com o mesmo título; “Para as obras de água e esgoto de Campina Grande”, objetivando apenas chamar a atenção do leitor com letras garrafais e escuras. Dois recursos então foram utilizados mantendo a proximidade, o textual e o visual, orientando assim para uma determinada leitura e percepção, uma sem a outra não trariam o respaldo necessário para que a grandiosidade da obra fosse comunicada e apreendida.



Figura 8: Área do Porto de Cabedelo (A UNIÃO, 02 Março de 1937).

Nesta edição, as fotografias foram exploradas com a seguinte legenda:

Nos clichês acima vemos parte do material desembarcado de bordo do cargueiro “Indier”, que atracou no cães do porto de Cabedelo no dia 17 de fevereiro último, que trouxe para as obras de água e esgoto de Campina Grande 3.106 toneladas de tubos de ferro e acessórios fabricados pelas usinas francesas de Pont-à-Mousson (A UNIÃO, 02 Março de 1937).

A fotografia acima nos remete a algumas questões alusivas à idéia de grandiosidade e complexidade das obras de saneamento. Enfileirados, ocupando uma grande área nas proximidades do porto de Cabedelo, encontram-se os enormes canos de ferro que conduziriam as águas para Campina Grande. A presença de um homem de pé em cima dos canos vem justamente favorecer a percepção do observador sobre a proporcionalidade do tamanho dos canos em relação ao homem, buscando assim chamar a atenção para a grandiosidade dos materiais empregados na obra. Material esse que, de acordo com a legenda, trata-se apenas de uma “parte do material desembarcado do cargueiro belga ‘Indier’, que atracou ao caes do porto de Cabedello no dia 17 de fevereiro ultimo” (A UNIÃO, 02 março de 1937).

Como se sabe, esse contexto era o momento da constituição por parte do governo federal das chamadas Indústrias de Base, trata-se de iniciativa estatal que visava incentivar a formação de um campo industrial que ainda não havia se desenvolvido no país, como por exemplo os de beneficiamento de matéria-prima mineral, como ferro e aço. Por isso, a maioria dos recursos materiais necessários para a execução das obras de saneamento de Campina Grande tiveram que ser importadas. Neste caso, as tubulações de metal também eram importadas, sendo industrializadas na França e transportadas também por navios estrangeiros que adentravam na Paraíba pelo porto de Cabedelo, quando então eram embarcados nos trens da GWBR para Campina Grande.

Na imagem, percebe-se que a quantidade de canos espalhados chamam a atenção do leitor, no entanto, mesmo sendo observados muitos, é esclarecido que essa é apenas uma parte do montante. Necessitou-se de um grande navio estrangeiro para o seu transporte, pois tal embarcação “trouxe para as obras de água e esgoto de Campina Grande 3.106 toneladas de tubos de ferro e acessórios, fabricados pelas usinas francesas de Pont-à-Mousson (A UNIÃO, 02 março de 1937). A imagem e a legenda então orientam e informam sobre a grande quantidade de material, o seu porte, a origem francesa e o transporte também realizado por um cargueiro estrangeiro, todas essas informações em seu conjunto buscam representar a grandiosidade da obra, dos altos custos e da preocupação em empregar os materiais de melhor qualidade produzidos em um dos países mais industrializados da época, idéia que remete o leitor a perceber que foi utilizado o que havia de melhor.

É observável algumas ripas de madeira espalhadas em cima dos canos e no chão, material esse que teve como função favorecer o desembarque dos canos por rolamento, a sua disposição e o carregamento nos vagões dos trens que estão localizados entre as tubulações e os galpões no fundo da foto. Além de aludir as dificuldades enfrentadas e a força desenvolvida em para tal processo, o que pode ser perceptível quando comparada a proporção de um homem em relação aos canos, a imagem comunica o trabalho empregado, trazendo assim a classe trabalhadora para o empreendimento. Apesar de não estarem ali no plano da foto, possibilita a dedução de que eles, os mais humildes, os trabalhadores braçais, em algum momento estiveram ali realizando o trabalho muito pesado. É uma forma de

trazer para o seio da sociedade e para a grandiosidade da obra aqueles que também tornaram tudo isso possível.

Ainda se pode ver grandes galpões, alguns vagões de trens e uma igreja (parte superior direita). A Igreja em questão é a Matriz Sagrado Coração de Jesus⁴⁴, localizada até hoje bem próxima à área portuária. A perspectiva da fotografia buscou incluir esse monumento, não por acaso, mas como se estivesse pretendendo mostrar que de fato, aquilo estava acontecendo em Cabedelo, na Paraíba, sob as bênçãos e olhares da Igreja, da religião que se mantinha próxima. Isso não teria tanta importância se não estivéssemos falando de uma época em que vários mecanismos ideológicos eram aplicados com o objetivo de combater o comunismo e suas inerentes idéias ateístas. Além disso, era uma forma de mostrar que mesmo os desejos mais pessimistas opositores não puderam conter o andamento da compra do material e da obra, que em definitivo, estava a caminho de seu destino pela via férrea. A agilidade proporcionada pela proximidade dos vagões à espera do carregamento em relação aos canos vem mostrar que a chegada de todos os canos à Campina Grande seria rápida, que haverá pressa, algo tão necessário e emergencial para uma cidade que já sofreu por tantos anos com a falta de água e a insalubridade.

Logo os canos chegaram em Campina Grande, as obras de assentamento dos canos pelas vias da cidade começaram a ser executadas. Evidente que esse seria mais um momento de festividade e promoção do governo, trazendo para a cidade figuras representativas para o efetivo início das obras na cidade. Não se trata de mais uma obra, trata-se de um evento simbólico, no qual há o conagração das aspirações de uma cidade, mas também, a concretização de uma promessa de campanha e de um projeto de governo, momento em que “foram batidas várias chapas photographicas, sendo muito acclamado o nome do governador Argemiro de Figueiredo” (A União, 10 de Março de 1937).

⁴⁴ A Igreja Matriz de Cabedelo teve suas obras iniciadas em 1567, de taipa, tendo passado várias obras que lhe deu as características arquitetônicas de então, permanecendo pouco alterada em relação a década de 1930. Atualmente, está localizada na rua Aderbal Piragibe, em frente à Praça Getúlio Vargas.



Figura 9: Tubos armazenados nas proximidades da Estação de Trens da GWBR (1937).

Na imagem acima, publicada no Jornal *A União* de 19 de Agosto de 1937, podemos observar alguns desses elementos simbólicos que se completavam a fim de representar os elementos modernos e grandiosos que envolviam as obras de saneamento. Ao fundo, as construções não estão chamando a atenção por acaso, trazem para o observador a noção de que os desenvolvimentos econômicos da cidade tão propalados pelas elites locais se faziam assim representados, além do que, estas são construções conhecidas, que trazem um ponto de referência, assim ao olhar a fotografia se constatava que de fato todo aquele material se encontrava na cidade. Se tivesse sido outra a perspectiva da fotografia, por exemplo, se tivesse sido tirada a partir dos prédios, apenas um descampado com os canos seria fotografado, mas era justamente a presença dos prédios aludidos que proporcionariam a certeza de que se trata de Campina Grande.

O prédio da esquerda é a Estação Ferroviária, que a partir de 1907 – quando foi inaugurada – tanto contribuiu para o desenvolvimento econômico da cidade. A presença dessa estrutura na imagem vem rememorar o observador sobre aquela benfeitoria moderna que permitiu a velocidade e a integração da cidade na economia internacional, lembrando que a mesma estrutura que tanto favoreceu para

que a cidade se tornasse importante, rica e progressista – como propalavam a elite – agora estava recebendo os tubos da obra que iria proporcionar a sua redenção. Comunicando assim que o empreendimento do governo, resultante de suas articulações e boa vontade iria a partir de agora se tornar realidade, que a materialidade posta ali iria então suprir as necessidades higiênicas e econômicas do município e de sua população, favorecendo a sua retomada no crescimento econômico.

Já o grande prédio da direita é a Prensa Vasconsellos, trazendo para a imagem a aptidão econômica e industrial da cidade. Representa-se assim o desenvolvimento econômico de Campina Grande, comunicando a idéia de que não apenas se exporta algodão, mas que também outras atividades produtivas proporcionam seus altos índices econômicos e seu destaque na arrecadação do Estado. Pode-se ver também, algumas pequenas casas no entorno desses dois grandes prédios, algumas são de pequenos estabelecimentos comerciais, e outras são casas de trabalhadores e populares que estariam também sendo incluídos, agindo como sujeitos ativos nesse processo de modernização. Assim, elementos de caráter moderno e industrial se inserem na imagem, buscando representar os diferentes setores da sociedade campinense que se beneficiavam com tal empreendimento e que contribuíram para tornar a cidade comercialmente relevante, produtiva industrialmente e de gente trabalhadora.

Também podemos observar os tubos devidamente dispostos por tamanho e para uso. Para tanto, um funcionário seria designado para isso, talvez o sujeito que está de branco bem ao centro da imagem. Ele se encontra com os braços rijos colocados bem atrás do corpo, em postura ereta, indicando seriedade e concentração no que está fazendo, olhando os demais trabalhadores para que tal organização se concretize. Assim propõe-se ares de agilidade, rapidez e pressa, a fim de se concluir uma obra que demandava velocidade para a continuidade do desenvolvimento da cidade e que por isso tanto significava para todos da cidade.

Buscando trazer um caráter nacional para a obra, mesmo que todo o material industrializado fosse importado, em *A União* é comunicado o pagamento dos canos pelo Banco do Brasil. Seria apenas uma notícia se não fosse o destaque dado que o pagamento se realizou por meio do banco estatal e os elogios ao governador com seu “bom nome na praça”. Busca-se ressaltar assim que a instituição bancária permanece mantida com organização e competência pelo Estado Varguista,

continuando forte e competente para realizar pagamentos à empresas estrangeiras, mostra-se assim que a instituição amplia e assegura as atividades financeiras sob o novo governo.

Saneamento de Campina Grande

O Estado pagou no vencimento, ontem, á “Societê Anonyme dês Hauts Fourneaux et Fonderies de Pont-a-Mous son”, Nanci, França, a cambial de £ 15.830-16-10, ou sejam 1.380:291\$000 em nossa moeda, valor da 2ª. Prestação do contrato firmado com aquelê importante estabelecimento industrial para o fornecimento dos materiais necessários ás obras de saneamento da cidade de Campina Grande. O pagamento foi efetuado por intermédio do Banco do Brasil, nesta praça, portador do título para cobrança. Como a operação excedesse pelo seu vulto ás disponibilidades cambiais de agencia local, o Sr. Interventor Federal solicitou em tempo á Matriz, no Rio, a necessária cobertura, encontrando o seu pedido a melhor disposição e acolhimento por parte da alta administração do Banco. E' de notar a pontualidade com que o Governador vem satisfazendo os seus compromissos, não só' em relação aqueles serviços, como a muitos outros, em execução ao largo programa de realizações e benefícios ao Estado, tudo isso sem lançar mão de operações de crédito, mas dentro dos recursos normais do Tesouro (A UNIÃO, 25 de Maio de 1938)

É perceptível que a notícia também busca elogiar o interventor, representando-o como bom pagador e cumpridor de seus compromissos. Ainda fica evidente a pretensão de mostrar que essa é apenas uma das responsabilidades mentidas por Argemiro, que em seu programa de governo está proporcionado uma verdadeira mudança para o Estado com outros benefícios. Tudo isso estava acontecendo sem extrapolar os recursos do Estado, mostrando assim a responsabilidade do homem público que sabia salvaguardar os interesses e os recursos do Estado. Dessa forma, ganha força o discurso ufanista e de autopromoção, de modo que o principal veículo de comunicação escrita da Paraíba traz o elogio não só ao governo, mas também ao próprio Interventor e ao Estado varguista.



Figura 10: Parte da capa do jornal A União de 19 de Agosto de 1937.

A edição do jornal *A União* de 19 de Agosto de 1937 é um exemplo da propaganda desenvolvida pelo governo através desse veículo de comunicação, vários são os recursos utilizados para elogiar o governo e demonstrar o caráter eminentemente técnico das obras, descrevendo a estrutura, a superação das adversidades naturais e o seu corpo de profissionais gabaritados para tal serviço. Como podemos observar, a notícia chama a atenção com suas letras garrafais e escuras para o tema a ser tratado, quando em seguida faz o elogio das obras que pelo seu cunho modernizante e redentor se destaca entre outras que estão sendo realizadas a partir de um programa de governo. Assim, se passa a imagem de um governante que possui metas a serem seguidas, e que esta se trata de mais uma que estava sendo executada, dando a perceber o compromisso com uma pauta e com sua efetiva realização, contrapondo-se a outros que anunciaram mas não cumpriram a solução do problema que se arrastou por outros governos.

O editorial visível na imagem trata da descrição do projeto das obras de saneamento de Campina Grande, explicando de maneira clara para facilitar a compreensão do leitor que não tem familiaridade com a linguagem técnica de como tal empreendimento estava sendo desenvolvido. Tudo começa com os trâmites com a IFOCS para a construção da barragem, a descrição e a explicação sobre a necessidade de adutoras e estações elevatórias. O objetivo do texto é de informar, mas principalmente se dá pela necessidade de se afirmar, visto que toda as informações se inserem em um contexto de elogio ao governo e de exposição do caráter técnico das obras. As imagens completam o discurso que propõe impressionar o leitor com as informações sobre a complexidade e grandiosidade da obra. A disposição de todo o material iconográfico e textual por aproximação induz o leitor a uma determinada leitura, a de que se trata de uma obra verdadeiramente moderna.

A foto a esquerda da capa do jornal, de acordo com a legenda, é do “corpo tecnico da Comissão de Saneamento, vendo-se, ao centro, o engenheiro-chefe dr. José Fernal, tendo a sua direita o dr. Povia de Brito, e drs. Flório Dória, Anatoly Mirsky e Rodrigo Lopes” (A UNIÃO, 19 de Agosto de 1937). Com a imagem dos engenheiros responsáveis pela construção das obras de saneamento, o jornal pretende demonstrar toda a áurea científica que circunda o seu desenvolvimento, os “doutores” vestidos com seus paletós e a postura indicam a seriedade desses profissionais. Na imagem, podemos perceber visivelmente a presença de um homem mais velho e por isso o mais experiente, trazendo para o corpo técnico a autoridade de um profissional que possivelmente já esteve a frente de outras obras, passando assim a idéia de que as obras de saneamento da cidade estavam em boas mãos.

A fotografia da direita mostra os canos da adutora sobre pilares, possivelmente construídos para firmar os canos sobre um lajedo de alguma área rural, área isolada entre a cidade de Areia e Campina Grande. Os grandes canos tornam os dois homens presentes na imagem, pequenos. Um está do lado dos canos, mostrando assim a distância em relação ao chão da qual os canos estão colocados sobre os pilares, o outro, em cima dos canos comunica a idéia de dominação, de controle do ser humano através da técnica e da engenharia sobre a natureza, a exemplo do que faziam os caçadores, fincando seu pé sobre suas caças, demonstrando poder e superioridade. Estando em uma área rural, este grande feito chama a atenção do observador, vendo-se grandes canos até onde a

vista alcança, dando a idéia de grandiosidade. Como se pode observar, as notícias sobre as obras não eram isentas de intenções, não tinham como objetivo apenas a informação, mas também marcar a presença do Estado, da técnica e a propaganda do “eminente bem feitor” realizador das obras.

As representações proferidas sobre o andamento das obras busca enaltecer a grandiosidade do empreendimento e o caráter técnico em seu desenvolvimento, configurando assim o cunho modernizante. Mas, não menos importante, seria necessário exaltar o governo e o interventor por ter empreendido tal obra estruturante, que pela sua função redentora para toda uma população que estaria condenada à estagnação, mereceria estampar para a posteridade o nome de Argemiro. No artigo publicado em *A União* de 10 de Agosto de 1938, pode-se resumir todas as representações comunicadas na época sobre as obras, a técnica, o benfeitor e o sentido salvador de tal empreendimento. Tão grande é o número de significados possíveis de serem construídos em tal artigo, que vale a pena destacá-lo:

O PROBLÊMA VITAL DE UMA COLETIVIDADE

APROXIMA-SE o dia em que Campina Grande será abastecida de água potável através de um arrojado empreendimento de engenharia brasileira que estendeu perto de quarenta quilômetros de tubos de ferro desde o local beneficiado aos contrafortes da Borborema, em Areia, onde estão sendo concluídos os trabalhos da barragem Vaca Brava. As obras de água e esgotos de Campina Grande, consideradas a maior realização de uma administração estadual no interior nordestino, tanto pelo seu vulto como pela benemérita finalidade de salvar todo o povo que vem contribuindo decisivamente para o enriquecimento da nossa terra, são dessas que alcançarão a mais remota posteridade, atestando o esforço, o patriotismo e a boa vontade de um governo. Mesmo ao observador mais frio e impessoal afigura-se edificante e grandioso aquêles espetáculo de trabalho organizado, em que milhares de operários aceleram o término de um melhoramento que representa a redenção da terra campinense que é, de fato, onde está palpitando o coração da nossa economia. [...] Quando o Sr. Argemiro de Figueiredo assinou, há dois anos o contrato com o acreditado Escritório Saturnino de Brito para a realização das obras de abastecimento de água e esgotos do grande centro comercial do “hinterland” nordestino, a Paraíba toda aplaudiu o gesto de a excia. Que era o soléne cumprimento de um dos pontos mais precípuos do seu programa de governo. [...] Na paisagem áspera, o observador admira o esforço persistente do homem em combater a escassez do elemento primacial da vida: a tubulação de ferro se estende à flor da terra e atravessa, através de córtes violentos e audazes, a rocha viva, ligando o açude Vaca Brava, em conclusão, a Campina Grande. E os serviços continuam dentro do ritmo inicial, com próprios recursos do Estado, e sem o amparo de empréstimos, devendo concluir-se ainda êste ano. Nunca é demais ressaltar-se um tão notável empreendimento, que consagraria govêrnos que o levassem a efeito em anos de continuidade administrativa e que um só govêrno está realizando dentro dos seus

recursos ordinários, animado do generoso ideal de resolver o problema vital de uma coletividade (A UNIÃO, 10 de Agosto de 1938).

Como podemos perceber, buscou-se elencar na publicação o “problema vital de uma coletividade” e a proximidade de sua solução com a implantação do sistema de saneamento na cidade, dificuldades que não estavam relacionadas apenas com limitação do crescimento econômico da urbe, mas também pela carência de água para a sobrevivência e para a manutenção da vida. O caráter técnico da obra é algo que para o projeto estruturante varguista, também se fez mister ressaltar, visto que se trata de uma obra na qual a mais moderna técnica era empregada por um empresa brasileira, pretendendo assim mostrar como o país estava vivenciado uma nova fase de sua história sob o Estado Novo, no qual buscava promover grandes obras estruturantes com capital, engenheiros e tecnologia nacional.

A relevância sobre a distância da barragem de Vaca Brava em relação à cidade de Campina Grande, como também, as complicações dadas pela complexidade e pela necessidade de modificação do ambiente, também são elementos que merecem leitura. Discurso este que pretende induzir o leitor sobre a compreensão de que tais obras de arte e intervenções não se tratam de algo simples, mas que são desafios impostos pela natureza mas vencidos pela técnica, pela competência da Firma responsável pelo projeto, e pelo governo que implementou a obra, além do nome do interventor. É a vitória da técnica, da engenharia e do político sobre as forças da natureza e de sua natural imposição a falta de recursos naturais e à seca.

O elogio propagandeado ao interventor foi desenvolvido a partir da idéia de benfeitor, de salvador de uma cidade que tanto contribuiu para a arrecadação do Estado, mas que estava fadada, diante da falta de um sistema sanitário e de abastecimento, ao comprometimento do seu crescimento e do seu potencial. Interventor Federal, foi considerado um governo de destaque entre outros da região nordeste, pelo vulto e tamanho das obras empreendidas na cidade. Elaboração discursiva que pretendia consubstanciar a imagem de Argemiro como destaque entre outros interventores da região, mas em especial da Paraíba, nome que deveria ser memorado e levado para a posteridade como aquele que buscou salvar toda uma população da condenação, do atraso caso a situação das águas da cidade continuasse a mesma.

O que motivou o governo de Argemiro para que tal benfeitoria fosse implementada, de acordo com a matéria, é algo que também merece análise, pois trata-se de uma causa movida pelo “esforço, patriotismo e boa vontade”. Assim, se constrói a imagem de um governante que com tais obras movimentou tudo aquilo que lhe estava acessível no Estado, visto que decretos, orçamentos e contratos foram instituídos para que tal se concretizasse. Esforço esse que desde que assumiu interinamente o governo estava sendo feito e que quando assumiu o a interventoria estava mantendo continuidade em prol do cumprimento de um programa. Em grande medida, o caráter patriótico de tudo isso estava relacionado principalmente com o contrato assinado com uma firma nacional, mas que tinha renome internacional, bem como, pela dupla missão posta a cabo, desenvolver com modernização, tanto a cidade quanto o Estado, mas também seguir um projeto higienista desenvolvido pelo Estado Novo.

A idéia de “boa vontade” atribuída ao interventor nos permite duas leituras. A primeira está relacionada com a imagem do homem, do ser humano que estava sensibilizado com o que acontecia na cidade devido a falta de uma sistema eficaz de abastecimento, revelada ao conterrâneo por ser conhecedor dos problemas da região. A segunda está relacionada com a imagem do político, que entre outros que assumiram o governo, este era o primeiro a tentar resolver e desenvolver uma obra que seria a solução, a salvação para toda uma coletividade, visto que não apenas uma cidade seria beneficiada, e sim, todo o Estado da Paraíba em razão da importância econômica da cidade para a arrecadação. Somando-se a essa imagem de redentor, agrega-se a de bom administrador, que conseguiu, sem a necessidade de empréstimos, apenas com recursos do Estado, estabelecer uma obra de custos elevados. Elementos discursivos que em sua totalidade contribuem para promover a identificação com o homem, mas também a louvação ao político Argemiro de Figueiredo, construindo assim a sua imagem de redentor, de bom administrador, de político diferente dos demais e merecedor de entrar para a posteridade e para a lembrança dos paraibanos.

Sobre a construção da barragem, o jornal *Voz da Borborema* estampou a seguinte notícia: “Abastecimento d’Água e Esgotos de Campina: os serviços da barragem no Pau Ferro vão ser iniciados dentro em breve”. A matéria de capa traz a notícia sobre a conclusão dos estudos concernentes a construção da barragem, a qual “(...) a IFOCS. iniciará dentro de breve, a construção daquela obra que é o

complemento do gigantesco empreendimento que o Governador Argemiro de Figueiredo está realizando na sua terra” (VOZ DA BORBOREMA, 14 de agosto de 1937).

Chama-se dessa forma a presença estatal representada pela IFOCS e a autoridade do Engenheiro José Fernal (matéria que traz uma pequena entrevista com o referido engenheiro), para anunciar o andamento das obras, trazendo assim a áurea técnica e científica do engenheiro somada à autoridade de quem estava a frente das obras na cidade como administrador da Comissão de Saneamento. Elementos simbólicos que em seu conjunto promoviam o elogio político ao Estado Varguista representado pela IFOCS, órgão que elaborou o projeto, promoveu o financiamento e executou as obras de construção da barragem. Ao mesmo tempo, a matéria ainda faz o elogio ao interventor, pelo empreendimento gigantesco desenvolvido na cidade.

As entrevistas com o engenheiro chefe da Comissão de Saneamento é apenas um dos recursos utilizados pelos veículos de comunicação controlados pelo Estado. Tanto no jornal *A Voz da Borborema*, quanto em *A União*, que constantemente noticiavam algo sobre o andamento das obras, sendo que ambos recorriam à voz dessas autoridades para não vulgarizar a informação textual ou visual. As informações somavam-se na composição do acervo de mecanismos simbólicos que engrandeciam a obra e o compromisso do criador, comunicando também seu caráter eminentemente técnico, moderno e redentor.

Desde 1937, o jornal *Voz da Borborema* estampa em suas páginas algumas descrições dos projetos e a execução das obras, sendo que o ano de 1938 foi emblemático no que diz respeito as matérias que buscavam demonstrar o andamento das obras e o elogio ao “benemérito” interventor. Em grande medida, isso ocorreu tanto pela proximidade da data prevista para inauguração quanto pela necessidade de afirmação de um regime autoritário que se mantinha no governo e buscava a aprovação da sociedade. Por esses fatores, as obras precisavam ser noticiadas como benéficas sob todos os aspectos para o país e para o Estado.

Em 29 de Abril de 1938, *A União* traz uma grande matéria sobre o andamento das obras. A fim de proclamar o caráter eminentemente técnico e moderno dos empreendimentos, reproduziram uma reportagem originalmente publicada no *Diário de Pernambuco*, o qual relata a visita de uma comitiva do Sindicato de Engenheiros de Pernambuco para averiguar os aspectos sociais e econômicos da cidade de

Campina Grande, mas principalmente para conferir o andamento das obras desenvolvidas pelo Escritório Saturnino de Brito Filho na cidade. Mas antes de expor a matéria, *A União* destacou em caráter ufanista as grandezas comerciais e econômicas da cidade, além de elogiar o interventor que seguindo a esteira do Estado Novo, estava desenvolvendo uma obra com todo corpo técnico e capital nacionais, contrapondo-se ao que foi feito em algumas cidades brasileiras por outros governos, as quais tiveram seu sistema de saneamento planejado e executado por empresas estrangeiras. Nesse sentido afirma-se:

A Paraíba pode se orgulhar, por muitos motivos, da extraordinária obra que o governo Argemiro de Figueiredo está tocando a cabo em Campina Grande, pelo cunho altamente nacionalista da realização. Empreendimento brasileiro, com capital, engenheiros e operários. É isso que quer o Estado Novo do Brasil (A UNIÃO, 29 de Abril de 1938).

No início da matéria pernambucana propriamente dita, os engenheiros elogiaram a aptidão comercial e estrutural da cidade, elencando os prédios comerciais e residenciais, as ruas centrais, o transporte e o seu desenvolvimento econômico ocorrido com as atividades comerciais relacionadas com o algodão. Ao chegarem em Campina Grande, foram para o escritório da firma Saturnino de Brito instalado na cidade, onde o “conhecedor dos sistemas de saneamento de Berlim, Paris, Londres e Suíça, o Dr José Fernal, assegurou que a instalação de Campina será do que há de mais moderno no assunto” (A UNIÃO, 29 de Abril de 1938). Assim, os engenheiros pernambucanos atendem aos interesses propagandísticos de Argemiro com esse discurso, pois além de engrandecer a cidade, ainda difundem para outras localidades a escolha “sábia” do interventor pela empresa Saturnino de Brito Filho para o desenvolvimento das obras, pois trata-se de uma firma de renome nacional e que conta com um profissional experimentado, conhecedor de outras realidades, capaz de administrar o empreendimento, apropriar-se dos melhores resultados e compará-lo com o de outros países. Percebemos que, de acordo com a matéria, José Fernal ainda destaca que o que estava em plena realização na cidade estava dentro dos mais modernos preceitos da engenharia sanitária, mais modernos até do que os realizados na Europa, berço do que havia de civilizado e referência de engenharia sanitária para o mundo.

A mesma matéria ainda destaca a opinião dos engenheiros, onde os mesmos consideraram que “não há nenhum serviço de esgotos no Brasil que se compare ao de Campina Grande” (A UNIÃO, 29 de Abril de 1938). A matéria expõe o olhar dos engenheiros pernambucanos, uma clara demonstração de que estavam assim pretendendo mostrar a visão de um grupo que não estava diretamente vinculado ao Estado e nem ao Escritório Saturnino de Brito Filho. Essa seria uma forma de expor as opiniões de autoridades técnicas com a pretensão de trazer imparcialidade, pois pretende mostrar a perspectiva dos engenheiros sem relação com as obras, respaldando assim toda a modernidade e a tecnologia de ponta empregada pela firma contratada pelo governo.

A fotografia a seguir foi publicada no jornal *Voz da Borborema* de 25 de Janeiro de 1938, mostra os canos utilizados no sistema de esgotos da cidade, dispostos em um dos principais logradouros da urbe, a Praça Epitácio Pessoa, que depois das reformas urbanísticas promovidas durante a gestão do Prefeito Verniaud Wandelely foi modificada para compor o traçado da rua que hoje conhecemos Maciel Pinheiro. Essa foi e continua sendo uma das mais importantes artérias do centro urbano, onde as árvores eram podadas a fim de torná-la um agradável passeio e existia uma considerável movimentação de pessoas, visto que desde aquela época concentra casas comerciais e a residência de uma das principais figuras políticas da cidade, o cel. Cristiano Lauritzen. Podemos observar que se trata de uma área aberta com iluminação pública, visto que existe um poste no centro.



Figura 11: Praça Epitácio Pessoa (Voz da Borborema, 25 de Janeiro de 1938)

Obras de esgotamento são vistas até os dias hoje como de pouco retorno político, visto que ficam abaixo da terra e poucas pessoas se dão conta de sua existência depois de algum tempo, visto que o despejo de águas servidas torna-se banal em pouco tempo. Distribuir os grandes canos de cimento por uma das principais vias da cidade era uma forma de anunciar, de manter a propaganda do governo realizador das obras pela cidade, já que depois de colocados os canos não poderiam mais ser vistos, por isso havia a necessidade de mostrá-los antes de serem soterrados. Para aqueles que não estavam presentes de dia na cidade para ver os canos dispostos no centro da cidade, colocá-los logo abaixo do poste de iluminação era uma forma de chamar a atenção dos curiosos. No entanto, isso não bastava, por isso a fotografia foi publicada no jornal, para mostrar a quantidade de canos utilizados no esgotamento e para documentar na imprensa escrita a realização das obras, ficando assim para a posteridade a prova cabal que todo aquele material de fato esteve ali e foi aplicado no esgotamento da cidade. Assim, a foto por si só também não era suficiente, fez-se necessário a descrição das obras e de todo o sistema de tratamento de esgotos, quando a notícia também explicou como se daria o tratamento e o despejo das águas servidas depois de tratadas na estação depuradora em construção nas proximidades da estação de trens.

As três citações a seguir tratam das visitas empreendidas para acompanhar de perto o desenvolvimento das obras de abastecimento da cidade. Em cada uma das expedições foi realizado o percurso completo, o mesmo que as águas seguiram para chegar à cidade. As comitivas foram à estação de tratamento e ao reservatório R1 no bairro do Alto Branco, conheceram as obras de construção da barragem e a estação elevatória. Em comum, as visitas tinham a função de conhecer, de conferir o andamento das obras, mas em cada uma das notícias abaixo demonstra-se uma maneira diferente de elogiar o governo e de comunicar as ações da interventoria e agradar, atrair a simpatia de diferentes grupos sociais.

No último sábado foi esta cidade surpreendida com a visita do exmo. sr. Interventor Argemiro de Figueiredo. O fim da viagem do dirigente paraibano prendia-se a examinar *de visu* o andamento das obras do saneamento e Abastecimento de Campina Grande (VOZ DA BORBOREMA, 18 de Maio de 1938).

Como se pode perceber, a primeira passagem faz alusão a visita repentina do interventor a Campina Grande. Não bastava visitar as obras, tinha que chegar de surpresa, como se o interventor pretendesse checar as obras em seu mais comum cotidiano, sem maquiagens e encenações tão praticadas quando um governante visitava a cidade. A imagem que o governo e os jornais pretendiam passar era de um administrador que estava preocupado com o andamento das obras, não pelo seu possível atraso, mas como se o mesmo estivesse sendo o melhor dos fiscalizadores, vindo “examinar *de visu*”, ou seja, com os próprios olhos. Sobre essa mesma visita, o jornal *A União* dedicou algumas páginas a fim de detalhar os lugares pelos quais passou a comitiva e pronunciar novos elogios, momentos em que fotografias foram tiradas e laços políticos foram fortalecidos, quando ao final do dia uma bela refeição foi servida na casa de um dos mais importantes chefes políticos da região, o Sr. Ernani Lauritzen (*A UNIÃO*, 15 de Maio de 1938). Um administrador moderno, como elenca Cabral Filho, é aquele que transpassa as paredes do gabinete do governo e vai em meio ao povo conferir, averiguar o andamento das obras, “mostrando-se em público na condição de construtor e gerente certamente ele desempenharia melhor seu papel de servidor público fiel à realização dos desejos da população que representava” (CABRAL FILHO, 2006, p. 132).

A visita que o comércio campinense, pelas suas classes mais representativas, fez no domingo passado, aos serviços da Comissão de Saneamento da “Cidade Rainha” à obra dinâmica do Interventor Argemiro de Figueiredo, no dizer do dr. Edesio Silva, presidente da Associação Comercial. A’s 9 horas precisamente, desfilaram, destino à Vaca Brava 21 automóveis repletos de cavalheiros, senhoras e senhoritas da nossa melhor sociedade, entendendo ao convite que por intermédio do dr. José Fernal lhes fizera o Sr. Interventor (...) Em seguida, os diretores da caravana, quiseram apresentar, pessoalmente, ao sr, Interventor, os agradecimentos por S. Excia. lhes ter proporcionado esse primeiro contacto à sua grande obra. (...) O Interventor Argemiro de Figueiredo recebeu-nos na Fazenda “José Nunes” e, ouvindo os agradecimentos dos caravaneiros, não pode ocultar o seu contentamento pela realização dessa visita que deu à Campina Grande, o ensejo de sentir de perto o dinamismo de sua realização. E assim terminou esse dia magnífico, em que todos nós nos sentimos envaidecidos na contemplação dessa obra gigantesca que há de imortalizar um homem e redimir um povo (VOZ DA BORBOREMA, 13 de Agosto de 1938)

Esta segunda citação nos mostra algumas possibilidades de leitura sobre o que era devidamente comunicado pelo jornal. Sabendo dos interesses econômicos da elite campinense em tentar solucionar o problema da falta de água na cidade, tanto que, como vimos, tornou-se tema de assembléias na Associação Comercial, os comerciantes da cidade sob o convite do governador representado pelo engenheiro chefe José Fernal, fazem uma excursão para conhecer e conferir o andamento das obras de abastecimento da cidade. O problema da falta de água estava na ordem do dia para esse grupo social em razão dos entraves impostos para a expansão econômica, por isso, era de extremo interesse de que a situação fosse resolvida e conhecer as obras. Sabendo disso, tanto com o objetivo de acalantar a preocupação dos comerciantes quanto para mostrar-se como um governante preocupado em tentar resolver o grave problema, Argemiro supostamente também buscou por meio desse convite mostrar que as ações do governo no sentido de solucionar essa questão estavam a caminho. Essa era uma forma de atrair a simpatia dos comerciantes e trazê-los para o seu lado, angariando apoio político por mostrar-se diretamente obstinado a resolver um grande problema de um grupo, que apresentava a falta de água como o problema da cidade por excelência.

Foram vinte e um automóveis rumo a Vaca Brava, onde comerciantes e familiares realizaram a excursão para conhecer as obras e o seu andamento⁴⁵. O

⁴⁵ A mesma matéria com o mesmo texto de autoria de Silva Andrade, também conhecido como Zé da Luz, foi publicada no jornal A União de 12 de Agosto de 1938. Os dois jornais mantinham colaboração editorial, vez por outra, eram publicadas matérias do jornal campinense.

trajeto percorreu desde a barragem até a estação de tratamento, quando depois de conferirem e se deslumbrarem com toda a engenharia empregada, a comitiva prestigiou um “Cock-Tall” na residência do Coronel João Rique, quando logo depois o grupo se dirigiu à fazenda do interventor nas proximidades de Campina Grande, onde o mesmo estava, como bom anfitrião, esperando para conferir as impressões do grupo visitante, como se estes fossem os mais legítimos representantes do povo e não apenas de uma classe. Os agradecimentos pelo convite prestado aos comerciantes foi um dos pontos da conversa como se pode observar, mas os elogios ao interventor não poderiam passar em branco na matéria, onde a afirmação de que “nós nos sentimos envaidecidos na contemplação dessa obra gigantesca que há de immortalizar um homem e redimir um povo” (Voz da Borborema, 13 de Agosto de 1938). Três principais discursos se inserem em uma só frase, a de uma obra de grande magnitude, o de levar o nome do interventor para a posteridade e o caráter redentor da obra.

Em companhia do chefe do governo paraibano viajou até a barragem do “Vaca Brava”, além da exma. Família do Sr. Argemiro de Figueiredo uma ilustre comitiva da qual faziam parte os drs. Saturnino de Brito, José Fernal, técnicos do serviço de abastecimento d’água e João da Cunha Lima, diretor da Recebedoria de Rendas (VOZ DA BORBOREMA, 26 de Novembro de 1938).

A terceira e última referência sobre as visitas as obras elencadas aqui, se dá pela presença do interventor e sua família, funcionários e o próprio dono da firma realizadora das obras, além do representante de um dos mais importantes órgãos do Estado, a Recebedoria de Rendas. Mais uma vez, o trajeto foi mesmo das demais comitivas, mas esta visita contou com a presença de pessoas em que seus nomes estavam intimamente relacionados com esferas maiores de representação, destacar os nomes dessas pessoas era o mesmo que personificar, atribuir um caráter eminentemente humano ao governo, a técnica empregada e à burocracia estatal. A presença do interventor e de sua família atribui-se um cunho intimista no qual se coloca a figura do marido e pai Argemiro de Figueiredo, como se o governante do Estado, apesar de todo o trabalho no governo, ainda mantinha os laços fundamentais da família, trazendo assim para destaque o homem e sua preocupação em assegurar a instituição mais fundamental da sociedade.

Acompanhando o governador, alguns funcionários do corpo técnico da Firma Saturnino de Brito Filho e o próprio presidente da empresa. A presença de Brito Filho em Campina Grande é algo que carrega toda uma simbologia. Essa era uma prática mantida tanto pelo pai, fundador da firma, quanto pelo filho que deu continuidade aos trabalhos, visto que era comum a ambos visitar as cidades e verificar o andamento das obras nas quais tal empresa estava responsabilizada. Essa era uma das formas de conferir e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos por uma empresa que carregava o nome de seu fundador e atual administrador, uma responsabilidade que merecia trazer do Rio de Janeiro (onde estava sediada a Firma) o seu principal nome. Para a imprensa e para Campina Grande, a presença desse importante engenheiro juntamente com seu corpo técnico significava que a obra estava sendo desenvolvida sob os mais rigorosos olhares fiscalizadores, o do próprio dono e de seus subornados, como se estes não apenas tivessem a função de conferir as obras superficialmente, mas sim em seus detalhes técnicos, conferindo assim um caráter de severidade quanto ao seu andamento, e isto era algo que imagneticamente a imprensa se preocupou constantemente em divulgar.

Em seu conjunto, a presença dessas pessoas buscava representar o quanto tal empreendimento estava sendo rigorosamente controlado por algumas esferas de grande relevância para que tal se concretizasse. A presença do próprio interventor e de Brito Filho, não era suficiente, pretendeu-se também personificar esse controle com a presença do órgão que estava à frente da máquina financeira do Estado, como se este estivesse aqui para conferir com os próprios olhos para quê e para onde tantos recursos do Estado estavam sendo destinados, bem como, tentar projetar a importância de tal obra para o crescimento da economia local, trazendo um caráter prospectivo para a obra no que diz respeito ao futuro crescimento da arrecadação para o Estado. Todo esse controle e rigurosidade deveria soar pelos meios de comunicação de uma forma mais leve, por isso é destacada também a presença da família de Argemiro, assim, a notícia seria comunicada de uma forma mais familiar e inclusiva, visto que não apenas os conhecedores da técnica e da burocracia estatal estariam representados, mas também os leigos, e indiretamente a população paraibana.

Podemos compreender a importância de tais visitas realizadas por diferentes figuras representativas da técnica e do governo, algo que oportunamente foi utilizado para comunicar a idéia de dinamismo, modernidade e elogio ao governo. No

entanto, como podemos perceber, as notícias anunciam a presença de grupos privilegiados economicamente para conferir de perto o progresso das obras. A maioria dos cidadãos ainda estavam distantes e leigos, visto que a falta de transporte ou de acesso, pois que se tratou de uma obra desenvolvida a partir de outra cidade e que transpassou os mais remotos rincões do interior, a maioria da população campinense ainda estava contemplando tudo de forma muito distante e passiva. Fazia-se necessário uma forma de angariar a simpatia popular e divulgar de forma mais próxima e palpável toda a grandiosidade da obra sustentada pelo Estado e desenvolvida sob as mais modernas técnicas empreendidas pela Firma Saturnino de Brito Filho.

A oportunidade de atrair e fomentar a curiosidade da população campinense surgiu em 19 de novembro de 1938, quando foi inaugurada a 1ª Feira de Amostras de Campina Grande. Tratou-se de um evento fechado montado na rua João da Mata, no qual se pagava por um ingresso que dava acesso aos “stands” de diferentes expositores de variadas regiões do país com seus produtos peculiares e as mais recentes tecnologias desenvolvidas, contava também com parque de diversões itinerante de origem norte americana e um espaço para práticas artísticas como a apresentação de grupos musicais e teatrais⁴⁶. Era um grande evento para os padrões locais que acompanhava a esteira de outras Feiras realizadas nas mais destacadas cidades do mundo e do país, as chamadas Exposições Universais. Tais eventos realizados a partir de uma mesma perspectiva, mas salvaguardando suas devidas proporções, possuíam sobre os expectadores um caráter altamente otimista frente ao progresso e ao desenvolvimento científico da humanidade, representavam sobretudo, a dimensão econômica e moderna de uma época e de uma sociedade.

Exposições que estariam intimamente associadas ao desenvolvimento produtivo e científico, propõem também, como discorre Walter Benjamim, a reflexão sobre o seu caráter ideológico, haja vista seu sentido fetichista e fantasmagórico. Fetichista por se tratarem, nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento (1997), de “palcos do exibicionismo burguês”, onde eram expostos produtos e máquinas que ocultam as relações sociais engendradas, transmitindo valores e idéias como

⁴⁶ Entre os meses de Agosto de 1938 e Janeiro de 1939, encontramos várias edições do jornal Voz da Borborema que anunciavam e divulgavam a realização de tal evento, a disponibilidade de “stands” para os interessados em expor, a confirmação de alguns dos mais importantes comerciantes, produtores agrícolas e agropecuários do Brasil, bem como a apresentação de grupos teatrais e a presença do parque de diversões, nos permitindo descortinar de um modo geral a relevância de tal evento para a cidade e para a materialização de interesses econômicos.

solidariedade entre as nações, harmonia entre as classes sociais, do próprio progresso da humanidade e a confiança nas potencialidades do ser humano sobre a natureza. Materialidade que mostra o que se tem interesse de mostrar e oculta aquilo que não é pretensão, escondendo seu real significado sob o véu da modernidade, causando a alienação, a perda da consciência e o desejo de vivenciá-lo. É esta distorção da realidade que de modo generalizante cria uma fantasmagoria, a representação distorcida da realidade, onde se priorizou a utopia de uma época e de uma classe social privilegiada em ascensão (PESAVENTO, 1997, p. 97).

Além disso, se pensarmos nos sentidos possíveis de serem elencados sobre as Exposições, podemos interpretar que existe um caráter implicitamente pedagógico nestes eventos, isso se partimos do princípio de que “o processo educacional é, em si, mecanismo de adestramento e veículo ideológico” (PESAVENTO, 1997, p. 46). O século XIX, sobretudo, foi a época em que o homem viveu sob a crença do progresso ilimitado, no qual o futuro se antecipa como uma conquista assegurada, tratando-se assim de uma perspectiva otimista e triunfante de encarar a própria história. O cunho ideológico e pedagógico desses eventos envolvem a substituição da providência divina sobre a humanidade. Dessa forma, a técnica e razão eram os carros chefes de uma burguesia que viam nesses baluartes a concretização de interesses econômicos. Desenvolvia-se assim, desta forma particular de encarar a razão, a idéia que esta poderia romper com a ignorância e produzir a ciência e o progresso. Ideias que permeavam os interesses burgueses de consolidar uma determinada forma de pensar e a materialização de uma percepção de mundo (PESAVENTO, 1997, p. 45).

No caso local, a 1ª Feira de Amostras surge da iniciativa da União dos Comerciantes Retalhistas de Campina Grande em colaboração com a Associação Comercial, também desta cidade, sendo divulgado pelo jornal *O Retalhista*, mantido por essa primeira instituição (Parecer da “União dos Comerciantes Retalhistas”, Campina Grande, 15 de Junho de 1938, Arquivo Geral do Município de Campina Grande). Estes órgãos organizaram uma proposta que foi enviada para Arhur Danzi e dr. Luiz Gomes Peixe, organizadores de outras Feiras em cidades da região, os quais por sua vez solicitaram por petição a concessão da municipalidade para a organização do evento, que percebendo os interesses econômicos possíveis de ser atendidos autorizou a realização de tal empreendimento, além disso, houve incentivo do governo do Estado com a isenção de impostos, o qual oficializou isso com a

criação do decreto nº 1.092 de 25 de Agosto de 1938. O fato é que em pouco tempo, vários interessados entraram em contato com o escritório da organização instalado na cidade para que também ocupassem um “stand”, entre estes, expositores de outros Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Entre novidades tecnológicas, agrícolas, atividades artísticas e de entretenimento, foi organizado um “stand” para a comissão de Saneamento, sobre isso, tomemos a notícia a seguir:

A inauguração do “Stand” da Comissão de Saneamento de Campina Grande, na 1ª Feira de Amostras desta cidade.

No último domingo teve lugar (sic) a inauguração no “Stand” da Comissão de Saneamento na 1ª feira de Amostras que se realiza nesta cidade, com uma grande frequência de visitantes que ali vão testemunhar o esforço e a tenacidade de seus organizadores, nos magníficos (sic) mostruários de várias firmas que se fazem na mesma representar. O ato que se revestiu de simplicidade, teve o comparecimento de engenheiros e altos funcionários da comissão, assim como de um grande público que acorreu ao referido “stand” para contemplar as fotografias do gigantesco serviço confiado ao Escritório Saturnino de Brito. Não foram regateados aplausos à direção técnica do ilustre engenheiro José Fernal, Chefe da Comissão que realiza os trabalhos de Saneamento e abastecimento da água desta cidade e seus dignos auxiliares, bem como ao Sr. Interventor Federal que, assim, solucionou o mais importante e inadiável problema da nossa importante cidade (VOZ DA BORBOREMA, 21 de Dezembro de 1938, negrito no original).

Como podemos observar, a inauguração do “stand” da Comissão de Saneamento se deu algum tempo depois do evento estar aberto para a visita, o que por certo deve ter atraído a curiosidade de algumas pessoas que já tinham visitado o evento antes. No entanto, são os elementos simbólicos dessa iniciativa que nos chama a atenção, como por exemplo, a maneira pela qual as obras de saneamento foram expostas para a população. As fotografias apresentando para os visitantes “o gigantesco serviço confiado ao Escritório Saturnino de Brito” foram o principal recurso utilizado, de modo que a autoridade da imagem somada ao caráter moderno do empreendimento comunicasse toda a grandiosidade e modernidade da obra. A contemplação dos visitantes do “stand”, de acordo com a notícia acima, se encerra com as palmas e vivas aos técnicos responsáveis, mas também ao interventor, o homem que estava tornando tudo aquilo possível, sendo mesmo antes de sua efetiva inauguração, a solução inadiável do problema maior da cidade, a falta de água.

Em um evento no qual se celebra a razão e o progresso da humanidade, a exposição das obras de saneamento se insere como um dos elementos simbólicos de propaganda do governo realizador. Aqueles que não puderam verificar pessoalmente o andamento das obras, poderiam, através da 1ª Feira de Amostras e do “stand” da Comissão de Saneamento, conhecer o triunfo da técnica e da razão sobre a natureza e a distância. Lugar onde um conjunto de inovações fruto da engenhosidade humana eram expostos, onde as obras de saneamento resultantes das ações políticas e da “boa vontade” do interventor eram propagandeadas e acessíveis. Assim, a 1ª Feira de Amostras torna-se um canal entre os cidadãos campinenses e o governo que buscou incluir no seio das medidas modernizantes aquela população que não estava envolvida com as obras ou com órgãos de classe representantes da elite política e econômica da cidade.

Podemos observar, então, que diversos elementos discursivos e imagéticos foram elaborados para consubstanciar uma rede de interesses políticos e ideológicos, pois foi a partir desses elementos simbólicos, visto que todos eles carregavam um significado maior do que eles realmente possuíam, que o teatro do poder desenvolveu seu enredo. Desde a chegada dos materiais até a exposição das obras na 1ª Feira de Amostras⁴⁷, todas as notícias e imagens sobre o empreendimento comunicavam para o leitor/observador o caráter moderno e redentor de uma obra capitaneada por um governo autoritário que precisava da propaganda para se firmar e ganhar simpatia da sociedade. Assim, os rituais, as ações, as imagens e os discursos que circundavam toda a obra, visavam elogiar um homem, um governo e a sua propalada mais importante realização.

⁴⁷ Em 30 de Setembro de 1941, a Comissão de Saneamento, já transformada em Repartição de Saneamento de Campina Grande, enviou um ofício ao Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas solicitando verbas para alugar um “stand” em outra versão da Feira de Amostras realizada nesse ano. De acordo com o ofício, a repartição recebeu um convite da municipalidade para que se fizesse presente no evento, tendo para isso, metade dos custos normalmente cobrados visto que essa também fornecia água para as instalações do certame (OFÍCIO da Repartição de Saneamento endereçado ao Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 30 de Setembro de 1941, Arquivo Público do Estado - Funesp).

2.4 O dia do júbilo chegou: ritos e símbolos do poder

CAMPINA GRANDE REDIMIDA

Silva Andrade (Zé da Luz)

CAMPINA GRANDE, aproxima-se o dia da tua redenção. Já circula nas tuas artérias o sangue branco que há de redimir-te redimindo os teus filhos da tortura da sede.

CAMPINA GRANDE, o grande dia vem perto. Dia em que serás glorificada no feito imorredouro (sic) do maior dos teus filhos vivos – Argemiro de Figueirêdo, símbolo de tua grandeza e do teu labor fecundo.

CAMPINA GRANDE, “a água de que precisas para expansão de tua grandeza econômica” já a tens. Sim, por que ela, como o sangue que vivifica, vem do coração do teu grande filho, que chegou, sem cançar (sic) e ufano, ao fim de sua heróica jornada.

CAMPINA GRANDE, já não és o espantalho daqueles que fugiam ao teu contacto como se fugissem ao suplício de Tântalo.

CAMPINA GRANDE, que não fique em casa nenhum dos teus filhos no dia da tua redenção para a glorificação de Argemiro de Figueirêdo, na apoteose do mais alto, do mais sincero reconhecimento.

CAMPINA GRANDE, eu te saúdo pela tua maior felicidade (VOZ DA BORBOREMA, 18 de janeiro de 1939, destaques no original).

O texto acima nos possibilita refletir sobre a inauguração do sistema de abastecimento de água e esgotos de Campina Grande, pois como podemos observar, tratou-se de um evento que refletia os anseios de uma elite econômica e intelectual que não poupou esforços para tornar esse acontecimento algo digno de imortalidade. Tratou-se de algo que proporcionou, na concepção destes grupos sociais, a mais importante realização de um governo até então na cidade, obra que estava trazendo a redenção de uma população ameaçada em sua sobrevivência pela falta de tal recurso. As metáforas utilizadas para referenciar a conclusão das obras de abastecimento remetem a idéia de cidade enquanto organismo, onde o sangue branco, no caso a água, já estava a correr pelas artérias, ou seja, pelos canos dispostos pelas ruas da cidade para distribuir a água.

Texto que foi publicado alguns dias antes da inauguração dos primeiros dispositivos do sistema, mas já mostrava que antes mesmo de tudo estar funcionando de fato, o caráter redentor da obra era propagandeado, traduzindo assim as aspirações de um grupo intelectual que detinha espaço nos veículos de comunicação. O dia de inauguração que seria um marco para a história da cidade, que pretensamente tornaria imortalizado o nome do interventor que era filho de Campina Grande e que materializava todo o trabalho em prol de sua terra natal. A metáfora utilizada para remeter a obra ao interventor mais uma vez se utiliza da

idéia de cidade enquanto organismo vivo, onde o sangue que dá a vida, no caso a água que permite a sobrevivência, estava saindo do coração, órgão que representa o sentimento e que organicamente não pára em momento algum, ou seja, do amor e do empenho constante de Argemiro no sentido de proporcionar à cidade a sua manutenção da vida. Ação política e estrutural associada a um feito heróico, em outras palavras, ato que salva vidas e atende aos apelos dos injustiçados, neste caso, pela seca e pelas epidemias.

A idéia transmitida no texto é que com tais obras a cidade voltaria a ter vida, a ser atrativa, trazendo investidores e trabalhadores, onde o crescimento econômico voltaria a ser constante. A figura de linguagem utilizada ao se referir sobre a cidade remete a um espantalho, justamente àquele ser inanimado que serve para afugentar animais predadores da horta, dessa forma, deixando de ser um espantalho, como afirma o texto, a cidade não seria mais aquele lugar que espanta novos moradores, comerciantes e industriários, permitindo assim a retomada do desenvolvimento. Quanto à expressão suplício de Tântalo⁴⁸, esta surge da mitologia grega, refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável. Faz-se dessa forma a alusão àquelas pessoas que evitavam a cidade pela dificuldade de se conseguir o líquido necessário a sobrevivência, que mesmo tendo uma relativa proximidade com regiões que poderiam fornecer a água, a solução para tal problema parecia inatingível, inalcançável.

Na penúltima estrofe uma frase imperativa compõe o discurso, convocando, quase que intimando a população como um todo para se juntar ao ato inaugural, ao momento em que o sistema de saneamento iria ser “glorificado” e que homenagens ao seu realizador seriam proferidas como a mais sincera demonstração de congratulação e agradecimento. A presença maciça da população, nesse sentido, deveria ser entendida como uma forma de demonstrar que toda a população, mesmo que não fosse diretamente beneficiada pelo abastecimento, estava agradecendo, se dispondo a se juntar ao resto das pessoas que estavam ali com tal

⁴⁸ Na mitologia grega, Tântalo foi um rei da Frígia ou da Lídia, casado com Dione. Ele era filho de Zeus e da princesa Plota. Segundo outras versões, Tântalo era filho do Rei Tmolos da Lídia (deus associado à montanha de mesmo nome). Teve três filhos: Níobe, Dascilo e Pélope. Certa vez, ousando testar a onisciência dos deuses, roubou os manjares divinos e serviu-lhes a carne do próprio filho Pélope num festim. Como castigo foi lançado ao Tártaro, onde, num vale abundante em vegetação e água, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, visto que, ao aproximar-se da água esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob força do vento. O nome Tântalo aparece no Canto XI da Odisséia de Homero, nos versos 582-592.

objetivo. Mesmo não tendo água tratada em sua casa, este não deveria ser uma manifestação egoísta, e sim, altruísta, que se compreendesse a importância de tal realização para a cidade e para sua sobrevivência econômica. Assim, podemos perceber como tal empreendimento ocupava o imaginário da elite e dos intelectuais da cidade, motivando aspirações e concretizando interesses.

A conclusão das obras estava prevista para novembro de 1938, mas se estendeu mais um pouco, pois de fato, as obras passaram para responsabilidade do Estado a partir de Janeiro de 1939, quando o Decreto nº 1.267, de 23 de Janeiro criou a Comissão para receber os serviços de água e esgotos de Campina Grande. Tal comissão, formada por dois engenheiros e um contabilista da Secretaria da Fazenda, tinha como função receber os ditos serviços, examinando as obras e a escrituração da Comissão de Saneamento de Campina Grande. Na ocasião, uma ata foi lavrada e assinada pelos membros envolvidos, tanto do governo quanto do Escritório Saturnino de Brito. Com esse documento foram repassados ao Estado, a entrega dos serviços, os materiais em estoque, desenhos, arquivos e demais coisas em poder da Comissão de Saneamento até então chefiada por José Fernal⁴⁹, funcionário da Firma de Brito Filho⁵⁰ (A UNIÃO, 24 de Janeiro de 1939). Além disso, o decreto estadual nº 1283 de 31 de Janeiro de 1939, extinguiu a Comissão de Saneamento e criou a Repartição de Saneamento de Campina Grande, subordinada ao governo do Estado (CÂMARA, 1998, p. 131).

Terminados os trabalhos e repassado para o Estado a responsabilidade de todo o sistema de saneamento, restava o ato inaugural e a liberação do fornecimento de água. Mas antes disso, a oportunidade para mais um “ato heróico” do governo, tanto municipal quanto estadual surgiu. Na edição de 14 de Janeiro de 1939, o jornal *Voz da Borborema* publica a notícia de que o Prefeito Bento Figueiredo, irmão de Argemiro e indicado por ele para ocupar o cargo, teria enviado

⁴⁹ Em Janeiro de 1939, com a proximidade de entrega das obras de saneamento de Campina Grande, José Fernal foi nomeado secretário de Viação e Obras Públicas do Estado (*Voz da Borborema*, 11 de Janeiro de 1939). Pelo que constatamos, o mesmo não permaneceu no cargo por muito tempo, visto que a referida secretaria foi extinta em 10 de Abril de 1939, pelo Decreto nº 1.380. A partir de então, com tal Decreto, foram fundidas esta citada secretaria com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, passando a ser denominada Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. (*Voz da Borborema*, 12 de Abril de 1939). Em outras fontes consultadas, com data de 22 de Julho de 1939, encontramos o nome de Lauro Montenegro como secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas.

⁵⁰ Epaminondas Câmara descreve em linhas gerais os serviços entregues pela Firma Saturnino de Brito Filho ao Estado. Para saber mais confira: CÂMARA, 1998, p. 131.

uma solicitação para que fossem construídos chafarizes emergenciais para suprir a necessidade de água devidamente tratada para a população. Solicitação esta que surge em virtude de que estava acontecendo um longo período de estiagem, o que afetava diretamente a população mais carente, apesar de que, de acordo com outras notícias alusivas a isso e já problematizadas no capítulo anterior informarem que até as cisternas da elite campinense já estavam secas.

O dr, Argemiro de Figueiredo, tomando em consideração apêlos a Sua Excia. pelo prefeito Bento Figueiredo, no sentido de ser socorrida a população campinense, que vem sofrendo os efeitos do prolongado verão, decidiu mandar construir chafarizes de emergência, nos quais brevemente se poderão abastecer as famílias campinenses. Preocupado em servir a terra do seu berço, o Interventor Federal da Paraíba jamais se absteve diante de qualquer reclâmo de ordem publica, providenciando como agora fez para que o povo campinense não esteja a sofrer as conseqüências da excessiva estiagem, que tamanhos desconfortos está trazendo á vida duma cidade com a envergadura de Campina Grande (VOZ DA BORBOREMA, 14 de Janeiro de 1939).

A notícia destaca os dois governantes como os principais benfeitores, os heróis de toda a população refém da seca. Bento Figueiredo como o porta voz do povo, aquele que representa a vontade e o desejo da população, o qual em favor do socorro aos campinenses interveio para que medidas fossem tomadas. Para o Interventor, construiu-se a imagem de um homem que por ter nascido na cidade, conhecia como poucos do governo estadual as reais necessidades de sua gente, este afinal era um deles, a imagem elaborada era de um governante que por outras vezes atendeu e jamais se negou a suprir os apelos de seu povo. Por fim, o trecho destacado acima traz uma concepção ufanista de Campina Grande, algo tão comum no discurso dos intelectuais da cidade neste período.

Assim, às 15 horas do dia 18 de Janeiro de 1939 foram inaugurados cinco chafarizes ligados ao sistema de abastecimento, medida tomada antes mesmo da efetiva inauguração de toda a rede, que de acordo com Epaminondas Câmara (1998, p. 130) também teve início o abastecimento de trinta instalações em domicílios. Evento que contou com a presença do Prefeito Bento Figueiredo e de José Fernal, recentemente nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas, representando assim o Estado e Argemiro de Figueiredo, além de outras importantes figuras da sociedade campinense, como religiosos, professores, juízes e o Diretor da Recebedoria de Rendas. Estando ali os aliados, “foram abertas então as

torneiras dos distribuidores de água, sob a curiosidade do povo campinense, que atulhava o local onde se acha assentado o 1º chafariz, nas imediações da Avenida Getúlio Vargas”. No momento em que era inaugurado o 1º chafariz, “foguetões estoiravam (sic) no ar, dando sinal para a inauguração dos 4 restantes chafarizes, que continuam funcionando e distribuindo água sob o contentamento geral” (VOZ DA BORBOREMA, 21 de Janeiro de 1939).

Este ato singelo continha um profundo significado para a população e para o governo, tratou-se da concretização de uma promessa, um efetivo primeiro passo para solucionar um grave problema da cidade e a materialização dos desejos dos campinenses. A inauguração dos cinco chafarizes levou pessoas de destaque da sociedade campinense para prestigiar o evento que coroava as realizações de Argemiro, mas também, promoveu uma oportunidade para que o governo se mostrasse mais interessado em atender os apelos da população frente ao período de estiagem do que com o ato político que circunda todos os rituais de inauguração em obras empreendidas por governos. Foi mais uma forma de promover a imagem do governo e do governador, como se este estivesse dando prioridade ao povo carente da cidade, visto que os chafarizes tinham como função principal abastecer com água tratada as casas mais humildes que não dispunham de ligação com a rede de abastecimento. A mensagem assim passada é de que Argemiro primeiro atendeu ao povo e aos trabalhadores, depois, com a inauguração, seriam atendidos os mais bem servidos de água e esgotos em suas residências.

Tal evento de inauguração também promoveu o governo municipal, que mesmo não sendo diretamente responsável pelas obras aludidas, e sim um parceiro de tal iniciativa, buscou mostrar-se como generoso e preocupado com os mais necessitados, tendo para tal o discurso elogiosos da imprensa governista ao seu favor. Assim, depois da solenidade e “abertas as torneiras dos chafarizes, foi posta em leilão a primeira lata dagua em benefício das instituições de caridade locais, sendo a mesma arrematada por 300\$000, pelo Sr. Bento Figueiredo, agricultor e prefeito municipal” (A UNIÃO, 21 de Janeiro de 1939).

O valor do arremate foi alto demais para uma lata feita provavelmente com folhas de flandres, algo muito simples e de baixo valor, mas é justamente isso que o favoreceu e se pretendeu comunicar, o desprendimento do Prefeito frente as necessidades de órgãos de caridade que prestava assistência aos mais carentes. Como se fosse possível justificar tanto gasto com uma lata, as matérias publicadas

tanto em *A União* quanto no *Voz da Borborema* explicam que antes de ser Prefeito, um cargo temporário, este era também agricultor. Essa seria uma forma de mostrar que para tal gasto o mesmo tinha recursos próprios para isso, não sendo gasto dinheiro público, e ainda, deixa margem para que se pense que tal lata seria de interesse dele possuir tal objeto, pois além de Prefeito, Bento Figueiredo não era proprietário de terras e nem fazendeiro, e sim, agricultor, um trabalhador como tantos que seriam beneficiados pela construção do chafariz e pelas obras de saneamento como um todo.

Depois de dois anos de trabalho intenso, de (re)elaboração dos projetos e na execução das obras, aproximava-se o dia em que o sistema de saneamento de Campina Grande seria inaugurado. Durante todo esse período, o governo contou com uma imprensa aliada e estatal que propagandeou as ações do governo. Imprensa essa que possibilitou a elaboração discursiva e imagética de uma série de elementos simbólicos que constituíam o acervo de mecanismos ideológicos que propunham o elogio ao governo e ao governador, mecanismos esses que favoreceram a constituição de uma teatralização do poder.

O ato de inauguração não poderia ser algo simples, pois como diziam os aliados do governo e os principais veículos de comunicação controlados por esses grupos, tratava-se de uma “obra redentora”, de proporções grandiosas, realizada por um homem filho de Campina Grande, digno de aclamações e de entrar para a eternidade por tal feito. Para tal, também deveria ser planejado um grande evento, o qual o nome do interventor iria ser aclamado e homenageado. Nesse intuito foi organizada no dia 09 de Fevereiro de 1939 na Associação Comercial uma reunião composta por comerciantes, empresários da indústria, jornalistas e outras pessoas de destaque, para por em pauta a realização de um grande evento para homenagear e recepcionar o interventor para o ato de inauguração do sistema de abastecimento de águas e esgotos da cidade. Houve nesse momento, a criação de comissões com funções específicas, foi discutida a data de realização dos festejos e o grupo que iria à Capital comunicar ao governador tais decisões (VOZ DA BORBOREMA, 08 de Fevereiro de 1939). Apesar desta reunião ter sido composta pela elite e por intelectuais da sociedade campinense, os jornais anunciavam essa

como sendo o mais genuíno desejo de toda a população da cidade, tendo inclusive, Hortência Hibeiro⁵¹ como o representante das massas campinense.

E assim foi feito, o grupo organizou as comissões e decidiu a data para tal evento, dessa forma, não havia momento mais propício para as festividades de inauguração do sistema de abastecimento do que o dia do aniversário de Argemiro de Figueiredo, o dia 09 de Março. (VOZ DA BORBOREMA, 11 de Fevereiro de 1939). Essa seria uma data simbólica da vida do homem que tornou tal obra uma realidade, quando a população campinense poderia então participar de todo o ritual de espetacularização envolvido com tal evento, homenageando assim o criador e a criação. Assim, no dia 14 de Fevereiro o grupo designado para comunicar o interventor se dirigiu à Capital para divulgar em linhas gerais a programação dos festejos e acertar os últimos trâmites com o governador. No dia de véspera, haveria uma missa de ação de graças na catedral da cidade, quando no dia seguinte o governador passaria por hospitais, escolas e clubes esportivos, até a hora em que o governador e a população se encontrariam nas principais ruas da cidade, quando os desfiles de agremiações escolares, esportivas e policiais o saudariam. Por fim, haveria um banquete e depois uma noite dançante no Campinense Clube⁵². (VOZ DA BORBOREMA, 18 de Fevereiro de 1939).

As comissões de organização estavam bem definidas, compostas por empresários, religiosos, professores e intelectuais da cidade, quando então foram formadas as Comissões de Recepção, de Imprensa, de Festas, do Banquete, a Comissão Escolar, a de Donativos aos Pobres e a Comissão de Solenidade Religiosa, além disso, foi escolhido o grupo de moças que recepcionariam Argemiro no banquete de 150 talheres realizado na Escola Imaculada Conceição. Vários

⁵¹ Hortêncio Ribeiro foi Escritor, Advogado, Jornalista, Cronista e Professor de História Geral e do Brasil. Nasceu em 31 de janeiro de 1885 e Faleceu em 16 de agosto de 1961 em Campina Grande. Concluído o curso de preparatórios no Grêmio de Instrução matriculou-se em 1903 na faculdade de Direito do Recife, não chegando a fazer exames no fim do ano por motivo de doença. Voltou a faculdade e tornou a interromper os estudos. Em 1914 transferiu-se para a Faculdade do Rio de Janeiro, colando grau em 1908. Veio a exercer suas atividades na terra natal. Com sólida base humanística, ingressou no magistério e no jornalismo. Fundou em 1923 a “Gazeta do Sertão”, em sua segunda fase. Colaborou durante muito tempo nos jornais da capital. Foi sócio fundador da Academia Paraibana de Letras, juntamente com Coriolano de Medeiros e Matias Freire. Sua produção literária, dispersa por jornais e revistas. Em 1979, sua mulher organizou em livro parte de suas crônicas, escritas nos principais periódicos do estado: Voz da Borborema, Gazeta do Sertão, Revista do IHGP, na União, na Imprensa e nos Anuários de Campina Grande. O livro, intitulado de Vultos e Fatos, traz principalmente uma coletânea a de perfis de alguns dos mais destacadas personalidades paraibanas e campinenses.. GALDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Quem Foi Hortensio Ribeiro? Almanaque Campina Grande. 15 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <http://almanaquecampinagrande.blogspot.com/>

⁵² O Campinense Clube

convites de honra foram enviados para deputados, chefes políticos de distritos, vilas e cidades vizinhas. Grandes faixas de agradecimento estariam espalhadas pelas ruas centrais da cidade que foram escolhidas para o itinerário dos desfiles. Manifestações essas que contariam com mais de 3000 crianças das escolas de Campina Grande e Região, Sociedades Esportivas com seus estandartes além da Polícia Militar da Paraíba. Aconteceriam também várias retretas com as bandas de música da polícia, das cidades de Areia e Ingá, além da Filarmônica Epiácio Pessoa. Ao final de todo o ritual público nas ruas centrais, vários bailes seriam realizados nos clubes da cidade, entre eles o Paulistano Clube⁵³, Aliança Clube, Ipiranga Futebol Clube⁵⁴, Juventude Social Clube, Guarani Clube, Sete Esporte, e na Sociedade Beneficente dos Artistas⁵⁵. (VOZ DA BORBOREMA, 01 de Março de 1939).

Ciente da programação e de todas as festividades e homenagens que seriam realizadas no dia nove de março do corrido ano, o então Prefeito interino⁵⁶ M de Almeida Barreto instituiu o Decreto nº 6 no dia 06 de Março de 1939, considerando que em tal data será feriado municipal. De acordo com o referido Decreto, a justificativa para tal se pauta nos pedidos da Comissão de Organização das Solenidades e por considerar justas as homenagens públicas ao Interventor e à inauguração das obras de abastecimento e esgotos, visto que “para uma cidade sem mananciais e sem higiene como Campina Grande, asseguram a estabilidade e maiores possibilidades ao progresso do maior centro comercial e industrial do interior nordestino”. (SUPLEMENTO do jornal Voz da Borborema, 09 de Março de 1939). Assim, sendo feriado municipal, o comércio, as fábricas e repartições públicas estariam fechados, possibilitando assim que os trabalhadores campinenses tivessem o dia disponível para participar de todas as festividades e homenagens realizadas na cidade. Dessa forma, a classe trabalhadora de Campina Grande

⁵³ No dia 26 de Dezembro de 1929, houve fundação do grêmio esportivo, literário e dançante “Paulistano Esporte Clube”, no qual por longas décadas promoveu uma diversidade de eventos na cidade, permanecendo até hoje, mas sem tantas atividades.

⁵⁴ O Ypiranga Futebol Clube foi fundado em 1926, cujas festas em seu Clube Social sempre foram predominantemente freqüentados por operários e populares da cidade.

⁵⁵ A Sociedade Beneficente dos Artistas foi uma instituição filantrópica fundada em 26 de fevereiro de 1929 por artistas, educadores e outros profissionais com a finalidade de oferecer cursos de alfabetização (Primeiro e Segundo grau) e cursos profissionalizantes como corte e costura, datilografia, entre outros, para a classe mais desfavorecida de Campina Grande.

⁵⁶ De acordo com nota do jornal Voz da Borborema de 01 de Março de 1939, o Prefeito Bento Figueiredo estava, por recomendações médicas, na cidade de Poços de Caldas em Minas Gerais, realizando tratamento de saúde em águas minerais. Assim assumiu interinamente o Professor e Secretário da Prefeitura Municipal, Almeida Barreto.

poderia se juntar aos festejos sem que precisassem faltar ao trabalho, o que estimulou a presença de grande público. Além disso, como podemos perceber, o decreto mais uma vez conclama em caráter ufanista as potencialidades de tal obra para o futuro da cidade mediante a manutenção de água para a cidade.

Para que um último “ato heróico” do governo e de seus aliados pudesse ser concretizado, a Comissão de Organização das solenidades buscou, de acordo com a edição de *A União* de 12 de Março de 1939, apoio de criadores de gado, para que um total de trinta animais fossem abatidos e a carne fosse distribuída para cerca de mil pessoas pobres da cidade mediante um cartão⁵⁷. Assim, no dia 08 de Março de 1939, às 13h00min horas no Asilo São Vicente de Paulo, cerca de 1.500 pessoas foram beneficiadas com certa quantidade de carne e farinha, quando então fotografias foram tiradas. Contou-se com a presença do Prefeito Interino, Almeida Barreto, membros da comissão designada para organizar as doações e os representantes dos jornais *A União* e *a Folha da Manhã*, este último de Recife. Esse ato, como explicita os redatores do jornal *Voz da Borborema*, “seria desagradável, que nós nos alegrássemos indiferentes a sorte dos infelizes”. Mas não bastava colocar a opinião dos redatores, tinham que fazer referência ao Interventor, que de acordo com a matéria, foi ouvido e afirmou sobre isso que “entre os atos realizados em homenagem a s. excia., nenhum outro teria maior significação”. (SUPLEMENTO do jornal *Voz da Borborema*, 09 de Março de 1939).

⁵⁷ De acordo com a Edição de 01 de Março de 1939 do jornal *Voz da Borborema*, estava programado que a distribuição fosse feita no dia 09 de Março, o mesmo dia das festividades às 06:00 da manhã, para um total de mil pessoas que estivessem de posse de um cartão. No entanto, anteciparam as doações de carne e farinha para o dia 08 de Março por volta das 13:00 no Asilo São Vicente de Paulo, quando mais ou menos 1.500 pessoas se fizeram presentes. Não conseguimos informações sobre que cartão era este que os beneficiados deveriam portar e por que razão a data para tal foi alterada.



Figura 12: Distribuição de alimentos aos pobres da cidade no dia anterior das festividades de homenagens ao Interventor e de inauguração do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotos de Campina Grande (A UNIÃO, 12 de Março de 1939).

Na fotografia acima, temos uma perspectiva da doação de alimentos aos pobres da cidade. Muitos estão maltrapilhos e de pés descalços ou de alpercatas, tendo chapéus ou panos na cabeça para se protegerem do sol à pino que provavelmente já sabiam que iriam enfrentar às 14:00 horas em longas filas. À esquerda percebemos a presença de um policial ou guarda que possivelmente estava ali para manter sob ordem a distribuição dos víveres, algo que não foi omitido, foi posto logo no primeiro plano da imagem, pretensamente com o objetivo de mostrar que tudo teria acontecido dentro da mais perfeita disciplina e ordem. Fincada no chão, uma cruz, fazendo assim a alusão de que não se tratava de um ato político, e sim de um ato fraternal, de amor ao próximo e de doação exercido sob os mais fortes preceitos do cristianismo.

As presenças do guarda como o representante do Estado, da cruz e da freira numa alusão à religiosidade, tratam-se na verdade de uma referência política e propagandística, no sentido de que tanto o Estado Novo quanto o Interventor mantinham-se alinhados com as perspectivas fascistas, compreendendo assim o tripé “Deus, Pátria e Família” como as máximas orientações da sociedade. Além disso, evidencia-se o combate ao comunismo por diversos mecanismos, inclusive o ideológico. A idéia comunicada é de que este é um ato motivado pela fé na religião,

algo que poderia deixar de acontecer se o ateísmo dos comunistas dominasse o país. Dessa forma, a fotografia expõe seu caráter político sob tendências autoritárias e religiosas, bem próximo ao que era feito em outros países na época que faziam a mesma acirrada campanha política contra os comunistas.

Atrás da cruz podemos ver uma freira com sua vestimenta característica, entregando as doações para as pessoas que se encontravam ali. A pessoa que está recebendo os donativos não é possível identificar com clareza, mas, provavelmente, observando a sua roupa, é uma mulher que tem ao seu lado uma pequena criança com as mãos e os braços juntos ao peito. A expressão corporal dessa criança mostra que ela estava com medo, apreensiva em meio a tantas pessoas e sem poder pegar na mão da mulher que por estar recebendo os donativos não poderia proporcionar-lhe maior segurança. Isso ganha relevância quando observamos a outra criança um pouco maior bem no centro da imagem.

Sabemos que a tecnologia usada na época para estampar fotos em jornais não garantia uma boa definição as imagens, aquela criança com a mulher poderia não ser percebida pelo observador da foto quando publicada, por isso, tem-se a necessidade de colocar outra criança logo no primeiro plano, bem no centro da fotografia, o que provavelmente aconteceu nesse caso. A criança a qual estamos nos referindo, a que está parada, com os pés alinhados, não estava andando, saindo da fila com os víveres em mãos, até porque, para receber tal donativo as pessoas deveriam ter um cartão, um cadastro em algum órgão em que apenas adultos com seus respectivos documentos poderiam fazer. A garotinha tinha que estar com as duas mãos ocupadas na fotografia para parecer que ela tinha acabado de sair da fila com os donativos e para que não demonstrasse a mesma insegurança da outra menina. Além disso, ela não estava próxima de alguém que poderia ser seu pai ou sua mãe, as pessoas ao seu redor (à direita do observador) estão de braços cruzados como se estivessem indiferentes àquela menina.

Essa seria uma forma de sensibilizar os leitores do jornal, mostrando que tal ato de doação beneficiou muitas famílias, várias com filhos pequenos que também estavam ali enfrentando o sol escaldante e as longas filas para receber os donativos. Comunica-se a idéia de que os pequenos inocentes também foram beneficiados pela compaixão dos organizadores das festividades em homenagem ao interventor que também seria responsável pelas obras que atenderiam essa camada mais humilde e sofrida da cidade.

O Interventor chegou à cidade nesse mesmo dia oito no final da tarde, ficando hospedado no palacete do chefe político e genro Ernani Lauritzen⁵⁸, quando então logo pela manhã do dia seguinte começaria a participar das festividades e homenagens. A partir das cinco horas da manhã do dia nove as bandas musicais das cidades Campina Grande, Areia e Ingá, além da equipe musical da Polícia Militar já estavam nas ruas centrais convocando a população para o início das “honrarias ao governador”, quando várias salvas de 21 tiros foram deflagradas (VOZ DA BORBOREMA, 15 de Março de 1939). As ruas já estavam ornamentadas desde o dia anterior, com enfeites e faixas congratulando o interventor pela data natalícia e agradecendo-o pelas obras que estavam sendo inauguradas.

O arcebispo metropolitano da capital, D. Moisés Coelho veio à cidade realizar a missa de ação de graças ao interventor, que chegou na catedral escoltado por lanceiros da Cavalaria da Polícia Militar, tendo o ato religioso sido celebrado às 8:30. Argemiro se fez presente com a sua esposa Alzira Figueiredo, com seu pai, o antigo coronel Salvino Figueiredo e com seu irmão, dono do jornal *Voz da Borborema*, Acácio Figueiredo. Além da família, estava o general Lobato Filho, convidado de honra do interventor, secretários do governo e autoridades civis e militares. (VOZ DA BORBOREMA, 15 de Março de 1939). Após a missa, o interventor juntamente com seus convidados foi conduzido para a rua Marques do Herval, onde já estava montado um palanque do qual iriam prestigiar os desfiles.

Para melhor inteligibilidade do percurso por onde aconteceram os desfiles, traçamos linhas em diferentes cores na imagem a seguir. Esta representa o plano das ruas centrais da cidade na década de 1950⁵⁹. Em azul, o lugar onde os militares, clubes esportivos, operários e estudantes se posicionaram, especificamente no lado direito da avenida Floriano Peixoto, onde permaneceram esperando o interventor de posse de faixas e saudando-o. Assim, na saída da Catedral o interventor passou em revista das tropas. Já no palanque o interventor e seus convidados, os grupos em

⁵⁸ Ernani Lauritzen nasceu em 5 de maio de 1886 e faleceu em 29 de novembro de 1955. Filho de Cristiano Lauritzen e Elvira Cavalcanti, foi membro do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) de 1924 até 1928. Professor e jornalista, foi indicado pelo governador Solon de Lucena para o cargo de prefeito de Campina Grande, para substituir seu pai.

⁵⁹ Apesar do mapa a seguir ser da década de 1950 e os desfiles terem acontecido em 1939, devemos percebê-lo com ressalvas, pois como se sabe, nos anos quarenta o centro da cidade passou por uma verdadeira reforma em seu plano urbanístico, alterando significativamente essa área urbana, inclusive algumas dessas ruas em destaque. Nosso objetivo com essa ilustração não é tratar dessas reformas urbanas, apenas acreditamos que para fins de ilustração do traçado do percurso ora narrado, o tal mapa nos permite dar uma impressão geral, uma noção do caminho percorrido.

desfile começaram a seguir o trajeto destacado em verde, caminho este que foi planejado pela Comissão de Desfile, percorrendo assim as ruas Maciel Pinheiro e 7 de Setembro. Por fim, a apoteose dos desfiles aconteceu na rua Marques do Herval, marcado com amarelo, onde Argemiro estava bem acomodado com seus convidados em um palanque montado em frente ao Grêmio de Instrução, antiga escola da cidade, observando todas as homenagens prestadas. A dispersão dos desfiles aconteceu em direção à Praça da Luz, Praça Clementino Procópio na avenida Floriano Peixoto, seguindo para a rua Afonso Campos e rua Bento Viana, ao lado da Catedral, onde podemos ver o traçado em vermelho. (VOZ DA BORBOREMA, 01 de Março de 1939)



Figura 13: Mapa da década de 1950, com destaque para as ruas centrais de Campina Grande por onde seguiu os desfiles e ficaram organizadas as tropas e agremiações no dia 09 de Março de 1939.

Podemos verificar, então, o caminho percorrido pelos desfiles em homenagem ao interventor no dia de seu aniversário e pelas comemorações de inauguração das obras de saneamento. Um longo percurso que passou pelas principais ruas da cidade e em frente ao palanque onde estava o homenageado e

seus convidados. As ruas onde ocorreram a revista as tropas e o desfile ao interventor eram as artérias mais largas, com duas mãos, assim evitou-se a concentração de pessoas que pudessem evitando assim que as pessoas pudessem comprometer o transcorrer da programação e o sucesso do evento. Na avenida Floriano Peixoto, os grupos esperando o início do desfile se concentraram no lado direito dessa avenida, possibilitando assim a passagem do carro em que estava o interventor para realizar a revista as tropas e a sua escolta na outra mão. Já na rua Marques do Herval, o desfile aconteceu no mesmo lado em que estava posicionado o palanque, dando espaço para a população se concentrar no outro lado da via. De acordo com a edição de *A União* de 11 de Março de 1939, os desfiles seguiram a seguinte ordem: militares, escolas, agremiações esportivas e associações operárias. Já a dispersão, não deve ter acontecido da forma como planejou a Comissão, visto que provavelmente os que já haviam desfilado também queriam voltar para ver os demais desfiles.

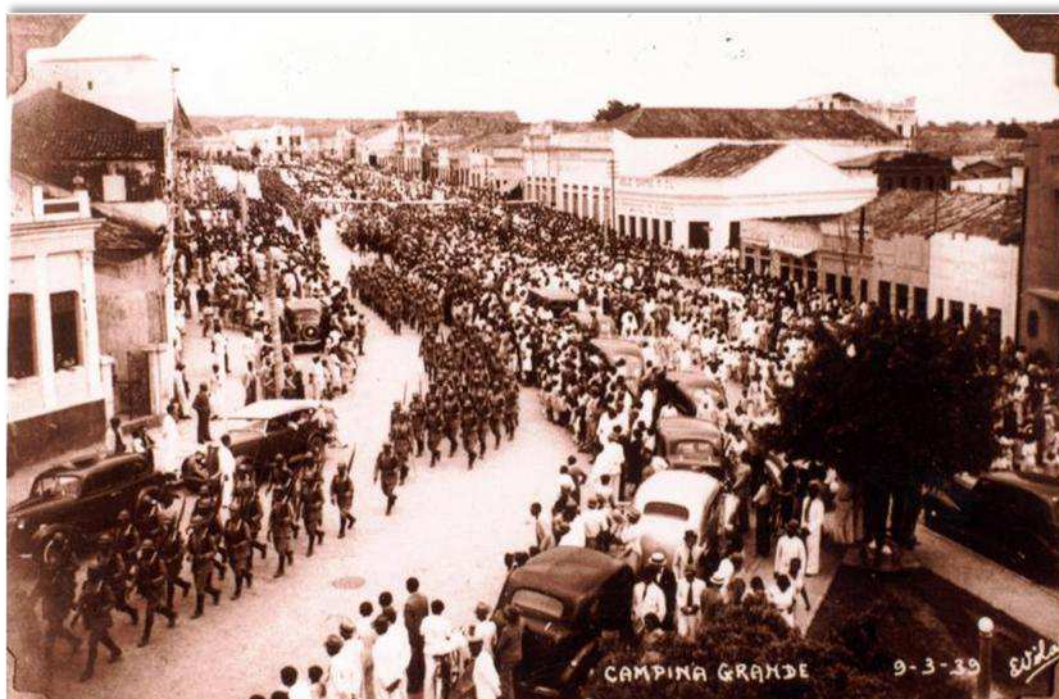


Figura 14: Desfiles na rua Marques do Herval em 09 de Março de 1939. Autoria do fotógrafo Euclides Vilar⁶⁰.

⁶⁰ Euclides Vilar nasceu em Taperoá aos 8 dias de Maio de 1893. Depois de passar por várias cidades, inclusive de Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde atuou como empresário do ramo cinematográfico e farmacêutico veio para Campina Grande por volta de 1920. Em 1931 compra o Studio Foto Dias, passando a funcionar sob o nome Foto Vilar, sua especialidade era fotografia em estúdio, assinava as fotos como “EVilar”. Além de poeta, foi um dos editores do Almanaque de

A imagem acima é um dos flagrantes dos desfiles ocorridos nessa manhã do dia 09 de Março de 1939. Podemos ver então a passagem de parte das tropas militares na rua Marques do Herval, onde estava localizado o palanque, à esquerda do observador. No centro da rua os desfiles, e no lado direito, a população prestigiando a passagem. No final desta artéria, no fundo da fotografia está a rua 7 de Setembro. Já no primeiro plano, no lado direito da foto está uma pequena parte do logradouro que na época se chamava de Praça da Luz, atualmente Praça da Bandeira. Podemos ver alguns carros estacionados e várias pessoas com suas “roupas de domingo”, visto que a ocasião pedia a melhor das vestimentas, pois este foi um evento de grandes proporções jamais acontecido em Campina Grande. Os jornais que noticiaram os acontecimentos falam em uma média de vinte e cinco mil pessoas nas ruas centrais da cidade. Evento que trouxe pela primeira vez para Campina Grande os rituais envolvidos com tais homenagens prestadas para governantes e os seus protocolos, algo novo para muitos que nunca tinham presenciado tais rituais e/ou espetáculos.



Figura 15: Agremiação do 13 Futebol Clube e suas faixas durante os desfiles de 09 de Março de 1939 na rua 7 de Setembro.

Campina Grande de 1933. Faleceu em 22 de Maio de 1953, aos 60 anos, em Campina Grande. Algumas das fotos tiradas por ele nesse dia foram publicadas no jornal *A União*. Para mais informações, confira: FIGUEIREDO JR, 2002.

Acima uma das fotos tiradas durante o dia dos desfiles, a qual podemos ver a agremiação do 13 Futebol Clube, todos uniformizados e alguns dos integrantes portando bandeiras do Clube e faixas com frases de agradecimento e congratulação ao interventor. Nas faixas visíveis na fotografia podemos ler: “Homenagem sincera do 13 Futebol Clube a Argemiro de Figueiredo, Salve 9-3-39”, “Com Argemiro de Figueiredo pelo o Estado Novo” (A UNIÃO, 11 de Março de 1939). Não conseguimos identificar o fotógrafo e nem com exatidão a rua fotografada nessa ocasião, mas acreditamos que se trata da rua 7 de Setembro, isso em razão de declive, visto que durante o percurso do desfile informado no jornais e aqui traçado anteriormente no mapa, essa é a única com tal característica.

Podemos ver que os integrantes do time descem a pequena ladeira, enquanto várias crianças fardadas e em fila sobem no sentido contrário do lado direito. Possivelmente, o fato dessa agremiação seguir o caminho contrário das crianças que seguiam para a rua Marques do Herval, pode ser entendida como uma alteração no caminho ou ordem dos desfiles, visto que estas desfilaram antes dos clubes esportivos de acordo com jornal já referenciado, o que nos faz entender que tais esportistas devem ter ido antes para a rua Marques do Herval quando depois foram para a rua Maciel Pinheiro seguir o desfile após essas crianças. Os representantes do 13 Futebol Clube, devem ter saído da Avenida Floriano Peixoto, onde estavam posicionados em revista as tropas quando houve o fim da missa de ação de graças e depois seguiram por essa mesma avenida para conferir ou mostrar-se presentes ao interventor, quando depois foram para rua Maciel Pinheiro a fim de seguir a ordem planejada para os desfiles. Como podemos ver, a rua estava enfeitada, haja vista a existência de dois postes com fitas, um em cada lado da rua, além de uma bandeira que estava hasteada em um dos prédios à direita, tal como pedia a ocasião cívica, em um dia em que o interventor se fazia presente, construção essa que se destaca pela sua arquitetura em Art Deco. Discorreremos um pouco mais sobre a contribuição do 13 Futebol Clube abaixo.

Depois dos desfiles, a comitiva com Argemiro e seus convidados seguiu para o Hospital Pedro I⁶¹, localizado até hoje no bairro de São José, que apesar de ser

⁶¹ No ano de 1928, através de uma idéia da Loja Maçônica “Regeneração Campinense”, foi plantada a semente da criação de um hospital. Em 07 de setembro de 1932, seria criado o primeiro hospital

uma instituição particular sob a administração da Maçonaria de Campina Grande, contou com alguns investimentos do Estado para ampliar e melhorar o seu atendimento à população. Este era o único da cidade na época, realizando partos, atendimentos ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos, daí a sua importância para a cidade. A visita do interventor nessa ocasião se deu como oportunidade para que agradecimentos fossem realizados por tal ação do governo sobre essa instituição. Além disso, foi exposto na entrada principal as fotos do interventor e de Getúlio Vargas, algo que notadamente acontece em instituições públicas, mas que mereceu nesse momento uma atenção especial, pois havia todo um ritual envolvido, contando com a presença do corpo administrativo, médico e clínico, além do interventor e do seu convidado de honra, o general Lobato Filho. (Voz da Borborema, 15 de Março de 1939).

Em seguida, o interventor se dirigiu ao campo do 13 Futebol Clube, onde foi mais uma vez homenageado, tanto através dos discursos quanto pelas faixas antes usadas nos desfiles. Em grande medida, tal visita se deve por ter sido o interventor o grande responsável pela posse do terreno e pelos projetos de construção do Estádio Presidente Vargas, que ficaram a cargo da municipalidade e do Prefeito Bento Figueiredo. No livro "Treze Futebol Clube: 80 anos de história", de autoria de Mário Vinícius Carneiro Medeiros (2006), é citado um trecho da entrevista concedida por Antônio Fernandes Bióca⁶², um dos fundadores do Clube e grande incentivador do futebol nessa cidade. Nesse depoimento, Bióca discorre sobre a doação do terreno para essa Associação Desportiva, narrando inclusive as suas viagens e encontros com o interventor para acertar a doação, que foi oficializada pelo Decreto 1.013 de 04 de Abril de 1938. (DECRETOS do ano de 1938, Arquivo Público do Estado, Funesp). O Clube teve, portanto, motivos suficientes para participar diretamente do evento e se somar as diversas outras equipes que estavam a homenagear Argemiro nessa data. Em *A União*, o discurso de agradecimento do interventor por tais homenagens prestadas em sua visita foi publicado na íntegra, explicando assim que tal doação foi:

da cidade, o Hospital Pedro I, em homenagem ao fundador da nacionalidade brasileira, o Grão Mestre e Imperador Dom Pedro I.

⁶² Bióca nasceu em 1894 e faleceu em 1996. A entrevista foi concedida em 1996, o áudio completo está acessível e disponível para baixar no seguinte endereço: http://galodaborborema.podomatic.com/entry/2009-12-10T05_05_06-08_00

Uma idéia das mais felizes a organização do estádio que coincide com o programa do insigne presidente Getúlio Vargas que por seus delegados nos Estados, ao mesmo tempo vai cuidando da melhoria das condições morais e intelectuais do País, proporciona uma educação física para que mais tarde tenhamos uma nacionalidade forte sob todos os aspectos (A UNIÃO, 11 de Março de 1939).

Algumas questões são possíveis de leitura com essa citação. A Primeira, diz respeito ao programa de governo do Estado Novo no sentido de estimular o esporte e as atividades físicas. De acordo com Drumond (2009), Vargas tinha uma grande preocupação com a formação da identidade nacional. E nesse sentido o esporte teria uma importância estratégica, já que atuaria como um mediador entre indivíduos com vistas a certa construção identitária. Assim, a identificação dos governos com os esportes seria um importante instrumento na construção de uma identificação da nação. Além disso, a ligação do Estado com a juventude através do esporte tinha como um de seus objetivos formar o "novo homem nacional" através da educação física, moral, cívica e eugênica. A nova "raça brasileira" idealizada pelos intelectuais estado-novistas era representada por esses jovens sadios. Dessa forma o regime se apresentava como produtor de uma nova estirpe de brasileiros, de uma raça bem constituída, forte e perseverante. Em um período no qual a própria ideia da formação e da identidade do povo brasileiro estava sendo redefinida, acreditava-se que o Estado teria papel fundamental em moldar a nova geração de brasileiros, transformando-os na base de um país a progredir (DRUMOND, 2009).

Dessa forma, a segunda questão está intimamente relacionada com a primeira, diz respeito a idéia de degeneração dos corpos, algo bastante difundido no fim do século XIX e ainda presente nos anos 1940, sobretudo com o crescimento das teorias racistas defendidas pelos governos totalitários da Europa nesse período. Esteve presente nesse contexto a idéia de que parte da população que vivia em meio as piores condições de higiene, moradia e trabalho, eram vítimas gradativas da degeneração dos corpos. A idéia de degeneração, que já aludimos anteriormente no primeiro capítulo, era supostamente inspirada na teoria da evolução, tratava-se da concepção de que os corpos passariam por um processo de involução, de retrocesso físico e biológico se não estivessem dispostos as condições favoráveis de seu desenvolvimento. De uma forma mais ampla, a população que não tivesse condições de desenvolver entraria nesse processo de degeneração, o que

ocasionaria o enfraquecimento físico da população, causando a fraqueza do país, bem como, de suas potencialidades econômicas e produtivas. Por isso, o Estado Novo, como também a interventoria de Argemiro argumentavam que medidas de incentivo ao esporte e as atividades físicas seriam pontuais para favorecer o pleno desenvolvimento dos corpos e por conseqüência da nação. Assim, a doação do terreno para a construção do Estádio Presidente Vargas era considerada uma dessas medidas de ação em consonância com o governo varguista.

Após as homenagens no Estádio Presidente Vargas, o interventor seguiu com a comitiva para a Estação Depuradora de Esgotos, localizada depois da Estação Ferroviária, na área onde hoje está o bairro do Tambor. Tal depuradora, que já estava com a sua construção concluída e em funcionamento, foi visitada por Argemiro e o general Lobato Filho que ali estiveram com o então secretário de Viação e Obras Públicas, José Fernal, o qual explicou detalhadamente o funcionamento de toda a maquinaria (A UNIÃO, 11 de Março de 1939). O interventor, os convidados e os jornalistas puderam constatar toda a técnica empregada e o funcionamento da depuradora, quando mais fotografias foram tiradas e depois publicadas nos jornais do governo e de Acácio, documentando, oficializando a inauguração das obras promovidas por Argemiro.

A próxima visita se deu ao Campo do Paulistano Esporte Clube, já voltando para o centro da cidade nas proximidades da Estação de Trens, nas proximidades do lugar onde foi instalada a SAMBRA. Nas últimas seções das assembléias realizadas antes da data programada para essas festividades, os 228 sócios da agremiação resolveram por unanimidade mudar o nome do seu campo, de “Campo Atlético” para “Estádio Argemiro de Figueiredo”⁶³. A assinatura do ato que mudou de fato o nome se deu neste dia com a presença do interventor, quando mais homenagens e congratulações foram prestadas “ao maior dos campinenses vivos”, tanto em discursos quanto em faixas espalhadas pelo estádio. (Voz da Borborema, 09 de Março de 1939).

⁶³ De acordo com Bióca, em entrevista concedida ao pesquisador Mario Vinícius, a pretensão do 13 Futebol Clube era de homenagear o interventor pela doação do terreno pondo o seu nome no Estádio dessa agremiação que estava em construção, no entanto, o Paulistano Esporte Clube se antecipou e o fez. Em mesmo depoimento, Bióca afirma que a denominação Estádio Presidente Vargas foi uma alternativa proposta pelo próprio interventor diante de tal desencontro. O fato é que o Estado Novo era engrandecido e homenageado, tanto com o nome do interventor quanto pelo do presidente.

Nos telegramas trocados entre Álvaro Araújo Machado, então presidente do clube, e que depois foram publicados no *Voz da Borborema*, informam que os sócios “tendo vista oficialização desportos nacionais resolvemos pôr disposição vosso fecundo Governo referido estádio fim atender necessidade cultura física grupos escolares campinenses”. Assim, “nome de vossencia (sic), venerado toda Paraíba, será bandeira vitoriosa realização (sic) plano cultura física nosso clube chapadão da Borborema” (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939). Ou seja, os sócios dispunham do campo para as atividades físicas escolares, associando assim a política desportiva do governo diretamente com o nome do interventor. Uma sugestiva homenagem que atribuía a um lugar o nome do interventor e que perpetuava a sua política desportiva e o seu nome para a posteridade.

Depois o interventor seguiu com seus convidados para o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade⁶⁴, a fim de inaugurar os melhoramentos realizados e o novo Jardim de Infância recentemente construído sob os auspícios do governo do Estado. A instituição religiosa mantinha auxílio social, asilo de idosos e atividades escolares voltadas para crianças sob os cuidados de freiras vicentinas. Na ocasião, fotos do interventor e de Vargas foram colocadas na instituição, além de mais homenagens e agradecimentos prestados ao governador. Houve o curto discurso de uma das crianças e o hino nacional foi cantado por um coral infantil. Após as demonstrações Argemiro e seus acompanhantes fizeram um passeio pelas dependências do Asilo, quando, na saída, esportistas e crianças saudaram com palmas e vivas ao interventor. (VOZ DA BORBOREMA, 15 de Março de 1939). Esse foi mais um ato do governo que permitiu comunicar a preocupação do governador com os mais necessitados de assistência social e religiosa, mantendo o seu forte vínculo com a Igreja e atraindo a simpatia dos paraibanos com esta medida.

A última das visitas realizadas ainda pela manhã seguiu destino para as obras de construção da Casa de Saúde e Maternidade Doutor Francisco Brasileiro. Essa instituição contou com especial atenção do governo municipal e estadual, visto que se tratou de uma grande estrutura dentro dos mais modernos preceitos de construção hospitalar, onde havia setores de enfermagem, cirurgia, maternidade,

⁶⁴ Diante do antagônico crescimento demográfico de Campina Grande após a implantação da estrada de ferro, foi fundada em 1913 uma sociedade de assistência social nos moldes das santas casas de misericórdia, era o caso da “Sociedade Beneficente Deus é Caridade”. Esta sociedade tratava do enterro de indigentes, educação infantil e socorria inúmeras famílias. Mantinha sede própria, por trás de onde hoje se encontra o antigo cinema Capitólio, mas que depois foi transferida para as margens do Açude Velho onde hoje se encontra o asilo São Vicente de Paula.

exames, farmácia, autópsia, necrotério e isolamento. Localizado no bairro do São José, no alto da colina, era bastante favorecido pela iluminação natural do sol nascente e pela direção dos ventos, contanto em seu projeto áreas de arborização, capela e estacionamento (VOZ DA BORBOREMA, 06 de Julho de 1938). Assim, Argemiro e sua comitiva visitaram as dependências do hospital que estava em fase de finalização das obras, quando então puderam presenciar o andamento de mais uma iniciativa voltada para a atenção à saúde dos paraibanos, uma “monumental obra” que trouxe uma estrutura antão inédita para a cidade.

A manhã do dia 09 de março de 1939 foi bastante significativa e cansativa para Argemiro, a comitiva do governo e seus convidados. Às 13 horas o interventor, sua família, o arcebispo e outros religiosos, bem como o general Lobato Filho e Hortêncio Ribeiro almoçaram na casa de Ernani Lauritzen, concunhado do homenageado, enquanto jornalistas, altos funcionários e os secretários do governo, inclusive José Fernal, almoçaram na casa de Acácio Figueiredo. Após o almoço, mais homenagens foram prestadas ao interventor pelos funcionários da Recebedoria de Rendas de Campina Grande, quando estes o presentearam com um “brilhante puro engastado em platina”. Argemiro ainda recebeu de presente um relógio de ouro dos amigos e ouviu as congratulações dos representantes da Casa do Estudante Pobre de Pernambuco, da Associação Comercial de Campina Grande e de vários prefeitos de cidades paraibanas (VOZ DA BORBOREMA, 15 de março de 1939). Esse foi um momento de intimidade com amigos, mas também de estreitamento de relações em uma data tão significativa para Argemiro. Tratou-se de uma ocasião em que aliados da elite campinense e prefeitos nomeados pelo interventor puderam lhe prestar agradecimentos e felicitações pessoalmente, diretamente com o chefe do governo estadual sem intermediários e em situações não oficiais, possibilitando maior proximidade e afinidade pessoal no sentido de manter relações.

Às dezesseis horas se deu o encontro mais significativo do dia, aquele em que o interventor foi novamente homenageado pelos discursos proferidos por diferentes representantes das classes sociais e quando o interventor proferiu o seu tão esperado discurso ao povo campinense. Novamente a rua Marques do Herval foi o palco das demonstrações públicas de agradecimento e congratulações, onde o mesmo palanque em que Argemiro assistiu aos desfiles pela manhã se tornou o parlatório do qual suas palavras ecoaram sobre os que se faziam presentes. Mais uma vez, os jornais contabilizaram um público de mais ou menos vinte e cinco mil

peças que ouviram os discursos que adentraram a noite do dia 09 de Março de 1939. Manifestações apropriadas pelo jornal *A União* de 11 de Março de 1939, o qual publicou em suas páginas todos os discursos proferidos nesse momento pelos diversos oradores que ali estavam⁶⁵.

O primeiro a se manifestar foi Hortêncio Ribeiro, escolhido pela Comissão de Organização como o “mais sincero e legítimo” representante e porta voz do povo campinense para a ocasião. Momento em que homenagens foram rendidas ao filho conterrâneo que então proporcionava a redenção de toda uma cidade. Em seguida discursou José Fernal, que falou da importância das obras para a cidade e agradeceu pela confiança a ele depositada pelo chefe do governo para ocupar a secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo. Depois foram as vezes do Cônego José Coutinho, representante dos operários pessoenses e diretor do Serviço de Assistência Social, o professor Luiz Gil, representando os operários de Campina Grande, Lourenço Graça representando a embaixada operária da capital, Silva Andrade, conhecido como Zé da Luz, escritor, colunista do *Voz da Borborema* e poeta da cidade, que mais uma vez expressou a gratidão e as felicitações ao interventor, e por fim, Gilberto Leite, em nome do Centro Cívico Argemiro de Figueiredo. Depois dos representantes do povo, do governo e de organizações civis, chegou a hora do mais aguardado discurso, o de Argemiro de Figueiredo, o qual também foi publicado em *A União* e que transcrevemos a seguir:

MEUS CONTERRANEOS: Fiz, improfucamente, o que estava em mim, para evitar as festas que hoje me promoveis. Elas teriam, previ bem, o caráter demonstrativo de uma gratidão coletiva: e eu entendia necessário desarticular os vossos movimentos, perturbar a vossa idéia, pois a consciência me despertava de que os vossos propósitos continham uma virtude consagratória que não me poderia caber. Ela destoava dos meus próprios merecimentos, e por mais que acendesse a minha vaidade de operário do bem público, mais me sentia humilde e pequenino para receber a faixa de ouro com que me pretendeis cingir. Gratidão, por que? Que me pertence, senhores dessa gigantesca obra onde os milagres da técnica se pontilharam tão a miúde que deixam pensar em uma predestinação divina, reservando a Borborema para cenário monumental da inteligência, arrojo e capacidade de engenharia brasileira? Que me pertence, senhores dessa realização hercúlea ante a qual a imaginação se empolga e se deslumbra na visão dos embaraços vencidos pela ciência e pela coragem em toda uma

⁶⁵ Na verdade, a edição de *A União* citada publicou todos os discursos proferidos nesse dia de festejos, tanto os de homenagens ao interventor, quanto os de agradecimentos realizados por Argemiro. Divulgados todos os discursos proferidos, desde o realizado na missa de ação de graças, e dos de todas as visitas realizadas nesse dia, até o do baile no Campinense Clube, último evento social com a presença do interventor.

extensão impressionante de trinta e três quilômetros, através de um terreno ingrato, onde os longos vales que se antepunham e as serras que se rasgavam, davam a impressão de um drama titânico em que se chocassem a natureza e o homem? Que me pertence, senhores, desse empreendimento ousado, em cujo execução tantas vezes, vendo exgotarem-se numa pira de sofrimentos atrozes, imaginando o que seria para mim e para vós sepultarem-se nas rochas de “Oiti” os sonhos de nossa redenção? Que me pertence, senhores desse feito maravilhoso que assegura as condições de vida e de progresso a um povo condenado á destruição e á morte pela sêde e pelas endemias? Gratidão por que? Raciocinai bem! Uma obra, assim, dêsse vulto e dessa benemerência, desperta no juízo coletivo o exame de dois fatores que se integram: a idéia e a sua execução. Foi minha a idéia? Não, senhores, ela é antiga como a vossa cidade. Ela é dos grandes campinenses que já pereceram, deixando-a viva, imortal, no coração dos pósteros. Ela passou a todos os lábios, e cada dia mais forte e mais gritante: ora com as tonalidades da esperança e do anseio; ora como brado de desespero e de salvação. Também não me pertence a execução. Sob um prisma de dura realidade, o homem de governo coordena, por um dever funcional, o esforço e as atividades dos seus governadores; garante-lhes a vida, a liberdade e propriedade; abre-lhes o campo a expansão das energias criadoras; fomenta a vida agrícola, comercial e industrial, promove, enfim, por si e por seus delegados, o melhoramento das condições físicas, intelectuais e morais do povo. Mas, todo o aparelhamento político-administrativo necessário á manutenção da ordem e ao equilíbrio das atividades públicas e privadas, não se move por si, porque extrai da própria coletividade a energia dinamizadora, o elemento vitalizador que lhe assegura a vida e a ação. Numa palavra – a obra pública constrói-se com os recursos do povo; é o povo quem a faz pelos seus elementos de representação que são os órgãos do Poder Público. O serviço que me atribuí, portanto, longe de significar uma vitória minha, é uma vitória vossa. Os louros que pretendéis depor sobre a minha cabeça, deponde-os sobre a vossa. Eles vos pertencem. Eu, sim, é que me curvo, agradecido, perante vós – pelo estímulo que sempre me destes quando as minhas energias pareciam fraquejar. Eu sim, é que beijo fraternalmente as vossas mãos fortes que me conduziram a essa realização gloriosa. Beijo-as num transbordamento de emoção profunda, como se estivesse a ouvir no termo dessa jornada tão áspera e tão penosa, vindo dos céus e ecoando por todos os contornos da Borborema, este brado de redenção: Ergue-te Campina, agora podes viver! (A UNIÃO, 11 de Março de 1939).

De acordo com Albuquerque Junior (2009), os discursos e pronunciamentos foram compreendidos no antigo regime de historicidade como sendo uma mera corroboração de algo, assim eram citados para comprovar que tal aconteceu, “faziam parte da encenação da história, de sua colocação em cena, de sua rerepresentação” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 228). A partir do século XIX a História passa a ter uma preocupação com a forma, a dimensão retórica, a narrativa e seu caráter artístico para apostar na constituição de uma saber científico. Com os *Annales* os discursos e pronunciamentos oficiais ou não passam a ser encarados como fonte de análise do historiador, e essa análise por sua vez também é uma elaboração do seu *metié*. Assim, esse documento também passa a se pensado em

seu lugar de produção, arquivamento e reprodução, bem como, o seu cunho ideológico e os seus interesses. Assim, comungamos com Albuquerque Junior quando o mesmo explicita:

Feita a coleta dos discursos, procede-se então a *análise* externa e interna destes [...], sempre tendo em conta o problema que se quer responder e os objetivos que se quer alcançar. Fazer leituras sobre o momento histórico, sobre a biografia do autor do discurso ou aqueles dos quais ou contra os quais ele pronunciou. Situar o discurso numa série para que ele ganhe sentido quando comparado com outros proferidos pela mesma pessoa, no mesmo momento ou sobre a mesma temática. Anotar as regularidades discursivas: as imagens, os pronunciamentos, os conceitos, os temas que se repetem e que deslocamento ou deslizamento de sentido pode vir a sofrer ao longo do tempo que se está estudando. Observar com que outros discursos do mesmo período seu documento tem intersecção pelo uso das mesmas regras ou das mesmas estratégias. Prestar atenção no modo como o autor escreve ou diz também de si mesmo, como vai construindo imagens de si imagens dos outros, do seu espaço, de seu tempo, do tema que está sendo tratado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 242).

Dessa forma, na concepção de Le Goff (1992, p. 10) o documento passa a ser entendido como elemento carregado de intencionalidades e significados, que desde a sua produção até a sua análise deve ser feita “a crítica da noção de documento”, pois o “documento é monumento”. Com isso, entendemos que o pronunciamento ou o discurso não falam de um objeto externo a eles apenas, mas, é em seu conjunto o próprio objeto.

Desprendimento, técnica, redenção e transferência, essas são as idéias principais que são perceptíveis com o tão esperado discurso de Argemiro de Figueiredo. Discurso que tem em suas palavras um cunho pretensamente populista, levando para os ouvintes e leitores a idéia de que estes sim eram merecedores de homenagens e congratulações. De início observamos o desprendimento do interventor em não se considerar como merecedor de tão expressivas festividades e homenagens, visto que tais se tratavam uma demonstração coletiva de consagração de uma pessoa que não era o chefe político maior do Estado, do governador, e sim de um “operário do bem público”, e que como todo operário estava a realizar apenas aquilo que lhe é inerente à função. Comunica-se então que o interventor de tão humilde e abnegado não se via como o grande realizador daquela obra que estava agora concluída e concretizada, que ele antes de mais nada, era um trabalhador que administrava o bem público, e que por isso, apesar de não se ver como merecedor

de tais festividades, não se viu também no direito de impedir que a vontade do povo se concretizasse. Em suma, a idéia aqui posta é de que sobrepõe-se assim a vontade popular frente a sua vaidade de homem público a serviço da população.

A técnica brasileira empregada, e por isso de cunho nacionalista, vem aliada mais uma vez com a renúncia dos agradecimentos por tal realização. A distância, a tecnologia e as obras de engenharia são elencados no discurso como fatores que foram vencidos e favoreceram a vitória de tal iniciativa que esteve alicerçada na engenhosidade e na ciência nacional. A modernidade estava assim presente em toda a sua elaboração, havendo assim a sobreposição da razão e da visão otimista no progresso sobre ao que parecia dado. Vitória essa que se fez frente aos vários obstáculos naturais a partir da técnica, que nos confins da região do agreste a vontade divina criou condições as quais a razão superou e trouxe de um lugar distante aquilo que lhe era mais necessário, a água. As dificuldades também são destacadas, de modo que estas em algum momento, de acordo com Argemiro em seu discurso, quase que o desestimularam, que impediram a concretização de sua realização, que por um momento se pensou em pará-las para a eternidade, “sepultarem-se nas rochas de ‘Oiti’”. Obra que é resultado de aspirações de um povo, e de seu desejo de redenção para um lugar que estava condenado pela sede e pelas doenças, fazendo assim alusão aos tempos de crise no abastecimento e das condições sanitárias da cidade, propondo assim que essa era uma condição passada, o progresso agora ao alcance da mão.

A transferência acontece quando o interventor se apropria de dois argumentos centrais para induzir os ouvintes do discurso e os leitores dos jornais que publicaram tal fala, de que estes são os responsáveis pela “ideia” e pela “execução” da obra. Quanto à ideia, Argemiro resgata da memória dos receptores de que esta é antiga, não a de construir um reservatório e uma adutora a partir de Areia, mas de buscar uma solução para o problema mor de Campina Grande. Desde o século XIX a cidade sofre com a falta de água e as doenças decorrentes pela falta de água e esgotos, medidas foram tomadas, mas, nenhuma com tal magnitude e técnica, visto que açudes foram construídos ou reformados e água de Puxinanã foi vista como a solução, mas demanda advinda pelo crescente aumento populacional tornou essas iniciativas obsoletas.

Tais medidas tomadas até então não levaram em conta os esgotos que como as águas não eram tratadas, o que para o controle das doenças era necessário, algo

que agora, com esse ato inaugural estava se concretizando. Isso fez com que o desejo por água se tornasse constante na história da cidade, por isso, no discurso, ele chama a atenção para os que já estão mortos e que tentaram resolver esse problema, alguns que eram seus aliados políticos e estiveram no governo inclusive. Argumenta que a idéia, portanto, pertence àqueles que, seja por algumas medidas buscaram solucionar tal questão, ou daqueles que por causa da seca apelavam para não se findar a vida, mas também para que não se perpetuasse os prejuízos econômicos gerados pela falta de tal recurso. Dessa forma, além de perpetuar as ações de antigos aliados políticos, Argemiro fala de si próprio, enaltece implicitamente seu nome, visto que apenas ele mesmo conseguiu reunir condições propícias para que a obra tornasse realidade.

Sobre a execução, Argemiro novamente renuncia em suas palavras a iniciativa de seu desenvolvimento, quando mais uma vez se coloca como “o trabalhador”, como o “funcionário do povo”, “representante da população”, que em sua administração “apenas” coordenou os trabalhos burocráticos que visavam favorecer as condições materiais, produtivas e morais dos paraibanos. Falar de si como um servidor do povo não foi suficiente na oração do interventor, este atribuiu a população e suas “forças dinamizadoras” como sendo os responsáveis por ele estar ocupando aquele cargo. Lembremos que Argemiro era um interventor nomeado por Vargas, e que este portanto, estava no cargo por interesses de um projeto político continuísta e autoritário mantido durante o Estado Novo. Entretanto, como podemos ver, Argemiro tinha consciência de que ele não estava ali pela vontade popular, por uma eleição direta, por isso coloca a conclusão das obras como fruto do trabalho e dos impostos da população, trazendo para o centro os paraibanos, negando para si e transferindo para o povo a execução. Um discurso populista que traz para o centro o povo e sua importância para esse empreendimento.

No final de seu tão aclamado discurso, Argemiro mais uma vez transfere para o povo as congratulações advindas pela concretização das obras. Este passa a ideia de que tais obras só foram possíveis mediante o estímulo advindo pelos anseios da população em ver tal situação solucionada, que quando se deparou com as dificuldades ocorridas, o povo com seus “braços fortes” lhe motivou a continuar. Em nome desse estímulo proporcionado pela população, o interventor, o chefe maior do governo estadual se submete, se curva diante do povo, visto que pela idéia que se pretende comunicar, este sim é o responsável por tal empreendimento, já que ele se

diz como um mero “funcionário do bem público”, abrindo mão de um poder e de uma hierarquia, assim, transfere para o povo todas as congratulações e se coloca como desprendido, humilde trabalhador. A última frase proferida no imperativo vem estabelecer um desfecho para um discurso, mas também propõe a idéia de que a solução definitiva para o grave problema estava concluída, obra que possibilitaria a redenção de um cidade que pela falta de água estava definhando e desfalecendo, esta obra estava possibilitando a retomada, a continuidade de um progresso antes desenvolvido, mas que havia sido interrompido e agora estava sendo restabelecido, agora a cidade que estava morrendo poderia viver.

Como podemos observar, não foi um discurso longo, principalmente quando comparado aos demais proferidos nessa ocasião e que também foram publicados na íntegra no jornal *A União* de 11 de Março de 1939. Verifica-se que o discurso foi voltado diretamente para o povo, sem agradecimentos ou parabenizações aos secretários ou a firma empreendedora das obras, retirou-se da cena o poder político e administrativo e focalizou a população, que foi por ele atribuída como sendo a verdadeira motivadora, responsável e dinamizadora das obras. Elencou-se a técnica nacional, em uma alusão explicitamente nacionalista, como vinha a promover o projeto varguista, e até se memorou as ações de governos antecessores, mas trouxe de alguma forma o povo para o centro do discurso. Argemiro falou de si como alguém submetido a vontade popular, retirando sobre ele mesmo aquela áurea de herói, de salvador de uma cidade e de uma população, buscando assim igualar-se com todos que estavam ali presentes. Tratou-se, portanto, de um discurso de cunho populista, nacionalista e redentor, como a maioria das representações devidamente lançadas pelo governo nos meios de comunicação.

Terminadas as festividades e os discursos na rua Marquês do Herval, teve início às vinte horas um banquete de cento e cinquenta talheres, oferecido em um dos salões do Colégio Imaculada Conceição, onde Argemiro foi recebido por uma comissão de moças e senhoras da alta sociedade campinense, as quais lhe prestaram salvas de palmas e lhe jogaram pétalas de rosas. O salão estava devidamente ornamentado por flores naturais e longas mesas foram posicionadas para conforto dos convidados de tal evento, de modo que a mesa oferecida ao interventor estava localizada no lugar mais visível e privilegiado do salão, tendo os secretários e o tenente Alfredo Dantas como companheiros de refeição. O discurso inicial foi feito pelo advogado Ascendino Moura, quando em seguida Argemiro

agradeceu as palavras e deu espaço para o segundo brinde proposto pelo prefeito interino Almeida Barreto, que fez homenagens ao interventor e a Getúlio Vargas (Voz da Borborema, 15 de Março de 1939).

A festa, como se pode perceber, foi pensada para ser realizada sob outro formato, sob outros preceitos. As mulheres foram escolhidas para cobrir o interventor de pétalas de rosas, algo que também transmite a idéia de delicadeza, polidez, como se estas estivessem ali para recepcionar Argemiro para o convívio com pessoas da elite campinense que se achavam como pessoas mais polidas e refinadas, as quais lhes prestaram homenagens dentro das regras da etiqueta burguesa em um meio supostamente civilizado. Além da idéia de delicadeza e polidez, a idéia de jogar pétalas de rosas sobre o interventor, assemelhava-se as homenagens prestadas aos artistas, quando no final dos espetáculos eram jogadas as pétalas e salvas de palmas eram ouvidas. Argemiro assim era o artista homenageado, aquele que era o responsável pela construção e pela conclusão de uma obra merecedora de todas as congratulações.

O último evento que contou com a presença do governador nesse dia foi o baile dançante realizado na sede social do Campinense Clube, momento em que mais discursos foram realizados e um brinde foi oferecido por José de Oliveira Pinto, orador do Clube. Após os agradecimentos e considerações de Argemiro, a Orquestra do Campinense Clube e a Orquestra da Rádio Tabajara da capital animaram a noite dançante. Por volta de uma hora da manhã Argemiro deixou o salão sob palmas e vivas dos que estavam ali presentes (Voz da Borborema, 11 de Março de 1939). Esse foi o coroamento das festividades, um último momento de intimidade do interventor com seus conterrâneos, quando a elite econômica e intelectual da cidade brindou pelo aniversário, mas também pela obra inaugurada sob os auspícios do governo Estadual. Música, dança, bebida e comida, elementos que geralmente são dispostos em uma ocasião em que se comemora um acontecimento ou um feito, que juntamente com os seus pares, amigos, parentes, aliados e colegas de trabalho que se solenizam e exaltam os fatores e pessoas que tornaram tal possível.

Durante a noite foram realizadas várias retretas na cidade, de modo que quatro bandas musicais estiveram alegrando os festejos populares nas principais praças da cidade. Enquanto o interventor estava no Campinense Clube, os demais clubes das agremiações esportivas da cidade como o Ipiranga, Aliança, Sete,

Guaraní, Independência e outros realizaram seus próprios bailes em seus clubes sociais, animando assim aqueles que não foram convidados para tal baile no Campinense Clube, lugar e convite que em geral era freqüentado e foi oferecido para os integrantes de uma elite econômica e intelectual da cidade. Já a Sociedade Beneficente dos Artistas também promoveu outro baile para as representações proletárias que estavam presentes na cidade. As crianças também tiveram seu momento de lazer, quando Getúlio Cavalcante, proprietário do Cine Capitólio, ofereceu uma *matineê* para cerca de duas mil crianças que estiveram presentes nas homenagens ao interventor e que ainda estavam de posse dos cartazes e fotografias de Argemiro, mas antes foram propostas salvas de palmas a Argemiro e ao presidente Vargas. (VOZ DA BORBOREMA, 15 de Março de 1939).

Percebemos então, que os rituais envolvidos com o aniversário natalício de Argemiro e a inauguração do sistema de águas e esgotos de Campina Grande contaram com diversos atos simbólicos e políticos que compunham o teatro o qual era encenado as representações do poder. Simbólicos por que comunicavam algo além do ato em si, induzindo a população para a construção de significados a partir de interesses ideológicos em comum acordo com o projeto do governo argemerista e varguista, buscavam exaltar, elogiar e imortalizar o nome do interventor e as ações do governo. Mantinha-se assim a representação de que o interventor para além da vaidade estava preocupado com a redenção de uma cidade e de um povo, redenção essa que foi elaborada para ser percebida não apenas pela concretização do sistema de abastecimento, mas também por outras obras que em seu conjunto proporcionavam modernização e melhorias para as condições físicas e morais de uma população. Além disso, todas as imagens, reportagens e discursos favoreciam a percepção de aproximação, de identificação dos paraibanos com Argemiro, como se este fosse um deles, também um trabalhador e dinamizador das forças produtivas do país.

Atos políticos que estavam alicerçados em rituais de poder, como por exemplo os desfiles, o enquadramento das fotografias e os atos das inaugurações, todos deslumbravam a construção de significados favoráveis a um governo e a um poder. A teatralização do poder com tais festividades e atos do governo se fez a partir de protocolos e rituais que buscavam consubstanciar e legitimar a relevância de um projeto político advindo pela Revolução de 1930, a qual buscou resignificar as estruturas de um poder oligárquico e centralizou uma ascendente elite econômica no

país. Valores burgueses se fizeram valorizados como a técnica, a razão e a modernidade, elementos que para um governo que se estabeleceu ditatoriamente, deveriam ser comunicados, propalados e elogiados, a fim de trazer ideologicamente por meio dos veículos de comunicação, os benefícios de um governo para o país, justificando dessa forma a sua permanência e a sua aceitação. Assim, podemos compreender de que forma um projeto político trouxe para as esferas do poder uma significação norteada pelas representações do poder, trazendo a simpatia popular e comunicando o poder de um governo.

As obras empreendidas agregavam valores burgueses que estavam em ascensão desde o fim do século XIX, foi posto como destaque com a Proclamação de República e foi reestabelecido com a Revolução de 1930. Não estavam relacionadas apenas com a redenção de uma cidade e com o seu necessário e emergencial abastecimento de água, traduzia as aspirações de um povo, mas também o desenvolvimento de um projeto nacional pautado na técnica, na materialidade e na modernização, viabilizando a construção de ideários de progresso e de poder político. Por isso, compreender a técnica empregada em sua materialidade é algo que se faz necessário para tornar inteligível como os interesses de um governo e de um povo se encontraram e favoreceram a promoção de uma determinada percepção e construção do imaginário de um povo.

2.5 O caminho das águas: materialidade, técnica e modernidade.

A fim de promover melhor inteligibilidade sobre a idéia de modernização ora explicitado aqui nesse trabalho e sua relação com as obras de abastecimento e esgotos de Campina, iremos a partir de agora seguir o caminho das águas, percorrendo desde a captação na Barragem até os chafarizes e a Estação Depuradora de Esgotos. Para tato, poderemos ter como ponto de orientação a imagem a seguir. Trata-se do Esquema Geral do Sistema de Abastecimento de Água de Campina Grande, imagem que foi publicada no jornal *A União* de 25 de Janeiro de 1939. Como se pode observar, tal esquema foi elaborado pela Comissão de Saneamento de Campina Grande, a qual no momento ainda estava sob a administração do engenheiro José Fernal, integrante da Firma Saturnino de Brito Filho. O documento em questão é uma representação sobre as obras e a estrutura

necessária para que a água percorresse desde a barragem no município de Areia até os reservatórios que fariam a distribuição em Campina Grande.

Além das informações sobre as distâncias (linha da parte inferior) e a topografia (régua do lado esquerdo), o esquema nos fornece informações em quatro momentos: a acumulação e captação; a adução; o tratamento; e a distribuição. A fim de facilitar a nossa exposição inserimos alguns números de um a oito na imagem, nos servindo assim de pontos de referência os quais poderemos utilizar para esclarecer a função de cada um dos elementos que compõem o sistema de abastecimento de água em suas diferentes etapas. Ao mesmo tempo, iremos discorrer sobre a nossa análise das representações elaboradas sobre tal, no intuito de compreender melhor como todo essa maquinaria foi apropriada e utilizado simbolicamente para a consubstanciação de um objetivo propagandístico, que no conjunto de práticas discursivas e imagéticas compunham a teatralização do poder. Assim, com as informações do esquema, a legenda a qual inserimos e a nossa exposição, poderemos conceber de maneira mais clara e eficiente as obras de um modo geral. Ao fim dos oito itens da legenda, nos resta explorar a distribuição, o esgotamento e tratamento dos esgotos.

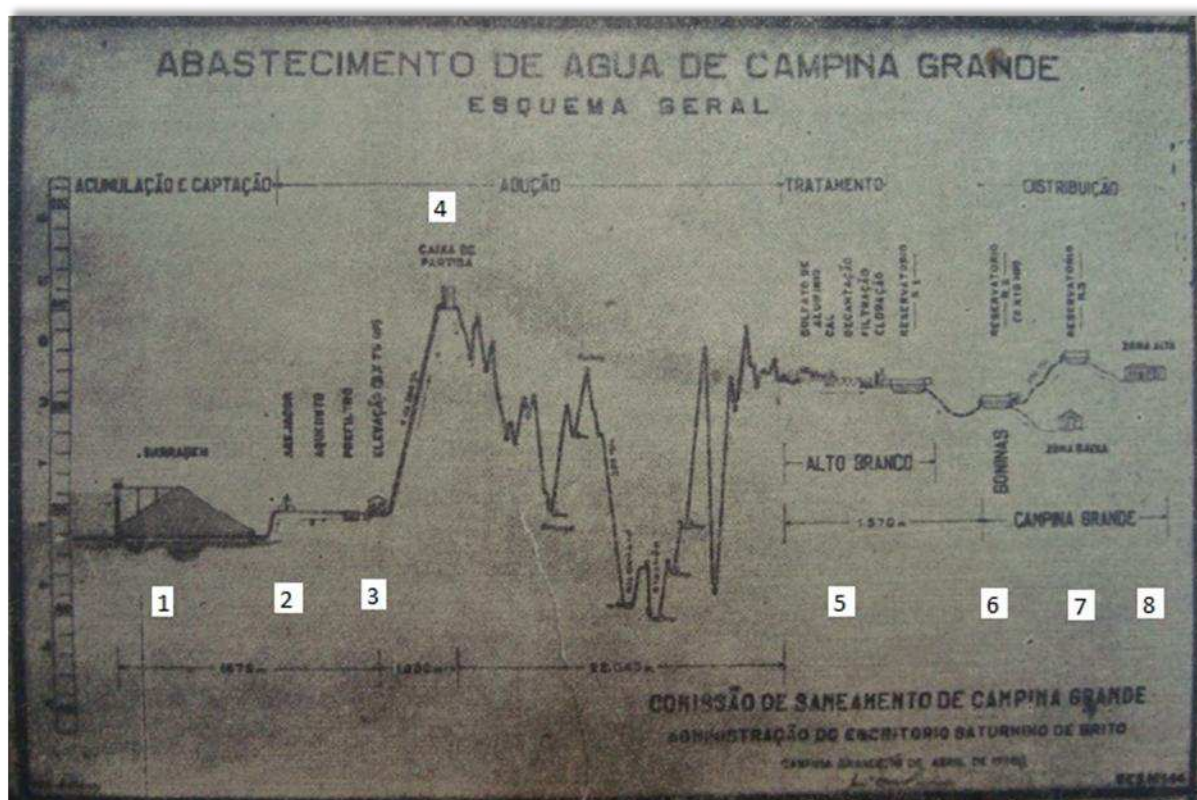


Figura 16: Esquema geral do sistema de abastecimento de água de Campina Grande, desde a acumulação/captação até a distribuição (A UNIÃO, 25 de Janeiro de 1939). 1 – Barragem de Vaca Brava. 2 – Arejador, aqueduto, pré-filtro. 3 – Elevação. 4 – Caixa de Partida. 5 – Tratamento, Reservatório R1. 6 – Boninas, Reservatório R2. 7 – Zona Baixa, Reservatório R3. 8 – Zona Alta.

O percurso que iremos seguir daqui em diante é baseado em três importantes fontes que descrevem a obra como um todo. A primeira é o jornal *Voz da Borborema*, sendo a segunda fonte o jornal *A União*. Ambas as publicações intensamente exploradas nesse trabalho pelo seu caráter discursivo e iconográfico, nos permitiram interessantes elucidacões até aqui. Mas, é com a descriçã das obras que iremos nos apegar agora, onde a utilizaçã das narrativas jornalísticas buscaram simplificar a linguagem técnica das obras para o acesso e compreensã dos leitores. Além do caráter descritivo, essas duas fontes nos permitiram investigar as representações e os mecanismos simbólicos comunicados por esses meios impressos, afim de que uma determinada leitura fosse proferida e pretensamente entendida de acordo com os interesses do governo.

A terceira fonte consultada é a palestra proferida por José Fernal no Rotary Clube em 1938, conferência essa que foi publicada pelo Estado através do

Departamento de Estatística e Propaganda (DEP) e distribuída por outras cidades. Tal documento nos ajudou a esclarecer algumas informações técnicas, mas também nos permitiu compreender a concepção da firma Saturnino de Brito Filho, representada pelo engenheiro José Fernal, e sobre as obras, bem como a função dos equipamentos utilizados para o abastecimento e tratamento de água e esgotos. Algumas das considerações tecidas a partir desse documento nos permitiram compreender com maior propriedade como todos esses equipamentos sanitários puderam ser apropriados e comunicados pelo governo como uma benfeitoria moderna, redentora e merecedora de entrar para a posteridade como “maior realização de um governo”.

O item um (1) da imagem acima e da legenda introduzida por nós está relacionado com a acumulação e captação da água. Refere-se inicialmente a construção da Barragem de Vaca Brava⁶⁶ em Areia (Foto: 1), obra que contou com apoio técnico e financeiro do IFOCS, este órgão elaborou e executou o projeto de construção da barragem, reduzindo assim os custos da obra para o Estado (A UNIÃO, 19 de Agosto de 1937). O IFOCS, era um órgão do governo varguista que mantinha suas atividades por todo o país, em especial na região que hoje conhecemos por Nordeste brasileiro, realizando a elaboração de projetos e construção de obras de represamento como algumas das suas funções, representando as ações do Governo varguista contra os efeitos da seca na região. A construção de Vaca Brava era uma dessas medidas, construída em uma das áreas com maior índice pluviométrico da região, mas que em períodos de estiagem chegava a quase secar o seu principal riacho, o que obrigou o Estado a adquirir por indenizações cinco dos engenhos próximos para que assim se pudesse manter as matas e a preservação dos demais riachos que iriam abastecer a barragem e a qualidade das águas, criando assim uma zona de proteção que se estendia entre

⁶⁶ A bacia hidrográfica Vaca Brava, com área de 1.404 ha, localiza-se no Município de Areia, com uma pequena área adentrando no Município de Remígio-PB, na proximidade da sua Sede Municipal. Esta bacia hidrográfica abrange a faixa de transição entre as microrregiões do Brejo Paraibano, área úmida com solos argílicos, relevo ondulado a forte ondulado e vegetação do tipo floresta tropical sub-perenifólia e a microrregião do Curimatau Ocidental, que nesta situação, apresenta-se com clima sub-úmido, solos arenosos de relevo suave ondulado a ondulado e vegetação do tipo floresta sub-caducifólia. Para mais informações técnicas confira: FARIAS, Lindhiane Costa de. Diagnóstico Físico-Conservacionista das Terras e a Percepção Comunitária – Bacia Hidrográfica da Barragem Vaca Brava – Areia, Paraíba. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água da Universidade Federal da Paraíba. Areia, março de 2006. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/pgmsa/pdf/LindhianeCostaFarias06.pdf> Acesso em: 26 de março de 2011.

600 e 800 hectares cercados por arame farpado em 21 quilômetros. (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

A grandiosidade da obra e da técnica empregada foi algo que mereceu devida colocação, algo que até então não havia sido feito no Estado. “A barragem é de terra, com 29 m. de altura máxima, 120 m, de largura na base e 220 m. de extensão no coroamento, inclusive o sangradouro” (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 11). Foi construída uma torre de concreto armado, desde o fundo até o nível de coroamento, e nessa localizava-se a tomada de água em três lugares, podendo captar a água em diferentes níveis de água e de decantação. Essa torre é ligada a uma galeria de concreto da qual passa o tubo de descarga e o de captação de água, prolongado até o arejador. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 11).

De acordo com a palestra proferida por José Fernal e publicada pelo Estado através do Departamento de Estatística e Propaganda (DEP), a barragem foi projetada para um fornecimento diário de 4.000 metros cúbicos (m.c) de água, podendo ser ampliados para 7.000 m.c. com poucas obras⁶⁷, acumulando 3 milhões de m.c.. Essa quantidade, de acordo com o referido engenheiro, foi pensada a partir da quantidade de habitantes das áreas urbanas e suburbanas⁶⁸ de Campina Grande, totalizando 48.000 habitantes em 8.000 prédios e casas, sendo que 40.000 eram consideradas abastecíveis, ou seja, 6.700 casas. Para as áreas mais pobres, chafarizes convenientemente distribuídos pela cidade manteriam o fornecimento de água devidamente tratada. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 9 – 10).

A taxa de 100 litros por dia por habitante, também foi um dos números encontrados a partir de uma pesquisa realizada na cidade. O Escritório Saturnino de Brito Filho chegou a esse dado a partir da constatação de que existiam alguns fatores que mostravam serem suficientes tal demanda, entre eles o fato da população já estar acostumada com um baixo consumo, reflexo de hábitos que

⁶⁷ De acordo com Fernal em tal palestra no Rotary Clube, os estudos elaborados pelo IFOCS permitiam aumentar a capacidade de armazenamento e distribuição de Vaca Brava com obras na estação de bombas, ampliando o bombeamento com dois grupos de motores, elevar em alguns metros a carga d'água inicial da adutora, instalar mais três unidades filtrantes na Estação de Tratamento do Alto Branco e ampliar a rede de abastecimento para novas ruas. Além disso, existiam outros mananciais que poderiam ser utilizados, como o Mineiro-Pedregulho, o de Camará e o de Riachão (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 10).

⁶⁸ Em 22 de Junho de 1938, foi sancionado o Decreto nº 21 pelo Prefeito Bento Figueiredo, o qual delimitava, de acordo com o Decreto/Lei Estadual nº 311 de 2 de Março de 1938, as zonas urbana e suburbana da cidade de Campina Grande, bem os seus distritos. Para saber ao certo estes limites, confira a edição do jornal *Voz da Borborema* de 25 de Junho de 1938.

necessitavam de economia do precioso líquido, em grande medida, pelo custo da água que era comprada para beber e cozinhar, constatando assim que havia um baixo consumo residencial. A pesquisa verificou que também não havia alto consumo em hotéis, hospitais, lavagem de ruas e logradouros ou manutenção de jardins públicos, serviços de incêndio ou fontes ornamentais, pelo simples fato de que pouco existiam esses aparelhos públicos. Já para o consumo industrial, verificou-se que também era baixo o uso de água, visto que não existiam fábricas de bebidas, papéis, tecidos ou outra de grande demanda (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 9 – 10).

O item dois (2) da legenda, diz respeito ao arejador, ao aqueduto e ao pré-filtro. O arejador é um equipamento que tem como finalidade realizar uma inicial purificação das águas captadas na barragem, de modo que o líquido passava por uma espécie de canal raso a céu aberto, que favorecido pela luz solar já elimina bactérias e outros organismos. A água então passava por pequenas barreiras dispostas para diminuir a velocidade com que corria por um pequeno declive, de modo que, na movimentação, cascadeando nessa estrutura, materiais orgânicos em tamanhos consideráveis fossem reduzidos, diminuindo a presença de elementos que pudessem influir em odores e gostos para a água. (A UNIÃO, 25 de Janeiro de 1939).

O aqueduto é um canal de concreto, fechado e medindo 1.500 metros em declive de meio milímetro por metro, levando a água para o pré-filtro. Já o Pré-filtro, localizado próximo a Estação de Bombas, realiza a primeira e mais grosseira filtração da água, retira sujeiras de folhas e algas além de peixes que por ventura cheguem a esse estágio. Esta construção é uma das invenções de Saturnino de Brito, se compõe de tanques, câmaras de pedra britada, através das quais a água passa horizontalmente, deixando detritos e sujeira que podem prejudicar o bombeamento e as próprias bombas da estação elevatória. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 12).

A Estação de Bombas é o terceiro item da legenda (item 3), compõe-se de um prédio no qual se encontrava três motores bomba de origem alemã movidos a diesel, cada um com 75 cavalos de força, mantendo a descarga de 90 mc. de água por hora. Para a iluminação, a Estação de Bombas contava ainda com um gerador a diesel, que também fornecia energia para a casa onde residia o funcionário técnico responsável pela manutenção dos motores. A Estação de Bombas tinha como

função elevar a água para a Caixa de Partida (item 4), uma caixa d'água localizada a 120 metros de altura e a 1.600 metros de distância da Estação de Bombas, de onde a água por gravidade seguia pela Adutora e chega até a Estação de Tratamento localizada no bairro do Alto Branco em Campina Grande. Ao subir esse nível, da Estação de Bombas até a Caixa de Partida, a água passava por uma Linha de Recalque, construída com duas linhas de canos, com objetivo de evitar a interrupção do fornecimento de água caso houvesse a necessidade de manutenção e limpeza de uma das duas. Devido à forte pressão exercida, os canos de 30 cm da Linha de Recalque são reforçados por cintas de aço. (VOZ DA BORBOREMA, 25 de Janeiro de 1938).

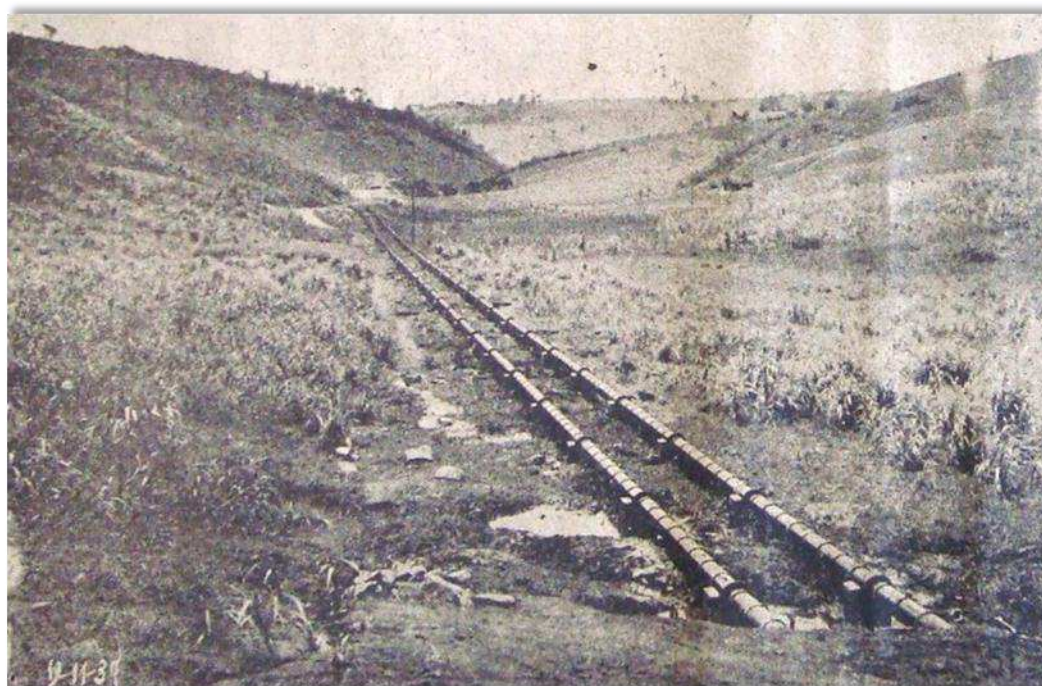


Figura 17: Linha de Recalque (A União, 29 de Abril de 1938).

Da caixa de Partida, a água seguia pela adutora até a Estação de Tratamento no Alto Branco, percorrendo os canos de 35 cm numa extensão de 28.040 metros. Os canos subiam e desciam serras sustentadas em centenas de pilares de alvenaria. Por muitas vezes, como aconteceu com a Linha de Recalque, se fez necessário abrir fendas de até 20 metros de altura em rochas, as quais foram devidamente explodidas por dinamites e os trabalhos de 500 operários demoraram

mais tempo pela conseqüente complexidade. (VOZ DA BORBOREMA, 25 de Janeiro de 1938).

A Estação de Tratamento é identificada pelo item cinco (5) da imagem e da legenda. Todas as obras foram projetadas pelo Escritório Saturnino de Brito Filho, e compunha uma das mais modernas estruturas de todo o sistema. Na verdade, trata-se de um conjunto de construções que tem por finalidade realizar o devido tratamento das águas para torná-la de fato tratada e passível de consumo humano, reduzindo em muito os perigos de contaminação. A arquitetura das obras necessárias para o tratamento foram construídas em linhas sóbrias, a quais percebemos a influência do Art Deco, onde se pode observar linhas de destaque, proeminências e marquises.



Figura 18: Reservatório R1 e Estação de Tratamento no Alto Branco (QUEIROZ, 2008, p. 225)

Na imagem acima podemos ver com destaque dois edifícios, no primeiro plano o Reservatório R1, ao fundo na área acima está o Laboratório Químico, que também comportava a Administração e o Laboratório de Análises, além de banheiros para os funcionários. Acima deste complexo existe uma caixa d'água tratada que servia para a limpeza dos filtros e para a manutenção da casa do químico responsável (pequena casa à esquerda do Laboratório) e dos banheiros. Bem ao seu lado, a direita do observador, mas, sem possibilidade de visualização, estão os Decantadores.

No Laboratório Químico a água chegava em constante agitação, quando então era lançado o sulfato de alumínio e o cal em pó, ambos em dosagem exata para a quantidade de água que em seguida passava para o misturador, gerando a

reação que resultava em hidrato de alumínio, sulfato de cálcio e anidrido carbônico. O hidrato de alumínio era o produto que se queria obter. Trata-se de pequenos flocos que se agarram aos pequenos corpos estranhos existentes na água, como argila, algas e mesmo bactérias, aumentando com isso o seu tamanho e peso. Depois disso a água passava para os três Tanques de Decantação, estrutura com 14 metros de comprimento, 5 de largura e 3 de profundidade, onde o líquido ficava depositado por cerca de três horas em movimento muito lento, deixando 80% de suas impurezas que eram retiradas periodicamente por um mecanismo de filtração próprio para isso criado por Saturnino de Brito (pai) e adotada em várias outras cidades em seus sistemas de saneamento, como Pelotas, Itabuna, Pirai e outras. Depois disso a água era finalmente clorada, deixando-a potável. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 17).

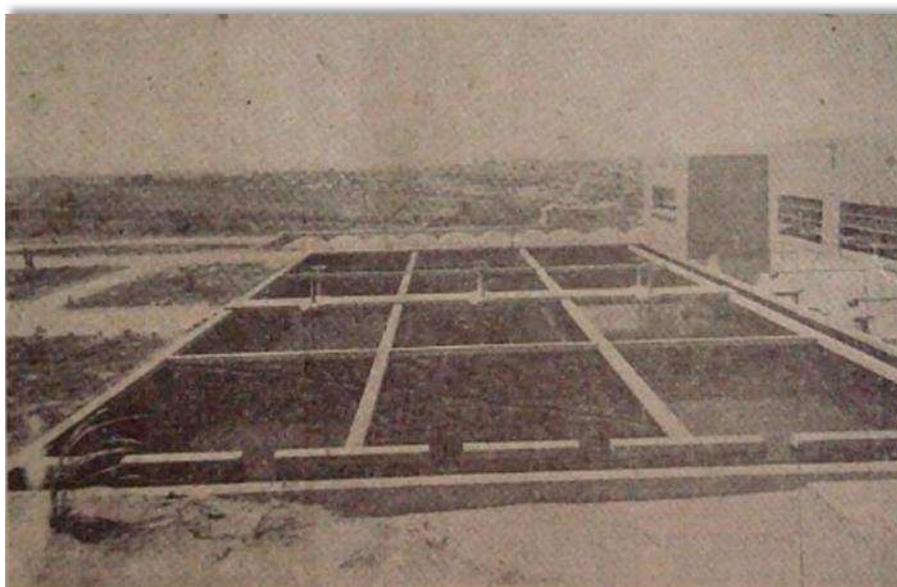


Figura 19: Decantadores da Estação de Tratamento no Alto Branco em Campina Grande, vendo-se do lado direito o Laboratório Químico e ao fundo a cobertura do Reservatório R1 (A União, 25 de Janeiro de 1939).

Após a decantação, a filtração e a cloração, a água estava devidamente tratada, passando então a ser armazenada no Reservatório R1, com capacidade para 3.100 metros cúbicos de água. A tecnologia criada pelo fundador da firma e mantida na construção desse reservatório permitiu menores gastos, pois ao contrário do que se fazia até então, o reservatório foi construído aproveitando o próprio solo como parede de sustentação, sem a necessidade de grandes paredões

de concreto para a acumulação de água. Era uma bacia de concreto com a espessura de 15 cm com ligeira armadura de ferro. (VOZ DA BORBOREMA, 25 de Janeiro de 1938).

O Reservatório R1 estava ligado por tubos de 53 cm em uma distância de 1.600 metros ao Reservatório R2 (item 6 da legenda), construção localizada na região das Boninas, no centro da cidade. Esta tinha a capacidade de 2.300 mc. e possuía dupla função, abastecer por gravidade a parte baixa da cidade e fornecer água para o Reservatório R3 (item 7). Anexo ao R2 foi construída uma pequena estação elevatória composta por dois grupos de motores a diesel, a qual elevava a água para o Reservatório R3, que tinha como função abastecer a parte alta da cidade (item 8). Esse reservatório estava localizado no alto da Rua João Suassuna e foi reaproveitada pelos projetos do Escritório Saturnino de Brito Filho, pois serviu por muitos anos como armazenadora da água advinda de Puxinanã. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 19).

Restam daqui em diante duas etapas do sistema de saneamento da cidade, a distribuição e o tratamento dos esgotos. De acordo com o jornal *Voz da Borborema* de 09 de Março de 1939, foram distribuídos 35 quilômetros de canos com a espessura de 40 cm, a fim de distribuir a água para as mais diversas atividades, desde o abastecimento dos lares como para atender os casos de incêndios por meio de hidrantes, bem como para a limpeza da cidade. José Fernal em sua já referenciada palestra, afirma que foram instalados 30 hidrantes, além de estar prevista construção de 12 chafarizes, a fim de atender as áreas mais suburbanas e pobres da cidade. Não houve abrangência de fornecimento de água para todas as casas como podemos perceber, pois desde o começo, na elaboração e execução dos projetos, as áreas suburbanas seriam beneficiadas apenas com chafarizes. Não houve então o mesmo conforto para todos, mas a água tratada poderia ser acessível nessas áreas beneficiadas pelos chafarizes. Por isso, a modernidade não chegou a todos os lares, mas proporcionou um novo hábito para alguns, o de fechar e abrir torneiras, o início de um processo de banalização do abastecimento de água e de destino aos esgotos. Discorreremos um pouco mais sobre isso no próximo capítulo.

Os esgotos sanitários e o seu respectivo tratamento foi outra medida estrutural que proporcionou a cidade um dos mais elaborados e modernos sistemas de esgotamento e depuração do país. Foram 31 quilômetros de canalizações de esgotos, as quais os coletores eram limpos automaticamente, visto que foram

empregadas a tecnologia dos Tanques Fluxíveis, criadas por Saturnino de Brito. Os esgotos desaguavam no o Riacho das Piabas, Açude Velho e seguiam por um emissário até a Estação Depuradora de Esgotos no bairro do Passa Tempo, atual bairro do Tambor. Outro ramal seguiu por emissários próximos ao Açude Novo, seguindo pelas proximidades da Estação de Trens até chegar a Depuradora.

A Estação Depuradora⁶⁹, como já nos referimos, estava localizada no Bairro do Passa Tempo, distante cerca de um quilômetro da Estação de Trens da GWBR. Esta recebia os esgotos da área central da cidade, que depois de tratado era despejado em um riacho próximo. De acordo com as informações dos jornais, seriam reaproveitados os materiais orgânicos para a adubagem de uma horta experimental nas proximidades da Depuradora, além disso, os gases seriam utilizados para geração de energia elétrica da própria estação e de suas dependências, inclusive para a casa do funcionário técnico competente das funções.

O projeto elaborado pela Firma Saturnino de Brito Filho contemplava ações para além do tratamento de esgotos, caracterizando assim a elaboração de uma obra eminentemente moderna, onde a técnica e a engenharia tornaram-se baluartes de obra como poucas realizadas até hoje no país. Toda a estrutura foi dotada de equipamentos de medição, registro, segurança, fiação subterrânea e queima dos gases produzidos em excesso, exigindo poucos profissionais técnicos para sua operação, visto que todas as máquinas eram automáticas (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 26 - 27).

A seguir, temos uma imagem que nos trará maior inteligibilidade sobre o processo e a tecnologia empregada nessa Estação de Tratamento de Esgotos. Trata-se de um diagrama com o desenho das principais estruturas dessa estação, cada uma com seu respectivo nome, onde podemos observar a disposição de tais estruturas e conseqüentemente, compreender com melhor precisão as suas funções. Dessa forma, poderemos entender de que maneira a materialidade e a técnica empregada puderam favorecer e se somar ao discurso elogioso, modernizante e de redenção proferidos sobre o governo e as obras, servindo assim

⁶⁹ De acordo com SILVA (1986, p. 2), a referida Estação de Tratamento foi desativada na década de 1960, dando lugar a Estação Experimental de Tratamentos Biológicos de Esgotos Sanitários (EXTRABES) a partir de 1977. Tal órgão foi criado por meio de um convênio firmado entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), a fim de fornecer uma estrutura favorável às pesquisas sobre resíduos sólidos e águas na região nordeste do Brasil.

enquanto mecanismo ideológico e propagandístico vinculado aos principais meios de comunicação controlados pelo governo.

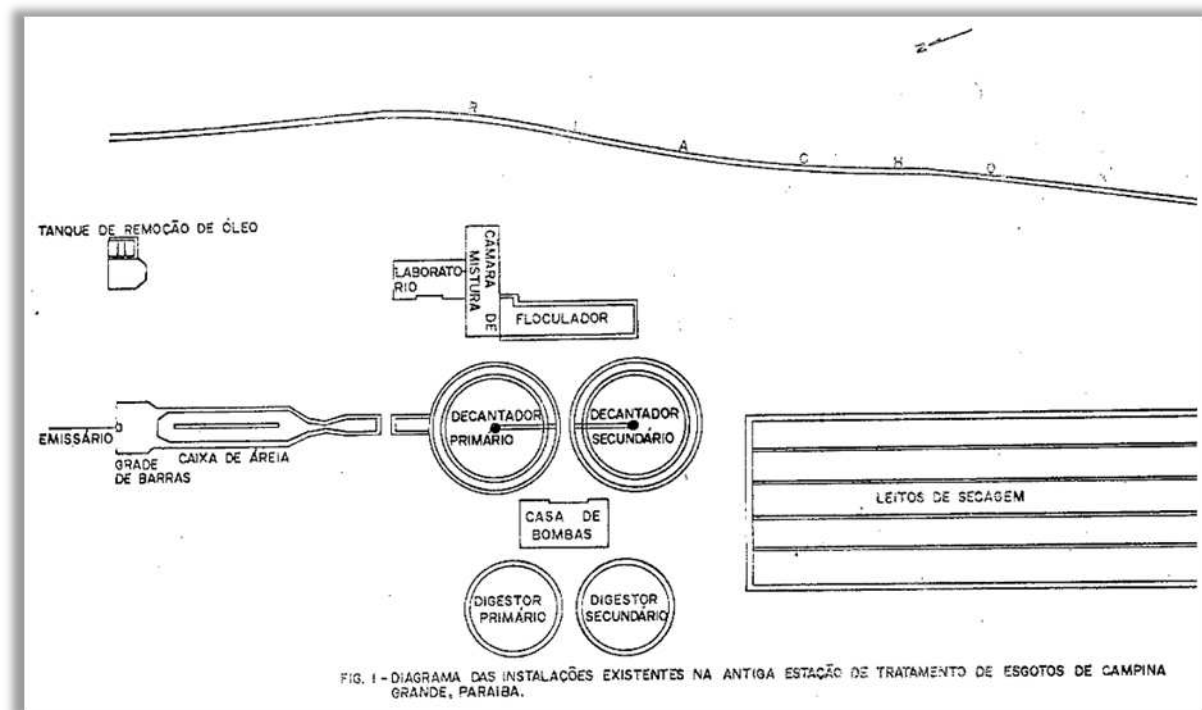


Figura 20: Diagrama das instalações existentes na Estação de Tratamento de Esgotos (SILVA, 1986, p. 10).

No lado esquerdo da imagem, temos o Emissário e a Grade de Barras, por este lugar os esgotos adentravam a Estação de Tratamento. A grade de ferro, ligeiramente inclinada, teve como função deter os detritos maiores que chegavam com o esgoto, como trapos, penas, ossos, vidros e etc. Na medida em que havia a obstrução, o líquido subia de nível e acionava um motor elétrico que realizava a sua limpeza, que em seguida os detritos acumulados eram incinerados ou enterrados. Depois, a água passava por uma Caixa de Areia, que na verdade se tratava de um canal duplo, que retinha a matéria orgânica sem, no entanto, decantá-la, quando a areia depois teria o mesmo destino dos detritos acumulados até então. Após essa primeira limpeza, o esgoto entrava por um aparelho medidor que indicava a quantidade de águas a serem tratadas e elucidando por sua vez o rendimento da usina e dos produtos utilizados (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

Em seguida, as águas entravam no Decantador Primário, localizado no centro da imagem, um depósito circular em concreto armado medindo 16 metros de diâmetro por 4 de profundidade. A entrada do esgoto nessa estrutura se dava pelo

centro, através de um cano que lentamente direcionava o líquido para as margens, nesse processo acontecia a decantação física de partículas sólidas para o fundo inclinado para o centro. Raspadores mecânicos giravam nesse tanque na velocidade de duas rotações por hora, levando para o centro a lama que caía em toda a superfície do fundo. Na superfície uma espumadeira gigante recolhia a espuma derramando-a fora do tanque. Assim se eliminava em torno de cinquenta por cento da matéria sólida do líquido. Em seguida, o líquido passava para a Câmara de Mistura, onde lhe era adicionado sulfato ferroso, quando então acontecia a reação química e se elevava alguns centímetros. (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

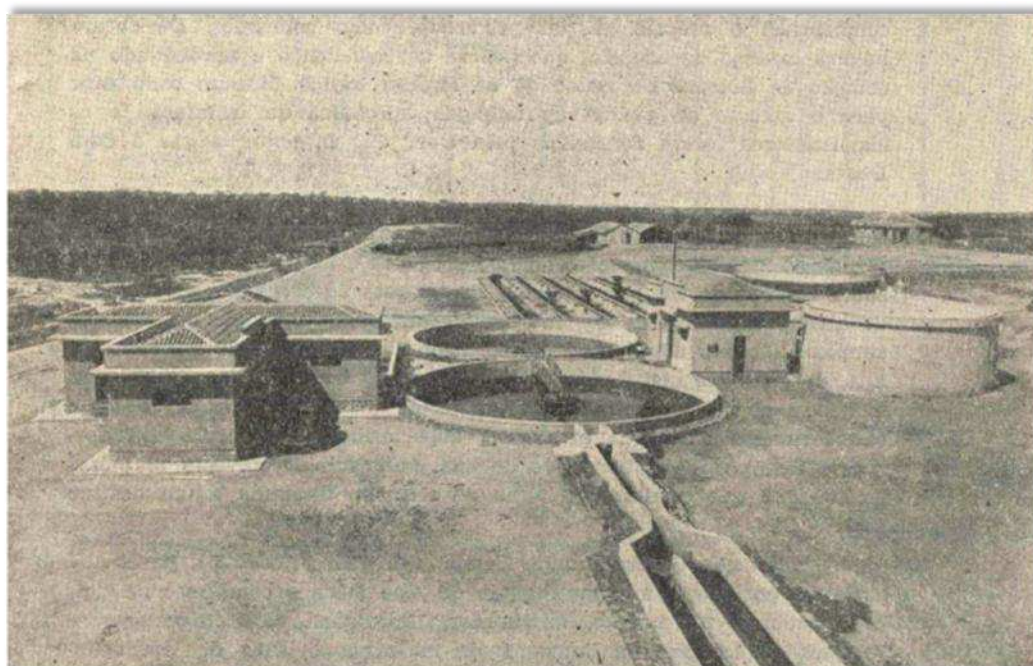


Figura 21: Estação de Tratamento de Esgotos de Campina Grande (QUEIROZ, 2008, p. 118).

No Floculador, um tanque aberto localizado a esquerda da Câmara de Mistura, a porção sólida em flocos resultante da reação química provocada com o sulfato ferroso era separada, enquanto a parte líquida ligeiramente revolvida por braços giratórios para serem atingidas por raios solares e ar atmosférico. O líquido então passava para o Decantador Secundário, onde o mesmo processo realizado no Decantador Primário era realizado, resultando depois disso em 90% a 95% de redução da matéria orgânica. Com esse tratamento a água é lançada no riacho, a 700 metros da Estação Depuradora. Dependendo dos resultados de estudos sobre a

porcentagem de eficácia do tratamento, a água ainda pode ser clorada. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 24).

A partir de então, começava o tratamento e reaproveitamento dos resíduos sólidos. Dos dois Decantadores a lama acumulada era bombeada por motores localizados na Casa de Bombas para um dos Digestores, que eram na verdade dois tanques hermeticamente fechados, os quais ambos mediam 11 metros de diâmetro e 7 de altura, construídos em concreto e coberto por uma cúpula de aço. No Digestor Primário começava a fermentação da lama, em que as bactérias anaeróbicas se proliferavam e desenvolviam gases, quando então a lama passava para o Digestor Secundário para se realizada a fase final de decomposição e formação de gases combustíveis utilizados como fonte de energia. Do Digestor Secundário a lama vai por encanamento para os Leitos de Secagem, localizado a direita do diagrama, que se tratavam de tanques amplos e abertos com leito filtrante, nestes a lama era exposta ao sol secava em poucos dias, perdendo o seu cheiro. Tendo ainda alguma ação fertilizante, a lama seca era utilizada como adubo ou material de aterro. (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

Com toda essa descrição podemos elencar duas importantes questões. A primeira é que o Escritório Saturnino de Brito Filho empregou nas obras de saneamento de Campina Grande o que havia de mais moderno no que diz respeito a engenharia sanitária, tanto para a construção das estruturas necessárias para que fosse possível a adução, tratamento, distribuição e despejo dos esgotos, quanto pela tecnologia dos equipamentos utilizados, seja para o tratamento químico ou na utilização de máquinas que em sua maioria eram automatizadas. O resultado é que foi implantado na cidade um dos mais modernos sistemas de saneamento do Brasil, o qual teve em grande medida, as orientações do fundador da firma, principalmente quando destacamos os preceitos de economia e adaptação dos materiais existentes na região para a sua execução.

A segunda questão está relacionada com a propaganda vinculada em favor do governo e do interventor. As várias edições em diferentes datas utilizadas aqui para essa exposição descreviam as obras desde a construção até a sua efetiva conclusão, da Barragem até a Depuradora, nos permitindo assim mostrar como as imagens e os textos referenciavam a técnica e a materialidade empregada em todo o sistema de saneamento, tema recorrente que propagandeava o empreendimento moderno, fruto da engenharia nacional e da realização de um governo chefiado por

Argemiro de Figueiredo. É inegável que se tratou de uma obra eminentemente moderna para a época, mas o que torna plausível essa leitura e justamente o seu caráter ideológico, visto que toda essa técnica devidamente comunicada não era disposta apenas com o intuito de informar, mas tinha, sobretudo, o objetivo de elogiar, de enaltecer o governo que capitaneou tal empreendimento para a cidade. Obra que não apenas forneceu água e saneou os esgotos para as áreas centrais da cidade, mas que permitiu, de acordo com o discursos dos jornais, do governo e dos intelectuais, a completa redenção de uma cidade e elevou para a imortalidade o nome de Argemiro de Figueiredo e de Getulio Vargas.

No entanto, qual a abrangência desse sistema de saneamento? Que mudanças ocorreram no cotidiano da população? Como ficou as obras e o fornecimento de água após a mudança de governo? Essas são questões que pretendemos elucidar no próximo capítulo. Vimos até aqui, como era viver em Campina Grande antes deste empreendimento, bem como, investigamos como todas as etapas e a sua construção encantaram os campinenses pelo seu caráter redentor e moderno. A partir do próximo capítulo pretendemos elucidar mais uma importante questão: como a população conviveu e viveu depois da implantação destas obras? Para tais respostas, buscamos outras fontes e outros problemas, a fim de investigar como se consubstanciou o desencanto sobre as águas.

CAPÍTULO III

OS DESENCANTOS DA ÁGUA

3.1 Água encanada e esgoto: os dois lados do progresso?

[...] o conforto e a hygiene para assegurarem um novo padrão de vida aos abastados, e, muito mais aos nossos habitantes pobres [...] (VOZ DA BORBOREMA, 28 de Julho de 1937).

Quanto à instalação de água encanada e esgotos, isto só se torna uma realidade no ano de 1939, também não chegando de imediato aos bairros populares. Basta considerar que a cidade possuía mais de 8 mil residências no período e, no entanto, apenas 30 dentre elas passaram a contar com “instalações sanitárias” no momento em que teve início o “*serviço de água e esgotos*”. Ademais, a construção de chafarizes em vários pontos da cidade (em número de 7), indica que muitos eram obrigados a se deslocar de suas casas até os pontos de distribuição do precioso líquido. Quer dizer, nada de “conforto doméstico” para a maioria (ARANHA, 2000, p. 188).

A inauguração do sistema de abastecimento de água e esgotos em Campina Grande passou a configurar, a partir de 1939, como um dos elementos constituintes da tão desejada modernidade campinense. Água essa que de acordo com o Professor Fábio Gutemberg (2005, p.121) também trazia para alguns um caráter civilizador e pedagógico, como foi para Cristino Pimentel, que em suas crônicas anunciava a possibilidade de que as obras de saneamento iriam proporcionar outras cores, cheiros e sabores, ou seja, uma nova relação com a limpeza e com a salubridade, modificando hábitos e inserindo novas práticas. Apresenta-se assim um discurso higienista atrelado ao binômio progresso-civilização intrínseco às reformas urbanísticas, onde a estética, a higiene, os interesses econômicos e o combate aos maus costumes tornaram-se fundamentos de um projeto modernizante e civilizador. Essa materialidade trazia também, de acordo com os veículos de comunicação controlados pelo governo e pela elite local, a redenção de uma cidade antes condenada pela falta do precioso recurso, possibilitando assim o surgimento de aspirações econômicas, a formação de um estado de salubridade e de conforto.

No entanto, a implantação do sistema de saneamento de Campina Grande trouxe algumas questões que se apresentaram de forma contraditória, entre elas, o desigual fornecimento para os diferentes extratos sociais da cidade, moradores das áreas centrais e das suburbanas, o que causou diferentes sensibilidades. As limitações desse sistema de abastecimento já eram reais desde o projeto de execução das obras, tanto que José Fernal, o então engenheiro chefe da Comissão de Saneamento, explicitou em sua palestra para o Rotary Clube em 1938 que Campina Grande contava com 48.000 habitantes em 8.000 prédios e casas, sendo que 40.000 eram consideradas “abastecíveis”, ou seja, 6.700 casas. (SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE, 1938, p. 9 – 10). Esses números representam uma estimativa do quantitativo de prédios que poderiam ser beneficiados pela rede de saneamento, não significando de fato que estas 6.700 casas tenham sido imediatamente contempladas com tal benefício. De fato, o sistema não contemplava toda a população da cidade, inclusive, já estavam nos projetos que as áreas periféricas ao centro urbano seriam abastecidas apenas com os chafarizes.

Quando foram inaugurados os cinco chafarizes de emergência⁷⁰, foi também iniciado o abastecimento de trinta residências (CÂMARA, 1998), pontos comerciais e órgãos públicos que já haviam passado por reformas para tal fim, no entanto, a grande maioria da população ainda ficou à margem do conforto e do acesso a água tratada em seus lares nesse momento inicial, dependendo então dos poucos chafarizes para o fornecimento. Gradativamente outros prédios domiciliares, comerciais e públicos foram sendo ligados ao sistema de água e esgotos, de modo que, o perímetro urbano em alguns anos passou a ser beneficiado com tal rede, principalmente o centro da cidade, que passou por reformas urbanas durante as décadas de 1930 e 1940 e que por isso também passou a ser muito valorizada. Foi durante esse período que muitos dos casebres e prédios acanhados foram demolidos, levando a população mais humilde antes residente nessa área central para outras mais distantes, extirpou-se aquilo que era considerado antiestético,

⁷⁰ De acordo com as edições de 21 de Janeiro de 1939 de *A Voz da Borborema*, e de *A União* de 19 de Janeiro 1939, foram inaugurados 5 chafarizes de emergência naquela ocasião, já Epaminondas Câmara (1998) fala em 7 chafarizes e 30 instalações domiciliares. Apesar de Câmara ter sido contemporâneo desse momento histórico, sua obra *Datas Campinenses* tem sua primeira edição em 1947, por isso, pela proximidade temporal, optamos nos apegar ao número de 5 chafarizes inaugurados, mesmo por que, se fossem de fato 7 os jornais que mantinham fortes vínculos políticos governistas não teriam interesses em diminuir esse quantitativo, pelo contrário, aproveitariam disso para enaltecer ainda mais o governo.

insalubre e atrasado, passando então a concentrar boa parte da elite local e o comércio⁷¹.

A fim de compreendermos melhor como se deu essa distribuição desigual da rede de abastecimento de água e esgoto de Campina Grande, iremos discorrer a partir de agora sobre o trabalho desenvolvido por esta Repartição no que diz respeito aos fatores manutenção, instalação e regulamentação dos serviços necessários para tal. Assim, também iremos falar sobre como estas mudanças significaram para alguns uma nova sensibilidade relacionada ao consumo e ao conforto advindo pela rede de saneamento, olhando para as ações da Repartição, mas compreendendo como se dava a sua relação com os beneficiados. Já para outros, o acesso a água tratada se deu apenas por meio dos chafarizes, melhorando as condições de higiene e reduzindo distancias, mas, mantendo à margem do conforto parte considerável da população.

O trabalho realizado pela então Repartição de Saneamento de Campina Grande envolvia desde a manutenção, o tratamento, a distribuição, a cobrança e o corte, até a regulamentação, a fiscalização e a concessão de empresas privadas para instalações domiciliares. As suas atribuições foram assim exercidas até o ano de 1955, quando foi criada a *Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima* (SANESA) que em 1977 foi transformada em *Companhia de Água e Esgotos da Paraíba* (CAGEPA)⁷², órgão estadual que passou a manter essas funções até os dias de hoje. Desde o período que ainda era denominada de Comissão de Saneamento, a Repartição seguia como norteadora de suas ações o Decreto nº 1428 de 24 de Abril de 1926, implementado pelo presidente do Estado João Suassuna, o qual criou a Repartição de Saneamento da Parahyba, e com essa, criou a Regulamentação Geral que regeu todas as ações de saneamento do Estado a partir de então (A UNIÃO, 25 de Abril de 1926). Além deste decreto, a Repartição seguia as determinações do Decreto nº 1372, de 30 de Março de 1939, que adotou as regulamentações do Decreto de 1926 e ambos orientavam as disposições gerais, os cargos, os materiais a serem empregados, as taxas e concessões entre outras

⁷¹ Para saber mais sobre as reformas urbanas em Campina Grande e o caráter elitista advindo com a valorização do centro da cidade, confira: SOUSA, 2003.

⁷² A Sanesa foi criada em 4 de novembro de 1955. Onze anos depois, em 1966, foram constituídas no dia 30 de dezembro a Sanecap e a Cagepa que tinha abrangência estadual. As três empresas funcionaram paralelamente até 1972, quando houve a unificação de todas as companhias que passaram a funcionar como Cagepa. Desde então, praticamente todas as cidades paraibanas passaram a ser atendidas pela companhia.

providências, de modo que tudo que se fizesse e estivesse relacionado com abastecimento de água e redes de esgotos no Estado deveriam seguir essas determinações.

Em Campina Grande, de início, a ligação das edificações à rede de abastecimento era feita pela Repartição de Saneamento, mas depois foi dada à empresa de Otílio de Sousa a concessão para tais serviços na cidade, de acordo com o Decreto nº 1384 de 14 de Abril de 1939, que autoriza a lavratura de um contrato, quando em seguida foi repassado novamente para a Repartição tais atribuições. Sobre os motivos para por fim a este monopólio, encontramos alguns indícios em um ofício anexado ao pedido de concessão de serviços domiciliares feito por outra empresa, no caso a Firma J. Lima e Cia.. Tal ofício foi assinado pelo Engenheiro e Diretor Interino da Repartição, o Sr. Cícero Vieira Cruz, e foi enviado a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas dando parecer ao pedido.

A Firma em questão que enviou o pedido de concessão foi fundada por vários associados, entre eles o responsável técnico e engenheiro João Capistrano da Silva Pontes, sendo os demais encanadores e aparelhadores. A firma foi organizada com o único fim de realizar os trabalhos de aparelhamento, instalação e execução dos projetos sanitários domiciliares sob concessão, e para isso precisava, de acordo com o artigo primeiro do Decreto nº 1732, da presença de um engenheiro especializado. De início, o ofício do Sr. Cícero Cruz invoca as palavras de Saturnino de Brito (o pai) para justificar a necessidade das concessões para a execução dos serviços, mas não um monopólio. Desse modo, Brito é citado⁷³:

Somos, portanto, contra a monopolização de serviços. Mas, em certos casos, é preciso dar garantia temporária a capitais avultos para que se estabeleçam bons serviços, contra uma concorrência desastrada, que apenas vise perpetuar a iniciativa; são concessões a fazer durante prazos (sic) mais ou menos longos, e não “privilégios” vexatórios e comprometedores da natural evolução e do livre curso ulterior. E outros casos, a garantia não visa propriamente o capital e sim a perfeição do serviço, a responsabilidade de execução e de manutenção: - é o caso do serviço de esgotos nas casas. (CARTA de Cícero Cruz à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. 19 de Dezembro de 1939. Caixa 27, vol. 548. Funesc)

⁷³ Não há na carta a referência de onde Cícero Cruz retirou essa citação atribuída à Saturnino de Brito.

Como podemos observar, Cícero Cruz encontrava razões para que as concessões fossem dadas, no entanto, sua opinião contraria o que anteriormente foi feito, quando foi concedido o monopólio para uma empresa realizar tal serviço, por isso, sob o ponto de vista de do Diretor da Repartição, tal concessão foi prejudicial ao bom andamento dos trabalhos em prol do saneamento das casas. Ora, dando-se concessão a uma empresa ou realizando concorrência pública, apenas uma única firma seria privilegiada, o que seria, sob o ponto de vista de Brito e de Cícero Cruz, algo que poderia prejudicar o bom andamento dos serviços, visto que, se tal empresa não estivesse cumprindo as determinações dos decretos antes referenciados, fazia-se necessário a quebra do contrato, mas para isso era necessário um órgão fiscalizador para averiguação, o que por fim acarretaria em prejuízos para o Estado e mais tempo para colocar nos trabalhos outra empresa. Neste caso então, o diretor da Repartição envia a documentação relacionada ao pedido de concessão da Firma J. Lima e Cia., mas anexa ao pedido a carta que já recomenda o secretário a não fazê-lo, tendo em vista evitar o que já havia acontecido quando foi concedido o monopólio para outra firma anteriormente. Cícero Cruz ainda continua afirmando:

Proporcionará consideráveis perturbações porque os instaladores domiciliares (que devem ser “operários” ou “mestres” de firmas edificadoras legalizadas perante o CREA e o M.T.) voltarão ao gozo da indepitabilidade (sic) que desfrutava antes de Agosto deste ano, e que tanto prejuízo e responsabilidades já trouxe para o Estado. Facilitará o descontrole dos nossos serviços porque o controle das instalações não interessará ou mesmo escapará a própria firma, dada a feição do “contrato social”. A aceitação de uma “firma especialista” nos moldes da presente é, portanto, inteiramente prejudicial à boa marcha dos serviços circunscritos ao sistema de execução de instalações domiciliares, muito bem aplicado por esta Repartição. (CARTA de Cícero Cruz à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. 19 de Dezembro de 1939. Caixa 27, vol. 548. Funesco)

Os argumentos de Cícero mostram-se coerentes, em razão de que a Firma J. Lima e Cia. provavelmente não se enquadrava enquanto “empresa especializada”, como determinava o Decreto nº 1732, visto que, a formação curricular do engenheiro não lhe capacitava para tal serviço como predeterminava o Decreto, além disso, era uma empresa recém criada e portanto sem experiência, possivelmente não regularizada perante órgãos de classe como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, além de não estar regular com o Ministério do Trabalho. Cícero se

apega aos ensinamentos de Saturnino de Brito, quando fala dos problemas que a concessão de monopólio pode acarretar ao desenvolvimento dos trabalhos, e trás à tona uma indicação sobre a ação da empresa que anteriormente havia recebido esse privilégio para realizar os serviços de instalação domiciliar na cidade. O Diretor da Repartição relata que até o mês de agosto a empresa beneficiada gerou “prejuízos e responsabilidades” para o Estado, possivelmente por maus serviços ou inadimplência, algo que poderia acontecer novamente se fosse cedida outra concessão, sendo mais interessante, para Cícero, manter tais execuções sob responsabilidade da Repartição.

Uma importante questão foi pouco fundamentada por Cícero Cruz em seus argumentos contra a concessão para a Empresa J. Lima e Cia., mas ela evidencia questão problemática poderia ser se tal firma obtivesse a concessão para ser a única empresa com tal contrato de serviço. Essa questão problemática fica evidente quando observamos a sétima cláusula do seu Contrato Social, este documento registrado em cartório afirma que “os lucros e os prejuízos de cada instalação caberão ao sócio que em nome da sociedade contratar e executar o serviço, sem qualquer participação dos outros membros” (CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA J. LIMA E CIA. 23 de Outubro de 1939. Caixa 27, vol. 548. Funesc). Ou seja, que as instalações que não fossem bem executadas seriam responsabilizadas sobre um único membro sócio, no caso o executor da obra, não havendo então nenhuma incumbência sobre a empresa, desse modo, esse sócio poderia se desligar da firma e a empresa executora do serviço não teria obrigação alguma com os reparos necessários.

A posição do diretor interino da Repartição ficou clara quanto à concessão de monopólios, no entanto, este órgão sozinho ao que parece não dava conta da demanda dos pedidos de instalações sanitárias, o que também resultaria em certa morosidade ao saneamento. Diante desse entrave e das exigências explicitadas nos decretos citados, principalmente no que diz respeito a credibilidade de “firmas especializadas” para tais serviços, um número insuficiente de pedidos para concessão foram feitos e aprovados, continuando os serviços na responsabilidade da Repartição. Por isso e pela necessidade de ampliar rapidamente as instalações sanitárias por se tratar de obras que “diretamente tratará à saúde Pública”, o interventor Argemiro de Figueiredo assina um novo Decreto motivado pela “necessidade de incentivar a rápida execução dos trabalhos de estabelecimento de

instalação domiciliares” (DECRETO/LEI nº 67 de 18 de Maio de 1940. Caixa 27, vol. 548. Funescc).

Com esse Decreto, o governo resolve conceder no âmbito de todo o Estado, a “isenção dos impostos de indústria e de profissão, até 1950, inclusive as firmas que dentro de dois anos, se venham a constituir, para execução dos trabalhos de estabelecimento de instalações sanitárias” (DECRETO/LEI nº 67 de 18 de Maio de 1940. Caixa 27, vol. 548. Funescc). Conceder isenções de impostos foi a medida tomada pelo governo no intuito de incentivar o pedido de concessões tanto para empresas da Paraíba quando de outros Estados. Atraindo assim firmas que podiam preencher os requisitos exigidos nos Decretos, como a especialização no trabalho com instalações sanitárias e inscrição nos conselhos de classe. Dessa forma, pôde-se acelerar a ampliação do número de casas e prédios ligados a rede de saneamento e pôr em prática o tão propalado projeto voltado para a salubridade, a civilização e o conforto dos campinenses.

Afirmamos anteriormente que, tanto o Decreto nº 1428 de 24 de Abril de 1926, quanto o Decreto nº 1372 de 30 de Março de 1939, ambos regularizam e determinam tudo que esteja relacionado com saneamento, água e esgoto na Paraíba, tomavam como base o Decreto Federal nº 16300 de 31 de Dezembro de 1923, que regulamentava o Departamento Nacional de Saúde Pública. Os materiais a serem empregados na instalação em banheiros residenciais e de órgãos públicos, por exemplo, também eram referenciados em tal Decreto de 1926, de modo que eram exigidos o “azulejo e o ladrilho de cimento branco pré-moldado”. No entanto, o Ofício enviado pelo Engenheiro Chefe da Repartição, Luciano Vareda, e endereçada ao Dr. Gabriel Perazzo, Médico Chefe do Posto de Higiene, nos mostra que a exigência por parte dos decretos no uso destes materiais no revestimento de instalações sanitárias gerou desconfortos para algumas pessoas, que desse modo reclamaram junto a essa Repartição tais determinações. A carta propõe que sejam revistos os Decretos, de modo que seja possível o uso de materiais mais baratos, desde que sejam de boa qualidade e que preencham os pré-requisitos dos Decretos/Leis já referenciados.

O Ofício enviado por Luciano Vareda explicita que “deve ser do vosso conhecimento muitas queixas tem apresentado os proprietários contra a exigência de aplicação dos aludidos materiais de revestimento, devido o seu elevado preço” (OFICIO 869, Repartição de Saneamento de Campina Grande. 11 de Agosto de

1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc). O Engenheiro Chefe inicia o seu argumento já demonstrando que esse tipo de reclamação não é algo novo, posto que os proprietários, tanto em Campina Grande como em outras cidades (lembrando que os Decretos abrangiam todo o Estado) provavelmente faziam as mesmas queixas. Como se sabe e já foi discutido anteriormente, alguns materiais usados em trabalhos de saneamento eram importados, quando não, custavam caro justamente pela pouca oferta, já que havia baixa produção em decorrência do pequeno número de indústrias no país que produziam tais matérias. Isso nos faz deduzir que as reclamações sobre as exigências de tais materiais tornaram-se um provável entrave à continuidade dos trabalhos de saneamento, principalmente para os proprietários que tinham que arcar com os custos altos dos materiais e dos serviços. Vejamos outros argumentos:

Reconhece-se que os interessados teem (sic) algum alguma razão principalmente na época presente quando os preços dos materiais sanitários são demasiadamente elevados. Por outro lado, conforme seria dispensável lembrar, em outras cidades mais ricas e mais importantes, as normas adotadas no assunto pelas autoridades sanitárias são menos rigorosas, admitindo-se materiais de diversos tipos, desde que o revestimento seja impermeável e liso (e de cor clara, de preferência) observando-se sempre a altura de 1,50 m. Satisfeitos esses requisitos, fica a escolha de material ao gosto do proprietário, salvo nos casos de gabinetes de prédios públicos e outros onde se exige o revestimento de 1ª classe, o azulejo de acordo com o Código Sanitário (OFICIO 869, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 11 de Agosto de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Luciano Vareda fundamenta seu pedido com base nas exigências feitas em outras cidades sobre o mesmo assunto, inclusive, “cidades mais ricas e importantes”, que abrem a possibilidade de uso de materiais mais baratos, porém eficientes no que diz respeito à impermeabilidade, a percepção da sujeira e a fácil limpeza. A referência sobre outras cidades, busca lembrar o Médico Chefe do Posto de Higiene, que Campina Grande é uma cidade do interior nordestino, vítima da seca e de menor importância econômica e política quando comparada a outras cidades que desenvolveram seu sistema sanitário e que ampliaram consideravelmente sua rede de abastecimento, bem como de casas servidas. Trata-se de um reconhecimento das peculiaridades locais que limitam, de certo modo, o emprego de materiais importados, seja de outros Estados ou países, e do valor

exorbitante destes no comércio da cidade⁷⁴, mas que são necessários para a continuidade dos serviços que inferiam no bem estar e na saúde pública.

Com a liberação sobre o uso de outros materiais de similar qualidade, o preço poderia tornar as instalações sanitárias mais acessíveis e com isso mais proprietários realizariam tais obras, o que também poderia contribuir para a concorrência de preços e a baixa dos valores. Outra questão relevante explicitada em Ofício diz respeito à exigência dos materiais mais caros, de “1ª classe” em repartições públicas, como determinava o Código Sanitário. Fica evidente que em algumas cidades o uso de outros materiais é permitido, mas o Código Sanitário, incluído no Decreto Federal nº 16300 de 31 de Dezembro de 1923, determina que para obras de saneamento de repartições públicas e de uso coletivo sejam realizados com materiais mais caros. Isso nos mostra que o Estado pretendia mostrar-se como exemplo, como o grande o incentivador do emprego dos melhores materiais em prol dos melhores resultados à saúde pública. Além disso, instalados com dinheiro público as obras deveriam ter maior durabilidade em vista da necessidade de licitações e questões ordem burocrática para realização de serviços reparadores.

Ao que parecem, as reclamações dos proprietários expostas por meio do Ofício enviado por Luciano Vareda surtiu efeitos esperados no governo e na Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, posto que vinte dias depois o Engenheiro Chefe da Repartição de Saneamento de Campina Grande elaborou um projeto de portaria com as novas determinações sobre os usos de materiais em instalações sanitárias. Autorizado pelo Secretário após ter solicitado em Ofício ao Médico Chefe do Posto de Higiene a revisão dos Decretos aludidos anteriormente, Luciano Vareda propõe que materiais similares e mais baratos sejam utilizados. A altura de 1,50 m de revestimento permaneceu o mesmo para todas instalações, bem como a exigência de que em gabinetes sanitários de uso coletivo e em prédios públicos fossem utilizados materiais de “1ª classe”. Aos proprietários particulares abriu-se a possibilidade de outros materiais com menor valor, como o granito

⁷⁴ Em várias edições do jornal *Voz da Borborema*, encontramos anúncios de representantes comerciais que vendiam aparelhos sanitários, azulejos e encanamentos para instalações sanitárias, sendo que a sede destas empresas estavam localizadas na cidade de Recife em Pernambuco: “Canos para Esgôtos – João Galdino Barbosa, contratante da Great Westerrn, (vulgo João Gordo), avisa ao comercio e ao público que é nessa cidade, representante dos afamados Canos para Esgotos, da Fabrica Ceramica de Recife. Os interessados poderão encontrá-lo na Estação da Great Western, nesta cidade” (VOZ DA BORBOREMA, 26 de Março de 1938).

artificial, vetando o uso do cimento comum, visto que, além de ser escuro, dificultando assim a visualização da sujeira, também acumulava imperfeições que atrapalhavam a limpeza.

1º - O piso deve ser de material impermeável, de preferência de cor clara e que permita limpeza fácil e completa, tal como o ladrilho hidráulico (mosaico) ou Ladrilho cerâmico, o granito artificial ou outro material adequado nas condições acima, não sendo permitido o cimento comum (PROJETO de Portaria. 03 de Setembro de 1941. Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Isso nos mostra que havia interesse por parte dos funcionários da Repartição e do governo em viabilizar e acelerar a instalação de serviços sanitários na cidade de Campina Grande, bem como, mostra que as determinações explicitadas nos decretos para esse fim encontravam um entrave econômico relevante, de modo que os proprietários buscaram medidas alternativas. Para tais obras de saneamento em prédios particulares ou públicos, um projeto elaborado por engenheiro licenciado e cadastrado no órgão de classe deveria ser encaminhado para a Repartição para então ser avaliado e por fim aprovado para que fosse concretizado. As mudanças no interior da casa, por exemplo, traziam o conforto de aparelhos sanitários e de torneiras com água encanada para dentro dos domicílios, algo que esteve na ordem do dia para alguns proprietários beneficiados com a rede de abastecimento e de esgoto nas proximidades de suas casas, sem dúvida, exigências que não estavam para os padrões da maioria dos campinenses. Mudanças essas que são perceptíveis por meio da imagem a seguir:

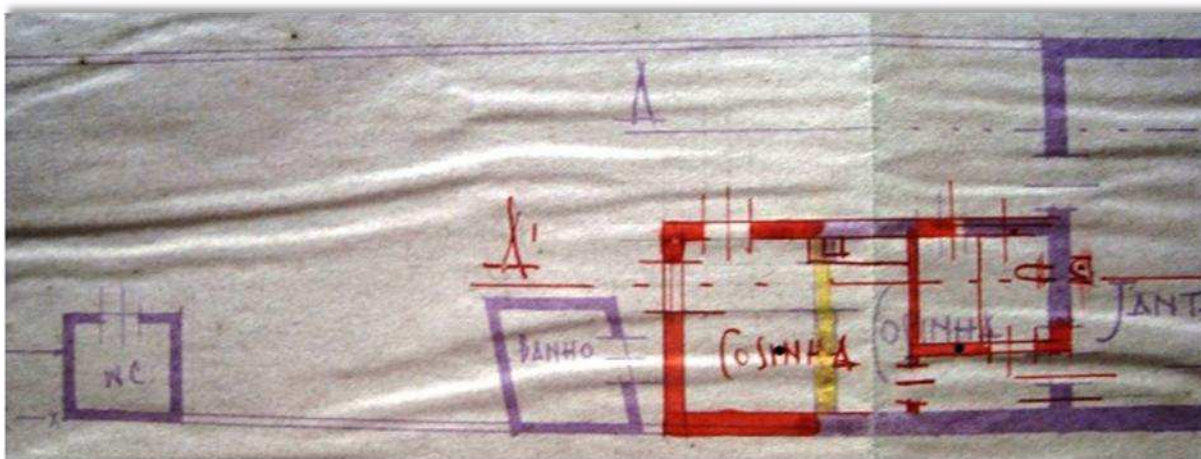


Figura 22: Detalhe da planta da residência de Lauro Sodré, prédio localizado na Rua Irineu Joffily n  39. Planta anexada ao pedido de licença encaminhado em 4 de Março de 1941 para serviços de instala es sanitárias (Arquivo Geral do Município de Campina Grande, Caixa referente ao ano de 1941).

Na imagem acima podemos observar dois projetos sobrepostos, vemos que não foi feita uma nova planta da casa, e sim, novos projetos sobre o original. Em lilás o desenho original da casa, sendo perceptível   direita, a sala de jantar com uma porta para o quintal e a cozinha, que tinha como limite o traçado em amarelo. Mantendo uma certa distância do resto da casa na área do quintal podemos ver duas pequenas estruturas: a primeira ao centro   uma pequena casa de banhos, mais distante   esquerda o WC, ou seja, o banheiro com a fossa sanitária. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, até o ano de 1939 as casas de Campina Grande eram construídas sem projetos hidrossanitários, até porque não havia rede de abastecimento de água e esgotos, as famílias dependiam dos poços, açudes e cacimbas para abastecer de água as suas casas. Quanto às águas servidas, essas eram despejadas nas ruas da cidade até correr para algum manancial ou eram despejados pelos tigres no local denominado como "gangorra", no Açude Velho. A fossa sanitária, como encontramos nessa imagem, era um grande risco   saúde pública, em vista a contamina o dos solos, das cisternas e dos len ois freáticos.

Os traços em vermelho e amarelo indicam altera es realizadas no projeto da casa a fim de promover as reformas necessárias para a instala o de gabinetes sanitário, de torneiras e de liga o   rede de água e esgoto. O traço em amarelo refere-se a uma parede presente no plano original e que limitava a área da cozinha, esta foi retirada para a constru o de outras duas paredes que fecham o banheiro, necessitando assim a amplia o da área da cozinha. Podemos ver também o

traçado de uma pia na parte superior da cozinha e provavelmente de um aparelho sanitário no interior do banheiro, além disso, para maior comodidade também foi instalado uma lavatório na sala de jantar.

Água dentro da casa jorrando com o simples movimento rotatório das torneiras tornaram-se no decorrer do tempo algo simples para alguns. O destino adequado para as águas servidas também, não existia mais a necessidade de acumular aquela água suja ou dos dejetos acumulados em pinicos para serem lançados no Açude Velho, a rede de esgotos punha fim àquela água indesejada e insalubre. Os lugares da casa com bicos de água também merecem atenção, em sua maioria nos espaços mais ao fundo da casa, onde se encontram a cozinha, o banheiro e a sala de Jantar.

Na cozinha podemos ver uma pia para facilitar as atividades inerentes a este espaço, como o cozimento dos alimentos e a lavagem dos talheres e panelas, proporcionando ainda o acesso a água tratada para beber. No banheiro um vaso sanitário e possivelmente a caixa de descarga, proporcionando uma nova relação com a casa, seus espaços e os hábitos de higiene pessoal, onde o banho e as atividades fisiológicas passam a ser feitas no mesmo lugar reservado, onde a intimidade era preservada no fechar de suas portas. Além destes, um lavatório na sala de jantar, com a finalidade de proporcionar conforto ao lavar as mãos antes e após as refeições, antes dessas reformas, provavelmente, era utilizado o porta bacias, uma peça em tripé que amparava a bacia com água.

Para os gabinetes sanitários de órgãos públicos ou de uso coletivo, as determinações dos decretos anteriormente referenciados exigiam o uso de materiais de 1ª classe, mais caros. Para os cofres públicos, isso poderia não ser um problema, mas para os proprietários particulares e diretores de instituições filantrópicas que precisavam instalar gabinetes sanitários coletivos era um gasto muito elevado que poderia prejudicar os lucros ou os recursos mantenedores. Foi o caso do Colégio Diocesano Pio XI, em Campina Grande, que de cunho filantrópico, funcionava mantendo os cursos primário e secundário sob a cobrança de mensalidades, mas também auxiliando muitas famílias pobres que não podiam pagar por tal. A instituição requereu junto ao Interventor Ruy Carneiro por meio da Repartição de Saneamento a ajuda financeira para a realização das obras sanitárias necessárias, em virtude principal de ter recebido intimação da Inspetoria Sanitária com prazo para

cumprir tal determinação, mas sem verbas necessárias para executá-la. A seguir trecho da solicitação:

Uma obra complementar, porém, continua a por-se de modo inadiável: é o serviço de saneamento. E o Colégio, contando só com seus próprios recursos, não poderia realizá-la. Nossas parcas economias apenas permitem atendermos a compromissos anteriormente assumidos. Exposta nestas palavras a situação do Colégio Diocesano Pio XI que, é conveniente esclarecer, não dispõe de nenhuma subvenção dos poderes públicos, venho requerer a V. Excia. a necessária coadjuvação material para a realização dos trabalhos acima citados. A propósito posso informar que em orçamento já feito, as despesas atingiram a quantia de 19 contos e tantos réis. O presente apelo foi repetidamente dirigido á administração Estadual passada e do ex-interventor só tivemos promessas solenes e as notícias bonitas de propaganda pelo Rádio e pelo “União”, como cousa já inaugurada (SOLICITAÇÃO do Colégio Diocesano Pio XI ao Inventor Estadual, requerendo verbas para instalações sanitárias. 19 de Dezembro de 1940. Caixa 27, vol. 548. Funesc).

O diretor do Colégio Pio XI argumenta que as verbas existentes na instituição são suficientes apenas para manter as dívidas que foram anteriormente contraídas ou para arcar com a sua manutenção, que mesmo ajudando alunos carentes não recebe nenhum tipo de incentivo do governo. Assim, realizando um trabalho que é de incumbência do Estado, educar os paraibanos, o diretor solicita ajuda financeira para cumprir com a determinação da Inspetoria Sanitária para realizar as instalações sanitárias dentro das conformidades dos Decretos explicitados, que exigem materiais mais caros. O projeto para as instalações já havia sido feito, de modo que o diretor se antecipou e o enviou junto com tal solicitação, documentando assim o seu pedido de 19 contos de réis para custear as obras.

A referida solicitação ainda traz uma questão de cunho político que se mostra relevante observar. Na data em que esse documento foi feito, Argemiro de Figueiredo já não estava mais na interventoria do Estado, cargo que ocupou até 29 de Junho de 1940, sendo então substituído pelo interventor Ruy Carneiro⁷⁵. Por isso, ao fazer tal pedido ao novo governante o diretor do Colégio Pio XI se utiliza da vaidade do recente interventor e da campanha contra Argemiro mantida por Ruy para que o mesmo se mostre diferente de seu antecessor, desconstruindo a imagem de herói elaborada, fornecendo inclusive mais um fator político que poderia ser

⁷⁵ Iremos falar sobre o governo do Interventor Ruy Carneiro e sua campanha difamatória contra Argemiro abaixo, discorrendo também sobre a manutenção do sistema de água e esgotos nesse período.

utilizado contra o ex-governador. Nesse sentido, o diretor do Colégio afirma que já havia feito tal pedido ao governo de Argemiro, mas que esse, de acordo com as suas palavras, teria feito promessas que não foram cumpridas, mas que mesmo assim a subvenção foi noticiada no informativo governamental como sendo obra realizada por seu governo, utilizada como propaganda de elogio e de benfeitora realizada. Existe dessa forma uma inclinação do diretor para o lado de quem estava no poder, não se interessando em omitir tal informação, mas utilizando isso e o interesse de Ruy Carneiro em manchar a imagem de Argemiro ao seu favor.

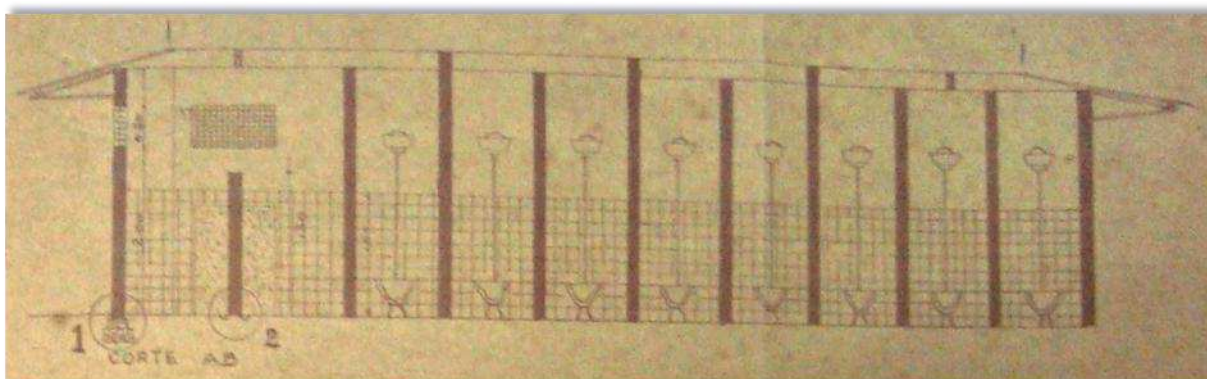


Figura 23: Detalhe da planta do projeto elaborado pela firma Otilio de Sousa para instalações sanitárias coletivas no Colégio Diocesano Pio XI. Rua João Pessoa nº 313 no centro de Campina Grande, nesta época a instituição também possuía uma entrada voltada para esta rua, depois permaneceu apenas a outra entrada que existia na rua Getúlio Vargas (20 de Fevereiro de 1941. Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Na imagem acima, destacamos uma pequena parte do projeto de instalações sanitárias coletivas do Colégio Diocesano Pio XI, trata-se de um detalhe do projeto, imagem esta que nos mostra algumas questões explicitadas pelos Decretos reguladores e as conseqüentes dificuldades encontradas por essa instituição para realizar as obras com recursos próprios, o que motivou o pedido de subvenção do Estado. Na imagem podemos observar o número de gabinetes sanitários, totalizando oito vasos equipados com descargas e dois boxes com chuveiros, cada um destes (banheiros e boxes) com portas individuais voltadas para a parte exterior. No entanto, esse é apenas um dos lados da estrutura projetada para tal fim, na verdade, trata-se de um pavilhão com dois lados iguais, por isso, temos na planta um total de dezesseis vasos com descargas e quatro chuveiros, além de duas pias externas do lado esquerdo que não são visíveis na imagem acima, mas que consta do projeto.

Podemos ver também, como explicita o Decreto de 1926, que o projeto seguiu as suas determinações e provavelmente incluiu os chamados materiais de “1ª classe”, no caso o “azulejo e o ladrilho de cimento branco pré-moldado”, além do revestimento das paredes a 1,50 mm. de altura. Observamos a presença das descargas para cada um dos vasos ligados à rede de esgoto e janelas de ventilação nos boxes dos chuveiros, nos fazendo deduzir que as portas dos banheiros eram menores que o esquadro da porta ou que o telhado não era pré-moldado, permitindo assim a entrada de ar, já que não há janelas nestes. Duas deduções são bastante pertinentes na análise destas últimas fontes sobre o saneamento do Colégio Pio XI: a primeira, diz respeito ao artifício de caráter político utilizado pelo diretor para solicitar a ajuda financeira para realizar o projeto de instalações sanitárias; o segundo se refere às dificuldades encontradas para pôr em prática as determinações do Decreto, principalmente por parte de empresários e instituições que não eram públicas, mesmo tendo que atender a intimação realizada pela Inspetoria Sanitária.

No que diz respeito ao abastecimento e a suas atividades inerentes como cobrança e inadimplência, a Repartição de Saneamento de Campina Grande também teve suas dificuldades. Nesse sentido, o engenheiro chefe Luciano Vareda, enviou ofício para a Secretária de Agricultura, Viação e Obras Públicas solicitando que fosse avaliado um projeto de portaria que fosse obrigado por parte da Prefeitura a colocação de placas com numeração em prédios servidos pela rede de abastecimento (OFÍCIO 2025, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 12 de Novembro de 1941, Caixa 27, vol. 548, Funesc). Tal Ofício nos dá um indício sobre tais dificuldades encontradas pela Repartição, fazendo assim necessário apelar junto a autoridades maiores a sua solução.

Nota-se que no início dos anos 1940 a cidade ainda estava em processo de construção de uma organização necessária para uma vida urbana, como reformas arquitetônicas, traçado de ruas e planos urbanísticos, mas detalhes como o número das casas era algo que até então parecia pouco necessário, visto que, como na maioria das cidades pequenas, as pessoas se conheciam direta ou indiretamente pelo nome ou pela filiação. Com o aumento da população e das casas servidas pela rede de água, a Repartição encontrou dificuldades no envio dos talões para cobrança de seus serviços, mas também para o cadastramento dos imóveis beneficiados, fazendo necessária tal portaria para facilitar os seus trabalhos.

Encontrando essa e outras dificuldades na cobrança dos serviços de abastecimento, a Repartição buscou outros mecanismos para amenizar tais questões. Uma das alternativas encontradas foi o anúncio na rádio difusora da cidade, nesse intuito, foi pedida a autorização ao secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas para que tal se realizasse, sendo então deferida.

Em ofício enviado ao Sr. Jovelino Farias, proprietário da rádio, são explicitados os avisos que devem ser anunciados cinco vezes em cada um dos dias específicos para cada necessidade de notificação pública. Nestes avisos tivemos algumas informações que nos esclarecem como a Repartição realizava a cobrança, o acréscimo de juros por atraso e o corte, além de averiguarmos também que estes eram apenas alguns dos temas dos avisos realizados pela Repartição através do rádio. É interessante lembrar que, nessa época, o rádio e o jornal eram os principais veículos de comunicação de massa, mas o rádio tinha uma grande vantagem sobre o outro no que diz respeito ao seu alcance, já que a leitura não era uma aptidão presente na educação da maioria dos campinenses inseridos, visto que era uma sociedade de maioria analfabeta⁷⁶.

Autoriso (*sic*) a VS. A anunciar pelos auto-falantes em sua organização de publicidade, ate ulterior comunicação, os seguintes AVISOS, destinados ao público em geral:

1º. AVISO – Nos dias 12 e 13 de cada mês:

“A Repartição de Saneamento avisa aos Srs. contribuintes que está recebendo, como de costume, na Tesouraria da Repartição as contribuições das taxas de água e de esgoto relativas ao mês de....(o mês anterior) até o próximo dia 15. A partir desse dia as contas serão acrescidas de 10% pelo atrazo (*sic*) de pagamento de acordo com a lei em vigor”.

2º. AVISO – Nos dias 23 e 24 de cada mês:

“A Repartição de Saneamento avisa aos Srs. contribuintes, que ainda receberá até o próximo dia 25 as taxas de água e de esgotos relativas ao mês de....(o mês anterior) com o acréscimo de 10% devido atrazo (*sic*) de pagamento. Os prédios cujos débitos não forem liquidados até o dia 25 terão seus suprimentos interrompidos no dia seguinte, de acordo com o que prescreve a lei em vigor”.

Cada AVISO deverá ser anunciado cinco vêses (*sic*) em cada dia fixado acima. Conforme ajuste, já combinado, a Repartição pagará prontamente a V.S. no dia 26 de cada mês, mediante recibo, a quantia de 20\$000 correspondente a publicação pelo presente contrato (OFÍCIO 975, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 22 de Setembro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

⁷⁶ De acordo com Josué Syvestre (1982, p. 22), foi levantado pelo Censo em 1940 um quantitativo de 79.569 analfabetos na cidade, pouco mais de 63% da população, e apenas 26.092 alfabetizados em todo o município.

O ofício nos dá alguns indícios sobre o funcionamento da Repartição de Saneamento, principalmente sobre a sua relação com os beneficiados com a rede de abastecimento de água e esgotos. Inicialmente, é relevante observarmos que não se trata de uma rádio como das que hoje estamos habituados a ouvir, as quais transmitem seu sinal para os rádios domésticos, nesse caso, a rádio transmite seus anúncios e toca as músicas por meio de auto-falantes distribuídos por alguns pontos da cidade, esta era uma rádio difusora. Podemos observar também, que os pagamentos deveriam ser realizados na própria Tesouraria da Repartição, nos fazendo deduzir que havia uma estrutura específica organizada para esse fim, dessa forma o contribuinte teria que se dirigir a esta para sanar a dívida. O dia de pagamento das taxas de água e esgoto era justamente o dia 15 de cada mês, mas caso não fosse realizado até essa data seria acrescido 10% de multa sobre o atraso. Desde esse momento não se pagava apenas pelo consumo da água tratada que entrava pelas torneiras, mas também pelas águas servidas que eram dispensadas pelos esgotos, provavelmente isso já não era muito bem visto pelos usuários, mas o conforto também já tinha o seu preço.

O “2º. Aviso” informa a data limite, no caso o dia 25 de cada mês, para o pagamento das taxas referentes ao mês anterior, essas já acrescidas pelos 10% de multa por atraso, a partir dessa data, o fornecimento regular estava passível de corte já no dia seguinte, como regulamentava a lei em vigor. Cada aviso trazia um tema pertinente para a data de pagamento que se aproximava, seja no que diz respeito ao acréscimo de taxas de juros ou de corte no fornecimento. Além dessas questões diretamente relacionadas com o consumo de água e com os contribuintes, podemos ver também como a Repartição mantinha o pagamento e os anúncios sobre as suas atividades na cidade. Mediante contrato assinado entre as partes, os pagamentos pelos anúncios realizados se davam a cada dia 26 do mês, sendo pronunciados nos auto-falantes cinco avisos por dia.

Ora, se havia a necessidade de investir para anunciar, para informar a população sobre as datas de pagamento, sobre os juros acrescidos e o corte do fornecimento, é por que estas eram questões recorrentes que mereceram a atenção da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, assim como chamavam a atenção da Repartição no que diz respeito à inadimplência. Apesar de a elite econômica moradora do centro da cidade ter sido a principal clientela atendida pela rede de saneamento, isso não significou que a Repartição não tivesse que promover

iniciativas que coibissem ou simplesmente que informassem como se dava as cobranças, os juros e o corte no fornecimento, introduzindo no planejamento financeiro de seus usuários medidas que evitassem aquilo que poderia lhes trazer maiores aborrecimentos. Assim, percebemos que para ter água e esgotos em seus domicílios os proprietários arcavam com altos custos, mas que de alguma forma buscaram reduzi-los com o emprego de outras matérias para as instalações, mas depois disso, para ter o conforto e para ter o acesso a água tratada, o pagamento das taxas deveriam ser realizadas rigorosamente em dia, evitando-se assim outros gastos, acréscimos, e por ventura, o fim do conforto em seus lares.

O que torna relevante o percurso que seguimos até aqui é a clara percepção de que estes serviços e determinações empreendidos no âmbito local pela Repartição de Saneamento de Campina Grande também proporcionaram novas sensibilidades. Trata-se de uma nova forma de olhar a sujeira e a limpeza, visto que, no que diz respeito aos materiais empregados para a instalação dos banheiros, por exemplo, não era apenas uma questão de ordem burocrática, mas pretendeu-se trazer para os proprietários uma nova relação com o uso das águas, com os espaços da casa e uma nova idéia sobre conforto doméstico e salubridade. Para desfrutar desse conforto, fazia-se necessário o pagamento de taxas que não apenas arcavam com os custos do produto principal, neste caso a água, como faziam antes comprando água dos carregadores, mas também para a sua manutenção, já que se pagava tanto para as águas limpas e tratadas que jorrava pelas torneiras quanto pela facilidade de ter suas águas servidas e dejetos dispensados pela rede de esgotos.

No entanto, a relação de boa parte da população com o sistema de saneamento da cidade se deu de forma diferente, pois como vimos anteriormente, desde o projeto de execução até a sua concretização a rede de água e esgotos em Campina Grande só estava disponível para as áreas centrais da cidade, o que significa dizer que parte considerável da população acompanhou as novidades descritas acima de forma distante. De acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 1945, existiam 11.675 casas nas zonas urbana e suburbana da cidade, destas, apenas 1.550 dispunham de instalações sanitárias (SYVESTRE, 1982, p. 22). Ou seja, apenas 13,27% dos prédios (consideramos no total, levando em conta casas, repartições e etc.) dispunham de instalações sanitárias, em grande medida, estes eram localizados na área do centro urbano, constata-se assim que uma pequena

parte da população tinha acesso a esta benfeitoria. A relação desta maioria excluída do sistema de saneamento se deu de forma diferenciada, provocando novos contextos de sociabilidade que lhes tiravam da passividade, mas a ação destes aconteceu por outros interesses e por outros caminhos.

A água é um fator preponderante na manutenção da vida, seja para o próprio consumo humano ou para a limpeza e conseqüentemente à saúde, algo essencial para a vida de qualquer indivíduo. A distribuição da rede de abastecimento na cidade foi projetada de acordo com as limitações que tal obra possuía, como por exemplo, a disponibilidade de água na região, a distância percorrida, a quantidade de água que sua estrutura dava conta de tratar e distribuir, entre outros fatores. No entanto, quando foi anunciada a implantação da rede de abastecimento de Campina Grande, os jornais governistas davam a entender que toda a cidade seria beneficiada, pois tratou-se de uma obra supostamente redentora, que vinha para proporcionar “(...) o conforto e a hygiene para assegurarem um novo padrão de vida aos abastados, e, muito mais aos nossos habitantes pobres (...)” (VOZ DA BORBOREMA, 24 de Julho de 1937). A imagem abaixo nos possibilita algumas reflexões sobre a relação entre os moradores das áreas periféricas e o sistema de saneamento de Campina Grande.

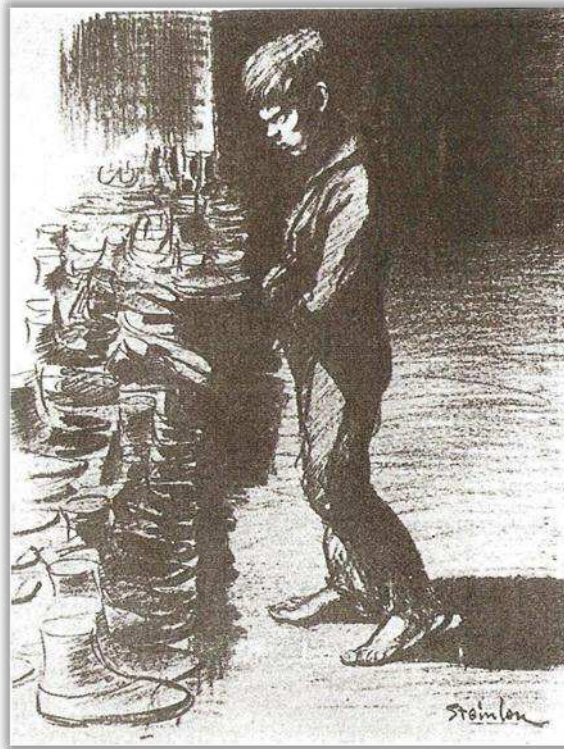


Figura 24: Garoto francês fitando uma banca de sapatos. Desenho de Steinlen.

Trata-se de um desenho feito por Théophile Alexandre Steinlen⁷⁷, retratando uma entre tantas realidades da França na Belle Epoque. Seus desenhos mostram um lado muitas vezes escondido de uma França que se tornou referência para o mundo, principalmente no que diz respeito ao luxo, ao requinte e ao bom gosto, fruto de uma época otimista com desenvolvimento econômico e com os lampejos de modernidade. A França retratada por Steinlen também mostrava a pobreza e a exclusão do povo à margem da sociedade, representava bem a contradição de uma grande parcela da população francesa que não tinha acesso aos bens e a riqueza que o seu país produzia.

Na imagem, podemos ver um garoto de pés descalços com as mãos agasalhadas nas vestes que provavelmente não davam conta de aquecer o corpo nas noites frias, ele observa com uma expressão sisuda aqueles sapatos expostos em uma banca, bens estes que gostaria de possuir, mas que não pode em

⁷⁷ Steinlen (1859-1923) nasceu na Suíça e adotou a França como lar. Trabalhou por um tempo como designer numa fábrica de tecidos, mas logo ingressou no mundo editorial, fazendo ilustrações para jornais e revistas famosos, além de muitos cartazes publicitários. Através de fotos e cartazes, mostrou sua indignação com a situação política da época e guerras que só causavam o sofrimento da população. Muitas vezes precisou usar pseudônimos para evitar conflitos políticos por suas pinturas.

conseqüência de sua situação econômica. Bem, mas trata-se de um bem de consumo essencial para a manutenção de sua vida e de sua saúde, não é algo luxuoso que se compra para ostentar, o que não quer dizer que todos tinham como possuir. Seria este o motivo de certa revolta no olhar do garoto?

Durante a realização dessa pesquisa documental, encontramos várias solicitações de licença para reformas, em especial durante os anos 1939 e 1945, sendo que muitos destes pedidos reivindicavam a licença para instalações sanitárias, inclusive com o projeto anexado ao pedido. Todos os pedidos que tivemos acesso eram de residências localizadas na área urbana da cidade, o que nos indica que durante esse período houve a busca por parte dos proprietários em dotar suas residências com tal benefício. No entanto, encontramos também pedidos de construção ou de reforma de casas das áreas suburbanas, mas entre estes, não encontramos nenhum projeto ou pedido de licença para instalações sanitárias, ficando evidente que os moradores dessas áreas não tinham como requisitar tal solicitação pelo simples fato de que estas áreas não eram beneficiadas com a rede de abastecimento. Isso fazia com que os projetos de construção e reforma de casas em áreas suburbanas não levasse em conta essa possibilidade, como podemos averiguar na imagem a seguir:

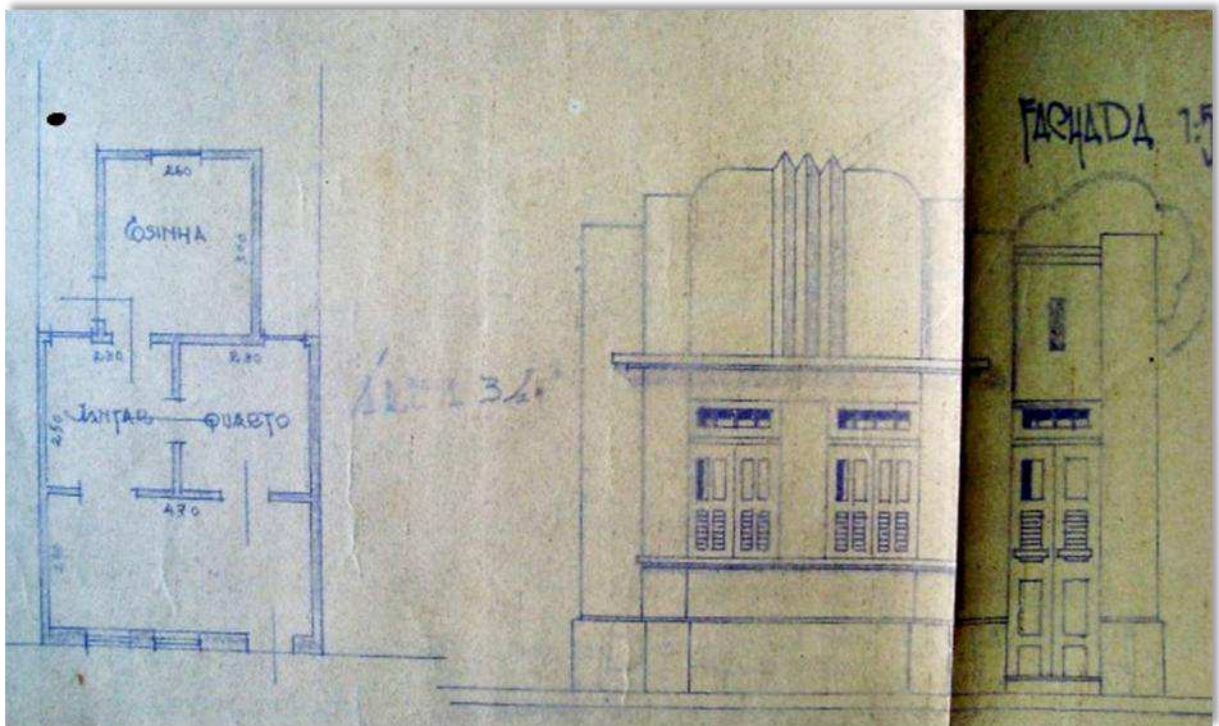


Figura 25: Projeto de construção de casa de alvenaria na Travessa Vila América (09 de Fevereiro de 1945, Arquivo Geral do Município de Campina Grande).

O Projeto acima está anexado ao pedido de licença para construção de uma casa na Travessa Vila América, no Alto do Seixo, nesse podemos observar que se trata de uma pequena casa conjugada, como na maior parte das casas construídas nessa parte da cidade, possivelmente voltada para habitação de trabalhadores que em sua maioria habitavam as áreas suburbanas da cidade. A fachada em estilo eclético com forte influência do Art Decó é bem simples, contando com uma porta de entrada que dava acesso à sala, com duas janelas voltadas para a rua, em seguida vemos um quarto com duas entradas, uma dando acesso a partir da sala e a outra pela sala de jantar, e esta última por sua vez já dando acesso à cozinha com sua porta para o quintal da casa. Não existe nessa planta da casa exposta no projeto, nenhuma estrutura para casas de banho, banheiros ou fossas, como também não possui nenhum ponto de água, seja na cozinha ou em outra parte.

É interessante percebermos que tal pedido foi feito no ano de 1945. Ou seja, que mesmo depois de já ter se passado cinco anos do início do fornecimento de água na cidade, os projetos de construção de casas em áreas suburbanas não tinham como preocupação as instalações sanitárias. Também não há nos projetos de casas nessas áreas supracitadas os pontos de água, as quais podiam fornecer o líquido para os cômodos da casa, em especial para aqueles em que a água é tão importante como a cozinha e o banheiro. A rede de abastecimento não chegou a estas áreas, limitando dessa forma o acesso ao conforto e a higiene das casas mesmo depois de cinco anos, quando as obras complementares de ampliação da rede poderiam ter o tempo necessário para tal se estivessem nos planos esse aumento das áreas beneficiadas. O cotidiano dos moradores dessas casas começava muito cedo, quando então seus moradores se dirigiam para os chafarizes ou para as fontes caso não houvesse um chafariz nas proximidades a fim de buscar a água para prover a casa para as necessidades diárias.

Muitos aguardaram ansiosamente a chegada da rede em suas áreas de moradia e em suas residências, quando depois de algum tempo chegaram apenas os chafarizes, o que por si proporcionou o acesso a água tratada e provocou novos hábitos, diferente do que acontecia antes quando tinham que buscar em açudes que geravam desconfiança quanto a sua salubridade ou quando tinham que comprar o líquido, o que para muitos era inviável. Nas áreas periféricas apenas chafarizes

foram implantados, trazendo para as proximidades de suas casas a água devidamente tratada, mas sem o item conforto, sem torneiras no interior dos seus lares e sem os esgotos. Fez-se necessário que estes se deslocassem para os lugares em que estavam os chafarizes e onde se concentravam outras pessoas que faziam o mesmo trabalho, provendo a casa do precioso recurso, surgindo assim outros hábitos, novas sensibilidades e sociabilidades decorrentes dessa relação com os chafarizes.

Os chafarizes fizeram emergir um novo espaço de sociabilidades entre as pessoas que dependiam de tal estrutura para abastecer suas casas, nesses locais as pessoas aguardavam em filas o momento em que podiam encher as suas latas, durante a espera conversas surgiam, as fofocas aconteciam, compartilhavam as receitas de remédios caseiros e receitas de comidas, como também discutiam sobre aquela realidade que vivenciavam. Durante estas esperas cotidianas reencontros aconteciam, quando então laços de amizade e solidariedade eram formados, surgiam assim os convites para tomar uma cachaça e comer uma buchada, para o casamento de alguém ou mesmo a indicação para um trabalho, ou ainda, quando algumas as confusões e brigas aconteciam, visto que, como elucida Gurjão (20--?, p. 3) em um dos depoimentos colhidos, “tinha fila para pegar água, tinha briga na fila. Deixava a lata às 10 da noite para pegar lá pelas 11 horas do dia”. No entanto, é possível que também que nestes lugares aconteciam os debates para que os moradores se organizarem para reivindicar melhorias próximas as suas casas.

Como até 1941 foram construídos apenas três novos chafarizes depois da inauguração dos cinco primeiros em 1939, sendo então um total de oito disponíveis em toda a cidade, isto fez com que as pessoas de outras áreas suburbanas fossem obrigadas a realizar longas caminhadas com as suas latas em direção a estes para abastecer as suas casas. Passou-se o ano de 1939 e a população dos bairros suburbanos, ao que parece, foram percebendo que a rede de abastecimento não iria chegar as suas casas, apenas as áreas centrais estavam sendo beneficiadas. Mas os períodos de estiagem chegavam, reduzindo drasticamente a disponibilidade de água dos barreiros e açudes, lhes obrigando a realizar verdadeiras peregrinações em busca de água em locais onde haviam sido construídos os chafarizes, e nestes existia água tratada, limpa e salubre, mas distante em muitos casos de seus lugares de moradia. O conforto de água nas torneiras de suas casas não chegou, mas estes

também buscaram serem incluídos nesse beneficiamento pelas vias possíveis, é o que percebemos no documento a seguir:

Solicito vossa autorização para a construção de mais um chafariz público, que será o de nº 9. (...) O chafariz de nº 9 ficará, na rua Campos Sales, situado, como os demais, na periferia da rede d'água e em zona não saneada, muito edificada com habitações rudimentares ocupadas por população pobre. A construção da obra irá satisfazer em parte os apelos da população dos bairros arredados que desde 1939 recorrem a Prefeitura ou diretamente a esta Repartição, por meio de baixo-assinados, pleiteando o benefício de um chafariz mais próximo de suas moradas. A localização do chafariz nº 9 está de acordo com a administração municipal que também doará o pequeno terreno necessário. (OFÍCIO 849, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 06 de Agosto de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

O ofício enviado pelo Engenheiro Chefe da Repartição, o sr. Luciano Vareda, ao secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas pediu autorização para a construção de um novo chafariz na cidade, este seria o nono instalado para beneficiar a população suburbana, no caso, os moradores do José Pinheiro e proximidades. O engenheiro chefe em sua solicitação faz uma pequena descrição da área para justificar tal pedido, e assim, expõe as fragilidades de uma área que não foi incluída nos projetos de saneamento, de modo que não existia rede de água e nem de esgoto, mas existia um número considerável de habitantes pobres com suas moradias simples, que para os intelectuais e o governo eram focos de doença e insalubridade. Certamente, o acesso a água se dava apenas pelos chafarizes de outras localidades ou pelos açudes e barreiros que forneciam a sua sobrevivência, a não ser nos períodos de estiagem, quando então a situação se agravava.

Uma questão muito interessante se destaca nesse documento, o fato de que estes moradores se organizaram através de baixo assinados para reivindicar a construção de um chafariz próximo as suas casas. Trata-se de um pedido coletivo, em que um número considerável de pessoas buscam um mesmo objetivo comum através de um mecanismo legal e ao mesmo tempo burocrático, isso nos mostra que existiam certo nível de organização e de consciência política por parte destes moradores. É possível que uma reunião de moradores tenha sido organizada para propor tal questão aos interessados, bem como, que alguém ou um grupo conhecia este instrumento de reivindicação coletiva, sabia como propor tal questão e os melhores caminhos para que os demais se identificassem com a causa e assim

assinassem ou colocassem a sua impressão digital no documento. Pedidos estes que foram encaminhados para duas esferas de poder que poderiam providenciar tal apelo, assim os baixo assinados foram enviados tanto para a Prefeitura quanto para a Repartição que era subordinada ao governo do Estado. Indica que os moradores já realizaram estes pedidos desde o ano de 1939 e que estes buscavam a solução de tal questão por qualquer uma das vias possíveis, mostrando assim que conheciam as funções e as competências de cada um dos órgãos públicos, desde a verba para tal obra até a concessão do terreno.

Eliete de Queiroz Gurjão (20--?) nos forneceu um indício que nos permite relacionar a ação popular reivindicatória dos moradores do José Pinheiro com a influência do Círculo Operário⁷⁸. Tal instituição de cunho filantrópico foi criada na década 1930 sob os auspícios da Ação Social da Igreja Católica que foi fundada em 1931, que “preocupada” com a questão social no bairro procurou congregar o maior número possível de moradores prestando serviços educacionais, auxílio médico e funerário, ao mesmo tempo em que cooptava trabalhadores em consonância ao projeto varguista. Dessa forma buscou, através dos serviços oferecidos, tutelar a população do bairro, evitando o desenvolvimento de movimentos espontâneos de trabalhadores que enveredassem pelo conflito social, disciplinando assim os moradores de acordo com os preceitos do Estado e da Igreja, promovendo a “Paz Social”. Gurjão destaca através da História Oral, que os moradores do bairro reunidos no Círculo Operário promoviam ações para além do caráter assistencialista, organizando petições e ofícios que eram encaminhados aos órgãos competentes, como foram os pedidos bem sucedidos contra o aumento das passagens dos ônibus e do pão.

Existe assim outra relação entre as pessoas, estabelecida a partir da necessidade de água, seja pela presença ou pela falta de um chafariz que proporcione o seu acesso e ainda uma organização por parte dos moradores para que suas reivindicações sejam atendidas. Entendemos assim que uma nova cultura surge em torno da materialidade em que os chafarizes se fazem representar, que estes, como propõe Daniel Roche (2000, p. 17), não devem ser vistos apenas

⁷⁸ Através de depoimentos colhidos dos populares por Gurjão (20--?) entendemos que o Círculo Operário promovia assistência e cursos profissionalizantes, que para serem beneficiados os trabalhadores pagavam uma taxa mensal e contribuíam para as ações da organização, tanto que em 1948 foi inaugurada a sede própria construída em regime de mutirão, quando também foi construída a Igreja de São José.

enquanto objetos, mas como primordial argumento de um estudo da Cultura Material que leve em conta a relação dos homens com as coisas. Materialidade que deve servir de acesso ao seu consumo, mas também aos comportamentos decorrentes da interação das pessoas com estes e de como os indivíduos se reajustam na relação com a coletividade. Organização coletiva que como podemos observar não foi a única e promoveu outras solicitações que chegaram aos órgãos competentes e fez emergir novas necessidades.

Ainda não foi possível, executar a construção de mais um chafariz (o 9º) na rua Campos Sales, já autorizada por vosso ofício nº. 3835 “AS” de 11 de Agosto de último, justificando o atraso pela deficiência de pessoal de escritório de Expediente e Contabilidade, o que obriga o engenheiro Chefe a dedicar tempo exagerado àqueles serviços. (...) Entretanto, além do 9º chafariz outros são reclamados pela população, principalmente agora com o início da estação seca. Ocorre-me a solução que pelo presente submeto a vossa apreciação e para a adoção da mesma solicito a necessária autorização. Consiste a idéia em estabelecer “chafarizes de emergência”. Tais chafarizes serão de construção rápida e econômica e sem inconvenientes. Consistirão materialmente em um ramal de derivação de 1” do tipo predial, partindo do distribuidor até o passeio onde terá um registro fechado manobrado por chave especial abrigado dentro de uma caixa de Ferro do tipo usual, um hidrômetro e uma “bengala” com duas torneiras de vaziar, em frente de uma guarita de madeira, transportável, que servirá para abrigo do chafarizeiro, chaves etc. Os chafarizes de emergência serão localizados nos pontos convenientes da cidade, para descongestionar os outros, permanente, e servir as zonas deles desprovidas. (...) Os chafarizes de emergência serão em número suficiente e funcionarão enquanto o movimento de venda d’água o justificar. (...) Tais pontos d’água, servirão, além disso, para verificar as zonas da cidade onde seja indicada a construção de novos chafarizes permanentes. (OFÍCIO 1003, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 30 de Setembro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Pode-se averiguar que em quase dois meses depois de ter recebido a autorização do secretário o chafariz de nº 9 ainda não havia sido construído, Luciano Vareda então argumenta que isso se deve a quantidade de trabalho acumulado pela falta de um quantitativo maior de funcionários na Repartição. Notadamente o ofício volta a se referir aos pedidos feitos pelos moradores das áreas suburbanas para que fossem construídos outros chafarizes, mas dessa vez Luciano Vareda nos mostra que não eram apenas os moradores do José Pinheiro que recorriam à Repartição para solicitar tal obra. Em sua exposição ele argumenta que “além do 9º chafariz outros são reclamados pela população”. Isso nos mostra que os moradores de

outras áreas além do José Pinheiro não tiveram acesso ao conforto de ter água nas torneiras de suas casas, mas estes buscaram solicitar ao menos chafarizes nas proximidades, diminuindo assim os inconvenientes e dificuldades encontradas por aqueles que precisavam andar muito com as latas de água para servir seus lares com esse recurso, principalmente em tal época do ano, quando as chuvas já começavam a escassear.

Os custos para a construção de chafarizes eram altos, visto que boa parte dos materiais eram importados, sabendo disso, é proposto uma medida alternativa, os chamados “chafarizes de emergência”. Quando foram inaugurados os primeiros chafarizes, estes também foram chamados pela imprensa de “chafarizes de emergência”, no entanto, o caráter emergencial destes distingue-se tanto pela necessidade quanto pela sua estrutura. Os primeiros foram criados para suprir a falta de água na cidade em decorrência da seca antes da rede de saneamento ser de fato inaugurada, já estes referenciados no ofício são propostos com materiais mais baratos com fim de atender o mais rápido possível a população dessas áreas suburbanas que não eram atendidas nem pela rede de abastecimento nem pela presença de um chafariz.

Como podemos perceber, foram propostos com o uso de materiais mais baratos ou similares que trariam os mesmos resultados, sendo mais rápida a sua construção, agindo assim no intuito de servir as populações suburbanas com a chegada do período de estiagem, mesmo que fosse apenas uma medida paliativa, mas tendo em vista um diagnóstico. De acordo com Luciano Vareda, estes “chafarizes emergenciais” serviriam para descongestionar os permanentes, tendo em vista que, se houvesse um nas proximidades de suas casas não seria necessário ir para outra área da cidade buscar a água, permitindo assim que se distribuíssem pelos demais chafarizes às donas de casa com suas latas, reduzindo a concentração de pessoas e por consequência as filas. Dessa forma também poderia ser feito um diagnóstico das áreas em que a construção de um chafariz “de emergência” daria margem para transformá-lo em um “permanente”, o que aconteceria com as obras complementares, no momento, a prioridade era atender a população carente, mas tendo em vista realizar uma averiguação de sua utilidade e o número de pessoas atendidas.



Figura 26: Solenidade de Inauguração do chafariz nº 1, localizado nas proximidades da rua Getúlio Vargas e das Boninas (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

A fotografia acima nos possibilita refletir um pouco sobre os materiais usados para a construção e a manutenção dos chafarizes, bem como, pensar em como se deu o cotidiano em torno dessas benfeitorias. Poderíamos ter explorado essa foto no capítulo anterior, mas optamos por fazê-lo agora, em virtude de que esta nos permite compreendermos melhor como era a estrutura de funcionamento dos chafarizes. Trata-se do ato inaugural do chafariz número um, nas proximidades da rua Getúlio Vargas e das Boninas, evento esse que aconteceu às quinze horas do dia 18 de Janeiro de 1939, quando também foram inaugurados os demais em outros pontos da cidade. A foto encontra-se na capa do jornal *Voz da Borborema*, vinculado ao interventor Argemiro de Figueiredo, flagrando o ato solene e a presença de pessoas gratas, como o Prefeito Bento Figueiredo abrindo a torneira do chafariz, tendo do lado direito José Fernal, o engenheiro então nomeado para ocupar um cargo no governo. Já do outro lado do chafariz (da direita para esquerda do

observador), estão Hortêncio Ribeiro, Acácio Figueiredo e o Cônego José Delgado, vigário da paróquia, além de outras pessoas não identificadas.

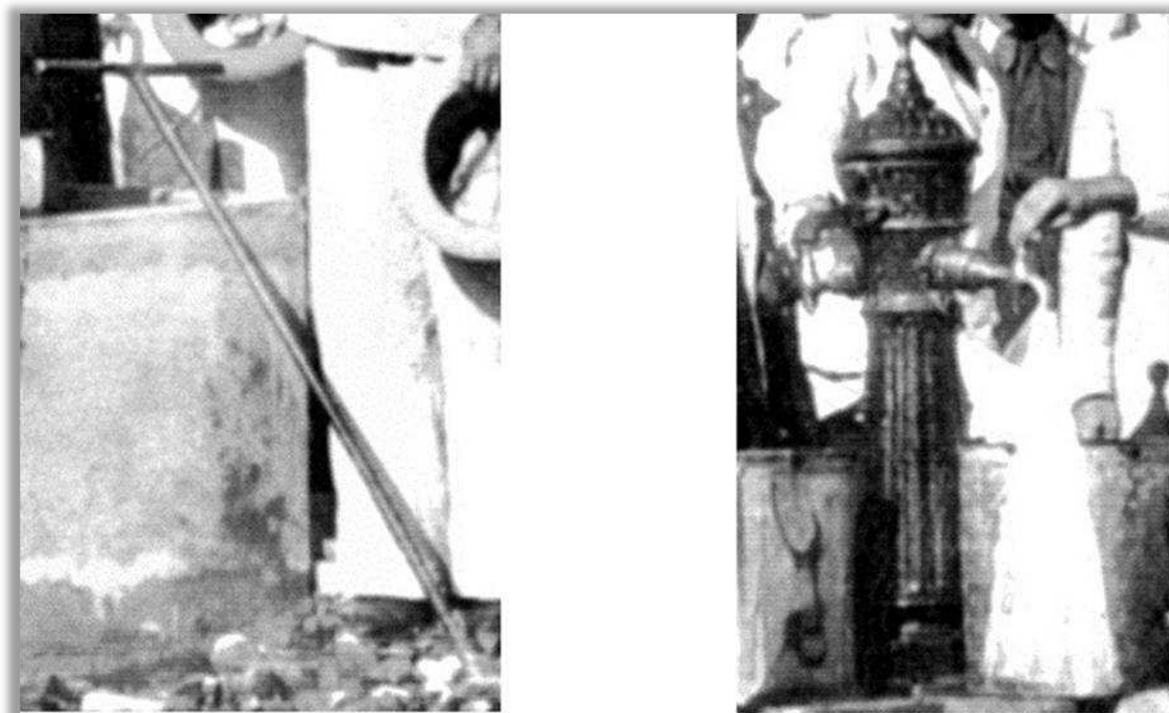


Figura 27: Detalhes da foto da Solenidade de inauguração do chafariz nº 1: Chave de abertura (imagem esquerda) e peça do chafariz (VOZ DA BORBOREMA, 09 de Março de 1939).

Também podemos observar na imagem alguns elementos materiais que configuram a construção dos chafarizes, provavelmente um de caráter “permanente”, em virtude de que este, ao contrário do que foi proposto por Luciano Vareda na construção de “chafarizes de emergência”, apresenta uma guarita construída com tijolos para o chafarizeiro. O chafariz propriamente dito está apoiado em uma base também de alvenaria, este por sua vez, como podemos observar na imagem acima, era uma peça de ferro ou bronze, com desenhos em alto relevo, tanto em sua estrutura principal, que assemelha-se a uma coluna neoclássica, quanto na parte superior que ainda tinha um enfeite em formato circular, entre estas duas partes estavam as duas torneiras em lados opostos. O “chafariz de emergência” proposto utilizava materiais mais baratos e que já existiam na Repartição, como por exemplo, a “bengala” que provavelmente era bem diferente da peça de ferro da imagem e a guarita de madeira, a qual servia tanto para abrigar o

chafarizeiro quando para guardar os equipamentos necessários no fornecimento de água.

O chafarizeiro era um funcionário da Repartição que realizava duas principais atividades, guardar, ou seja, preservar a integridade do equipamento, e realizar a sua manutenção, abertura e controle dos usuários em sua utilização. Cabia ao chafarizeiro abrir o chafariz pela manhã para o fornecimento de água, para isso era utilizada uma “chave especial” a qual se tratava de uma haste de ferro com outra menor soldada horizontalmente na parte superior servindo de manivela, esta era introduzida em um pequeno orifício que se encaixava com uma válvula dentro de uma caixa de ferro onde também estava o hidrômetro, permitindo assim a sua abertura e a verificação do consumo naquele ponto da cidade. Com chave apenas o chafarizeiro podia liberar o acesso ao líquido, inibindo assim a ação de vândalos ou de desperdícios de água caso a responsabilidade de fechar a válvula fosse deixada apenas nas mãos dos usuários.

Em sua pesquisa sobre os chafarizes na cidade de Campinas, Lapa (1996, p. 301), realiza uma pequena incursão sobre a implantação e os usos deste maquinário pela população em fins do século XIX, e encontrou entre as fontes utilizadas alguns relatos jornalísticos que criticavam os maus usos. Nestes os jornais os discursos também eram voltados contra os maus usuários, os quais faziam dos chafarizes de “bebedouros de animais, concentração de lavadeiras tagarelas e briguentas, lavando, batendo e estendendo roupas, de moleques atrevidos, vandálicos destruidores de obras”. Ou ainda, destaca que:

Os chafarizes eram também ponto de encontro da escravaria atarefada ou de ‘vagabundos que ali se reúnem, perturbando os que vão pra lá retirar águas em potes e bilhas ou mesmo em grandes latas’, não deixando até de serem usados para banhos dos mais despudorados (LAPA, 1996, p. 301-302).

Os chafarizes implantados em Campina Grande exigiam um novo gesto para os seus usuários, visto que, o ato de abrir e fechar as torneiras não eram presentes na vida da maioria da população acostumada em pegar a água nos açudes, que no entorno destes mananciais, podiam fazer usos que contrariavam os preceitos reguladores prescritos a partir de hábitos contidos e civilizados. Assim, se fazia necessário a presença de um funcionário responsabilizado pela disciplina,

manutenção e fornecimento da água nos chafarizes, que para abrigá-lo da chuva e do sol, bem como guardar as “chaves especiais” e outras ferramentas, também era imperioso a construção de uma guarita, seja provisória utilizando madeira conforme proposto por Luciano Vareda, ou permanente, construída em alvenaria. Não se tratam apenas de construções e objetos, mas de elementos de uma cultura material que provocam uma nova relação com os materiais utilizados e com as técnicas empregadas, bem como, criam um novo tipo de profissão e novos hábitos, por isso, uma materialidade que gera novas práticas e novas relações sociais entre os indivíduos envolvidos com a sua produção, interação e uso cotidiano (ROCHE, 2000).

Ao tratarmos da água concomitantemente ao sistema de abastecimento de Campina Grande a partir dos anos 1940, obrigatoriamente temos que seguir um percurso que nos faz enveredar pela política paraibana e os seus desdobramentos para a cidade durante esse período. Esse momento histórico carrega em sua constituição uma série de eventos significativos que envolvem desde continuidade da política estadonovista até o envolvimento do país com a II Guerra, e com estes, a continuidade das relações de poder e o agravamento da crise econômica decorrente deste conflito. Esse exercício nos possibilitará refletir sobre como foi gerida a manutenção e as ações do governo em relação a obra que foi tratada, representada pelos veículos de comunicação do Estado como “a maior realização de um governo”⁷⁹, benfeitoria que prometia ser o fim definitivo contra os problemas advindos da falta de água e trazer a redenção para uma Campina Grande ameaçada pela seca, pela insalubridade e pela estagnação econômica, como afirmavam os jornais. Assim poderemos compreender melhor como a sucessão do governo do Estado alterou as configurações políticas e administrativas, e por conseqüência, a maneira como foi mantido o sistema de abastecimento de água e esgotos de Campina Grande.

⁷⁹ Tal chamada estampou a edição de 25 de Janeiro de 1938 do jornal *Voz da Borborema*, de igual teor encontramos várias outras edições deste e do jornal *A União*.

3.2 Campina Grande sob a segunda grande crise de abastecimento.

Nascido no sertão paraibano, mais precisamente na cidade de Pombal em 20 de Agosto de 1901 (falecido em 13 de Maio de 1972), Ruy Carneiro foi um dos 12 filhos nascidos do casal João Vieira Carneiro e Maria Carvalho. Seu pai era advogado provisionado, visto que não chegou a concluir o curso na Faculdade de Direito de Recife, atuando na área jurídica em Pombal, mantendo também atividades ligadas ao setor agropecuarista na região do Piranhas. Em 1919 João Vieira adquiriu o jornal *Correio da Manhã*, atribuindo a direção ao jornalista Rafael Correia, cunhado do jovem Ruy Carneiro. Em 1922 Correia foi nomeado Prefeito do município de Sena Madureira no Acre, quando Ruy assumiu a direção do periódico, casando-se com Alice de Almeida em 1925 (CARNEIRO, 1977).

Depois de estudar no Colégio Diocesano Padre Rolim em Cajazeiras, em Campina Grande e no Liceu Paraibano na capital, terminou o curso de Direito do Recife em 1927 ao mesmo tempo em que dirigia o *Correio da Manhã*. Foi por meio desse informativo que Ruy Carneiro iniciou sua militância na Aliança Liberal. Com o início do movimento revolucionário logo foi nomeado 1º Tenente do lado do Capitão Joarez Távora e do Tenente Juraci Magalhães, participando inclusive do assalto ao Quartel de Caçadores em Cruz das Armas na Capital paraibana. Foi por esta participação ativa na defesa dos ideais da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 que Ruy Carneiro garantiu um forte vínculo com as figuras mais representativas do governo varguista, sendo inclusive convidado por José Américo em 1931 para exercer o cargo de Oficial de Gabinete no Ministério de Viação e Obras Públicas. (CARNEIRO, 2006, p. 3).

Em 1934 Ruy Carneiro foi candidato ao cargo de Deputado Federal pelo Partido Progressista, mas não logrou êxito, permanecendo como primeiro suplente enquanto novamente exerceu o cargo de Chefia do Gabinete no Ministério de Viação e Obras Públicas, ocupado pelo Ministro José Marques dos Reis. Em 1935 com a renúncia do Deputado Isidro Gomes, Ruy Carneiro assumiu o cargo de Deputado Federal pela Paraíba, permanecendo até 10 de novembro de 1937 quando o Congresso foi dissolvido com o Estado Novo. Depois disso, Ruy Carneiro foi convidado pelo recém nomeado Presidente do Banco do Brasil, o Sr. José Marques dos Reis para exercer o cargo de Secretário, e em seguida assumiu como advogado da instituição até 1940 (CARNEIRO, 1977).

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Ruy Carneiro afirmou que Argemiro de Figueiredo enviou uma carta ao Presidente Getúlio Vargas em 1940 solicitando o seu desligamento da interventoria da Paraíba. Vargas então convocou Ruy Carneiro para que indicasse alguns nomes possíveis para substituir Argemiro, mas acabou indicando-o para o cargo (CARNEIRO, 1977). Argemiro deixou o governo em 29 de Julho de 1940, sendo substituído por Antônio Galdino até 16 de Agosto, quando Ruy Carneiro assumiu de fato a interventoria. De acordo com SILVA (2008), havia certo clima de disputa por parte das forças políticas paraibanas, desgastando o governo do Estado e ameaçando a pretendida estabilidade política do Estado Novo. Assim, Vargas resolve nomear um interventor civil que, de certa forma, mantinha-se distante destes conflitos, visto que Ruy Carneiro estava a mais há cerca de dez anos fora do Estado, mais precisamente no Rio de Janeiro ocupando os cargos de Deputado Federal e no Banco do Brasil, pondo assim “panos quentes” nos conflitos.

Na interventoria, Ruy Carneiro montou sua equipe de governo composta por amigos pessoais residentes em outros Estados, principalmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, amizades colhidas de sua época no Banco do Brasil (CARNEIRO, 1977). Quanto aos Prefeitos, todos foram substituídos por amigos seus. Em Campina Grande, por exemplo, foi nomeado Vergniaud Wanderley⁸⁰, em outras cidades alguns antigos desafetos de Argemiro, trazendo rapidamente para si e para seu governo uma base de apoio, conseguindo assim alterar a base de apoio do governo no Estado antes ligada ao setor tradicional rural e a Igreja, assim, com o novo governo se estabelece fortes relações com o empresariado urbano e com o Exército. Desenvolveu-se nesse período certa perseguição a alguns setores da sociedade, em especial aos antigos representantes do mandonismo local, mas também aos estrangeiros imigrantes dos países do Eixo e à Diocese da Paraíba, quando inclusive, Argemiro foi rechaçado.

Dos conflitos com a Igreja, destaca-se o fechamento do semanário *A Imprensa* em 1942, órgão noticioso mantido pela Diocese da Paraíba e de circulação na capital, voltando as suas atividades apenas em 1946 com a saída de Ruy

⁸⁰ A posse de Wergniad Wanderley para o seu segundo mandato como Prefeito ocorreu no dia 20 de Agosto de 1940, nomeado pelo interventor desde o dia 16 do mesmo mês. Ocupou o cargo até o dia 19 de Março de 1945 quando aderiu à União Democrática Nacional (UDN). Ao renunciar passou o cargo ao jornalista José Lopes de Andrade. Em seguida tomou posse Severino Gomes Procópio no dia 22 de Março do mesmo ano, nomeado desde o dia 1 de Abril.

Carneiro do governo. O rompimento das relações ocorreu quando este jornal publicou uma matéria cobrando providências do interventor quanto às reformas de recuperação de um colégio em Catolé do Rocha, mas, o ápice dos acirramentos aconteceu com a prisão do Padre Zé Coutinho em 1942 sob acusação de espionagem em favor dos alemães (SILVA, 2008). Ao que sabemos, durante o governo de Argemiro, o Padre Zé Coutinho, na época monsenhor, mantinha forte apoio e coordenava ações sociais com o governo, amparando as camadas pobres, servindo como braço de apoio aos trabalhos de cunho assistencialista no Estado. Com o novo governo, houve o fechamento do Serviço de Assistência Social (SAS) mantido com apoio da Diocese. Com o rompimento, a Igreja foi sendo substituída pelo exército nos trabalhos e pelo empresariado no apoio financeiro, inicia-se assim uma racionalização da ação social e do assistencialismo na Paraíba.

E essa foi uma característica do “ruysmo”, o seu caráter assistencialista, tendo a sua esposa Alice de Almeida Carneiro como grande incentivadora de ações sociais no Estado, permanecendo ela a frente por vários anos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a qual contava com núcleos bastante atuantes em João Pessoa e Santa Rita. As ações da LBA no Estado tiveram um papel preponderante na construção da imagem do interventor como o “pai da pobreza”, em virtude de que as ações estavam direcionadas ao atendimento das classes menos favorecidas, como foi no Natal de 1940, organizado em parceria com o governo e intitulado de “O Natal dos Pobres”. Nesse intuito, diversas instituições de cunho assistencialista foram criadas e mantidas em vários pontos do Estado, entre elas podemos citar o Orfanato D. Ulrico, o Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha”, o Abrigo de menores “Melo Matos”, o Asilo Bom Pastor, o Circulo Operário, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, além da Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa da Lepra (SILVA, 2011, p. 9). Cabe aqui uma ressalva sobre o público alvo dessas iniciativas. De um modo geral, o assistencialismo promovido pelo Estado varguista era voltado para a classe operária, diferente do que ocorreu na Paraíba, pois no início da década de 1940 o Estado ainda não possuía uma classe trabalhadora homogênea, e sim, uma massa de pessoas carentes, advindas em sua maioria do interior do Estado, assim estas práticas assistencialistas tinham um alcance muito maior.

Duas questões de fundamental relevância merecem destaque nesse momento para compreendermos como o governo de Ruy Carneiro levou a cabo a

sua política no Estado, ambas intimamente relacionadas com Campina Grande e com o seu sistema de saneamento. A primeira, diz respeito a perseguição promovida contra Argemiro de Figueiredo no âmbito de todo o Estado, mas principalmente a sua campanha voltada para a desconstrução do mito, do herói Argemiro, em grande medida, resultante de sua ação no sentido de desarticular a força política do seu antecessor e de seus aliados. A segunda está relacionada com a política administrativa e financeira no novo interventor, agindo, sobretudo na contenção de gastos em virtude da crise econômica vivenciada em seu governo como conseqüência da redução das exportações durante a II Guerra. Sobre a perseguição promovida contra Argemiro, Epaminôndas Câmara elucida:

O senhor Argemiro foi lançado a um impiedoso ostracismo sem precedentes na história política da Paraíba. Foguetões de assobio e manifestações de desagrado na Capital, no dia de sua saída; censura policial a um discurso seu de paraninfo dos alunos do Instituto Pedagógico à qual ele não se sujeitara nem lera o discurso; impossibilidade de apresentar defesa contra acusações, na maioria improcedentes, do órgão oficial do Estado, etc., etc., além de violências policiais contra pessoas de sua família, de seus moradores, tudo ele sofreu. (CÂMARA, 1998, p. 133).

Ao deixar a interventoria do Estado em 29 de Julho de 1940, manifestações de apoio foram realizadas em favor de Argemiro de Figueiredo na Capital, e em Campina Grande, quando muitos aliados políticos e a massa popular viram “o seu maior representante” abandonar o cargo, afinal, este foi o primeiro governador a permanecer no cargo por tanto tempo após a Revolução de 1930 (governou desde 1935) e a manter uma política conciliatória com diversos grupos políticos, exercendo seu mandato em um contexto de prosperidade econômica do Estado. As justificativas do ex-governante para tal decisão se sustentam com base nos conflitos existentes com seus opositores, fazendo com que o clima de insatisfação repercutisse no Palácio do Catete, onde Vargas pretendia manter a impressão de unidade e de satisfação com o Estado Novo. Em entrevista ao jornalista Willian Tejo em Abril de 1974⁸¹, Argemiro revelou que ao deixar o cargo ele próprio e muitos de seus amigos foram perseguidos, outros se viram obrigados a deixar o Estado, sendo que ele próprio resistiu a tudo sem sair da cidade.

⁸¹ Para melhor apreciação de trechos da referida entrevista, confira: SYLVESTRE, 1982, p. 68. Toda a entrevista foi publicada no jornal *Diário da Borborema* de 14 de Abril de 1974.

Já discorremos no capítulo anterior sobre a ascensão política de Argemiro e os seus vínculos com os antigos oligarcas no Estado, visto que para estabelecer o ambiente de governança alguns anos após a Revolução de 1930, o governador eleito pela Assembléia e depois nomeado interventor manteve estreita relação com chefes políticos locais⁸², de modo que cargos e concessões foram dados, além de conservar o prestígio que esses grupos assumiam na região. Essas medidas tomadas por Argemiro favoreceram o estabelecimento de poder tutelado pelo Estado, de modo que, com a mudança de governo, submeteram-se estes a sua autoridade, mas manteve-se certa influência desses grupos, angariando assim do seu lado muitos aliados. Com a saída de Argemiro da interventoria, Ruy Carneiro buscou minar a influência de seu antecessor com esses grupos, em grande medida, pretendeu-se com tal iniciativa promover uma base de apoio desvinculada com estes, e para isso, se fez necessário retirar todos os seus aliados das estruturas de poder do Estado, não apenas exonerando dos cargos, mas promovendo uma campanha acusatória e de perseguição, como foi o caso do Padre Zé Coutinho na Capital e que já nos referimos anteriormente.

Quanto à perseguição a Argemiro, o governo de Ruy Carneiro contava com o jornal *A União* servindo como um forte instrumento de propaganda e de difamação e, foi por este suporte, que muitas das denúncias de desvio de verbas, superfaturamento, entre outras acusações, foram amplamente divulgadas diariamente em todo o Estado. Além dessas acusações, eliminou-se também algumas de suas medidas administrativas, principalmente aquelas que estavam vinculadas ao setor agropecuário, assim se extinguiram os Campos de Demonstração e Multiplicação de Sementes, órgão que estava presente em muitos municípios do Estado, como também o Posto de Expurgo instalado em João Pessoa, que distribuía sementes e promovia auxílio técnico (SYVESTRE, 1982, p. 69). Dessa maneira, Ruy Carneiro buscou desconstruir o mito em torno da figura de Argemiro de Figueiredo, procurando esvasiar aquela imagem de administrador competente e honesto preocupado com as questões sociais e públicas,

⁸² É interessante ressaltarmos que estes poderosos chefes políticos são frequentemente associados aos antigos coronéis da República Velha, quando na verdade não necessariamente carregavam este título, nos referimos à influência que determinados “doutores” exerciam em suas cidades, visto que médicos e advogados mantinham forte relação de poder com os governantes e ocupavam um papel marcante no imaginário regional. Celso Mariz fala um pouco sobre isso em seu artigo “A mística do anel”. Para saber mais confira: MARIZ, 1985.

representações difundidas e amplamente divulgadas nos veículos de comunicação controlados pelo ex-interventor.

Argemiro buscou se defender das acusações, inclusive requisitou ao Presidente Vargas o direito de defesa pública, mas tal pedido não foi respondido, de acordo com seu depoimento para o *Diário da Borborema* (SYVESTRE, 1982, p. 69). Na medida em que as denúncias tornavam-se públicas, principalmente através do jornal *A União*, muitos dos programas e obras empreendidas no governo anterior, foram sofrendo com cortes orçamentários e com a falta de manutenção, os argumentos para essas depreciações eram sempre os mesmos, de que o Estado estava afundado em dívidas, muitas contraídas durante a gestão de Argemiro⁸³. Apesar disso, Argemiro contava com o apoio de antigos aliados proprietários de jornais e rádios⁸⁴, por esses veículos de comunicação obteve espaço para se defender e replicar as acusações feitas contra a sua pessoa e o seu governo. Isso fez com que muitos desses aliados sofressem perseguições e retaliações, criando assim um clima de instabilidade e de confusão, não se sabendo ao certo quem estava com a verdade.

Além disso, as finanças da Paraíba não estavam vivendo seus melhores momentos, visto que a crise econômica instaurada com a II Guerra trouxe várias restrições comerciais e, por conseqüência, a menor arrecadação. Foi o período em que os navios que navegaram pelo Atlântico transportando matéria-prima para a Europa e para a América do Norte foram bombardeados pelas forças do Eixo, o que gerou um clima de ódio por estes últimos, a entrada do Brasil na II Guerra e o terror para os que dependiam desse transporte, mas também provocou reações e hostilidades contra imigrantes de origem japonesa e alemã na Paraíba e em outros Estados.

Para Campina Grande, os conflitos resultaram em uma gradativa redução das exportações, principalmente do algodão que durante muitos anos foi a maior fonte de tributação do Estado. Câmara (1998, p. 158) também destaca que houve uma redução nos transportes para o interior e para o litoral, gerando o desaparecimento

⁸³ Na edição de 28 de Junho de 1945, o jornal *Voz do Dia* publica uma matéria criticando as acusações de Ruy Carneiro a respeito da dívida deixada pelo seu antecessor em 1940 e pelas justificativas dadas para a falta de verbas públicas no Estado na manutenção de políticas públicas e obras, e ainda argumenta: “O Governo Argemiro de Figueiredo ficou devendo apenas dois mil e setecentos e não vinte e sete mil, conforme publicou ‘*A União*’ em Setembro de 1940”.

⁸⁴ Epaminondas Câmara (1998, p. 144) registra em 1944 a presença de 819 aparelhos de rádio receptor na cidade, o que nos dá uma noção do quantitativo que existia no início da década e a repercussão destes ataques, como também, da defesa promovida em favor de Argemiro.

de produtos de primeira necessidade e o tabelamento de preços, resultando em menor oferta e aumento dos preços, permitindo a ação do mercado ilegal. Foi com essa drástica redução na arrecadação e com o agravamento da seca (principalmente no ano de 1942) que Ruy Carneiro teve que administrar o Estado, sendo inevitavelmente comparado com seu antecessor e constantemente criticado, não só em âmbito estadual, mas por ser o representante de um Estado Novo que envolveu o país em uma guerra contra o autoritarismo sendo o próprio Brasil um país com governo autoritário.

Somando-se esses fatores, o governo de Ruy Carneiro utilizou destes meios e argumentos para desarticular o prestígio de Argemiro, justificar a falta de verbas a partir da crise econômica instaurada com a Guerra e promover um verdadeiro sucateamento do sistema de saneamento de Campina Grande, obra que em seu conjunto elevava a imagem de seu principal articulador, e que por isso, nas pretensões do então interventor, deveriam ser ambas diluídas, tanto o criador quanto a sua criação. A falta de obras de conservação e de manutenção, bem como, a regularidade de materiais necessários para a continuidade da normalidade dos serviços foi amplamente questionada por funcionários, pela população e pelos jornais da época que criticavam o governo. No decorrer dos anos 1940 e 1945 ocorreu um processo gradual que colocou aquela que era considerada a “maior realização de um governo” em estado deplorável, sem poder fornecer a qualidade e a quantidade necessária para abastecer a cidade de água.

Câmara (1998, p. 141) em sua obra *Datas Campinenses*, nos dá um indício de quando este dismantelamento iniciou, mas principalmente sobre quando a população começou a perceber que havia algo nebuloso, de modo que o mesmo explicita que “desde os últimos meses de 1942 fez-se sentir na parte alta da cidade certa deficiência no fornecimento d’água. O fato passou quase despercebido. No ano seguinte, porém, as irregularidades aumentaram”. Uma estrutura de tal magnitude como era a rede de abastecimento requeria manutenção e eventualmente necessitava de paralisação de suas atividades para que tais serviços fossem realizados, assim deveria ter pensado a população beneficiada quando o fornecimento começou a ser prejudicado. Câmara conclui: “o prefeito [Wergniaud Wanderley] chegou a pedir providências ao governo do Estado. Elas não foram tomadas”. (1998, p. 142)

Ainda de acordo com Câmara (1998, p. 142), em Dezembro de 1943 o jornal *A União*, publicava que “o chefe do governo ... visitou as instalações do reservatório de Vaca Brava ... inteirando-se (sic) de falhas ultimamente verificadas no funcionamento de um (sic) dos motores...”. É interessante perceber que com essa citação Epaminondas Câmara buscou destacar um trecho do jornal, mas além disso, utilizou de um recurso para elencar que as informações foram comunicadas pelo jornal com essas mesmas palavras, ele enfatiza por meios dos “sics” que o interventor, como foi exposto em *A União*, estava sabendo das dificuldades, em vista de sua visita a cidade, e que estes eram resultantes da falha de “um” motor. Essa foi a maneira utilizada por Câmara para deixar claro que essas eram palavras do órgão oficial do Estado, que como boa interlocutora dos interesses do governo, mostraram que ele mesmo (o interventor) veio conferir o problema e que se tratava de apenas “um” motor avariado, buscou-se assim amenizar os problemas e enaltecer a preocupação do interventor com tais questões.

Sobre o ano de 1944, Câmara (1998, p. 144) inicia sua exposição discorrendo sobre o agravamento de tal problema no abastecimento de água de Campina Grande. Sua colocação destaca que especialmente as partes altas da cidade estavam sem água, como por exemplo, as colinas da Matriz, das Areias e do Monte Santo, “em cujos domicílios o precioso líquido deixava de aparecer duas ou três vezes por mês e de cada vez durante cinco a dez dias consecutivos”. Câmara ainda fala sobre a contradição de ter água no reservatório de Vaca Brava em abundância ao ponto de fazer transbordar o açude, mas não nas torneiras domiciliares, e ainda conclui, que enquanto faltava água nessas partes altas da cidade, “era criminosamente arrancada a adutora de Puxinanã, cujos canos foram conduzidos por ordem do governo estadual para outros municípios” (CÂMARA, 1998, p. 144).

No Arquivo Público do Estado, resguardado no prédio da Fundação Espaço Cultural (Funesc), na cidade de João Pessoa (PB), encontramos vários documentos da Repartição de Saneamento de Campina Grande, incluindo documentos dos anos da interventoria de Ruy Carneiro. Entre estes, encontramos alguns dados que nos ajudaram de certa forma a tornar inteligível como se deu a organização administrativa de tal órgão. Encontramos alguns ofícios assinados pelo Diretor da Repartição o Sr. Luciano Varela (que permaneceu no cargo até 08 de Maio de 1944) datados a partir de 1941, reivindicando materiais de expediente necessários a manutenção da contabilidade e do recebimento dos valores cobrados pelo

fornecimento de água. Em um destes ofícios Vareda solicita o fornecimento de materiais de expediente, desde blocos contábeis até papel higiênico, entre outras coisas, para tal ele faz uma lista com cinco dos ofícios anteriormente encaminhados e discrimina as datas e qual foi o material solicitado em cada um, e alguns destes foram enviados com dois meses de antecedência, sendo que até a data deste não haviam sido atendidos (OFÍCIO 175, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 07 de Fevereiro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Encontramos também outro ofício requerendo empréstimo de talões da Repartição de Saneamento de João Pessoa, o qual Vareda argumenta que “só dispomos de cinco blocos e o consumo mensal é de 20 blocos; no próximo dia 20 começaremos a encher os recibos, e portanto, àquela data os referidos blocos deverão estar aqui.” (OFÍCIO 290, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 06 de Março de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc). Pedido este que foi feito depois de outros solicitando os blocos, sendo o empréstimo de tais apenas um paliativo provisório, mas ambos não foram atendidos mesmo faltando quinze dias para preencher os recibos. Provavelmente estes blocos possuíam certo número de recibos, os quais eram enviados para os proprietários de prédios ligados à rede de abastecimento, discriminando o endereço do imóvel, os valores de consumo e das taxas a serem pagas, por meio destes seria realizado o pagamento dos serviços de água e esgoto. Sem estes recibos a Repartição não teria como informar os consumidores, manter o controle dos que estavam pagos, dos que seriam acrescidos de juros ou dos que seriam realizados o corte. Por isso é solicitado empréstimo caso a Imprensa Oficial responsável pela impressão ainda não tivesse encaminhado os talões para sanar provisoriamente o problema que se arrastava, mas ao que parece não houve atendimento. Ainda sobre isso, resolvemos transcrever o ofício que segue:

Sr. Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas.
João Pessoa.

Solicitamos de V. Excia. as necessárias providências no sentido de ser extraído o empenho da importância de 195\$000 (cento e noventa e cinco mil réis), por conta da consignação 8633-5, Material de Expediente - para pagamento da confecção de 50 (cinquenta) talões de recibos de consumo de água, usados por esta Repartição, visto até esta data não terem chegado os encomendados à Imprensa Oficial do Estado, em Dezembro do ano próximo passado. Os referidos talões já foram recebidos e já empregados no recebimento das taxas de consumo relativas ao mês de Março último.

(OFÍCIO 447, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 12 de Abril de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc).

Como podemos averiguar, o ofício acima assinado pelo Engenheiro Chefe da Repartição, o Sr. Emanuel Nazareno (nomeado em Julho de 1940 antes da saída de Argemiro, substituindo o Sr. Cícero Cruz) solicita o pagamento dos talões de recibo de consumo de água, visto que estes foram impressos por outra empresa e não pela Imprensa Oficial do Estado. Os talões já haviam sido solicitados junto a secretaria responsável desde o mês de Dezembro de 1940, reivindicou-se também o empréstimo da Repartição da Capital, como vimos anteriormente. Porém, chegou o mês de Abril de 1941, ou seja, quatro meses depois e os pedidos não foram atendidos. Sabendo da necessidade destes para a cobrança e a conseqüente continuidade dos serviços de abastecimento de água, o engenheiro chefe buscou por conta própria resolver tal questão, encomendando a impressão por outro fornecedor, solicitando por meio deste Ofício o pagamento do serviço prestado. Existe assim com essa omissão quanto ao fornecimento dos blocos por parte da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas e da Imprensa Oficial, ambas sob administração dos comandados de Ruy Carneiro, uma clara intenção de prejudicar a cobrança e a administração da Repartição, dificultando os seus trabalhos contábeis e o pagamento do consumo de água, o que certamente impediria a normalidade dos serviços como um todo.

Estes ofícios eram documentos oficiais emitidos pela Repartição de Saneamento requerendo medidas elementares que permitiam a manutenção dos serviços e a sua administração financeira, mostrando assim as dificuldades dos próprios funcionários em manter a regularidade do sistema de saneamento. Se o próprio órgão convivia com estes entraves, certamente que outros foram enfrentados gradativamente durante os anos de governo de Ruy Carneiro, de modo que, todas as demandas que tal sistema de saneamento prometia resolver foram frustradas, decepcionando aqueles que desejavam ter ou continuar a ter água em suas torneiras. No entanto, essas limitações demonstradas acima refletem o olhar dos funcionários da Repartição, além do que, não encontramos em meio a estes ofícios algo que elucidasse problemas estruturais ou que de fato nos mostrasse que o sistema de água e esgotos estava sendo interrompido ou prejudicado de alguma forma, por isso fomos aos jornais buscar a voz dos intelectuais e da elite

campinense, e estes, de alguma forma também nos forneceram indícios que permitiram ouvir indiretamente a voz dos excluídos da rede de abastecimento.

Mas antes de nos debruçarmos sobre essa relevante fonte, vamos considerar mais essa citação obtida a partir do *Datas Campinenses* de Câmara, mais especificamente sobre o dia 01 de Janeiro de 1945:

O engenheiro Saturnino de Brito, que construíra as obras de saneamento da cidade, fez, na Associação Comercial, uma exposição do estado em que se encontravam as mesmas e das irregularidades nelas existentes. Sugeriu a construção de um *stand-pipe* no Oiti, no qual seriam aplicados cerca de cinquenta mil cruzeiros, e a adaptação dos motores bomba com regular funcionamento, a fim de que a adutora pudesse fornecer não somente quatro mil, mas sete mil litros d'água diários a população. Apesar disso, o governo estadual não tomou providências imediatas e apenas nos últimos meses do ano é que se fizeram sentir (CÂMARA, 1998, p. 148).

Encontramos vários indícios da repercussão desta exposição de Brito nos jornais em circulação até a década de 1950, estes rememoram as sugestões para refazer e ampliar a capacidade de abastecimento da cidade, medidas essas que provavelmente não foram feitas, fazendo com que a segunda grande crise de abastecimento da cidade se instalasse. Na citação acima, Câmara nos mostra que foi feito por Brito Filho uma avaliação destas estruturas, percebendo nelas certas “irregularidades”, além de propor a construção de um *stand-pipe*, conhecido hoje em dia no Brasil como “Chaminé de Equilíbrio”, a qual permite um melhor controle da descarga de água, diminuindo a pressão sobre os motores e a linha de recalque. Sobre os “motores com regular funcionamento”, nos deixa margem para deduzir que outro ou mais não estavam, seja por estarem desligados ou quebrados, reduzindo a quantidade de água fornecida.

As sugestões de Brito Filho vão além dos reparos, ele propõe ações para ampliar o fornecimento de água de 4000 litros diários para 7000, sendo todas estas propostas de manutenção e ampliação orçadas em cinqüenta mil cruzeiros. Ainda de acordo com Câmara, a cidade contava com 8426 prédios e casas em 1939 quando foi inaugurado o sistema de abastecimento da cidade, já em 1945 passou a existir 11482 residências (sendo contabilizado pelo IBGE em 1945 um total de 11.675 casas nas zonas urbana e suburbana da cidade), esses números nos mostram que houve um aumento populacional considerável, emergindo assim a necessidade de

ampliar o armazenamento e por conseqüência o fornecimento de água. Por isso a visita de Brito Filho e sua exposição na Associação Comercial mostraram-se tão importantes, repercutindo durante anos pela imprensa, pois não foram apenas pelas sugestões de reparos e de manutenção, o que já mostra certo descuido com as obras em tão pouco tempo, mas também pela adaptação da estrutura para dar conta de uma nova realidade presente na cidade no que diz respeito a uma maior demanda, com esses serviços havia a possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento de água, mas também da rede de abastecimento, beneficiando aqueles que até então não receberam o líquido em suas casas.

O próprio Saturnino de Brito (o pai) conhecia bem as dificuldades de manutenção frequentemente enfrentados pelas administrações públicas em obras realizadas por sua firma, em vista de que existia toda uma burocracia circundando os cuidados necessários para que as obras empreendidas continuassem a prestar os serviços que objetivamente deveriam vir a oferecer. São questões presentes em todas as obras públicas que geram demora nos reparos, desde ofícios até a liberação das verbas, com as quais, além da morosidade, permeiavam também os interesses políticos. Um pequeno serviço necessário quando não realizado logo, facilita o contínuo desgaste e aumento da avaria, resultando na ineficácia da medida inicialmente solicitada para aquele pequeno problema, gerando assim outros de maiores gastos e serviços que também demoram a ser solucionados, assim acumulam-se ações de manutenção, ocorre o inevitável desgaste e o comprometimento do bem público e de sua função.

A responsabilidade por má conservação assume especial importância, porquanto não se terá apenas que evitar despesas, mas também, às vezes, as moléstias e a morte. Ter um serviço concluído segundo as regras da técnica sanitária e deixar que se estrague, que funcione mal, que cause danos a salubridade por desleixo ou incompetência do pessoal, ou por economia mal entendida na administração, - são atos que não devem ficar nos arquivos da indiferença e da irresponsabilidade (BRITO, 1943a, p. 162).

Em Maio de 1945, quando o governo estava ciente da repercussão causada pelas declarações de Saturnino de Brito Filho na Associação Comercial de Campina Grande, o jornal *A União*, como fiel interlocutor do governo, publica uma nota a respeito das medidas tomadas por Ruy Carneiro no sentido de amenizar os

problemas advindos no sistema de abastecimento da cidade. No entanto, como podemos observar na citação a seguir, os redatores buscaram mudar o foco dos problemas, da falta de manutenção e de medidas que permitiriam o regular funcionamento do sistema, a nota utiliza de algum motivo (provavelmente da seca) que “persiste” para justificar tais dificuldades, argumentando que isso estava impedindo o acúmulo de água necessário para fornecer os 4.000 litros diários de água.

O ABASTECIMENTO DE CAMPINA GRANDE: PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO INTERVENTOR RUY CARNEIRO.

PERSISTINDO as dificuldades de obter da adutora do abastecimento de Campina Grande o volume d'água necessário ao consumo daquela cidade (4.000 metros cúbicos por dia), a Secretaria da Agricultura levou o fato ao conhecimento do Sr. Interventor Ruy Carneiro para adequadas e imediatas providências. Em tais circunstâncias, resolveu, ontem, o Chefe do Governo convidar, por telegrama, o engenheiro Saturnino de Brito para executar, ele próprio, a solução sugerida para a crise pondo à sua disposição todos os recursos financeiros indispensáveis. Ficam, assim, mais uma vez contestadas as malévolas insinuações que tem surgido em certos círculos quanto a atitude do Governo em relação ao abastecimento daquela importante cidade (A UNIÃO, 13 de Maio de 1945)

A nota no jornal informa que o interventor enviou um telegrama para Brito Filho convidando-o para realizar as obras sugeridas, mas não informam quais eram essas obras, apenas limitou-se a dizer que não se conseguia quantidade de água necessária, omitindo as sugestões e conseqüentemente os problemas encontrados por esse engenheiro na estrutura do sistema de abastecimento. Ao concluir, buscou-se mostrar que o governo estava agindo no sentido de proporcionar soluções ao caso da falta de água na cidade, dispondo inclusive de todos os recursos necessários, pretendendo mostrar que não havia cortes de verbas para tal serviço. Por fim, indica que são infundadas as insinuações, ou seja, que não há procedência nas acusações, nas falas sem provas proferidas por “certos círculos” que diziam que o governo estava sucateando o abastecimento de Campina Grande, esconde-se assim os denunciadores que poderiam fundamentar e replicar as tais “insinuações”, cala-se a voz dos críticos, mas por pouco tempo.

O envolvimento do país com a II Guerra fez com que ampliasse o surgimento de diversos movimentos que contestavam a situação política do Estado varguista, contraditoriamente combatia-se o Eixo mormente formado por nações autoritárias

enquanto o governo brasileiro era publicamente simpatizante dos nazi-fascistas, o que provocou uma verdadeira crise sobre a sua legitimidade. Esse contexto significou a contagem dos dias no poder e propiciou o fim da censura prévia no Estado Novo, além disso, em 18 de abril de 1945 Vargas decretou anistia geral para todos os condenados por crimes políticos desde 1934 (NAHES, 2007, p. 67). Isso implicou na libertação de comunistas, como Luiz Carlos Prestes e integralistas da ultradireita, mas também propiciou o surgimento de órgãos noticiosos que não mediam esforços para criticar e contestar o poder vigente.

Com as contradições do regime, começou a aparecer o início do processo de democratização do país, promovendo a formação de agremiações e de novos partidos políticos que diziam exprimir os anseios sociais, até então freados pelo “gosto estético-político” estadonovista. É o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que surge em 1943, como também a União Democrática Nacional (UDN) em 1944, composta por opositores do governo. Logo em seguida, em 1945, ano decisivo para o Estado Novo, foi posto na legalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de serem fundados o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro, ambos mantidos pela máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, a serviço do próprio Getúlio e de seus interventores nos Estados (NAHES, 2007, p. 67).

Em 01 de Maio de 1945 circulou na cidade o primeiro número do jornal *Voz do Dia*, que tinha como Diretor o Sr. José Demétrio e mantinha a sede de sua redação na Rua Presidente João Pessoa nº 263. Este jornal de cunho “anti-fascista”, como o próprio estampava em suas primeiras capas, afirmavam defender ideais democratas e apoiava o candidato udenista à presidência da República, o Sr. Eduardo Gomes. Diariamente trazia-se notícias sobre a cidade e os assuntos de abrangência nacional e internacional, como por exemplo o andar da II Guerra (como também ocorria com maioria dos órgãos noticiosos da época), mas sobretudo, mantinha também uma acirrada oposição ao Estado Novo e ao governo de Ruy Carneiro, em grande medida, refletindo a sua inclinação política “em defesa da democracia e contra os governos ditatoriais”. Sua circulação ocorreu por pouco tempo, visto que em 12 de Janeiro de 1946 foi suspensa a sua publicação, mas foi justamente este impresso que nos forneceu algumas das informações mais importantes sobre a manutenção da estrutura do sistema de abastecimento de Campina Grande. No entanto, por nos ser muito clara sua linha editorial temos que

percebê-lo com certas ressalvas, pois existiam interesses políticos que podem ter sobreposto o real compromisso com a informação, lendo-o então enquanto *documento monumento*, como nos orienta Le Goff (1992) no tocante a crítica a noção de documento.

“GOVERNO CRIMINOSO: ainda o saneamento de Campina Grande”. Esta é a frase que chama a atenção do leitor para a matéria de capa do jornal *Voz do Dia* de 29 de Maio de 1945, a qual realiza uma grande incursão sobre o estado de toda a estrutura do sistema de água e esgotos da cidade, matéria que ocupa toda a capa e levanta sérias críticas a Ruy Carneiro, apontando o descaso promovido em seu governo sobre a manutenção de toda a rede. Antes da descrição de cada dos elementos da estrutura e de seus problemas, foi feita pelo autor uma pequena narrativa com o fim de memorar e contextualizar o leitor quanto a importância de cada uma para a rede de abastecimento de água e de esgotos como um todo e para seu regular funcionamento. Nessa contextualização são feitos elogios ao antigo interventor e a obra, principalmente sobre a tecnologia empregada e de como tal deveria funcionar se estivesse em sua perfeita utilidade e manutenção. No entanto, preferimos destacar a seguir os trechos em que as denúncias são feitas contra Ruy Carneiro e aquelas que nos permitem uma melhor percepção do estado de tal estrutura, sempre levando em conta os interesses políticos do jornal.

Como o assunto do momento eram os desdobramentos da II Guerra, o articulista inicia a matéria comparando Campina Grande com as cidades envolvidas e atingidas pelo conflito, afirmando que “poucos centros de população da Europa, diariamente castigados, sofreram maiores estragos, no respeitante às suas instalações de água e esgotos do que a cidade de Campina Grande, durante estes cinco anos da administração do Sr. Ruy Carneiro”. O autor lamenta que este tempo de governo estivesse pesando aos campinenses como séculos, visto que as cidades envolvidas com o conflito já estavam normalizando seu abastecimento, “e quanto a nós vão eles caminhando para a completa ruína, o que demonstra ser o trabalho subterrâneo e silencioso mais destruidor do que o pesado bombardeio aéreo” (*Voz do Dia*, 29 de Maio de 1945). Ao referir-se ao “trabalho subterrâneo e silencioso”, o autor fala justamente daquilo que a censura impedia ser noticiado até então e àquilo que prontamente se replicava no órgão oficial, visto que, este último, afirmava que se tratavam de injurias proferidas por inimigos do governo. Enquanto isso, na espreita e gradativamente era destruída a “obra redentora da cidade”.

A primeira estrutura colocada em pauta é o reservatório, mais especificamente sobre as áreas de proteção das cabeceiras do Riacho Vaca Brava, sobre estas o referido jornal discorre que durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo foi proposto pelos engenheiros especializados da firma Saturnino de Brito Filho que se delimitasse, por cercas de arame apoiados em mourões de concreto, uma área de 800 hectares necessária a preservação da salubridade das águas. Para tanto, o governo chegou a iniciar o processo de desapropriação dessa área e outros terrenos próximos com este fim. Assim se evitaria a presença de moradias próximas que com fossas sanitárias contaminassem as águas, como também, manter-se-ia distante os animais que por ventura se utilizassem deste reservatório para matar a sede e realizar suas evacuações. Essas foram medidas que começaram a ser tomadas pelo governo de Argemiro, mas não foram concluídas. Assim, o *Voz do Dia* faz a seguinte denúncia sobre esta área:

Não houve tempo de desapropriá-la e cercá-la. Foi quando saltou na Paraíba o sr. Rui Carneiro, agitando um lenço vermelho, que bem prenunciava os seus atos de vingança e destruição. Começou aí o nosso martirologio (*sic*). A propriedade, salpicada de casas de lavradores, coberta de lavoura, cheia de animais; a única providência do novo governo foi mandar para lá um “zelador”, com a incumbência de partilhar o terreno e encarregar-se do recebimento dos foros. Continuam as nascentes expostas a toda a sorte de contaminação (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

Podemos ver que o referido jornal parte da iniciativa do governo de Argemiro no sentido de desapropriar a área para preservar as águas da barragem, retomando assim aqueles elogios ao ex-interventor, mas logo inicia as acusações à Ruy Carneiro, como se este estivesse agindo no combate contra o Estado e ao sistema de saneamento. A analogia utilizada coloca Ruy Carneiro como um combatente que ao agitar um lenço vermelho declarava guerra, fazendo assim uma referência aos conflitos mundiais que ocorriam na época e Carneiro como um representante do totalitarismo, mas também, faz alusão a sua chegada repentina ao governo, vindo de outro Estado para a Paraíba através autoritarismo do Estado Novo, sem apoio dos conterrâneos, atacando, destruindo e vingando-se. É com a chegada de Ruy Carneiro, que o jornal coloca como sendo o início do sofrimento, do martírio dos paraibanos, mais especificamente dos campinenses.

A respeito da propriedade que deveria ser delimitada e preservada, o jornal faz sérias acusações, explicitando que o interventor, ao invés de realizar aquilo que estava previsto, impedindo a moradia, o plantio e a criação de animais, ocorreu o contrário, foi permitido o alojamento de agricultores, que logo multiplicou o número de moradias nas proximidades da área de proteção. Uma questão que merece consideração nessa denúncia diz respeito à introdução de um “zelador”, que de acordo com o jornal, não mantinha a função de preservar a área, já que essa seria a sua função primordial, mas que na verdade este estava ali para cobrar os foros, ou seja, taxas dos agricultores e criadores naquelas proximidades pelo uso da terra, como faziam os antigos coronéis. Portanto, não estava sendo realizada a ação necessária de preservação, mas desenvolvendo uma forma de angariar fundos que possivelmente não eram declarados ou revertidos ao tesouro a partir de uma propriedade do Estado, promovendo uma atividade ilícita e de enriquecimento denunciada pelo jornal.

Sobre o aqueduto, inicialmente o trecho da matéria pretende mostrar que abandonar, dismantelar, sucatear o sistema de abastecimento eram os objetivos do governo e que os funcionários já haviam sido instruídos nesse sentido, indicando que este era o objetivo de Ruy Carneiro ou de seus comandados, atribuindo enfaticamente a este governo a responsabilidade pela situação. Talvez, não tenha sido esta a ordem diretamente dada, mas diante dos entraves burocráticos e da morosidade em ter as solicitações atendidas, como vimos anteriormente, de algum modo, deve ter provocado certo desleixo, visto que enquanto não eram enviadas as verbas e os materiais para a realização dos serviços, os funcionários pouco podiam fazer. Por isso o trecho citado da matéria inicia discorrendo sobre o abandono, seja pela falta de funcionários, de verbas ou de ordens de serviço para solucionar tal avaria, a referida maquinaria estava no mais completo desamparo.

Ante o abandono a que tudo aquilo foi relegado, cedo compreenderam os funcionários que a ordem era acabar. E uma fenda foi aberta em certa parte do conduto. Vem há meses a água por ela escorrendo, em maior porção do que a encaminhada ao filtro, sem que apareça por lá alguém com autoridade para mandar fazer o ligeiro reparo, que equivale a evitar novo escoadouro do açude (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

O jornal denuncia que uma “fenda foi aberta” no aqueduto, tratava-se daquela composição inicial que captava a água da barragem para o pré-filtro. Não falam que o aqueduto rachou ou quebrou pelo desgaste natural, o que demandava manutenção e reparos, mas que a fenda foi deliberadamente provocada, resultando em uma vazão que há alguns meses estava diminuindo o fluxo de água destinado ao pré-filtro e, conseqüentemente, ao tratamento e distribuição, perdendo-se essa quantidade de água antes mesmo de entrar no sistema de tratamento inicial. O jornal então afirma que não havia um funcionário que desse a ordem de serviço, em virtude de faltar naquela localidade um funcionário especializado para fazê-lo, além disso, o articulista opina que essa fenda em breve poderia transformar-se em um novo sangradouro para a barragem.

Ao tratar dos motores, inicialmente o autor da matéria faz um percurso narrativo elencando toda a tecnologia e modernidade empregada na construção da Estação Elevatória ao lado direito do riacho Guarim, maquinaria essa que abrigava os três motores necessários para elevar a água pela Linha de Recalque para a Caixa de Partida, que daí, seguia por gravidade pela Adução para a Estação de Tratamento no Alto Branco em Campina Grande. Para a construção de tal narrativa o jornal resgata a voz de José Fernal, o engenheiro chefe da antiga Comissão de Saneamento, nesse sentido, descreve-se a o complexo, fala-se da potência do grupo de motores alemães automatizados, dos reservatórios de combustível e da necessidade de um funcionário especializado para a manutenção dos equipamentos, sendo que para este responsável foi construída uma confortável casa com lagos e pinheiros. Entretanto:

Dentro de pouco tempo conseguiu o sr. Rui Carneiro inutilizar todo aquele precioso maquinário. Dois dos motores estão inteiramente arrebentados, sem nenhuma possibilidade de concerto. O outro já bastante remendado, terá curta duração. Receando vir a faltar água definitivamente na cidade, andam por lá a montar às pressas um motor usado, adquirido no interior do Estado de Alagoas. (...) Na suposição de que aquele conjunto de máquinas fosse sempre confiado a pessoas idôneas e capazes, esmerou-se o Escritório Saturnino de Brito em preparar a residência do chefe com apuros de conforto e comodidade. (...) Foi nesse Édem que o sr. Rui Carneiro localizou um bruto, com a incumbência de arrasar o que hoje não é mais possível ao Estado obter, nem reparar. (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

De início a citação acima acusa o interventor pelo deliberado desmantelo dos motores, os quais em menos de sete anos de uso (desde a inauguração em 1939) já estavam quebrados e sem a manutenção necessária. Dos três motores, dois estavam emprestáveis, inviáveis até para o concerto, e o único que ainda funcionava já estava precário, por isso, a quantidade de água direcionada para a Caixa de Partida era menor, e conseqüentemente também chegava ao tratamento em Campina Grande em baixa quantidade, o que explica a dificuldade em abastecer parte alta da cidade como já referimos anteriormente. Devemos lembrar que este era um sistema que a distribuição ocorria por gravidade a partir de vasos comunicantes e de uma segunda estação elevatória com motores que bombeavam a água para o Reservatório R3 no Monte Santo. Acreditamos que nesse momento ocorria uma grande limitação da quantidade de água fornecida, contribuindo assim para que a água suprisse apenas as necessidades dos moradores das partes baixas da cidade, e que por isso, no intuito de armazenar o líquido para as necessidades diárias por algum tempo (pois não se tinha a segurança na regularidade), a pouca água não dava conta de abastecer toda a rede de distribuição e nem possibilitava o seu bombeamento para o Reservatório R3, o que acabava forçando os motores.

Para evitar o completo fim do fornecimento de água, o jornal denuncia que outro motor usado estava sendo providenciado para substituir este que já estava com sua vida útil comprometida, assim, a justificativa baseada nas dificuldades para manter o nível da barragem continuaria sendo usada pelo governo e publicada no órgão oficial (justificativa já tratada por nós anteriormente neste tópico), havendo dessa forma a redução da água disponível, mas não a sua interrupção definitiva. O motor aludido para a substituição, de acordo com a matéria, foi conseguido de alguma forma no interior do Estado de Alagoas, não se identifica especificamente de que cidade, quais as condições mecânicas desse aparelho e nem como compra desse maquinário foi realizado, mas o autor deixa implícito que essa é uma medida paliativa tomada pelo interventor, mostrando assim que não foram feitos esforços consideráveis para investir na compra de um motor novo. Assim, o jornal faz mais uma crítica à Ruy Carneiro, já que expõe que o interventor não estava revertendo verbas necessárias para a manutenção e regularidade do abastecimento de Campina Grande.

Percebemos também na citação acima que o autor da matéria não poupou esforços para mostrar a discrepância entre o que foi pensado pela Firma Saturnino

de Brito Filho e o descuido que estava acontecendo em torno dos motores. Ao falar sobre a casa construída para o operador dos motores, o jornal realiza antes uma curta descrição daquele “Éden”, daquele paraíso construído com todo conforto, com uma lagoa e eucaliptos em volta da casa. Apesar de boa parte do funcionamento dos motores serem acionados por mecanismos automáticos, fazia-se necessário a presença de um funcionário técnico responsável pela manutenção, por isso a necessidade deste morar próximo. A previsão da firma de Brito Filho era que ali habitasse um profissional capacitado para tal serviço, no entanto, o jornal afirma que lá existia um “bruto”, ou seja, um funcionário sem a devida competência para realizar a manutenção e regularizar o trabalho dos motores, o que enfaticamente o jornal afirma que Ruy Carneiro colocou este funcionário sem o devido preparo para que o seu sucateamento fosse eminente.

A adutora, como já nos referimos anteriormente, era constituída de canos de 35 cm, trazendo a água por gravidade da Caixa de Partida localizada a 120 metros de altura por uma extensão de 28.040 metros até a Estação de Tratamento no Alto Branco em Campina Grande. Antes do trecho que citaremos a seguir, os redatores realizam o elogio a toda aquele aparato técnico, fruto da engenharia nacional que recortava os confins da região e trazia a água de Vaca Brava para a cidade. Também é evidenciado um trecho das corriqueiras entrevistas realizadas pelo *Voz da Borborema* ao engenheiro chefe das obras, o sr. José Fernal, neste trecho de entrevista o mesmo explicita que diariamente era realizado um trabalho preventivo em todo o percurso da adutora, que funcionários equipados com rádios portáteis faziam a verificação dos canos e das emendas para averiguar as possíveis rachaduras e vazamentos provocados pela dilatação dos canos em decorrência do calor, o que gerava esporadicamente vazamentos de água que rapidamente eram concertados. No entanto, o *Voz do Dia* faz a seguinte colocação sobre isso:

Ao invés de ligeiras fugas do líquido, pelas juntas resultantes da dilatação, o de que temos notícia, e com frequência impressionante, é do arrebetamento de canos, confirmado pelos próprios funcionários da repartição, como justificativa, toda vez que a água desaparece por tempo mais ou menos longo (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

Fica em evidência nesta relato que o vazamento da água por estes canos que sofriam a ação da dilatação era constante, tanto que, de acordo com o redator, essa

era a justificativa mais comum dada pelos funcionários da própria Repartição para a frequente falta de água. Para evitar esse arrebitamento dos canos, Fernal orientava, de acordo com o jornal, que equipes de inspeção fossem designadas para averiguar a integridade dos canos e das emendas da adutora, que esse trabalho constante e diário evitaria maiores gastos e a interrupção do fornecimento de água para a cidade. Se estes rompimentos eram freqüentes, é porque não existia essa equipe de inspeção, algo que, para o governo era justificado como corte de gastos, uma redução na folha de pagamentos, mas o *Voz do Dia* mostra isso como um corte de verba que gradativamente causaram a falta de averiguação da necessidade de pequenos concertos, que em pouco tempo demandavam maiores recursos e serviços de reparo.

No que diz respeito à Estação de Tratamento no bairro do Alto Branco, pouco o autor da matéria pôde falar, em virtude de que os portões estavam fechados, impedindo a sua avaliação *in loco*. Não sabemos se isso se dava pela inoperância da Estação ou pelo interesse do governo em evitar a entrada de visitantes que poderiam propagar maiores críticas à situação da Estação. Contudo, a falta constante de água por longos dias era tão frequente que não se exigia mais o seu tratamento e cloração, apenas reivindicavam que o fornecimento não fosse interrompido, mesmo correndo o risco de contaminações e o possível desenvolvimento de epidemias como aconteciam antes da inauguração da rede de abastecimento. O grande temor era que tal situação resultasse no completo desmantelamento de todo sistema, de modo que sua recuperação fosse impossível de ser realizada.

Quanto a estação de tratamento, no Alto Branco, trancado o portão aos visitantes, nada podemos dizer sobre o que por lá se passa. (...) Pode o sr. Rui Carneiro continuar a trazer a estação aferrolhada. Chegamos a um estado em que não nos interessa a qualidade da água, se ela é ou não tratada. Correndo o risco de todas as infecções entéricas, o que desejamos é que não venha a desaparecer de vez, com o desmantelamento integral de todos os serviços (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

A barragem de Puxinanã e Grota Funda estão localizadas a 11.680 metros de distância, chegando por gravidade ao Reservatório no bairro do Monte Santo. Antes das obras de saneamento empreendidas pelo escritório Saturnino de Brito Filho,

este servia para abastecer a cidade com água sem tratamento, principalmente para suprir as necessidades das atividades produtivas e do comércio. Com a implantação da rede de abastecimento este reservatório foi reaproveitado para abastecer a parte alta da cidade, visto que o Reservatório R3 armazenava a água destinada aos lares e ao comércio do centro urbano. Na eventual impossibilidade de se distribuir água tratada a partir de Vaca Brava, esta adutora e este reservatório eram uma alternativa viável, que mesmo sem passar pelo tratamento e cloração poderia suprir com suas limitações as necessidades da cidade. Mas esta adutora também teria sido alvo dos interesses do governo de Ruy Carneiro, e sobre isso critica o jornal:

Não trepidou o sr. Rui Carneiro em inutilizar esse serviço, arrancando toda a linha adutora, de mais de 10.000 metros, para empregar os canos em empresas particulares e em obras de importância secundária. O restante foi atirado por aí, aos montes, como ainda se vê na rua principal de Esperança (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

Mais uma vez acusações diretas são feitas ao interventor, afirmado que este arrancou praticamente toda a linha adutora que trazia água de Puxinanã para Campina Grande, pois dos 11.680 metros de canos, 10 mil foram retirados por ordem de Ruy Carneiro, de acordo com a matéria citada. As acusações seguem, afirmando que foram retirados os canos e empregados para atender os interesses de empresas privadas, e estas nos fazem deduzir que eram aliados do governo, visto que o interventor manteve estreitas relações com essa classe, elemento que também serviu de argumento das críticas feitas por esse jornal. Não conseguimos identificar o que os editores da matéria consideravam como “obra de importância secundária”, mas é provável que estas fossem obras de abastecimento de outras cidades, principalmente aquelas próximas à barragem, como Remígio e Esperança, cidades que possuíam menor importância política e econômica para o Estado na época, e foi nesta última que o autor anônimo da matéria indica que existiam canos da adutora armazenados no centro da cidade.

A Estação de Tratamento de Esgotos era uma das estruturas da rede que mais enchiam de orgulho os campinenses letrados e que glorificava o nome do ex-interventor, visto que se tratava de uma obra eminentemente moderna, não existindo, segundo este discurso de exaltação, outra de igual magnitude no Brasil. Todo o seu funcionamento era por maquinários automáticos, que além de tratar o

esgoto ainda gerava em suas câmaras digestoras o gás necessário para manter os motores e a iluminação com eletricidade dos geradores, existindo ali também uma moradia para o funcionário responsável pela manutenção. Estrutura essa que atraía os olhares de engenheiros de outras partes do país que vinham visitar a cidade e as suas instalações para conferirem de perto aquela joia da engenharia sanitária no país, projetada pela empresa de maior credibilidade no país e reconhecida internacionalmente pelos trabalhos de construção e pela literatura no campo do saber higienista produzidas pelo seu proprietário. Sobre a Estação de Tratamento o jornal fez a seguinte colocação:

Mesmo assim, não trepidou o sr. Rui Carneiro em deixá-la ai inteiro abandono, com suas secções de tratamento há muito paralizadas (sic), a ponto de transformar se (sic) não em motivo de visitas; mas em local que todos evitam e dele cautelosamente se afastam (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

A matéria denuncia que a Estação de Tratamento já estava há algum tempo paralisada, sem realizar a sua principal função que era a de promover o tratamento dos esgotos sanitários da cidade, sendo então entregue ao “inteiro abandono”. Desde a época de sua construção a Estação de Tratamento atraía a visita de engenheiros, como a que foi feita pelo Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco e que foi amplamente divulgada tanto pelo jornal *A União*, quanto pelo *Voz da Borborema* (visita essa que foi por nós colocada no capítulo anterior). Diante da situação de abandono, os redatores afirmam que a referida Estação deixou de ser um local de visitas, de orgulho da engenharia sanitária do país, passando a ser um lugar em que se evitava, que deixava de ser atrativa e passava a ser motivo de preocupação, pois “cautelosamente se afastam” as pessoas de lá, em virtude de que este não tratava mais os esgotos, despejando-os com toda a contaminação decorrente dos dejetos sanitários da cidade.

Com esta colocação sobre a Estação de Tratamento de Esgotos a matéria encerra sua exposição de cada um dos elementos constituintes do sistema de saneamento de Campina Grande, explicitando qual a situação destes e denunciando a falta de ações voltadas para a manutenção desta rede durante o governo do interventor Ruy Carneiro. A matéria conclui seus argumentos contra o interventor destacando em traços ufanísticos as características populacionais e a importância

de Campina Grande para o cenário econômico do Estado, mas enfatizando mais uma vez que foi Ruy Carneiro o grande responsável pelo desmantelamento de um sistema de abastecimento que funcionava perfeitamente e que foi em menos de sete anos relegado ao sucateamento. Sistema de tratamento e distribuição esse que foi considerado e propalado durante mais de quatro anos do governo de Argemiro como a panacéia de todos os problemas econômicos da cidade, obra que proporcionava o conforto, a salubridade e a perspectiva futura em relação ao progresso de Campina Grande. Governo este que além de prejudicar toda uma cidade, também não proporcionou, de acordo com a matéria, nenhuma obra de vulto nas áreas da Educação e da Saúde para os paraibanos.

Aí está, em ligeiros traços o que tem sido a administração do sr. Rui Carneiro, concernente a uma cidade de 50.000 habitantes, que é o maior empório comercial do norte do País, que concorre para o erário com um terço da arrecadação total do Estado. Não construiu uma escola, não fez um hospital, não amparou eficientemente uma obra social de iniciativa privada. E arruinou, até aos limites da inutilidade, o nosso serviço de água e esgotos, com menos de sete anos de uso, que era o fator principal de nosso progresso, a garantia do nosso relativo conforto e bem estar, a segurança de nossa saúde (VOZ DO DIA, 29 de Maio de 1945).

No mês seguinte após a publicação desta matéria, ainda repercutia na cidade as denúncias feitas pelo *Voz do Dia*, encorajando também outras pessoas a se posicionarem frente a um governo que foi considerado o responsável pela destruição daquele patrimônio campinense. O sr. Carlos Granville enviou uma carta parabenizando a coragem dos editores mas também reconhecendo este como a “voz dos campinenses”, carta esta que foi oportunamente publicada pelo jornal como mais uma manifestação contra o governo, sendo que esta mostrava que o descontentamento transpassava as paredes daquela redação e chegava aos leitores, cidadãos diretamente atingidos pelas ações do governo. No trecho destacado a seguir, verificamos que mais acusações diretas são feitas contra o interventor, tanto sobre o abandono e a falta de manutenção da rede de abastecimento quanto pelos ataques ao ex-interventor Argemiro de Figueiredo. Percebemos também que os argumentos mais uma vez retomam a questão da importância da cidade para a arrecadação do Estado e o abandono do governo para

com esta população, que mesmo sabendo o que fazer, em virtude das propostas lançadas por Brito Filho na Associação Comercial, o governo não as concretizavam.

Realmente, sr. Diretor, o interventor Ruy Carneiro, conforme bem salientou o vosso editorial vazado na exposição de fatos do domínio público, desmantelou a base, o fundamento da grandeza e do progresso, cada dia crescente, de Campina Grande, deixando, conscientemente, deliberadamente em verdadeiro abandono o nosso serviço de água e esgoto, que foi considerado como uma obra capaz de servir de padrão e de orgulho da engenharia sanitária do Brasil. E todos nesta cidade se lembram de quando era perfeito o serviço. Mas, como a grande obra foi realizada na administração passada, o sr. Ruy Carneiro julgou indispensável desmantelá-la, embora custasse isso a ruína do maior empório comercial do nordeste, no intuito inferior de obscurecer o brilho daquela administração. Dominado por um sentimento mesquinho, esqueceu-se o interventor de que demolia a obra mais notável e eficiente do Estado, o que importava, ao mesmo tempo, no maior mal que podia fazer à população do município mais importante do nordeste e o que maiores rendas produz para o erário público. A solução para o problema, porém, não é tão difícil, pois conforme a palavra de Saturnino de Brito, com uma caixinha do custo de cinqüenta mil cruzeiros tudo ficaria mais ou menos resolvido. (...) Ninguém ignora que o sr. Ruy Carneiro é o único responsável por esta desgraçada falta d'água (CARTA do sr. Carlos Granvile . In VOZ DO DIA, 06 de Junho de 1945).

Estas acusações publicadas no jornal *Voz do Dia* são relatos de um grupo que se pronunciava pelo jornal e que se declarava enquanto opositores do Estado Novo e por consequência do governo de Ruy Carneiro. Em grande medida, este posicionamento político interferiu no discurso construído contra o governo como também na avaliação e exposição da situação da rede de abastecimento. Mas mesmo assim estes são indícios de grande relevância que nos mostraram e nos permitiram analisar como em menos de sete anos após a inauguração o sistema de água e esgoto estava em processo gradual de sucateamento, interferindo diretamente na quantidade e na qualidade da água distribuída na cidade, gerando consequentes racionamentos e criando um novo clima de dúvidas sobre a situação das águas de Campina Grande. No entanto, esta fonte escrita também nos permitiu compreender como e por quais instrumentos a oposição ao Estado Novo e ao governo de Ruy Carneiro se manifestou em Campina Grande, que ao atacar o interventor, lhe atribuiu diretamente, enfaticamente a responsabilidade por todos os problemas adquiridos na rede de abastecimento, como também, lhe acusavam de má administração nas finanças do Estado e de realizar um governo que pôs em primeiro plano os interesses políticos ante os anseios da população.

Também é importante ressaltar que apesar do Estado Novo manter uma série de medidas modernizantes e estruturantes no país, em alguns casos, como foi este aqui na Paraíba, os interesses políticos sobrepuseram os anseios da população e comprometeram em grande medida toda aquela obra que prometia ser a redenção da cidade. Como vimos no capítulo anterior, Argemiro de Figueiredo utilizou da imprensa oficiais para elaborar a sua imagem enquanto interventor e de seu governo. Ruy Carneiro, ao assumir, estabelece um novo modelo de administração e uma nova base política de apoio, mas foi também, por este mesmo meio de comunicação que o governo de Ruy Carneiro buscou promover uma campanha de desconstrução da imagem do ex-interventor. Mas as palavras não bastaram, tudo aquilo que memorava Argemiro foi gradativamente desconstruído, inclusive o sistema de água e esgotos de Campina Grande, pois esta obra como um todo ocupava no imaginário campinense um fonte significado simbólico que foi continuamente elaborado durante a gestão de Argemiro, carregando em cada gota de água saída das torneiras das casas e nos chafarizes o nome daquele que foi considerado o grande responsável por sua concretização.

O ano de 1945 marcou a história política do país e da Paraíba, quando partidos políticos começaram suas articulações e a partir do segundo semestre iniciou-se a campanha pelo processo de redemocratização do país, quando Vargas convocou eleições gerais e diretas para os Poderes Executivo e Legislativo, além da eleição para os deputados constituintes, pleito a ser realizado no dia 2 de dezembro de 1945. Dubiamente Getúlio agia em apoio ao seu candidato à presidência, o general Eurico Gaspar Dutra, mas também incentivava o movimento conhecido como *queremismo* (*Queremos Getúlio*), que defendia a sua permanência no governo, seja como ditador ou como presidente eleito, e para isso o queriam como candidato ao pleito. Porém, temendo essa espetacular demonstração de populismo, seus opositores, a UDN e os militares, trataram de apressar sua queda. A queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi o resultado de um jogo político muito complexo. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder, sendo obrigado, ainda, a declarar publicamente que concordava com sua saída (NAHES, 2007, p. 69).

Ruy Carneiro deixou o cargo que exerceu até 16 de setembro de 1945, quando solicitou exoneração a fim de voltar às suas atividades no Banco do Brasil, tendo sido substituído interinamente na interventoria da Paraíba pelo Dr. Samuel Duarte, que ocupava o cargo de Secretário do Interior e Segurança Pública do seu

governo. Com a saída de Ruy Carneiro, também deixou a Prefeitura de Campina Grande o sr. Severino Gomes Procópio, assumindo no seu lugar Raimundo Viana Macedo. Logo depois, com a saída de Vargas, assumiu o governo Federal o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que designou o Desembargador Severino Montenegro para a interventoria da Paraíba, assumindo o cargo de 05 de Novembro até 13 de fevereiro de 1946.

Assim agonizou o Estado Novo em seus últimos tempos. Com as eleições presidenciais, seguida da posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, a assembléia constituinte iniciou os trabalhos em prol de uma nova Constituição. Após Montenegro, assumiu a interventoria da Paraíba o sr. Odon Bezerra Cavalcanti⁸⁵, governando o Estado de 13 de fevereiro de 1946 até o dia 20 de setembro de 1946. José Gomes da Silva foi o último a ser nomeado interventor federal da Paraíba por Eurico Gaspar Dutra, o qual o Estado governou de 20 de setembro de 1946 a 4 de março de 1947, ficando responsável pela organização dos pleitos estaduais e municipais que foram realizados ainda naquele ano em que assumiu o cargo, eleições estas que já seriam organizadas sob as determinações da nova constituição, bem como, os eleitos nesse pleito se submeteriam a nova Carta Magna.

3.3 “Essa água mata até porcos”: tramas políticas e representações sobre a crise do abastecimento.

Segundo Martha Lúcia Ribeiro Araújo (2000, p. 86), as eleições constituintes, estaduais e municipais ocorridas a partir de 1946 significaram uma nova forma de fazer política no país, monta-se uma nova relação entre o poder público e a sociedade civil, visto que as tradicionais formas de cooptação popular precisaram ser ressignificadas, dando aporte para a utilização de comícios em praça pública, passeatas e maior participação do leitorado no processo democrático. Trata-se de um momento de transição em que as forças políticas buscaram apoio financeiro

⁸⁵ Odon Bezerra Cavalcanti, nasceu em Bananeiras (PB) em 20 de maio de 1901 e faleceu em João Pessoa no dia 12 de agosto de 1949. Após o colapso do Estado Novo, no Governo Dutra, por ato presidencial de 6 de fevereiro de 1946, Odon Bezerra foi nomeado Interventor da Paraíba, empossando-se em suas funções no dia 14 seguinte. Em sua interventoria, o ato marcante foi a criação do Departamento de Estradas de Rodagem (atual DER). Filiado ao Partido Social Democrático, a 22 de setembro de 1946, renunciou ao cargo de Interventor e lançou-se candidato à Assembléia Estadual Constituinte de 1947.

junto ao empresariado, ao mesmo tempo em que antigas figuras do poder reajustaram as formas de angariar votos, alguns voltando ao centro do poder local. Em âmbito estadual, foi eleito Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (candidato pela UDN), que governou o Estado a partir de 4 de março de 1947, sendo o primeiro a eleger-se pelo voto direto e universal, exercendo seu mandato até 1950, quando renunciou para disputar uma vaga na Câmara Federal, que obtendo êxito exerceu o mandato de 1951 até 1954. No entanto, mantiveram-se no centro da política estadual Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, José Américo, Wergniaud Wanderley e outros alinhados com o PSD e com a UDN.

Desde 1937 quando houve a nomeação de Argemiro para a interventoria e ocorreu o seu rompimento com José Américo, existia certo clima de disputa entre estas figuras representativas, mas foi com a fundação da UDN em 1945 e as articulações aqui na Paraíba que estas diferenças se acentuaram, apesar de serem mantidas algumas cordialidades em razão dos aliados em comum. Mas o rompimento em definitivo já era esperado, tanto que formou-se duas alas dentro do partido, dos que estavam do lado de Argemiro, e dos que estavam do lado de José Américo, e destas formou-se duas vertentes para a Constituinte de 1946, como também para as eleições municipais e estaduais (MELO; RODRIGUES, 198-?, p. 161).

Com as eleições municipais, a cisão dentro da UDN foi evidenciada, Argemiro, o grande chefe político da UDN no Estado indicou Veneziano Viltal do Rego para disputar o cargo de Prefeito de Campina Grande, tendo José de Brito como vice-prefeito, contrariando os interesses da ala americista que buscou formar a Coligação Democrática Campinense (CDC), composta pela aliança entre o Partido Libertador (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrata Cristão (PDC), além do apoio dos comunistas. Essa coligação resolveu lançar a candidatura do médico Elpídio Josué de Almeida (PL) para prefeito e Antônio Rodembusch como vice-prefeito, que após disputadíssimas e conflitantes campanhas pelo pleito venceu as eleições Elpídio de Almeida, ocupando o cargo de Prefeito até o ano de 1950, quando deixou o cargo para disputar as eleições para a Câmara federal. A sua gestão municipal promoveu uma série de medidas que alteraram a configuração urbana da cidade, entre elas, implantou eletricidade em alguns bairros, construiu a Maternidade Municipal (hoje o Instituto de

Saúde Elpídio de Almeida – ISEA) e alargou algumas ruas no centro e dos subúrbios (SYVESTRE, 1982).

A disputa pelo governo municipal foi um aperitivo em relação ao que veio a acontecer para o pleito estadual e ao senado em 1950, eleições que apresentaram-se de maneira bastante controversa envolvendo os três nomes mais representativos da política do Estado: Argemiro de Figueiredo (UDN) e José Américo de Almeida (CDP) disputando o governo do Estado, e Ruy Carneiro (PSD) na disputa pelo senado. Foram mais de seis meses de campanha, de mobilizações e propaganda com o fim de angariar votos, quando então a cisma dentro da UDN se manteve e desta divisão foi estabelecida a Coligação Democrática Paraibana (CDP, conseqüência da Coligação Democrática Campinense), com o fim de reorganizar a aliança anterior para ter força em âmbito estadual, que também manteve aliança com Ruy Carneiro e o PSD. Nestas campanhas eleitorais aconteceram grandes comícios, apresentações de artistas de renome nacional, muitos panfletos e enormes passeatas foram organizadas, mas foi também quando ocorreu em Campina Grande o fatídico 9 de Julho, em que aconteceu a Chacina da Praça da Bandeira logo após o comício da UDN⁸⁶.

Ao fim das eleições estaduais de 1950, José Américo obteve vitória, exercendo o cargo entre 31 de janeiro de 1951 e 31 de janeiro de 1956, quando também Ruy Carneiro conseguiu êxito no pleito ao Senado. Essa foi a primeira grande derrota de Argemiro de Figueiredo, mas a campanha que mostrou de fato o enfraquecimento de sua influência política se deu em 1951, quando ao disputar as eleições para o cargo de prefeito contra Plínio Lemos, o indicado de Elpídio de Almeida, Argemiro não logrou êxito. Essa derrota da UDN e de Argemiro tanto em âmbito estadual quanto municipal, nos fornece indícios para três hipóteses que em seu conjunto teriam contribuído para esses resultados: a primeira diz respeito à seqüencial campanha difamatória promovida por Ruy Carneiro durante a sua interventoria, é possível que diante de tantas denúncias e acusações a imagem de

⁸⁶ A Chacina da Praça da Bandeira ocorreu no dia 09 de Julho de 1950, quando ao final do comício promovido pela UDN/PR os correligionários da CDP resolveram se concentrar e promover passeatas no centro da cidade, voltando à Praça da Bandeira foram deflagrados tiros que atingiram e mataram duas pessoas, além de outro homem que não resistiu aos ferimentos depois de ser espancado e também faleceu. Tal evento foi utilizado contra Argemiro na campanha pelo governo do Estado. Para mais detalhes sobre a Chacina da Praça da Bandeira e outros acontecimentos dessa campanha confira: SYLVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e de Morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945 / 1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982.

Argemiro tenha sido de fato desgastada frente a opinião pública; a segunda, nos permite refletir que o enfraquecimento das forças políticas da UDN, geralmente associadas ao poder oligarca e rural, tenham encontrado nesse momento democrático o descontentamento popular que se refletiu nas urnas; por fim, nos faz deduzir que as forças políticas concentradas através da CDP e de seus vários partidos, além da ascensão política de empresários e camadas urbanas ligadas à Ruy Carneiro determinou a vitória da coligação.

Foi também neste mesmo período eleitoral que ocorreu as eleições presidenciais, e nesta Vargas retorna ao governo, mas desta vez volta “nos braços do povo”, sendo eleito presidente por eleições diretas e assumindo o cargo em 1951. A volta de Getúlio significou também o retorno à política nacionalista, a qual intervinha na economia com grandes investimentos e obras de cunho modernizante e estruturante, com destaque aos setores da Indústria, do transporte e da energia. Já em 1952 Vargas decide convidar José Américo para assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1954, e foi com essa posição chave no Governo Federal e o seu largo conhecimento sobre a realidade das secas no Nordeste brasileiro que o então ministro desenvolveu uma série de iniciativas com o fim de enfrentar a estiagem na região. Assim, José Américo liberou por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), órgão subordinado ao Ministério sob sua chefia, verbas para a promoção de iniciativas contra os efeitos da seca, entre elas a construção de barragens, açudes públicos e particulares.

Erguendo a bandeira de “valorização da terra”, o governador expõe à Assembléia Legislativa as obras de açudagem que seriam realizadas nos próximos meses de sua gestão, medidas essas que evitariam, segundo ele, as migrações populacionais que já vinham ocorrendo em larga medida desde o ano de 1950. Na visão do governador, a questão do desemprego – que tomava proporções alarmantes no período das secas – surgia “[...] por não poderem os fazendeiros, a falta de reservatórios, pequenos que fossem, manter seus trabalhadores”. Para solucionar esse problema, “[...] ai o Governo empenhar-se numa campanha de açudagem” (ALMEIDA, 1951, p. 98; Apud. BARBOSA, 2011, p. 3).

Segundo Barbosa (2011), a campanha em prol da construção de açudes implementada por José Américo era uma das medidas que permitiriam a permanência dos agricultores afetados pela seca em suas cidades e na zona rural, reduzindo as migrações em direção às cidades maiores, mantendo a produção de

alimentos e de matéria-prima. Na Paraíba, José Américo também investiu, de acordo com o autor, tanto na construção de açudes quanto de estradas de rodagem pelo interior, favorecendo ao mesmo sentido a redução dos movimentos migratórios, conservando os trabalhadores flagelados da seca empregados nas obras em suas regiões. Já na metade do seu mandato, a implementação dessas obras de construção de açudes e estradas tornou-se a política pública mais estimulada pelo governo, tanto que a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado manteve-se durante a sua administração a Secretaria que mais recebia recursos do tesouro estadual e do Governo Federal através do DNOCS e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (BARBOSA, 2011, p. 10).

No contexto que ora estamos problematizando nesse trabalho, a década de 1950, o governo contava com órgãos que promoviam ações contra a estiagem, o mais importante era o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Este órgão, como vimos até aqui, administrava verbas federais e realizava projetos de construção de açudes e barragens no Nordeste, mas também angariava verbas para medidas mais pontuais, como encaminhamentos de carros-pipa e socorro as vítimas do flagelo das secas. Por muitas vezes, essas ações em cidades específicas dependiam diretamente da relação dos políticos dessas localidades com o governo federal e estadual, de modo que se fossem aliados e correligionários as construções e auxílio financeiro eram mais rapidamente atendidos. Este caráter eminentemente político permitiu o favorecimento de determinados representantes da elite econômica e política da região, de modo que estes se utilizam dessa íntima relação para atrair a simpatia e estabelecer um certo vínculo de dependência dos beneficiados para com eles. Manter a seca era estratégico para que se perpetuasse este tipo de política, este modelo de indústria que produz assistencialismo, dependência e favorece interesses político-econômicos.

Por isso, outra questão que merece reflexão de nossa parte envolve o que ficou conhecido por “Indústria da Seca”, fenômeno social que predomina nas regiões onde as constantes estiagens afetam diretamente a população pobre e que desde o século XIX marca a maneira como se faz política até os dias de hoje. A denominada “Indústria da Seca” surgiu ainda na monarquia sob a grande seca de 1877, quando foi criada a primeira grande política de combate as secas, intitulada de “política de socorros públicos”, mas que foi retomada durante a República quando outra grande seca se manifestou entre os anos de 1903-04. Possuía “(...) um caráter puramente

assistencial, quase caritativo, com distribuição de gêneros alimentícios e remédios” (FERREIRA, 1993, p. 61). De acordo com Ferreira (1993), três fatores são determinantes para que este tipo de política seja retomada em diferentes épocas, mas que predominantemente é aplicada na região que hoje chamamos de Nordeste:

1. A grave crise econômica nordestina, ampliada “(...) pelas estiagens prolongadas”.
2. A criação de uma política estatal voltada “(...) para atender aos interesses privados de determinados segmentos da sociedade em detrimento dos demais”.
3. “(...) e a criação de um lobby, sempre a postos para carrear recursos para a região Nordeste” (CUNNIF apud FERREIRA, 1993, p. 72 e 73).

Não podemos deixar de perceber com essas medidas do Governo de José Américo duas questões pertinentes: a preponderância dos interesses políticos e o caráter assistencialista. Ainda de acordo com Barbosa (2011), a maioria dos investimentos em açudagem e estradas feitas durante o governo de José Américo foram direcionados a cidades e propriedades de simpatizantes do governador, ou seja, para aquelas cidades governadas por seus coligados, onde foram seus a maioria dos votos do último pleito e em propriedades de seus correligionários. Quando se fala em “Indústria da Seca”, se pensa imediatamente em áreas rurais, principalmente dos sertões do nordeste, mas, podemos averiguar com estas questões que tal forma de fazer política também era mantida em cidades, inclusive, em Campina Grande.

Ao construir os açudes nas proximidades dos grandes municípios, José Américo unia o útil ao agradável, ou seja, abastecia uma maior parcela da população urbana dessas regiões e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de favores junto aos líderes políticos locais que, na sua grande maioria, eram os donos das grandes fazendas as quais se destinavam prioritariamente as obras, mantendo e ampliando os seus redutos eleitorais. Agindo assim, José Américo provavelmente garantia uma grande quantidade de votos nos maiores municípios do estado, em eleições futuras (BARBOSA, 2011, p. 8).

O momento político exigia novas formas de agradar o eleitorado e os grupos econômicos, por isso, o assistencialismo promovido por José Américo era realizado por meio de uma série de medidas, entre elas as obras públicas, estas visavam

favorecer os interesses de empresas particulares e de grupos da elite urbana, mas também, de acordo com o governo, aos trabalhadores que poderiam permanecer em suas regiões e ter renda para o sustento da família. Ou ainda, como elucida o Professor José Octávio (198-?), trata-se de um novo formato de populismo:

Com a ascensão de José Américo, figura muito mais próxima a 1930 do que a 45, estava-se ainda dentro do populismo, retórico e mobilizador, mas esse populismo procurava investir-se de nova roupagem com a realização de obras de envergadura em açudagem, barragem para abastecimento d'água, ensino superior, estradas e racionalização da produção para venda de alimentos baratos nas cidades (MELO; RODRIGUES, 198-?, p. 161).

Entre os vários empreendimentos desenvolvidos durante a gestão do governador e ministro José Américo de Almeida com apoio do DNOCS está o Açude Boqueirão⁸⁷, que foi construído na antiga “Vila de Boqueirão”, também chamada de “Vila de Carnoió”⁸⁸, que pertencia na época ao município de Cabaceiras. Atualmente a barragem é denominada de Açude Epitácio Pessoa e teve sua construção iniciada em 1951 com capacidade de 535.680.000 metros cúbicos d'água, construída pelo engenheiro paraibano e técnico do DNOCS Anastácio Honório Maia, o qual construiu também a estação Elevatória, de Tratamento e a adutora com canos de 500 milímetros de diâmetro e 17.200 metros de extensão até a estação de Tratamento. A taxa de fornecimento era de 22 mil metros cúbicos por dia, sendo elevada para a Estação de Tratamento em Gravatá, região do então distrito de Queimadas, daí segue por uma adutora de 20.120 metros de extensão até o Reservatório localizado no Bairro da Prata em Campina Grande (GUIMARÃES, 2001, p. 37)

Enquanto o Açude de Boqueirão estava sendo construído, visto que a obra só foi inaugurada em 1957, Campina Grande continuava sofrendo as piores agruras advindas pela falta de água. Deliberadamente sucateado, o sistema de

⁸⁷ Com a construção da barragem de Boqueirão (denominado Açude Epitácio Pessoa), vários distritos, cidades e municípios passaram a usufruir de suas águas, entre eles os distritos de Alcantil, Bodocongó, Caturité, Riacho Santo Antonio, Pocinhos e a própria Boqueirão de Cabaceiras, além das cidades de Queimadas, Campina Grande e Barra de São Miguel, dentre outras. A inauguração definitiva da barragem se deu no dia 17 de janeiro de 1957.

⁸⁸ A “Vila de Carnoió”, mais conhecida como “Vila de Boqueirão” pertencia ao município de Cabaceiras. No dia 30 de abril de 1959, foi assinada a Lei nº 2.078 que emancipou administrativamente a Vila, elevando-a a categoria de município de Boqueirão, passando este a conglomerar-se com mais outros distritos, entre eles o Alcantil, Bodocongó, Caturité e Riacho Santo Antônio.

abastecimento a partir de Vaca Brava estava a cada ano que se passava cada vez mais prejudicado, interferindo diretamente nos interesses econômicos dos empresários locais, mas principalmente, proporcionando as maiores dificuldades para os campinenses que dependiam destas águas para abastecer as suas casas e para a sobrevivência. Tanto a rede domiciliar e comercial de distribuição da água foi afetada quando o fornecimento nos chafarizes, de modo que a falta de água não escolheu classe social e nem área da cidade, faltou o recurso para todos. O *Jornal de Campina*, órgão noticioso que começou a circular na cidade em 17 de Agosto de 1952, nos forneceu indícios relevantes sobre a situação do abastecimento da água da cidade nesse período, bem como, sobre as críticas feitas contra o governo enquanto se realizava a construção da Barragem de Boqueirão. Tal jornal mantinha acirrada campanha contra o governo de José Américo, mas também fazia sérias críticas ao governo municipal de Plínio Lemos, ambos ligados ao grupo político vinculado à Coligação Democrática Paraibana e à Coligação Democrática Campinense.

Na primeira edição do *Jornal de Campina*, os redatores realizaram uma pequena incursão sobre a situação do sistema de abastecimento de Campina Grande a partir da Barragem de Vaca Brava, discorrendo sobre o estado em que se encontrava tal sistema no decorrer dos anos, desde 1939 até o ano de 1952. Algumas questões bastante pertinentes são destacadas por tal matéria, entre elas o crescimento populacional da cidade e a falta de reparos na estrutura, sejam para conservar ou para ampliar o fornecimento de água. Sobre essa última, ainda acrescenta a ação (ou a falta dela) dos governos que sucederam Argemiro. Assim, podemos perceber que a demanda por água aumentou consideravelmente, mas que isso não significou o aumento da acumulação e do fornecimento, que associado ao sucateamento da rede, interferiu diretamente na quantidade de água tratada disponível para a população. Sobre o aumento do consumo, o *Jornal de Campina* destaca que a rede de abastecimento a partir de Vaca Brava significou:

(...) mais moderno serviço do saneamento de todo o norte do país. Serviço este construído para fornecer água a 33.000 habitantes. Devido ao natural crescimento da cidade, o serviço fora feito com adaptações para ser duplicado e até triplicado acompanhando a evolução natural de seu crescimento. Tudo dependeria da boa orientação dada pelos poderes públicos. Mas tal coisa não aconteceu. E a cidade começou a crescer, a crescer até que ... EM 1952 Depois de um aumento de 127%, passando de

trinta e três mil para setenta e cinco mil habitantes em quase 13 anos, por incrível que isso pareça, o serviço construído em 1939 ainda é o mesmo no atual ano de 1952. SITUAÇÃO ATUAL A situação atual, entretanto tomou um caráter muito grave. Naquela época os canos eram novos, novos eram os motores, enfim toda a maquinaria. Hoje, porém, o estado em que se encontra o saneamento é desolador, um montão de ferro-velho para fazer o milagre e da varinha de Moisés, isto é, fornecer água para setenta e cinco mil pessoas quando a quantidade disponível mal chega para a quota mínima de um terço da população (JORNAL DE CAMPINA, 17 de Agosto de 1952).

Na citação acima podemos perceber que, de acordo com o jornal, o crescimento populacional da cidade no período de 13 anos foi de 127%, passando de 33 mil habitantes para 75 mil⁸⁹, já a capacidade de fornecimento da estrutura do sistema de abastecimento a partir de Vaca Brava continuava a mesma de quando foi inaugurada, mantendo menos de 4.000 mc por dia, sendo esta quantidade muito inferior ao necessário. Desde que a obra estava sendo construída, os jornais anunciavam que o Escritório Saturnino de Brito Filho elaborou um projeto de construção voltando também para as necessidades futuras, visto que poderiam ser adaptadas possibilitando o aumento no fornecimento, mas como afirma o jornal citado, não houve por parte do governo estadual nenhuma iniciativa nesse sentido, mesmo sabendo desta possibilidade e depois do próprio Brito Filho ter vindo à Campina Grande para fazer uma avaliação da estrutura para a sua reforma e ampliação em 1945. Além do equipamento não ter sido alterado para ampliar o fornecimento, o jornal denuncia o seu sucateamento, quando em 1952 considera a aparelhagem referente aos motores e aos canos como “ferros-velhos”, em virtude de que nestes anos não houve medidas de conservação e de trocas necessários como já vimos anteriormente, tornando “desoladora” a obra que em pouco mais de uma década precisava atender toda uma cidade que não contava com outras fontes de abastecimento, mas que em 1952 não atendia um terço sequer dessa demanda. Sobre a falta de medidas do governo para salvaguardar a estrutura, o *Jornal de Campina* ainda relata que:

⁸⁹ Estes números refletem o quantitativo populacional da sede do município, mas contabilizando a zona rural e os distritos de Boa Vista, Catolé, São José da Mata, Galante, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes, o CENSO do IBGE de 1950 totalizou 173.206 habitantes. Informações disponíveis em: SYLVESTRE, 1988, p. 23.

Campina Grande possuía em 1939 o mais perfeito serviço de saneamento do país. Atualmente possui o mais encrencado e deficiente. De bom passou em tão pouco tempo para pior, isso, resultado exclusivo de uma má orientação dos governadores que sucederam Dr. Argemiro Figueiredo. Nenhum, durante esse período, procurou fazer qualquer coisa que salvasse o nosso saneamento (JORNAL DE CAMPINA, 01 de Novembro de 1953).

Os redatores elencam de maneira ufanista, que quando foi inaugurado em 1939, o sistema de abastecimento era o “mais perfeito do país”, mas que em 1953 tornou-se “encrencado e deficiente”, e isso ocorreu em pouco tempo, mas passando por sucessivos governos que não tomaram medidas para manter e reparar a rede de água e esgotos. Nesse período passou pelo governo estadual Ruy Carneiro, Samuel Duarte, Severino Montenegro e Odon Bezerra Cavalcanti como interventores, além de Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo e José Américo, estes dois últimos eleitos governadores com a redemocratização, nomes estes que estiveram no poder desde 1939 até 1956. Apesar de José Américo ter sido um dos principais articuladores da construção do Açude de Boqueirão, cujas obras ainda estavam em andamento na época, não sendo uma solução emergencial para a cidade, o que poderia ser concretizado com a reforma e aumento da capacidade do abastecimento a partir de Vaca Brava, sendo este sistema naquele momento o mais viável, já estava implantado na cidade, mas que nem por isso recebeu as atenções necessárias do poder estadual.

A falta de água para o fornecimento não se deu de forma definitiva e abrupta, inicialmente ocorreram faltas que duraram alguns dias, como já vimos anteriormente, mas em seguida a situação se agravou e foi necessário impor racionamentos e o corte para alguns, tendo o governo e a Repartição de Saneamento como justificativas a continuidade do abastecimento para usos domésticos, o que atingiu diretamente setores específicos da sociedade, em especial os empresários. A formação de comitativas para solucionar o problema da falta de água na cidade desde a década de 1930, para a organização das festividades para inauguração da rede de abastecimento e a palestra de Brito Filho na Associação Comercial de Campina Grande, nos mostrou até aqui a importância desse órgão como representante de uma classe social que obteve crescente influência após a Revolução de 1930. Tendo consciência de que seriam os principais prejudicados pelos racionamentos e cortes que seriam realizados, estes empresários resolvem organizar-se para formar uma nova comitativa para negociar com o governo estadual tal iniciativa, lançando

mão, para tal, de argumentos plausíveis como podemos averiguar no trecho da Ata de Reunião:

Foi deliberado que a finalidade da presente reunião era tratar do problema de abastecimento d'água à cidade, sobretudo, tendo em vista uma circular da Repartição do saneamento local, na qual era estabelecido o prazo de 10 dias para entrar em execução medidas autorizadas pelo secretário da agricultura, tais como o corte do fornecimento aos postos de automóveis, industriais e construções. O Dr. Silva sugeriu o seguinte:

1º solicitar estatísticas dos industriais e respectivos consumos.

2º Sugerir a limitação da taxa d'água mesmo para as residências, em vez de corte para determinados consumidores.

3º Saber que medidas o governo do Estado está tomando no que diz respeito ao problema em foco.

Foi acatado o ponto de vista do Dr. Silva e ao mesmo tempo, nomeada uma comissão para entender se com o governador do Estado no intuito de oferecer sugestão eqüitativa do problema de abastecimento d'água a população local. Integrantes da comissão: João Rique, Luis Soares, Dr. Silva, Severino Cabral (LIVRO DE ATAS das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata. N.13/1952, de 24 de Julho de 1952, p.26, Apud: ARAÚJO, 2009, p. 40).

O racionamento ou corte em definitivo eram alternativas inviáveis para comerciantes, industriais e empresários da cidade, o que estava prestes a acontecer dentro de dez dias, como foi discutido na reunião, isso motivou a formação de uma comissão para negociar com governador sobre a restrição da água apenas para estes setores. A necessidade de levantar dados sobre o consumo de água foi posto em pauta, em vista de que estabelecer o corte para as indústrias era reconhecidamente uma medida que poderia gerar o fechamento destas na cidade e conseqüentemente a demissão de funcionários, prejudicando assim não apenas os empresários, mas também a classe trabalhadora. A proposta de que o racionamento fosse posto também para o consumo doméstico, seria uma alternativa viável para os integrantes da Associação Comercial, em virtude de que assim esses não seriam os únicos afetados, visto que reduzia-se o consumo por dia, mas seria mantida a distribuição, permitindo assim a continuidade do funcionamento de seus empreendimentos comerciais e industriais. Por fim, ficou proposto que a comitativa iria buscar informações sobre o que estava sendo feito para reverter a situação e sobre os critérios que determinavam o corte para determinados consumidores.

Fica evidente que o empresariado local estava preocupado com tal medida do governo pelo fato de que o corte tornou-se uma iniciativa que afetaria diretamente

seus interesses econômicos. Para convencer o governo a rever tal posição, percebe-se que a Associação Comercial buscou dados das indústrias e não dos comerciantes ou construtores, apesar destes também serem afetados, podemos entender que com esses dados a comitiva pretendia negociar com o governo tendo em mãos o quantitativo de consumo de um setor que contratava mais funcionários do que os postos de automóveis, como também deixaram de lado os dados dos construtores, que para tais obras não necessitavam de água tratada fornecida por Vaca Brava, poderia ser de algum manancial ou açude da cidade. Assim, pretenderam negociar com o governo sob a justificativa da manutenção do emprego de muitos trabalhadores das várias indústrias da cidade, como também as futuras vagas de trabalho que inevitavelmente deixariam de ser disponibilizadas pelas indústrias que não iriam investir em uma cidade sem o precioso recurso natural, por isso defendiam o limite no fornecimento para toda a cidade, inclusive para as residências sem prejudicar unicamente a sua classe e os seus interesses econômicos.

BOQUEIRÃO É LONGE...

O problema n.º 1 da nossa cidade continua a ser o problema da falta d'água. Dia a dia a situação complica-se. Hoje, quem constrói não tem direito a uma ligação por falta do precioso líquido. E não é só, novas indústrias deixam de ser montadas por falta d'água. Não há água e nem sequer esperanças de obtê-la dentro de alguns meses. Essa afirmação não é leviana (JORNAL DE CAMPINA, 21 de Setembro de 1952).

No entanto, como podemos verificar na fonte a seguir, os cortes para os postos, as construções e as indústrias foram realizados como medida para reduzir o consumo na cidade e manter o abastecimento domiciliar, mesmo depois das investidas da Associação comercial contra a sua interrupção, que pela matéria a seguir, podemos constatar que a comitiva conseguiu apenas adiar alguns meses. Os que seriam diretamente prejudicados pela falta de água deveriam providenciar outras fontes de água, questão bastante problemática justamente por não haver outras alternativas na cidade, lembremos que a adutora de Puxinanã não trazia mais água deste manancial, além do que, em períodos de estiagem até os açudes e pequenos reservatórios secavam. As residências, os bares e os hospitais permaneceram sendo abastecidos em horários predeterminados, locais em que se torna imprescindível o contínuo abastecimento para manter a limpeza, a salubridade

e a saúde da população, evitando o completo fim do fornecimento e mantendo a simpatia ao governo por ter sido mantido o mínimo de água necessário para o suprimento.

Devido ao magestoso (*sic*) consumo que vem tendo em nossa cidade e a grande rapidez com que o mesmo vem baixando consideravelmente de nível na barragem açude-Vaca Brava, o sr. Governador do Estado, visando o desastre para pouco, resolveu tomar prudente iniciativa, afim de que somente as casas residenciais, os bares, os hospitais tenham o direito de usarem daquela indispensável e diminuta água de nossa cidade e assim mesmo, por menor espaço de tempo. Para mostrar a verdade nua e crua, vou dizer que, ontem, tive em mãos a cópia de uma circular do nosso serviço de saneamento, endereçada aos postos de lavagens, as construções, as indústrias, etc, por onde o Diretor daquela repartição, por ordem do governador José Américo, tornava ciente de ter chegado o momento de cortarem, e não de racionarem o uso da principal peça do nosso progresso - a água. Diz ainda, aquela circular: os prejudicados providenciem meios para aquisição de outras águas, porque dentro dos 10 primeiros dias serão tomadas medidas severas; como o desligamento total afim de não prejudicar os mais necessitados (O GLOBO, 28 de Setembro de 1952).

A falta de água era considerada o maior problema de Campina Grande, sendo assim, a maior preocupação era justamente que medidas o governo estava tomando para solucionar tal questão, nem que fossem em caráter emergencial. A comitiva da Associação Comercial não surtiu grandes efeitos no governo, mas o próprio José Américo veio à Campina Grande para anunciar na sede social do Campinense Clube que ações estavam sendo tomadas nesse sentido, de modo que, o plano de ampliação proposto pelo Escritório Saturnino de Brito Filho seria posto em prática, mas não de forma que viesse garantir o efetivo aumento do fornecimento de água. O *Jornal de Campina* fez duras críticas ao que estava sendo feito para melhorar a quantidade de água disponível, argumentando que o aumento era pouco significativo frente às necessidades da população, visto que outras obras e não aquela que estava sendo realizada deveriam ser postas a cabo, opinião que já havia sido publicada em outra edição do jornal e que reforçaram novamente como podemos ver a seguir:

Fez ontem, exatamente 60 dias que o Governador do Estado em brilhante improviso, no Campinense Clube, prometeu que o volume d'água fornecido à cidade de Campina Grande, aumentaria em cerca de 1.600 metros cúbicos. S. Excia. referia-se aos trabalhos que estão sendo feitos em Vaca

Brava de Baixo. (...) Os trabalhos foram feitos seguindo o antigo plano deixado por Saturnino de Brito, plano este elaborado no governo do snr. Argemiro de Figueiredo. Na verdade esses trabalhos efetuados em Vaca Brava de Baixo não trarão aumento sequer de um metro cúbico d'água para a nossa cidade. (...) Em nossa edição de 12 de outubro findo, chamamos a atenção do snr Governador dizendo o seguinte: para que o volume d'água seja aumentado é necessário que o Estado tome as seguintes medidas:

- a) Elevar o Stand-Pipe (caixa de partida) mais alguns metros e aumentar a capacidade do mesmo;
- b) construir mais decantadores e filtros no Alto Branco;
- c) construir, no mínimo, mais um reservatório tipo R. 2.

(...) Se o Estado não pode resolver em definitivo esse angustiante problema da falta d'água, ao menos deve procurar a solução de emergência que apontamos. No entanto, o Governo do Estado apega-se a uma miragem, a miragem de Boqueirão (JORNAL DE CAMPINA, 07 de Dezembro de 1952).

As propostas dadas pelo *Jornal de Campina* são baseadas no plano deixado por Brito Filho para ampliação do fornecimento, e traziam medidas que se de fato fossem postas em prática poderiam ser um paliativo para o estado em que se encontrava a distribuição de água na cidade, visto que em definitivo não resolveria, diante da demanda necessária que cada vez mais crescia. A primeira está relacionada com o aumento da capacidade da Caixa de Partida, aquela estrutura que armazenava a água elevada pelos motores bomba e que depois seguia pela adutora para a Estação de Tratamento no Alto Branco, que inclusive, para ampliar a capacidade de tratamento, de acordo com a segunda proposta do jornal, deveria ser construída mais tanques de decantação e de filtração, e por fim a terceira medida, a construção de mais um reservatório na cidade. Ou seja, deveriam ser construídas novas maquinarias para que de fato aumentasse a capacidade de tratamento e de distribuição de água para a cidade, sem essas medidas não haveriam mudanças ou solução do problema que se tornava cada vez mais insustentável, apesar de ser a mais viável e mais rápida enquanto o Açude de Boqueirão não era concluído.

Uma das questões relevantes que não podemos ignorar é a evidente crítica e oposição ao governo de José Américo, à Coligação Democrática Paraibana e contra à Coligação Democrática Campinense. Em contrapartida, podemos perceber que é feito um elogio que se manifesta diretamente e indiretamente ao ex-interventor Argemiro de Figueiredo. Tais elogios se manifestaram no discurso das matérias, enaltecendo o quanto era perfeito o sistema de abastecimento, sobre como foi pensada para ser uma obra que viria a atender as necessidades se fossem tomadas as providências necessárias, mostrando Argemiro como um homem com olhar para o futuro, e de como os sucessivos governos não tiveram os devidos cuidados com a

obra que enaltecia o seu nome. As críticas sobre José Américo vão além da falta de obras e de manutenção sobre o sistema de abastecimento, mas também sobre a prometida solução que estava em vias de se concretizar com a construção do Açude de Boqueirão, que como podemos observar não era encarado como a propalada solução e sim como uma miragem, a miragem de Boqueirão.

A miragem é um fenômeno presente na literatura e no cinema, sendo por estas manifestações artísticas a maneira pela qual os redatores do jornal provavelmente a conheciam, a qual se apresenta naqueles personagens que após dias de caminhada nos desertos sob o sol escaldante começam a ter delírios que provocam a ilusão de avistar fontes de água em abundância no horizonte, e em busca dessa água que não existe o personagem desvia-se da rota e se perde ainda mais no deserto. Com essa metáfora os redatores do *Jornal de Campina* faziam uma clara oposição ao governo, mostrando-se céticos em relação ao Açude de Boqueirão e a afirmação de que este seria a solução esperada para a falta de água na cidade. Afirmavam assim que Boqueirão era uma miragem que advinha dos delírios do governo e daqueles que, apesar de serem vítimas da falta de água, acreditavam em suas promessas, e que por causa dessa ilusão, indo em busca dela e de sua concretização, José Américo se perdia e levava junto toda esta população que ansiava por água, que outras medidas mais viáveis e reais como a ampliação da estrutura de Vaca Brava eram deixadas de lado para se alcançar essa ilusão. Como sempre, a camada mais humilde era a mais afetada, a maneira como isso era real também tornou-se tema das matérias como a que segue:

Durante o mal fadado governo do snr. José Américo um mundo de promessas foi feito e, como promessa não mata sede de ninguém, o angustiante problema ficou como estava, sem solução. Agora com a chegada do verão, o povo se recente da falta do líquido precioso. Das camadas mais abastadas às mais pobres, todos reclamam contra a falta de uma medida que venha solucionar, ao menos em parte, esse angustiante caso da água. Dispondo, apenas de 3.300 metros cúbicos d'água por dia, a Repartição de Saneamento viu-se na contingência de racionar o líquido. Dia sim, dia não a água vem para as casas dos mais aquinhoados. A pobreza porém, com a falta de chafarizes que não existe em número suficiente, é quem mais sofre. [...] Tomemos como exemplo o mais populoso bairro da cidade, o bairro de José Pinheiro, cuja população atinge a casa dos 15 mil. Por incrível que pareça esse bairro possui apenas 3 chafarizes. [...] Sabemos que o dr. Saturnino de Brito apresentou um projeto que resolve parcialmente o problema. O gasto da obra é bem acessível: 12 milhões de cruzeiros. Com a aplicação dessa quantia teremos o triplo da água que atualmente é fornecida à cidade (JORNAL DE CAMPINA, 11 de Novembro de 1953).

O racionamento de água tornou-se presente na vida dos campinenses, de modo que aqueles que tinham as suas residências ligadas a rede de abastecimento recebiam em dias intercalados o líquido em suas torneiras, já a população dos bairros suburbanos tinham que se virar com os chafarizes mesmo. Atingindo de maneira mais dura a população que dependia dos chafarizes para abastecer as suas casas, o racionamento impunha uma rotina que tornava ainda mais problemático o abastecimento das áreas beneficiadas com essa fonte de água, em virtude de que mais água deveria ser buscada e armazenada para mais ou menos dois dias, isso se de fato as pessoas fossem a esses pontos um dia sim e outro não como estava sendo feito o fornecimento. Em virtude disso, mais pessoas com mais latas acumulavam-se em filas, e se estes não tinham direito a mais latas de água, certamente o consumo diário deveria ser ainda mais reduzido para manter a quantidade suficiente para as necessidades corriqueiras.

A quantidade de água era outro grande problema, como já demonstramos anteriormente, e isso, o próprio “diretor do Saneamento, snr. Celso Pedrosa em entrevista concedida à Rádio Borborema, confessa publicamente que necessitamos de 12.000 metros cúbicos d’água e só contamos com menos de 4 mil” (Jornal de Campina, 15 de Novembro de 1953). No início da década de 1950 ainda existiam poucos chafarizes na cidade, e a Repartição de Saneamento via com ressalvas a construção de novos justamente por causa da quantidade de água disponível para a distribuição, por isso, como afirma a matéria, chegou-se a ter quinze mil pessoas dependentes de três pontos de distribuição no José Pinheiro. Dos bairros e localidades que não dispunham de chafarizes saíam mais pessoas em direção a estes para abastecer suas casas, juntando ainda mais pessoas e aumentando o problema que parecia não ter solução, por isso muitos acabavam não tendo outra alternativa que não fosse buscar água em pequenos barreiros, alagadiços e poços espalhados pela cidade.

O povo pobre não tendo para quem apelar, pois ninguém acredita mais nas providências do governo, começa a se abastecer nas poluídas águas dos barreiros e açudes. Essa água sem tratamento está contaminada. Ela fatalmente transmitirá a febre tifóide, as desenterias (*sic*) bacilares, schistosomoses e um mundo de infecções perigosas. As criancinhas pobres

irão morrer as dúzias se não houver uma medida séria por parte da saúde (JORNAL DE CAMPINA, 11 de Novembro de 1953).

Desde que foi fundado o *Jornal de Campina* constantemente denunciava a falta de água na cidade e os perigos emanados dos barreiros e poços para a saúde pública, argumentavam que nestes se conseguia água sem tratamento e imprópria para o consumo humano. O governo rebateu as críticas feitas e acusavam os redatores de aumentar o problema por interesses políticos, que estes estavam tratando a questão com doses de exagero, visto que medidas estavam sendo tomadas para que não faltasse água em definitivo. Em resposta, o *Jornal de Campina* solicitou que fosse feito por um laboratório a análise das águas de um barreiro no José Pinheiro e, o resultado foi publicado, trazendo assim o respaldo do conhecimento técnico-científico sobre estas águas e comprovando para o governo que não havia alarde e sim um desespero motivado pela falta de água, mas que essa poderia gerar epidemias e mortes causadas por doenças decorrentes da ingestão de água sem tratamento, água que era “imprópria até para banho de porcos”.

ESSA ÁGUA MATA ATÉ PORCOS

“Análise de água colhida em um dos barreiros de José Pinheiro.

Essa água apresenta alto teor de matéria orgânica, cheiro fétido, elevadíssima colimetria, (*sic*) muito turva e presença de protozoários em pesquisa microscópica direta. É uma água cloacal imprópria para banhos de porcos...”

Agora pacientemente esperamos que S.S. faça alguma coisa. Adiantamos que essa água é vendida ao preço de 3 cruzeiros a carga e por incrível que pareça é bebida pelas crianças dos bairros pobres da cidade (JORNAL DE CAMPINA, 22 de Novembro de 1952).

Mesmo sendo contaminada, essa era a água consumida por muitos moradores das proximidades do José Pinheiro e de outras áreas da cidade, água que inclusive era vendida, de acordo com o jornal, mas que provavelmente não era ingerida, mas utilizada para afazeres domésticos. A publicação dessa análise das águas de um açude em José Pinheiro veio após o governo discordar das denúncias feitas pelo *Jornal de Campina*, matérias que mostravam de forma realmente assustadora, talvez exagerada, que água era esta que os campinenses estavam bebendo. Mostramos a seguir um exemplo dessas denúncias feitas pelo jornal, que

inclusive resgata aquilo que é mais temido por uma sociedade com forte influencia do cristianismo, a morte e suas variáveis, denúncia que pelo seu teor parece com aqueles “causos” tão comuns em uma época em que as pessoas se sentavam com os vizinhos para conversar e assustar as crianças com estórias de Comadre Florzinha.

OS POÇOS SEPULTAM ANJOS E HOMENS

A falta de água na cidade tem lavado a utilização dos mananciais mais impróprios, verdadeiros viveiros de bactérias e germens, que, matando a sede, causam a morte. Realmente, apenas iludem a sede, matando mais lentamente. A população pobre, na situação difícil que atravessamos, tem sido a mais atingida. [...]

Bebe-se água de defunto

Esses poços disseminados em vários pontos de Campina Grande, nos terrenos ainda baldios, recebem todas as sujeiras da cidade: poeira, lama, pó de todas as estradas, insetos. Servem ainda para bebida de animais domésticos, porcos, cabras, que se criam livremente até nas ruas. Mas recebem também cousas estranhas, como sejam homens e anjos. Água de cadáveres é em grande parte dessa água dos poços da cidade.

Ossos de um homem, dentro dum saco, com uma pedra aos pés.

Há um poço nas imediações do Curtume dos Mota, logo ali nas estrada da cidade para que vem de Recife ou João Pessoa. Desse poço bebem inúmeras famílias. Um dia, há meses, uma moça, aí foi buscar água. Levava um cão. O animal entrou a rosnar, a partir para a água, a denunciar coisa estranha. A atenção dos presentes foi despertada. Removeram a pasta que cobria o poço, mergulharam varas que encontraram certa resistência. Cedo conseguiram puxar à superfície em saco estralando como se estivesse cheio de pedras; uma pedra enorme amarrada numa das pontas. Aberto o saco o horror se apoderou dos presentes. Estava ali o que restava dum corpo de homem – uma pouca de carne sobre ossos quase totalmente descarnados.

Os anjos

Diz-se que os produtos dos amores ilícitos, antigamente, eram misturados às águas dos açudes. Bodocongó, Açude Novo, Açude Velho, teriam muito o que contar. Hoje diz-se, os poços lhes fazem concorrência, que se tornou mais difícil jogar os pequenos anjos nas águas dos açudes cercados mais ou menos pelas ruas da cidade. E os poços recebem os anjos e o povo bebe água de anjos (JORNAL DE CAMPINA, 28 de Setembro de 1952).

É interessante percebermos que, para além dos casos de corpos encontrados nos poços e da contaminação das águas, podemos ver também na matéria um pouco da estrutura da cidade, principalmente sobre o escoamento das águas, bem como, um pouco sobre os usos desses locais e do cotidiano entorno dessas fontes precárias de água. O autor afirma que existiam vários pontos da cidade onde se formavam estes pequenos mananciais, isso porque não havia escoamento adequado das águas das chuvas nos bairros, visto que não haviam galerias pluviais e canais que pudessem receber estas águas, podendo assim encaminhá-las para

um destino correto, que na sua falta acabava provocando o acúmulo em determinadas áreas e em terrenos baldios. Isso nos mostra um pouco como era a cidade, que ao contrário do centro urbano disposto em uma área elevada e que escoava suas águas pluviais para o Riacho das Piabas e para os açudes Velho e Novo, os subúrbios não tinham para onde escoar essas águas, a não ser para as áreas que acumulavam água e que por vezes também servia de fonte de abastecimento doméstico. Áreas que não contavam com rede de esgoto, e que por isso, certamente estes poços, barreiros e pequenos açudes também eram os destinos das águas servidas originadas das casas.

A presença de animais nesses mananciais das áreas suburbanas é algo que para nós atualmente é um pouco inconcebível, visto que existem hoje órgãos fiscalizadores que recolhem os animais soltos nas ruas e Leis municipais que proíbem tal prática. No entanto, estamos falando da década de 1950, quando as pessoas costumeiramente criavam animais domésticos para o abate e consumo da própria família, visto que não havia nesse contexto um setor de carnes de bovinos, caprinos e de aves tão forte e consolidada como hoje, que em escala industrial distribui para o comércio varejista as peças congeladas que facilmente podem ser consumidas. Por isso, criar animais era algo muito presente, principalmente para os moradores dessas áreas suburbanas, que para não desperdiçar a água potável e passível de consumo humano com suas criações, mantinham soltos os animais que ao matar a sede recorriam a estes terrenos que ficavam alagados por algum tempo após a estação chuvosa, formando assim um ambiente altamente contaminado e insalubre.

Outra questão que podemos averiguar com essa matéria diz respeito ao sepultamento de anjos como afirma o jornal, ou seja, ao descarte dos pequenos corpos de bebês mortos e fetos resultantes de abortos provocados. Para uma sociedade bastante conservadora nesse contexto da década de 1950, não havia algo mais reprovável do que uma mãe solteira ou a geração de filhos a partir de relacionamentos proibidos pelos pais ou de casos amorosos indecorosos. O aborto provocado por chás ou garrafadas vendidas na feira⁹⁰ era uma alternativa utilizada

⁹⁰ Sobre isso, veja a entrevista feita com Maria Garrafada, conhecida prostituta da cidade que além de vender o corpo, vendeu também as garrafadas com ervas abortivas, atividade que lhe rendeu o apelido e que lhe trouxe renda quando não estava mais no auge de sua juventude. Confira: DINOÁ, Ronaldo. Maria Garrafada. In: **Memórias de Campina Grande**. João Pessoa: A União, s/d.

por aquelas mulheres que pretendiam esconder o fruto desses amores ilícitos, que quando bem sucedidos os abortos, realizavam o descarte dos restos mortais nas margens dos açudes da cidade, ou como afirma o jornal, nos barreiros localizados nas áreas suburbanas que estavam localizados em locais mais distantes e com poucas moradias em seu entorno, evitando assim testemunhas do seu ato.

Constantemente as denúncias ocupavam as páginas do *Jornal de Campina*, o qual não poupava esforços ao relatar a falta de água, mas também promover a sua campanha contra Plínio Lemos e a Coligação Democrática Campinense. Assumir-se enquanto defensor dos mais humildes foi uma das estratégias utilizadas pelo jornal para sensibilizar os leitores, induzindo-os sobre o que chamaram de desmandos e descaso dos governos municipal e estadual, de modo que, as denúncias eram feitas tanto sobre as medidas tomadas pelo governo no sentido de reduzir a contaminação das poucas fontes de água da cidade, quanto pelas práticas de alguns proprietários de imóveis que não pagavam contas de água, mas que vendiam o líquido a terceiros e exploravam a situação para o lucro pessoal. O caso a seguir é uma dessas denúncias que foram feitas contra a administração do Prefeito Plínio Lemos, mais especificamente sobre a decisão de cercar o Açude de Bodocongó, prejudicando diretamente as famílias que se utilizava dessa manancial para lavar roupas e gerar renda, tornando a situação uma ocasião para contrapor-se politicamente ao Prefeito, vejamos:

O Prefeito Plínio Lemos cercou as margens do açude de Bodocongó que servia a mais de 8.000 pessoas, que ficaram a depender exclusivamente da água cômica dos chafarizes. As lavadeiras, em grande número naquele bairro, ficaram impossibilitadas de ganhar o seu parco sustento. Prejudicada a mesa do pobre. Bento Figueiredo, um dos proprietários anexos ao Bodocongó, agitou o problema na Justiça. Jurandy Guedes Miranda d'Azevedo, juiz, mandou fossem derrubadas as cercas, devolvido ao povo o Açude Bodocongó (JORNAL DE CAMPINA, 21 de Setembro de 1952).

Inegavelmente era uma situação complicada, visto que muitas pessoas dependiam das águas do Açude de Bodocongó para usos diversos, mas não para o consumo humano, pois como já nos referimos anteriormente, esse açude possui água salobra, além disso, existia e até hoje existe algumas indústrias que utilizam de suas águas para a produção. Para o consumo humano os moradores dessa área buscavam nos chafarizes a subsistência, já para outros usos domésticos serviam-se

desse manancial. No entanto, a municipalidade buscou preservar a qualidade das águas cercando o açude e limitando as situações que provocassem maior contaminação. Foi necessário uma ação judicial para que fosse novamente disponibilizadas as suas águas para a população daquela localidade. Assim, podemos ver que Bento Figueiredo, irmão de Argemiro de Figueiredo, foi “o grande herói” da causa, agindo em favor do povo pelas vias legais. Com isto, mais uma vez o jornal se mostra grande aliado do ex-interventor, mostrando não apenas um conflito pela água, mas também uma embate político que tendenciosamente mostrava os seus aliados da UDN como os defensores dos mais necessitados.

Faltava para a municipalidade aparatos legais que justificassem e corroborassem com a medida cautelar tomada pelo Prefeito, sem isto o cercamento dos mananciais urbanos tornavam-se uma ação arbitrária que contestada na justiça perdia a sua legalidade. Pensando em por fim a este problema, foi aprovado pela Câmara o Código de Posturas do Município de 1953, através da Lei nº. 362, de 24 de Março de 1953, sancionado pelo prefeito Plínio Lemos, o qual constava um Título específico, o “VII - das águas”, de modo que, este contemplasse e proporcionasse legalidade as ações do governo com objetivo de bem aproveitar e preservar as fontes de água da cidade. Assim, foi estabelecido que o governo municipal poderia sim cercar os mananciais urbanos com o objetivo de manter o “rigoroso asseio das águas públicas”, como podemos verificar no item a seguir:

III - rigoroso asseio das águas públicas.

2º - Para o disposto no inciso III poderão os reservatórios públicos ser protegidos por cerca, de modo, porém, a não se impedir ou turbar o uso das águas (LEI n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII - “das águas”. Prefeitura Municipal de Campina Grande: Recife: Imprensa Industrial, 1955; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 80).

Antes dessa Lei, a municipalidade contava com o Código de Posturas elaborado e sancionado na década de 1920, quando a população era bem menor e quando eram outras as necessidades da cidade. Além dessa iniciativa, elencamos também outras contempladas pelo Código de Posturas e que trazem medidas em prol de objetivos semelhantes. Tais questões abaixo colocadas são de caráter restritivo, de modo que estavam relacionadas com práticas cotidianas que eram encaradas pelos órgãos fiscalizadores como prejudiciais à qualidade das águas e à

salubridade urbana, envolvendo desde a pescaria e criação de animais, até o uso das áreas próximas a estes mananciais públicos, como podemos ver adiante:

a - pescar nos açudes e poços públicos de água potável, sem prévia licença da prefeitura, que somente concederá em tempo que não prejudique a população nem a criação.

b - tirar as aves dentro ou nas margens dos açudes públicos;

c - entupir ou inutilizar de qualquer modo cacimbas públicas;

d - lavar animais ou roupas próximos aos açudes, fontes ou poços de modo que as águas provenientes dessa lavagem possam correr para dentro dos mesmos.

e - banhar se dentro ou perto desses reservatórios d'água;

f - derrubar as árvores nas proximidades

Parágrafo Único: A prefeitura designará os locais convenientes para banhos, lavagem de roupas e de animais (LEI n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII - "das águas". Prefeitura Municipal de Campina Grande. Recife: Imprensa Industrial, 1955; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 80 - 81).

Tais questões colocadas pelo Código de Posturas trouxe legalidade para o controle e fiscalização de atividades que prejudicassem as fontes de água em uma época em que tal recurso estava tão escasso, mas como podemos ver, as pessoas que dependiam desses mananciais, ou seja, de água utilizável para outros fins e não para beber, eram as principais prejudicadas por tais restrições, já que eram nestes que se conseguia a água para os afazeres domésticos e para a limpeza, seja da casa ou do corpo, e dessa forma, podia-se economizar a pouca água que se conseguia nos chafarizes para saciar a sede e cozinhar. Instrumentos legais foram criados para controlar e restringir os usos e desperdícios das águas, mas órgãos fiscalizadores que pudessem de fato por em prática a Lei era uma das dificuldades encontradas tanto pelo município quanto pelo Estado e a Repartição de Saneamento. Nesse sentido, outro caso também se mostra bastante relevante, visto que denuncia o descaso da Repartição de Saneamento com os desperdícios, órgão subordinado ao governo do Estado.

Na rua José do Patrocínio, existe uma casa que deixou de ser alugada, pois o seu proprietário acha melhor negócio vender água ao povo em vez de alugar a casa. Dizem que por lá poucas são as casas que possuem hidrômetros. Os chafarizes particulares funcionam livremente por aí sem que nenhuma medida séria seja tomada pela Repartição de Saneamento. E quem tem obrigação de acabar com essas "arapucas", não dá um passo. Claro que só pode ser repartição do governo. (JORNAL DE CAMPINA, 07 de Dezembro de 1952).

A rua José do Patrocínio localiza-se nas proximidades do Açude Novo e do Cine São José, área que é uma fronteira, podemos dizer assim, entre o centro e o bairro de São José, e que de acordo com a notícia, “poucas são as casas que possuem hidrômetros”. Como não havia um mecanismo de controle e de registro de consumo de acordo com o jornal, o proprietário da residência preferiu vender a água retirada indiscriminadamente sem pagar pelo consumo, do que alugar a casa que lhe traria uma renda determinada mensalmente, assim, vendia-se a água que chegava a ser comercializada na cidade por até 5 cruzeiros a lata, aumentando o seu lucro. A denúncia acusa o descaso da Repartição de Saneamento enquanto órgão subordinado ao governo estadual, sendo este o responsável pela fiscalização e controle frente a este tipo de abuso, pois os “chafarizes particulares” favoreciam os lucros de alguns, mas prejudicava a maioria da população que pagava por uma água que não era disponibilizada gratuitamente para as camadas mais necessitadas e que não era cobrada os devidos impostos.

A falta de água na cidade foi o mote para que alguns aproveitassem da situação para promover ações de cunho assistencialista e de favorecimento pessoal, de modo que alguns empresários locais angariaram recursos para promover ações de auxílio à população mais carente que enfrentava as maiores dificuldades por causa da limitação do fornecimento a partir dos chafarizes e das áreas que nem deste serviço dispunham. Por essas ações assistencialistas, o empresariado buscava atrair a simpatia da população, bem como da classe política, que provavelmente, com objetivo de conseguir futuro apoio econômico para campanhas eleitorais, promoveu sessões de votação ao reconhecimento das ações de ajuda a população carente. Assim, o *Jornal de Campina* encontrou mais uma oportunidade para promover críticas aos aliados da Coligação Democrática Campinense, em virtude destes transferirem para a iniciativa privada a incumbência de fornecer água para a população, ao invés do setor público predominantemente composto por coligados a CDC, como podemos averiguar na matéria a seguir:

OS VEREADORES DA COLIGAÇÃO NEGARAM ÁGUA AO POVO

Foi derrotado o projeto do vereador Manoel Figueiredo, que concedia um crédito de 500 mil cruzeiros para socorrer os que têm sede. No entanto, esses mesmos vereadores aprovaram por unanimidade o requerimento de Petrônio Figueiredo, no sentido de inserir em ata, um voto de louvor ao

comerciante Pedro Cordeiro que há dias vem distribuindo água ao povo pobre do bairro de Santo Antônio. A irresponsabilidade chega às beiras da loucura. O poder público joga nos ombros dos particulares aquilo que tem obrigação de fazer (JORNAL DE CAMPINA, 12 de Outubro de 1952).

A matéria publicada no *Jornal de Campina* faz mais uma crítica à política mantida pela Coligação Democrática Campinense, aliança que compunha a maioria na Câmara Municipal, visto que dos doze vereadores eleitos em 1951 apenas cinco eram da UDN, os demais eram aliados à CDC (SYLVESTRE, 1982, p. 295). Ambos os projetos em destaque são de autoria de vereadores da UDN, inclusive, o projeto do vereador Petrônio Figueiredo, que era filho de Argemiro, omitindo os projetos de outros vereadores que poderiam pensar em soluções ou paliativos para a falta de água, uma pretensa forma de mostrar que apenas estes estavam preocupados com a questão da falta de água na cidade, mesmo que de formas diferentes. O projeto de Manoel Figueiredo buscava levantar verbas para auxiliar aos que sofrem com a seca, mas não se explicita como, já o projeto de Petrônio Figueiredo propunha um louvor ao comerciante que estava distribuindo água no bairro Santo Antônio, que com verbas próprias tentou mitigar o sofrimento dos pobres desse bairro.

A questão enfatizada pelo jornal não é a relevância de um ou de outro projeto, mas mostrar que a CDC deu prioridade a um projeto, votou por unanimidade ao louvor ao empresário como se estivessem a incentivar outras iniciativas de igual natureza, em detrimento do outro, que trazia a responsabilidade para a municipalidade. A falta de água serviu de mote para que se desenvolvesse uma querela política que mostrava a CDC como o grupo que, por possuir a maioria na Câmara, não esquecendo de seu vínculo ao Governo do Estado, estava por mais uma vez deixando de lado as reais necessidades da população. De acordo com jornal, estavam assim “negando água ao povo”, seria mais uma ação da coligação que, em consonância o poder estadual, não estavam dispostos a reduzir o sofrimento da população. Dessa forma, podemos entender que além de haver iniciativas privadas no sentido de distribuir água em áreas carentes da cidade, também haviam iniciativas da Câmara Municipal que por causa dos interesses partidários não eram deferidos e postos em prática.

Outras iniciativas do governo municipal foram feitas com o objetivo de fornecer algum tipo de fonte de abastecimento de água, entre elas a manutenção e construção de açudes nos arredores da cidade. O *Jornal de Campina* trouxe uma

nota a respeito da inauguração de um destes reservatórios, no entanto, mais uma vez tornou a ocasião um motivo para desferir críticas ao governo municipal, texto que, com certa dose de ironia, mostrava a disparidade entre a falta de água na cidade e a utilização desse escasso recurso para promover interesses políticos e assistenciais. Não há por parte dos redatores uma reportagem investigativa a fim de apurar a veracidade das informações nesse momento, apenas uma denúncia que pretensamente mostrava mais uma medida do Prefeito Plínio Lemos que trazia resultados pouco satisfatórios para a população, mas que servia para angariar recursos públicos para a sua efetivação, contar como mais uma obra de seu governo e favorecer interesses particulares. Vejamos o caso:

Campina tem água demais

Consta que domingo passado, nas alturas da rua João Pessoa, em frente a certa farmácia, um carro tanque da Prefeitura se enchia de água, numa boeira ou suspiro do saneamento. Dois cidadãos pacatos, que recolhiam, da missa, para o almoço, indagaram o que era aquilo.

- É para a inauguração de Cajá. Dr. Plínio mandou buscar para botar no açude, sinão (*sic*) inaugura sêco (*sic*) e assim não serve.

Graças a Deus, que a exportação de água foi só para dar cor local da inauguração, se fosse mesmo para encher, aí sim... (JORNAL DE CAMPINA, 21 de Setembro de 1952).

Consta no texto que tal ação ocorreu em um dia de domingo, algo que é enfatizado pelo jornal, pois pretende mostrar que o “desmando” do Prefeito foi feito em um dia que havia menor movimentação nas ruas do centro da cidade, de modo que se entenda que esta ocasião foi o momento mais oportuno para se fazer as coisas escondidas, pretensamente distante dos olhares críticos dos opositores e da população afetada que poderia levantar certo clima de revolta. O carro tanque, que é uma espécie de caminhão com grande capacidade de armazenamento de água e utilizado para o seu transporte, estava parado e sendo abastecido em frente a “uma certa farmácia” na rua João Pessoa, não consta na matéria o nome da farmácia ou o seu proprietário, mas é bem provável que tal estabelecimento pertencesse a alguém ligado diretamente ao governo municipal e que isto era de conhecimento público local, por isso a denúncia fez questão de explicitar indiretamente onde estavam pegando a água. Para validar a autenticidade da informação, o redator informa que as testemunhas “pacatas” saíram da missa, mostrando que estes eram cidadãos idôneos e cristãos que ao se recolherem para a refeição flagraram a ação da

municipalidade por acaso, pretendendo mostrar assim que estes não deviam estar mentindo e que não tinham algum interesses em levantar falsos, até por que estavam por acaso de passagem ao perceberem o que estava acontecendo.

A partir de uma perspectiva estereotipada e levantando certo juízo de valor, a matéria tenta mostrar que os trabalhadores que enchiam o carro tanque com água eram pessoas humildes e com pouca instrução, visto que o jornal expõe por uma linguagem coloquial a fala dos mesmos, que com certa “inocência” informaram os planos do Prefeito. De acordo com a denúncia, a água que por aqui já era pouca estava sendo levada para ser posta em um açude prestes a ser inaugurado pela administração municipal, que em virtude da estiagem não conseguiu acumular água suficiente para este ato do Prefeito, e que por isso, para ser inaugurado e cumprir a sua função, era necessário captar da rede de abastecimento uma mínima quantidade do líquido. Com ironia, os redatores opinam que tal ordem do Prefeito não foi das piores em virtude de que não era para encher o açude, era apenas para “dar cor”, ou seja, para que o açude tivesse um mínimo de água acumulada para o ato inaugural, e se caso fosse para encher seria sim um problema. Se não havia água nem para inaugurar o açude, como este iria cumprir a sua função no futuro? Pode-se perceber que era esta a dúvida que os autores pretendiam induzir nos leitores e mais uma vez atacar o Prefeito, visto que, estava-se retirando a pouca água da cidade, água dos moradores do centro urbano para enfeitar a inauguração de um açude, que inclusive, até então não havia acumulado água, obra essa que possuía apenas caráter eleitoreiro, já que não havia como abastecer esse açude permanentemente e que logo secaria novamente.

Evidentemente devemos perceber essas críticas aos governos estadual e municipal, bem como, a situação das águas e a ineficiência das ações públicas para amenizar a situação com certas ressalvas, visto que os jornais ora problematizados tinham seus interesses políticos bem definidos e perceptíveis. No entanto, não podemos renegar a importância desse discurso para compreendermos a dinâmica dos acontecimentos, tanto no que diz respeito à situação das águas em Campina Grande e a crise instaurada em seu abastecimento, quanto das ações do poder público a fim de resolver o problema da falta de água na cidade, mas também, não podemos deixar de refletir sobre as querelas políticas que envolvem esse contexto, as quais se evidenciaram predominantemente a partir da cisão ocorrida dentro da UDN, visto que, Argemiro e Américo, os dois grande nomes da política paraibana no

período, são sujeitos que provocaram no cenário estadual um clima constante de disputa que se materializou nas campanhas eleitorais travestidas de notícia. E foi por meio destes jornais, principalmente sobre o *Jornal de Campina*, que podemos ver novamente como a oposição se manifestava e que instrumentos essa se utilizava em nossa cidade para tecer um determinado projeto político, de modo que podemos compreender também como estes projetos atendiam os interesses de determinados grupos que colocavam à margem as reais necessidades da população campinense que penou com a falta do recurso hídrico.

Mudou o sistema político, mudaram os governantes, mas o problema da falta de água continuou se arrastando, principalmente para a camada mais humilde da cidade, que por duas décadas teve que conviver com as limitações de um sistema de abastecimento de água que chegou, mas não tão perto quanto se gostaria, que estava ali, mas que por muitos anos não atendeu as expectativas. Sabia-se do problema e suas possíveis soluções, a vinda de Brito Filho repercutiu durante anos na imprensa local, como também, as acusações do deliberado sucateamento da estrutura seguiu ocupando as páginas dos jornais, mas o barulho das latas d'água vazias batendo umas nas outras nas filas dos chafarizes sedentos não ecoou o suficiente para que medidas eficazes fossem postas em prática. Todas as esperanças do empresariado, dos trabalhadores e da população em geral estavam depositadas sobre uma nova obra, aquela mesma que foi chamada de miragem e que como a sua antecessora foi anunciada como a panacéia de uma cidade que estava prestes a “morrer de sede”, como afirmavam os mais pessimistas.

3.4 Enfim Boqueirão?

O POVO COMEÇA A BEBER LAMA

O governador José Américo parece insensível diante dessa calamidade, que se aproxima a passos largos. Quis despistar o caso para o governo Federal, dizendo que a solução seria Boqueirão. Mas agora pergunta-se: qual foi o técnico que afirmou ser Boqueirão a solução adequada para o problema de Campina? Saturnino de Brito? Lucas Garcez? Hidelbrando de Gois? (...) Quem se dispõe a resolver o problema da diferença de nível entre Campina e Boqueirão? Ora, se Areia, que está em nível superior ao nosso, foi preciso que se fizesse uma elevação de 120 metros para que a água aqui chegasse por gravidade, quantas e quantas elevações teriam de ser feitas em Boqueirão que está em nível inferior ao nosso? A Química resolverá facilmente o problema da purificação das águas do rio Paraíba

que são salitrosas? Mesmo que resolva, por quanto iria ficar essa água clorada ao povo campinense? (JORNAL DE CAMPINA, 05 de Dezembro de 1952).

Ainda no começo dos anos 1950 a verdadeira eficácia da construção da barragem de Boqueirão foi vista com desconfiança e por muitos desacreditada. Apesar dessa reflexão acima ter sido colocada por um órgão de imprensa que realizava uma clara oposição ao governo, estes redatores não eram os únicos a pensarem de tal forma, já que existiam sim alguns problemas que eram latentes e que estavam na ordem do dia como reflexos de um período de incertezas resultantes dos anos que seguiram com a falta de água na cidade. Como podemos observar anteriormente, a concretização de tal obra já era representada pelo governo estadual como a propalada solução para a situação do abastecimento de água, no entanto haviam críticas quanto a resolução dessa questão, e sobre isso, o *Jornal de Campina* questiona quem foi a autoridade técnica e científica que confirmou isso, por isso cita os nomes de grandes representantes da engenharia e se estes fizeram tal afirmação, confirmando que Boqueirão era a solução. Outras dúvidas sobre a eficácia de Boqueirão emanavam de questões de ordem técnica, como podemos averiguar na citação acima, como a questão do nível da barragem em relação à cidade e os níveis de salinidade da água acumulada, em virtude de que as nascentes da região emanavam água salobra, daí a dúvida no que diz respeito a qualidade da água, principalmente sobre a tecnologia e o valor do tratamento para que tal se tornasse passível de consumo humano.

Apesar das desconfianças, as forças políticas locais se empenharam tanto na construção do Açude de Boqueirão quanto na busca por verbas para que a adutora com destino à Campina Grande fosse construída, visto que essa era de responsabilidade do Estado, enquanto que o Açude de Boqueirão estava sob os auspícios do Governo Federal. As articulações políticas fomentadas pelas diferentes esferas do poder local frente à Presidência da República conseguiram estabelecer um momento propício para que tal obra fosse concretizada.

A política campinense e, por conseqüência, a política estadual, em virtude da relevância que Campina Grande ocupava no cenário político, passou por uma reconfiguração, tanto em relação aos partidos quanto das alianças que foram alteradas, de tal forma que opositores tornaram-se aliados, como aconteceu com

Argemiro e Elpídio de Almeida. Em grande medida, como afirma Sylvestre (1988), estas (re)aproximações aconteceram após o assassinato do vereador Felix Araújo em 27 de julho de 1953, na Casa de Saúde dr. Francisco Brasileiro, em Campina Grande, 13 de julho de 1953, depois de ter sido atingido por tiros nas costas e ferido gravemente, fato que foi atribuído ao guarda-costas do Prefeito Plínio Lemos após tornarem-se públicas sérias denúncias contra a sua administração⁹¹. Este atentado fatídico contra a vida de Felix Araújo ocupou as páginas dos jornais e o imaginário dos campinenses por muito tempo, tornando insustentável a aliança entre Plínio Lemos e o então Deputado Federal Elpídio de Almeida. Este último rompeu com o Partido Libertador e a Coligação Democrática Campinense, quando passou para o Partido Social Progressista (PSP) e começou a apoiar Argemiro nas eleições de 1954 para o cargo de Senador, pleito que logrou êxito e pôs fim ao período de ostracismo político do ex-interventor, fazendo-o retomar a posição de destaque na política do Estado após sucessivas derrotas em 1947, 1950 e 1951 (SYLVESTRE, 1988, p. 36 – 37).

Foi a partir de 1955 que se concretizou o que Sylvestre (1988, p. 81) chamou de “a acomodação estadual”, quando os grandes nomes da política paraibana, Ruy Carneiro, José Américo e Argemiro, resolveram estabelecer uma trégua “pelo bem da Paraíba”, mas que na verdade refletia a então situação política que exigia uma acomodação para que os interesses destes fossem concretizados. Nesse sentido, José Américo pretendeu evitar outra acirrada campanha para a sua sucessão, Ruy Carneiro se livrou da infeliz situação de ter que apoiar ao pleito estadual a candidatura de José Jofilly (o seu companheiro de Partido - PSD), contra a sua vontade, já Argemiro, se absteve de situação semelhante a de Ruy, em ter que apoiar João Agripino como candidato pela UDN⁹². Nas eleições municipais de 1955 houve a retribuição de Argemiro a Elpídio de Almeida, quando o então Senador da República o apoiou na candidatura a Prefeito contra Severino Cabral mesmo

⁹¹ Mesmo sendo acusado pelos jornais de ser o mandante do assassinato do Vereador Felix Araújo, Plínio Lemos exerceu seu mandato até 27 de julho de 1955, quando renunciou para assumir o cargo de Deputado Federal eleito pelas eleições de 1954. Em seu lugar assumiu Lafayette Cavalcanti que também renunciou em 12 de Novembro do mesmo ano, quando assumiu o Presidente da Câmara de Vereadores, Pedro Sabino de Farias até que passou o cargo para Elpídio de Almeida em 30 de Novembro de 1955. As críticas de Félix foram a público com a publicação do texto “Acuso”, depois disso houve o seu rompimento com o governador José Américo de Almeida.

⁹² As suas divergências com Agripino culminaram com a saída de Argemiro da UDN em 1958, quando então ingressou no PTB, levando tantos outros aliados de partido consigo. Para saber mais confira: SYLVESTRE, 1988, p. 139 - 142.

contrariando os interesses do alto escalão da UDN que pretendia lançar sua própria candidatura⁹³. Tendo Dr. Severino Cruz como vice-prefeito, Elpídio de Almeida venceu o pleito, ocupando o cargo de Prefeito de 1955 até 1959, período em que exerceu seu mandato travando uma verdadeira campanha contra os resquícios do mandato de seu antecessor e colaborando com as obras da rede de abastecimento a partir de Boqueirão⁹⁴.

Esse foi um momento político bastante peculiar também para a política nacional, quando Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de Agosto de 1954 e o país foi administrado por três presidentes por dezesseis meses até que novas eleições presidenciais foram realizadas em 1955, e nesta foram eleitos o mineiro Juscelino Kubitschek como Presidente e o gaúcho João Goulart como vice-presidente, os quais exerceram o mandato entre 1956 e 1961. Desde a campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek trouxe como baluarte o projeto de desenvolvimento econômico pautado na industrialização, e para isso anunciava seu programa de governo a partir de uma repetida frase de efeito, onde pretendia desenvolver o país “cinquenta anos em cinco” anos de mandato. Para tanto, o seu governo promoveu ações norteadas por um “Plano de Metas”, política a qual direcionava investimentos em setores considerados relevantes para o seu projeto “desenvolvimentista”, são eles: energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação. Destes setores, os três primeiros receberam maior atenção, de modo que hidroelétricas, siderúrgicas, estradas de rodagem e estímulo a indústria promoveram a estruturação do país e favoreceu o constante crescimento da produção industrial e do Produto Interno Bruto no período.

Apesar das agruras sofridas pela população campinense com a falta de água disponível tanto para os afazeres domésticos e a sobrevivência, quanto para atração de novos investimentos econômicos, Campina Grande seguiu a esteira de otimismo desencadeado no país durante a década de 1950 e continuou chamando a atenção pela sua localização geográfica, pelas oportunidades e pela possibilidade de mão-de-obra barata e abundante. Esta década foi crucial para destacar a cidade entre as demais das regiões norte e nordeste, de modo que, a economia local em 1955 totalizava mais de 245 indústrias, 71 com mais de cinco funcionários, com destaque

⁹³ Sobre o apoio de Argemiro a Elpídio de Almeida, confira: SYLVESTRE, 1988, p. 85-88.

⁹⁴ Para o Governo do Estado foi eleito Flávio Ribeiro Coutinho, enquanto o vice-governador foi Pedro Moreno Gondim, mantiveram-se no até o fim do mandato em 1959.

para o setor têxtil e de beneficiamento de algodão, couros e peles, destacando-se as trustes estrangeiras Anderson Clayton e Cia. e a SAMBRA (SYLVESTRE, 1988, p. 23 – 24). Já sobre a atividade comercial varejista, foi contabilizado mais de 722 estabelecimentos em 1956, além dos 12 bancos e a constante movimentação diária de carga e descarga por caminhões e por trens, fazendo com que Campina Grande contribuísse sozinha com 43% para a arrecadação estadual. Foi também nessa época, mais precisamente em 1956, que o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) a partir da Usina de Paulo Afonso na Bahia chegou a Campina Grande, solucionando desde então outro grande problema que prejudicava as aspirações dos investidores⁹⁵ (SYLVESTRE, 1988, p. 23 – 24).

Para promover desenvolvimento econômico e tecnológico com o intuito de responder aos novos desafios que emergiram nesse contexto da década de 1950, foram criados órgãos e instituições que buscavam fomentar a necessidade de mão-de-obra especializada e que pudesse encrementar o projeto modernizante que abrisse maiores possibilidades para além do setor de varejo considerado tão significativa para a cidade. Assim, foram criadas a Escola Politécnica, a Escola Técnica de Comércio de Campina Grande, a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande e a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que mais tarde deu origem a Universidade Regional do Nordeste (FURNE)⁹⁶. Foram também criados na década de 1950 alguns órgãos de planejamento, entre eles a Companhia de Desenvolvimento (COMUDE), a Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA), o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FADIN), a Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) e o Banco de Fomento a Produção (BANFOP). Estes órgãos e instituições cumpriram em seu tempo um papel fundamental para mobilizar ações e projetos de cunho educacional, estruturante e econômico na cidade, atendendo aos interesses de certos setores da

⁹⁵ O fornecimento de energia elétrica em Campina Grande é um assunto que merece um estudo mais apurado que não cabe aqui neste momento pormenorizar, mas tudo começa em 1921, quando é inaugurado o primeiro sistema de distribuição de eletricidade na cidade feito a partir de um motor gerador. Este foi um grande problema, em virtude de não se conseguir nesse ínterim gerar eletricidade suficiente para fomentar as necessidades, de modo que está questão ocupou várias páginas de jornais que elencavam os constantes apagões acontecidos até o fornecimento advindo de Paulo Afonso.

⁹⁶ Para saber mais sobre a criação da FURNE e do processo de estadualização que fez surgir a Universidade Estadual da Paraíba, confira: LUIZ, Janailson Macêdo. **Luz para sua gente e para sua terra**: notas sobre a história da UEPB. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

sociedade que defendiam que a industrialização seria a redenção para a cidade e a solução para os problemas sociais vigentes (MONTENEGRO, 2004, p. 69 – 70).

Nesse contexto, veio a público a primeira edição do jornal *Semanário Oficial*, especificamente no dia 9 de Dezembro de 1955, órgão de imprensa mantido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande sob a administração do recentemente empossado Prefeito, o Dr. Elpídio de Almeida, de acordo com a Lei Municipal nº. 4 de 29 de Dezembro de 1955. Em grande medida, este impresso serviu como principal meio de divulgação das ações da Prefeitura, mas também serviu como meio de manter a intensa campanha política contra os adversários políticos e em favor de seus aliados. Por este impresso pudemos acompanhar um pouco dos trâmites decorrentes para a concretização do abastecimento de água da cidade, mas também tivemos acesso a algumas das querelas políticas que envolveram a busca por verbas e a efetivação das obras.

Já em seu segundo número, o *Semanário Oficial* trouxe uma matéria a respeito da captação de verbas necessárias para a construção da adutora que iria trazer a água de Boqueirão para Campina Grande, ação política esta que não poderia deixar de ser mais uma oportunidade para destacar os aliados, sob o argumento de que se deveria esclarecer a população sobre a verdade das coisas, resgatando o nome daquele que foi considerado como o autor do projeto. Houve assim, mais uma oportunidade para promover um discurso de exaltação do antigo desafeto, mas que agora era um aliado, o senador Argemiro de Figueiredo, promovendo ao mesmo tempo a campanha contra os adversários políticos. Tal matéria ocupou toda a terceira página, trazendo na íntegra o discurso do senador e seus argumentos em favor da liberação das verbas, bem como as palavras de alguns colegas do Senado. O seu pedido esteve fundamentado no artigo 198 da Constituição de 1945, a qual dispunha sobre o Plano de Defesa Contra os Efeitos da Seca, e que trazia em seu conteúdo que as verbas destinadas para assistência econômica dos Estados afetados deveria ser superior a 3% da renda tributária, o que estava prescrito na Carta Magna e que não afetaria o Tesouro da União. Optamos por não reproduzir os discurso do senador, mas o início da matéria, vejamos:

O “CORREIO DA PARAÍBA” divulgou há dias que a emenda apresentada ao orçamento da República, consignando a verba de 25 milhões de

cruzeiros para a ampliação do Saneamento de Campina Grande era de autoria de certo deputado, já muito conhecido pelas suas espertezas. Cumpre-nos restabelecer a verdade, para que políticos inescrupulosos não se aproveitem do trabalho alheio em benefício próprio. A emenda é do senador Argemiro de Figueiredo, e foi subscrita por vários de seus colegas, sendo o senador Rui Carneiro o segundo a apoiá-la. Na Comissão de Finanças do Senado teve parecer contrário, o que importava em ser rejeitada em plenário. Mas assim não aconteceu, o senador Argemiro de Figueiredo atrair para a sua proposição a unanimidade de seus pares, com exceção do relator da Comissão de Finanças. Foi uma vitória digna de ser assinalada, pois raramente se encontra igual nos anais do Congresso. Indo para a Câmara, não tendo lá quem defendesse a emenda do senador Argemiro de Figueiredo, foi ela reduzida para 10 milhões de cruzeiros. Eis o discurso do senador Argemiro de Figueiredo, pronunciado na sessão noturna de 27 de novembro do corrente ano (SEMANÁRIO OFICIAL, 17 de Dezembro de 1955).

Podemos perceber que a matéria faz alusão a um deputado, que de acordo com o jornal *Correio da Paraíba* foi anunciado como o autor do pedido de verbas para ampliação da adutora. A pretensão do *Semanário Oficial* enquanto porta voz de Elpídio de Almeida e de seus aliados foi de estabelecer a suposta verdade, informando sobre quem de fato foi o autor da reivindicação orçamentária. Mesmo não citando o nome deste deputado, que acreditamos se tratar de Plínio Lemos, o jornal tratou de representá-lo como uma pessoa reconhecidamente como desonesta, o que era notório para os campinenses até mesmo por outras práticas anteriores, por isso, de acordo com o *Semanário Oficial*, pelos interesses particulares e eleitoreiros, o deputado e o grupo que o apoiava buscaram apropriar-se da autoria do pedido. Assim, Elpídio e seus aliados se mostrariam como os defensores dos interesses de Campina Grande. Com isso, o *Semanário Oficial* destaca que na verdade foi o senador Argemiro de Figueiredo o autor do pedido de verbas no valor de vinte e cinco milhões de cruzeiros, no entanto, mesmo tendo votos a favor, inclusive o do senador Rui Carneiro, que neste momento era aliado de Elpídio de Almeida, a Comissão de Finanças do Senado, provavelmente chefiada por opositores liberou dez milhões de cruzeiros, o que delimitou de certa forma a disponibilidade de verbas para as obras, o que tornou necessário outras articulações.

A medida tomada pelo governo do Estado foi de buscar financiamento junto ao Banco do Nordeste, para fins de atingir a cifra de vinte e quatro milhões de cruzeiros. Para a concretização da obra, o governador José Américo assinou contrato com a Firma Saturnino de Brito Filho, assim, mais uma vez foi atribuído a

um corpo técnico experiente e que se mostrou competente com outras obras no Estado tanto com a elaboração dos projetos quanto pela execução das construções e instalações necessárias. Tais assinaturas do financiamento e do contrato foram noticiadas pelo *Semanário Oficial*, mostrando mais uma vez a importância da Associação Comercial de Campina Grande como aglutinadora de importantes decisões para a cidade, mas também dando o destaque para os nomes das figuras representativas dos órgãos competentes e da firma contratada.

Teve lugar na última segunda, 23 do corrente, na Associação Comercial desta cidade, com a presença do Exmo. Governador do Estado, Dr. José Américo de Almeida, Engenheiro Saturnino de Brito Filho, Dr. Aluísio Afonso Campos, Secretários de Estado outras pessoas representativas, a assinatura dos contratos de financiamento, no valor de Cr\$ 24.000.000,00 e de construção das instalações destinadas à ampliação do Abastecimento d'água de Campina Grande mediante o aproveitamento do reservatório de Boqueirão, obras que estão orçadas em CR\$ 103.000.000,00. O Governo do Estado que contratou o financiamento e a execução, foi representado pelo Governador José Américo; o Banco do Nordeste que fará o financiamento, pelo Dr. Aluísio Afonso Campos; e o Escritório Saturnino de Brito S/A, que se encarregará das construções, pelo engenheiro Saturnino de Brito Filho (SEMANÁRIO OFICIAL, Campina Grande, 28 de Janeiro de 1956).

A Prefeitura Municipal também fez a sua contribuição para que as obras da adutora e do Reservatório na cidade, mesmo que esta fosse uma incumbência do Estado, isso era algo que merecia ser divulgado a fim de incluir o Prefeito no conjunto de esforços nesse sentido, induzindo dessa forma a opinião pública. Assim, o *Semanário Oficial* noticiou que o Prefeito baixou um decreto desapropriando por meio de indenização uma área no bairro da Prata para que nesta fosse construída o equipamento. Ato este da municipalidade que se buscou destacar por meio deste jornal, que “graças e contribuição da Prefeitura”, como explicita a matéria abaixo, as obras puderam ser tocadas pelo Escritório Saturnino de Brito Filho, obras que iriam assegurar o desenvolvimento econômico e social da cidade. Podemos perceber que o jornal buscou enaltecer a contribuição do Prefeito para a concretização da estrutura necessária para que a rede abastecimento a partir das águas de Boqueirão se tornassem realidade, medida esta que partiu do entendimento entre diferentes esferas do poder local, que quando aliados convergiram com o mesmo propósito “pelo bem da Paraíba”, como anunciavam.

Este Semanário Oficial publicou, na última edição o decreto nº. 10 pelo qual o Prefeito Elpídio de Almeida considerou de utilidade pública para o efeito de desapropriação a área de 8.549 m², destinada à construção do Reservatório e da Estação de Tratamento da Água de Boqueirão nesta cidade. A área, encravada entre as Avenidas Marechal Deodoro, Montevideu, Paraguai e Rua Duque de Caxias, no bairro da Prata, representa valiosíssima contribuição da Prefeitura à solução do problema da água em Campina Grande. De acordo com o entendimento havido entre o Prefeito Elpídio de Almeida e o Secretário da Viação e Obras Públicas, do Governo do Estado, a Prefeitura fará a indenização da área de terreno desapropriada e o Governo Estadual, a dos prédios edificadas sobre a mesma. (...) Assim, o Governo do Estado, por intermédio do Escritório Saturnino de Brito, e graças a contribuição da Prefeitura de Campina Grande, já deu início àquelas obras que assegurarão as condições indispensáveis ao nosso desenvolvimento econômico e social (SEMANÁRIO OFICIAL, Campina Grande, 21 de Abril de 1956).

Apesar do otimismo e do bom andamento das obras, ainda restavam conseguir mais verbas, visto que a obra da adutora e da estrutura necessária para o armazenamento e tratamento estava orçada em cento e três milhões de cruzeiros. O marco desse processo histórico e político que contribuiu para o levantamento das verbas necessárias aconteceu em Maio 1956, quando foi realizado o I Encontro de Bispos do Nordeste, evento que aconteceu em Campina Grande entre os dias 21 e 26 sob a articulação de Don Helder Câmara. De acordo com Schallenmueller (2011, p. 84), tal Encontro ocorreu na esteira do pensamento político da ala progressista da Igreja Católica no Brasil, como resultado das ações da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, fundada em 1952). A proposta que já vinha sendo colocada pela CNBB era a defesa do desenvolvimento sócio-econômico do país impulsionado pela industrialização, pelos investimentos estatais e infra-estruturais, pela redistribuição de terras e a diversificação da produção. No entanto, o I Encontro de Bispos do Nordeste propôs pensar o Nordeste brasileiro, transformando-o em uma região de investimentos industriais, bem como, refletindo sobre a concentração de terras, além disso, propôs ao Governo Federal medidas pontuais que se transformassem a realidade da nossa região.

Ainda de acordo com Schallenmueller (2011, p. 83), o I Encontro de Bispos do Nordeste resultou em um documento encaminhado ao Governo Federal que constituiu um dos principais aglutinadores da posição oficial da Igreja no Brasil a respeito dos problemas do país, em especial do Nordeste. Mais que reflexões, emanaram propostas dispostas em um documento que foi publicado e que está

dividido em sete partes⁹⁷. A primeira é um discurso de Juscelino Kubitschek a propósito da abertura dos trabalhos; a segunda é a “Declaração dos Bispos do Nordeste”, reunindo as principais conclusões do Encontro; a terceira, traz as sugestões do Grupos de Trabalhos; a quarta parte, “Planejamento e Investimentos”, é um texto redigido pelo economista Rômulo Almeida; a quinta parte é uma “Alocação do Presidente Juscelino Kubitschek”, enaltecendo os resultados do evento. As sexta e sétima partes trazem os decretos e as medidas tomadas pelo governo a partir das sugestões dadas no evento respectivamente. Certamente, a segunda parte, a “Declaração dos Bispos do Nordeste” é a mais significativa para a aspirações dos campinenses, de tal forma que esta também teve um trecho publicado no *Semanário Oficial*, como podemos averiguar a seguir:

ÍNTEGRA DA INDICAÇÃO N. 1 APROVADA NO ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

Constituindo a solução do abastecimento d'água de Campina Grande verdadeira barreira de contenção das correntes migratórias nordestinas para o Sul, dispõe o Estado e o Município apenas de Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 4.000.000,00, respectivamente, recursos insuficientes para a realização das obras em curto prazo, como o exigem as necessidades dos cem mil habitantes dessa cidade, o maior núcleo populacional urbano do interior do Nordeste e Norte do Brasil. É recomendado, por isso, ao Governo Federal que, sendo como é o referido abastecimento obra de urgência, devem ser utilizados os recursos do Fundo Especial de Socorro as Secas, para a sua imediata realização como serviço complementar da Barragem do Boqueirão de Cabaceiras, em via de conclusão, concedendo-se à *sua ex-cução (sic) alta prioridade* e abrindo-se com urgência o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, no corrente exercício, por conta do aludido Fundo, para o ataque da Adutora e da Estação de Recalque das Águas (SEMANÁRIO OFICIAL, Campina Grande, 02 de Junho de 1956, destaque no original).

De início, a Indicação número 1 da “Declaração dos Bispos do Nordeste” coloca que a construção de obras que buscavam solucionar a falta de água era uma forma de manter os emigrantes em suas regiões, evitando assim que estes se dirigissem para o sul do país. O argumento inicial não estava baseado nas necessidades locais, e sim nas medidas necessárias para conter a saída de nordestinos para outros estados ao sul, visto que com tal obra a cidade de Campina Grande passaria a receber as vítimas da seca, ao invés destes tomarem como destino o sul. Para tal, a indicação dos Bispos concentrados no Encontro constatou

⁹⁷ CNBB. I Encontro de Bispos do Nordeste (Campina Grande – Maio de 1956). Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960.

a diminuta verba acumulada pelo Estado para construir a adutora, desta forma, propuseram ao Governo Federal que cinqüenta milhões de cruzeiros fossem liberados para que as obras fossem realizadas, beneficiando assim um dos maiores centros populacionais do Norte e Nordeste, verbas que deveriam ser levantadas do Fundo Especial de Socorro as Secas para que as obras pudessem ser realizadas o mais rápido possível.

As medidas tomadas para levantar as verbas partiram de diversas esferas políticas e se deu como resultados de rearticulações e alianças entre alguns nomes do poder no Estado, além da iniciativa do Governo Federal como resultado de um projeto modernizador que ficou conhecido como desenvolvimentismo, onde tanto a iniciativa estatal quando privada voltara-se na promoção de condições para que houvesse a ampliação de indústrias e de riqueza no país. O *Semanário Oficial* trouxe em suas páginas um pouco desse percurso, desde a ação de Argemiro no Senado, passando pela influência do I Encontro dos Bispos do Nordeste e do documento daí resultante, até a vinda do Dr. Helvécio Xavier Lopes, representante do Governo de Juscelino Kubitschek, a nossa cidade. Com essas ações o governo do Estado conseguiu levantar mais verbas para as obras da adutora e armazenamento, mas o jornal buscou incluir o Prefeito nessa conquista mesmo que as verbas fossem destinadas para outra esfera do poder, assim, anunciava o papel de seus aliados, mas também a sua ótima relação com o Presidente e seus comandados, para isso publicaram uma matéria sobre as ações desenvolvidas para levantar as verbas, mas também o trecho de um telegrama enviado por Helvécio Xavier Lopes diretamente para Elpídio, tratando-o, inclusive, como “prezado amigo”, vejamos:

É sabido dos campinenses o interesse tomado pela nossa representação federal, o senador Argemiro de Figueiredo à frente, no sentido da inclusão no orçamento da República de uma verba de 10 milhões de cruzeiros para auxiliar o governo do Estado na aquisição da adutora que trará a água da barragem de Boqueirão para nossa cidade. Por ocasião do Congresso dos Bispos do Nordeste, aqui reunido sob a presidência de D. Helder Câmara, figurou, entre as conclusões, o apelo ao sr. Presidente Juscelino Kubitschek para que a referida verba fosse liberada. Posteriormente, quando estive em nossa cidade o enviado especial do sr. Presidente da República, o sr. Dr. Helvécio Xavier Lopes, acompanhado dos diretores de quase todos os departamentos federais, ao sentir a urgência de ser concluído o nosso serviço de abastecimento d'água prometeu interessar-se no sentido de ser a verba liberada com a brevidade possível. E não ficou a promessa no ar. Sobre o assunto, recebeu o Prefeito Elpídio de Almeida o seguinte

telegrama do Dr. Helvécio Xavier, Secretário Geral do Conselho Coordenador de Abastecimento:

“Dr. Elpídio de Almeida – Prefeito Campina Grande – PB

Tenho prazer comunicar prezado amigo haver Presidente Juscelino Kubitschek autorizado Liberação e Distribuição verba dez milhões cruzeiros destinada aquisição e canalização adutora Campina Grande”.
(SEMÁNARIO OFICIAL, Campina Grande, 04 de Agosto de 1956).

A barragem em Boqueirão foi inaugurada no dia sete de Setembro de 1957. Contando com a presença do Presidente, isso foi bastante simbólico para os cidadãos de Campina Grande, visto que estava materializada a promessa de água e o primeiro grande passo para a solução dos problemas decorrentes de sua falta. As propostas dadas no I Encontro de Bispos surtiram efeito, visto que mais verbas foram levantadas com a “utilização crédito emergencial cinqüenta milhões cruzeiros aberto Governo Federal”. (Semanário Oficial, Campina Grande, 29 de Setembro de 1956). Agora era questão de tempo e de trabalho para que fosse efetivada a construção da adutora e do reservatório. Com a proximidade de sua conclusão, tanto o ex-governador José Américo quanto o Presidente Juscelino Kubitschek foram tidos como os grandes responsáveis pelas obras, o primeiro por ter sido o que deu início as obras do açude e seus trâmites burocráticos quando estava à frente do IFOCS, o segundo, por ter continuado com o projeto e liberado verbas para a sua construção, quando por fim, a partir do Fundo de Combate as Secas conseguiu mais verbas para que a adutora fosse concretizada. Assim, as elaborações discursivas promovida pela elite local, como também pelos veículos de comunicação, transferem nessa ocasião para Juscelino Kubitschek o título de bem feitor, de “herói” da cidade, como discorre Araújo a seguir:

Se em 1939, por ocasião da inauguração da adutora Vaca Brava, o sujeito elevado à categoria de “herói” foi o então Interventor Federal no Estado, Argemiro de Figueiredo, em 1958, no momento da inauguração da Adutora do Boqueirão, esse estatuto “heróico” foi transferido para o então presidente Juscelino Kubitschek, que, segundo o discurso da época, teria proporcionado aos habitantes da cidade o conforto de receber em suas casas, o precioso líquido (ARAÚJO, 2009, p. 43).

Tais verbas permitiram a concretização das aspirações da elite campinense, de modo que, as obras necessárias para trazer a água de Boqueirão para Campina Grande foram realizadas e permitiram que estes grupos mantivessem seus

interesses econômicos e políticos. Com o fim de homenagear o Presidente e de retribuir o seu empenho na busca por uma solução ao “problema maior de nossa cidade”, os comerciantes reunidos na Associação Comercial mais uma vez fizeram a organização dos festejos, como aconteceu na ocasião da inauguração do sistema de abastecimento de água a partir de Vaca Brava em 1939, quando Argemiro foi homenageado. Para tanto, a fala do presidente da Associação retomou um pouco da história da cidade e de seu desenvolvimento econômico, bem como, as ações de grandes homens como Argemiro, no intuito de trazer água para Campina Grande, e de Juscelino Kubitschek, destacando esse último como o grande responsável por esse empreendimento, e que por isso, merecedor de uma estátua erigida bem no centro da cidade, como segue no trecho da Ata a seguir:

Passou o presidente, a explicar aos presentes os motivos da reunião, a ereção de uma estátua, em praça pública do presidente Juscelino Kubitschek, justa homenagem do povo campinense ao seu maior bem feitor, por ter dotado esta cidade de um perfeito sistema de abastecimento d'água através da construção da adutora do Boqueirão de Cabaceiras, prestes a ser inaugurada. Traçou um quadro histórico sobre Campina Grande a partir de 1909, falando de sua indústria e do seu comércio, apresentando um quadro recordativo da cidade, sua evolução, seu progresso. Referiu se ao sistema de abastecimento da cidade enaltecendo as personalidades, de Argemiro de Figueiredo e José Américo, concluindo por dizer que a homenagem que se pretende prestar ao presidente era das mais justas e oportunas, sendo muita honra para a Associação comercial liderar esse movimento (LIVROS DE ATAS das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata nº 52/1958; p.79-80, 05 de Abril de 1958; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 43).

Para que as homenagens “mais justas e oportunas” ao Presidente não parecessem uma iniciativa promovida por um grupo específico, o *Diário da Borborema* destaca que o dinheiro para pagar a produção da estátua foi arrecadado entre os diferentes setores da sociedade campinense, através de uma “campanha popular”, incluindo assim desde a elite até os operários do subúrbio, em que “todo o povo” deu sua contribuição. A estátua em bronze feita em São Paulo se encontrava em Campina Grande, já tendo sido confirmada para o dia 31 de Julho para a solenidade de sua inauguração. Além das homenagens materializadas nesta estátua, a Câmara Municipal prestou as suas, concedendo a Juscelino Kubitschek o título de cidadão benemérito da cidade, o que de acordo com o referido jornal

aconteceu por unanimidade de votos dos vereadores, os representantes do povo, institucionalizando assim a vontade de um grupo em nome de toda a população.

Em Campina Grande a estátua do Presidente
Será inaugurado na Praça da Bandeira no dia 31 do corrente – gratidão dos campinenses ao chefe do governo. Encontra-se desde ontem em Campina Grande a estátua do presidente Juscelino Kubitschek cuja inauguração está marcada para o dia 31 do corrente na tradicional Praça da Bandeira desta cidade, ao ensejo das festividades de inauguração do novo serviço de abastecimento d'água. A estátua, conforme se sabe foi mandada esculpir em São Paulo, por um grupo de amigos do presidente da República (...) a frente se encontra o Sr. Salvino Pimentel e constitui um testemunho da gratidão dos campinenses ao chefe da nação, pela grande obra realizada em favor desta terra. Para ereção desse monumento em homenagem ao presidente Juscelino, foi realizada uma campanha popular nesta cidade, a que todo o povo desde as mais destacadas figuras da vida econômica, social e política da cidade, ao mais modesto operário do subúrbio contribui com donativo espontâneo a fim de custear o mesmo. Além dessa manifestação dos campinenses que o irão perpetuar no bronze num dos mais importantes logradouros da cidade, o sr. Juscelino Kubitschek receberá ainda das mãos do presidente da Câmara dos Vereadores o título de cidadão benemérito da cidade, que lhe foi conferido pela unanimidade dos representantes do povo com assento no legislativo (DIÁRIO DA BORBOREMA, 16 de Julho de 1958; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 35).

Apesar das expectativas, a solenidade de inauguração foi transferida para o dia sete de Novembro de 1958, quando a cidade viveu momentos de intensa movimentação, já que a presença de Juscelino Kubitschek por dois dias foi o principal motivo de uma vasta programação elaborada pelos integrantes da Associação Comercial, ocasião em que rituais carregados de significados simbólicos que envolvem os protocolos voltados para chefes de Estado mais uma vez aconteceram na cidade, e estes novamente surpreenderam e encantaram os cidadãos pouco acostumados com estas solenidades. Tudo começou às 15hs com a recepção ao Presidente no Aeroporto João Suassuna, quando ocorreu a revista as tropas, a entrega do título de cidadão campinense e da chave da cidade, mediante ao inflamado discursos do orador, o Prefeito Elpídio de Almeida. Ainda naquele local, aconteceu a inauguração da pavimentação da estrada com destino a este aeroporto, ligando-o à rodovia, quando em seguida as 16hs foram prestadas mais homenagens com a entrega de flores pelos operários da SANBRA diante de seu complexo industrial no bairro da Liberdade. (SYVESTRE, 1988, p. 169)

A efetiva inauguração da Adutora aconteceu as 17hs, com discursos do Diretor do DNOCS, o sr José Cândido Pessoa, de Saturnino de Brito Filho, do

Governador do Estado e por fim do Presidente. As 16:30hs aconteceu a inauguração da estátua na Praça da Bandeira, com discursos do companheiro de partido do Presidente, o sr. Alvinho Pimentel, em seguida Lopes de Andrade e Newton Rique, um dos maiores industriários da cidade, e por fim, o tão esperado discurso do Presidente. Ainda aconteceu as 20hs a homenagem ao Presidente por sua política voltada para a indústria automobilística na abertura da Exposição de Produtos Ford, quando em seguida Juscelino Kubitschek teve um pequeno descanso na casa de Alvinho Pimentel. Mais tarde a partir das 21 hs aconteceram vários festejos pela cidade, com desfiles de blocos e queima de fogos, além banquete de 600 talheres oferecido ao Presidente e sua família (esposa e filhas) nas dependências do Campinense Clube, quando mais discursos foram proferidos pelo governador Pedro Gondin, por Argemiro de Figueiredo, pelo bispo da cidade e pelo próprio homenageado. No dia seguinte, uma missa de ação de graças na Catedral foi realizada as 8hs e depois de pequenas reuniões como governador do Estado e com o Bispo, Alvinho Pimentel, quando por fim, estava programado para que as 10hs o Presidente seguisse para o aeroporto e embarcasse e deixasse a cidade (SYVESTRE, 1988, p. 169).

Apesar das esperanças e das aspirações germinadas com a inauguração do sistema de abastecimento de águas a partir de Boqueirão, mais uma vez, os benefícios não chegaram de imediato aos bairros, demandando por algum tempo a utilização dos ainda recorrentes chafarizes, que mesmo com maior disponibilidade de água não estavam melhor distribuídos pela cidade, como podemos averiguar na matéria que segue:

O Tambor quer chafariz

A exemplo do que ocorre em muitos bairros de Campina Grande, como Jardim Lauritzen, Volta do Zé Leal, para citar apenas alguns, também a população do bairro do Tambor anda às voltas com a falta d'água. O problema para aquelas bandas é mais sério, de vez que, enquanto os outros bairros contam resolver a situação com a normalização da adutora do Boqueirão, o Tambor nem com essa perspectiva sente-se tranquilo, por que não dispõe de nenhum chafariz (DIÁRIO DA BORBOREMA, 18 de Dezembro de 1958, Apud: ARAÚJO, 2010, p. 44).

Assim, podemos entender que a rede de abastecimento estendeu a sua malha pela cidade, o que aconteceu de forma gradativa até o final dos anos 1980. A

matéria acima cita que no final de 1958 os bairros do Tambor, Volta do Zé Leal e Jardim Lauritzen, além de “muitos outros”, conviveram com o mesmo problema, o que gerou certo receio, em virtude de que se tais áreas não dispunham de um chafariz, certamente os seus moradores ficavam a mercê das distâncias. Enquanto alguns bairros permaneceram sem fontes de abastecimento próximas, em virtude de que apenas um total de 12 chafarizes foram construídos até o final dos anos 1950, os moradores destas áreas da cidade continuaram por muito tempo enfrentando as dificuldades de ter que ir buscar a água em bairros que dispunham de chafarizes, tendo que percorrer distâncias consideráveis com as suas latas para abastecer seus domicílios. Uma marca fica evidente na matéria acima, a questão de que os moradores dos bairros que dispunham de chafarizes mantinham uma perspectiva futura em relação a regularidade do abastecimento com o advento de Boqueirão e da adutora, enquanto que os habitantes dos bairros sem essa benfeitoria, não. Podemos entender que, após tantos anos de sedução, de encantamento por parte das representações que eram elaboradas sobre o sistema de abastecimento de Vaca Brava, bem como as águas de Boqueirão, ambas propaladas como a solução para o problema da falta de água, demoraram demais a serem ampliadas para as áreas mais afastadas do centro.

Esse foi o início de um processo histórico que permitiu a cidade passar por outra realidade, a qual a falta de água não foi mais um problema que parecia irremediável. Durante as décadas seguintes aconteceu gradativamente a elaboração e a construção de projetos estruturantes que ampliaram o fornecimento e permitiram uma remodelação na política de águas de Campina Grande. A partir dos anos 1960, o governo passou a implementar o abastecimento que foi estendido para os bairros suburbanos da cidade e chegaram às casas dos populares moradores dessas áreas.

No entanto, o que diz respeito à drenagem, canalização e esgotamento, estas benfeitorias demoraram mais a serem estendidas para as áreas suburbanas. Muitas dessas obras estruturantes foram realizadas a partir da década de 1970, já os esgotos continuaram até a década de 1980 concentrados na área central. De acordo com o livro de *Perfil do Município* (1984, p. 45), até o ano de 1984 existia apenas “20% dos imóveis (residencial, industrial e comercial) cadastrados, com ligações na rede de esgoto existente”. Até este ano, “a rede de esgoto do Município é praticamente a mesma existente em 1940, servindo apenas a zona central e parte da zona Norte da Cidade”. Apesar da ampliação no fornecimento de água, o

esgotamento ainda não havia se tornado uma realidade para a maior parte da população, o que significa dizer que, fossas sépticas, córregos e esgotos a céu aberto foram constantes durante muitos anos nos bairros mais afastados do centro, como pode averiguar na imagem a seguir.

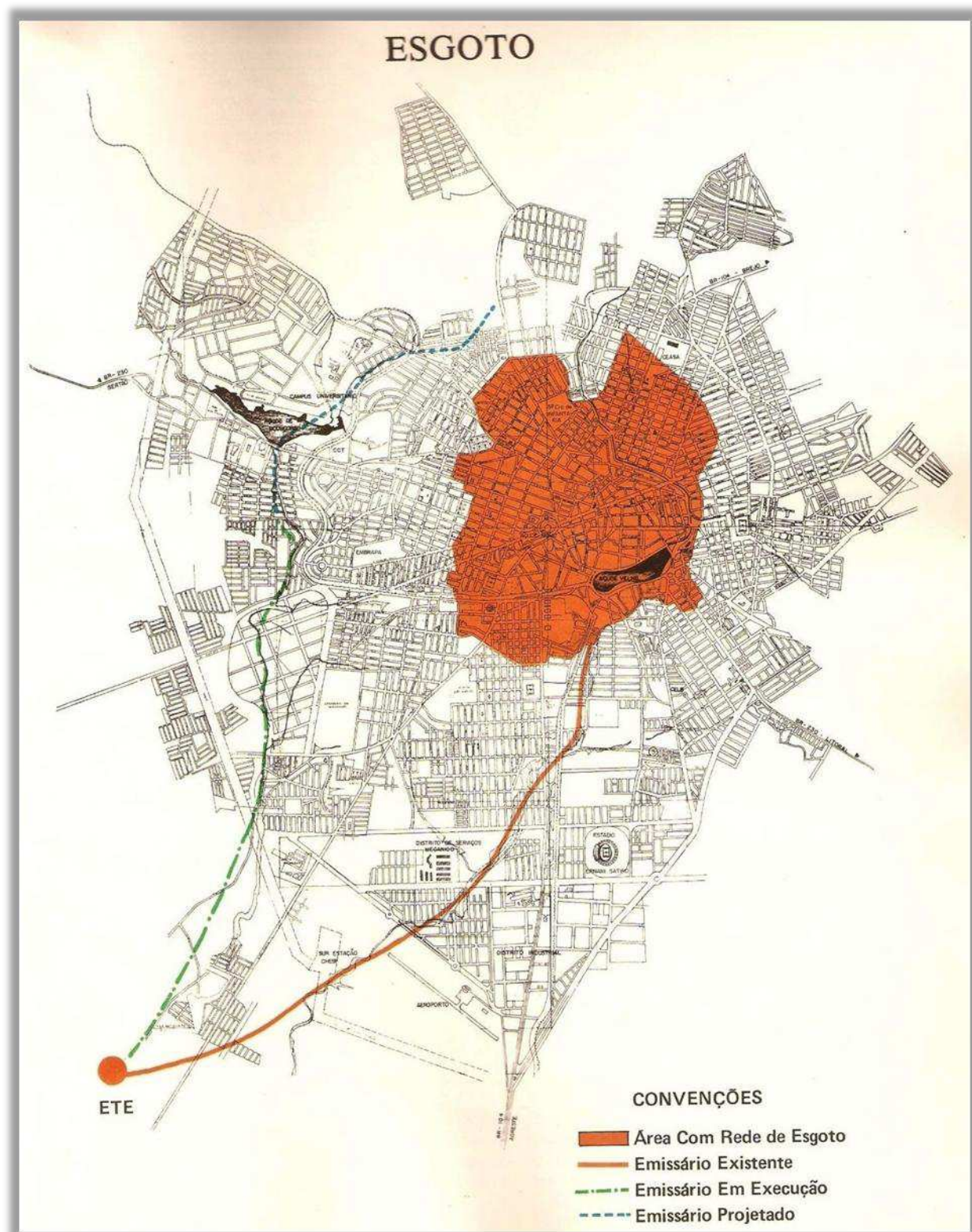


Figura 28: Mapa de Campina Grande, compreendendo a área de abrangência da rede de esgotos em 1984 (PERFIL DO MUNICÍPIO, 1984, p. 47).

Podemos observar que, a área em laranja se refere à área de abrangência dos esgotos em Campina Grande no ano de 1984, a qual mostra os limites da rede

de esgoto da cidade, uma pequena parte, quando levado em conta o tamanho da área urbana da cidade e da população que nessa época atingiu a cifra de 247.820 pessoas na sede do município, de acordo com o mesmo livro em questão (p. 75). A área contemplada pela rede de esgoto se estendia apenas pelos bairros que circundam o centro da cidade, chegando a uma parte dos bairros do Alto Branco, São José, Monte Santo e Palmeira, além de uma pequena parte próxima ao açude Velho. A linha também em laranja mostra o caminho percorrido por estes esgotos através de canais até chegar à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) construída nas proximidades do bairro da Catigueira. Pode-se ver também outras obras da canalização, que na época da elaboração deste livro e deste mapa estavam em execução ou ainda no projeto, sendo que até os dias de hoje nenhuma destas duas foram concluídas e continuam fazendo parte dos discursos dos candidatos ao governo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa dissertação propomos algumas reflexões acerca da banalização da água em nossa sociedade, algo que para boa parte das pessoas que vivem em áreas urbanas, é recorrente. Só temos a consciência da importância deste recurso natural para a nossa vida quando vivemos alguma situação que nos falte o líquido. Estas são questões pertinentes para a nossa época, visto que, cada vez mais a água se torna um recurso escasso, já que milhões pelo mundo afora vivem com uma quantidade mínima de água, seja pela diminuta oferta da própria natureza, ou pela ação dos fenômenos climáticos. Além disso, existe a interferência humana que agrava tal situação, em decorrência da poluição e dos interesses de determinados grupos pela manutenção desta crise.

A conclusão desta pesquisa nos permitiu compreender várias questões que envolvem a falta ou a disponibilidade de água para uma sociedade. Situação essa que se repete esporadicamente em nossa sociedade, como podemos perceber com a baixa do nível das águas da barragem de Vaca Brava em 2011, quando voltou à tona as dificuldades para se conseguir a água. Em comum, encontramos os diferentes discursos propalados em favor de soluções que, ou estão relacionadas com a construção de novas obras, ou estão vinculadas com os interesses políticos de quem as promete concretizar. Barragem esta que no momento de sua implementação foi propagandeada pelo governo como a solução definitiva para o abastecimento de água de Campina Grande, mas que foi, em pouco tempo, deliberadamente desmantelada. Tanto a construção quanto o seu sucateamento serviu para propósitos parecidos, atender os interesses de grupos políticos do Estado.

Neste caso, fomos investigar no recorte temporal entre 1930 e 1960 como a água esteve inserida na história de Campina Grande. Percebemos que esta materialidade estava envolvida por determinadas culturas políticas e foi apropriada como justificativa para delinear projetos de grupos sociais envolvidos com o poder, sejam econômicos ou políticos. Neste estudo, foi dada a ênfase aos interesses políticos, em virtude de que estes de diferentes formas se repetem, por isso, é necessário torná-lo inteligível para que se tenha a consciência de como tais fenômenos sociais e políticos aconteceram e ainda acontecem.

Voltamos à Vila Nova da Rainha, quando o estado de insalubridade das águas, das ruas e das casas foi alvo dos discursos dos letrados e da elite no sentido de preservar a utilização dos mananciais para o consumo, visto que, eram poucas as fontes de água, mas também, para pôr fim aos denominados focos de doenças, os quais exalavam ares pútridos e disseminavam pestilências pela urbe. Assim, nos foi possível observar que a teoria dos miasmas estava na ordem do dia destes letrados, que com o objetivo de agregar uma autoridade aos seus discursos, acabou utilizando de um argumento que entre boa parte dos círculos científicos era considerado ultrapassado, visto que a teoria microbiana já estava ocupando em fins do século XIX os discursos sanitaristas e higienistas na Europa. Em Campina Grande, a teoria miasmática manteve ressonâncias até o final da década de 1930, direcionando formas de pensar e maneiras de agir dos poderes públicos locais.

Nestes anos que antecederam a construção do sistema de abastecimento de água a partir de Vaca Brava, nos foi possível compreender como era o cotidiano de uma cidade que aumentava sua população e sua área urbana sem, contudo, existir uma estrutura urbana que pudesse manter recursos necessários para a subsistência da população. Houve uma grande escassez de água potável e, os mananciais urbanos, serviram para várias atividades domésticas e econômicas, como podemos ver nos usos dos açudes para banhos, lavagens de roupas e de caminhões, mas também, para a utilização de suas águas pela insipiente indústria. No entanto, a compra de água de fontes mais confiáveis e a manutenção de cisternas, era algo que apenas os mais afortunados tiveram acesso, a maioria da população que vinha para esta cidade atraída pelas representações grandiloqüentes, continuou abastecendo suas casas com as águas que eram tidas como infectas e insalubres.

A fim de reduzir a falta de água, questão que foi tida como um grande entrave econômico, visto que empresários e investidores evitaram se instalar na cidade pela falta do recurso, algumas obras públicas foram construídas, como o Açude de Bodocongó e o Açude de Puxinanã. O primeiro esteve envolvido nos interesses da elite local, que buscaram colocar Lauritzen a frente das obras, pois essa seria mais uma oportunidade para destacar o seu chefe político, mas o IOCS não permitiu, e as suas águas serviram para matar a sede da população, servindo para a indústria. Já o Açude de Puxinanã, foi representada como a solução para o abastecimento de água, mesmo que este reservatório não tivesse condições de manter seu nível pela falta de riachos e pela diminuta distribuição de suas águas, servindo apenas para

atender os interesses políticos de um grupo e do poder. Mas também, percebemos como esta relativa disponibilidade de água serviu aos interesses de uma elite que redistribuiu os espaços da cidade, concentrando em determinadas áreas a ocupação urbana por atividades produtivas e realizando a especulação imobiliária para outras.

As condições políticas foram favoráveis à Argemiro de Figueiredo para que pudesse alcançar as hostes do poder e conseguir verbas para tal obra, estas puderam lhe levar ao centro do poder em um momento que o projeto varguista de higienização da sociedade estava em execução. Os jornais *A União* e *Voz da Borborema*, foram os órgãos que buscaram representar que a obra voltada para fornecer água e esgotos para a cidade não poderia ser apenas algo estrutural, mas tinha que ser moderno, onde a técnica e a ciência fossem os brados de uma obra que traria redenção. Assim, os primeiros trâmites de uma obra considerada como redentora pelos jornais controlados pelo governo, foram apropriados para fazer desta benfeitoria um recurso simbólico, desde seus momentos iniciais para legitimar o carisma, a posição de Argemiro no centro do poder no Estado.

As idéias defendidas pelo fundador da firma Saturnino de Brito foram elencadas também, no sentido de trazer as suas concepções sobre a função do urbanismo sanitaria, de sua relação com o meio ambiente, os preceitos de economia e uso de materiais, bem como, a sua posição sobre os entraves políticos existentes no setor público, pois estas concepções foram quase que literalmente seguidos por Brito Filho. Concepções que nortearam a construção das obras de abastecimento na cidade, mas também, os discursos e imagens voltados para mostrar essa quanto ao seu cunho moderno e nacionalista, em convergência com o projeto varguista e argemirista. Não bastava sanear a cidade, tinha que ser uma obra moderna, fruto do engenho e capital nacionais e do governo que colocou a frente um plano de governo voltado para a maior necessidade de Campina Grande, como afirmavam os jornais *A União* e *Voz da Borborema*.

Os rituais e símbolos do poder estiveram evidenciados pelos jornais em todos os momentos da obra, tanto com a “fiscalização” por parte do próprio interventor e as representações comunicadas quanto a seu cunho modernizante, quanto pelos rituais evidenciados nos festejos da inauguração. Momentos em que a teatralização do poder foi mais perceptível para nós, pois foi quando um conjunto símbolos e discursos foram devidamente comunicados a fim de elaborar um enredo que trouxe para o centro do poder político a figura de Argemiro. Obras que serviram aos

interesses políticos do governo, que em todos os momentos assumiu papéis, hora como o de herói da população, visto que construiu a maior benfeitoria para redimir a cidade, hora como o funcionário do povo, transferindo para a população todos os louros e congratulações pela sua execução. Assim, Argemiro conseguiu através das obras de saneamento, elaborar um imaginário de redenção e de redentor, sobre as obras e sobre si mesmo. Obras que foram tidas como as mais perfeitas e que garantiriam a manutenção da vida e da riqueza desta terra, representações devidamente comunicadas com o objetivo de elaborar uma determinada realidade social e política, objetivando construir um poder e angariar a sua aceitação.

Ao percorrermos o caminho das águas, desde as suas estruturas necessárias para a captação, tratamento e distribuição, até o destino dos esgotos na depuradora, quando podemos compreender assim de que forma a imagem, no caso, as fotografias, tanto nos jornais como na 1ª Feira de Amostras da cidade foram apropriadas no sentido de elaborar e comunicar o caráter eminentemente técnico e moderno das obras. Por isso, evidenciamos as técnicas nesse momento, para destacar como estas se tornaram símbolos imagéticos de um governo moderno, benfeitor e que utilizou das melhores técnicas e profissionais para salvar, redimir toda uma cidade, como anunciavam os jornais governistas.

Apesar de ter sido propalada como a solução para uma cidade, o consumo destas maquinarias do conforto foi antagônico para os diferentes grupos sociais da cidade, visto que apenas as áreas centrais, delimitadas na área urbana, foram beneficiadas com água e esgotos. As propriedades particulares nessas áreas tiveram que se adaptar as exigências de um novo modelo de consumo, quando a higiene e a utilização de materiais mais caros tornaram-se limitações para que estas benfeitorias tornassem acessíveis para a população. Advém daí novas sensibilidades, quando espaços da casa são alterados e delimitados para as funções higiênicas do corpo, alterando a vida privada das pessoas que podiam contar com esse conforto.

As iniciativas públicas que buscaram dotar as casas e prédios com essas maquinarias do conforto contrastavam quanto a sua recepção, tanto para os que poderiam ser beneficiados, quando daqueles em que tal benefício não chegou. Assim, os populares moradores das áreas suburbanas tiveram que reajustar sua forma de conviver com a coletividade e com a cidade. Com os indivíduos alterou-se a relação com o grupo, em virtude das filas e sociabilidades recorrentes nos

chafarizes, como também, em relação aos baixo-assinados, o que mostrou certo nível de conscientização política daqueles grupos dos subúrbios da cidade. Em relação à cidade, a população também teve que reajustar a maneira como transitava por ela, pois os moradores de áreas sem chafarizes tiveram que percorrer longas distâncias, o item conforto não chegou para todos, mas para alguns, ainda menos.

No entanto, aqueles mesmos veículos de comunicação apropriados para comunicar o caráter redentor das obras e do criador foram utilizados pelo seu sucessor para desconstruir a sua imagem. Acusações de corrupção foram feitas por Ruy Carneiro através do jornal *A União*, mas o elemento simbólico que mais remetia ao nome de Argemiro foi deliberadamente abandonado, como também, outras iniciativas de seu governo. Quando a legitimidade do governo que Ruy Carneiro representava foi questionada, o jornal *Voz do Dia* colocou-se a frente da oposição em Campina Grande, e foi por este discurso que pudemos perceber como essa oposição se manifestou na cidade, mas também, qual era a situação do sistema de abastecimento depois de poucos anos após sua inauguração. As acusações do *Voz do Dia* dirigiam diretamente a Ruy Carneiro a culpa pelos dismantelamento do sistema, tanto a voz dos editores quanto a de um cidadão pôde ser ouvida por este órgão noticioso.

No entanto, não podemos atribuir apenas a Ruy Carneiro a responsabilidade pelo sucateamento do sistema de abastecimento de Vaca Brava, visto que os governos que o sucederam também mantiveram certa omissão. Entendemos que, diante da falta de outras fontes seguras de água estes governos estiveram tão enfocados nas querelas políticas que medidas mais enérgicas para minimizar tais dificuldades não foram postas em prática. Isso foi bastante perceptível quando adentramos pela década de 1950, quando o processo de redemocratização, e conseqüentemente novas formas de angariar votos para conquistar o centro do poder se tornou realidade.

Através do *Jornal de Campina*, as tramas políticas foram evidenciadas no início dos anos 1950, quando um discurso político travestido de notícia mostrou as mais diferentes dificuldades de se viver em Campina Grande sob a segunda maior crise do abastecimento de água. Aliado de Argemiro e da UDN, o referido jornal manteve uma intensa campanha contra os aliados da Coligação Democrática Paraibana, os quais tinham José Américo como o mais forte representante. Ao anunciar as obras de construção da barragem de Boqueirão empreendidas pelo

governo Federal sob os auspícios de José Américo a frente do DNOCS, o jornal que nos serviu de fonte para estas questões representou estas obras como uma miragem, um delírio do governador, que enquanto a população sedenta bebia água imprópria até para porcos, águas essas advindas de alguns barreiros e poços da cidade, o governo deixava de lado as necessidades da população.

Enquanto o Açude de Boqueirão era construído, o governo municipal de Elpídio de Almeida utilizou da imprensa para propagandear suas ações políticas e de seu grupo, o qual a partir de 1952 contou com Argemiro de Figueiredo, que saiu da UDN e deu apoio para a sua candidatura. Foi uma troca de favores, visto que Argemiro viveu certo ostracismo político depois de sair da interventoria, quando obteve sucessivas derrotas nas eleições. Para tal campanha em favor de si e dos aliados, bem como propagandear, mostrar-se no centro do governo e teatralizar o poder, a municipalidade criou um órgão de imprensa que se mantém até hoje, o jornal *Semanário Oficial*. E foi por este jornal que Elpídio buscou incluir-se nas obras de Boqueirão e se beneficiar politicamente delas, mesmo sendo obras de responsabilidade do governo Federal e Estadual, seja doando terrenos para a construção da Estação de Tratamento, ou mostrando-se como aliado e amigo do governo de Juscelino Kubitschek.

Foi sobre Kubitschek que o estatuto de herói foi reelaborado no final dos anos 1950, quando verbas e os apelos dos religiosos em favor dos sedentos por água e por investimentos econômicos foram atendidos por esse governante, como afirmava o *Semanário Oficial*. A política desenvolvimentista do governo propiciou o término das obras da barragem, mas também levantou verbas para a construção da adutora que trouxe a água para cidade. As homenagens agora voltaram-se para JK, o qual mereceu da Câmara o título de cidadão campinense e a população ofereceu-lhe uma estátua erigida bem no centro desta cidade que por ele foi beneficiada. Não bastava ser a manifestação de um grupo, tiveram que criar uma campanha para homenageá-lo, acumulando doações dos diversos setores da sociedade para fundir a sua estátua, transferiu-se para o presidente o título de herói da cidade, construindo assim um discurso de bem feitor da cidade e da população. Novamente, rituais e símbolos do poder foram elaborados a fim de reconhecer o poder político de um grupo que estava no centro da vida social em diferentes esferas do poder.

Apesar das diferentes culturas políticas envolvidas e dos discursos voltados para a formação de uma determinada realidade social, as obras para ampliação da

rede de água e esgoto, demoraram mais um pouco para contemplar os bairros mais afastados. Algumas áreas continuaram apenas com os chafarizes por muito tempo, obras de estruturação urbana como canalização e drenagem também só foram realizadas décadas depois, mantendo assim por muitos anos o centro da cidade como a área mais valorizada. Quanto aos esgotos, sua rede só foi ampliada na década de 1990, visto que em 1984 continuou praticamente a mesma da década de 1940.

Temos a consciência de que falta até os dias de hoje fontes permanentes de água mais próximas do que Areia e Boqueirão, sendo esta uma imposição natural dada a Campina Grande. Mas a técnica e a engenharia puderam romper esses obstáculos e viabilizaram a chegada da água para a cidade, possibilitando que esta se tornasse atrativa para os investimentos, para os imigrantes e para as aspirações de grupos sociais variados. O fato é que estas obras possibilitaram construir outro momento da história local, mas foi também por meio de novas demandas da urbe nestas décadas seguintes que os aspirantes ao poder buscaram angariar votos e locupletar os interesses de um grupo. Assim, compreender essa dinâmica torna possível perceber quando elas se repetiram ou se repetirão.

Todas essas questões tratadas até aqui com esta pesquisa e com esta escrita nos permitiram levantar algumas respostas, mas também, algumas indagações. Sabemos das limitações desta exposição, como por exemplo, a falta de indivíduos, principalmente dos populares e suas experiências, como também, uma melhor abordagem sobre a Firma Saturnino de Brito Filho e a construção de Juscelino Kubitschek enquanto redentor da cidade. Mas, sabemos que a história é continuamente reescrita, outros estudos podem abordar estas questões.

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **A URBS Doente Medicada: a higiene na construção de Campina Grande (1877-1935)**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa / PB, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Epgraf, 1993.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e Seus Problemas**. 3ª edição, João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **Um trimestre de administração**. Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1 de junho de 1951, à Assembléia Legislativa. João Pessoa, Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907-1957)**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, 1991. mimeografado)

_____. **Campina Grande na primeira metade do século XX: A cidade sob a ótica das “maquinarias do conforto”**. IN, **Anais do Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa: Ed. Sal da Terra, 2000.

_____. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880 – 1925)** IN Ó, Alarcon Agra do, et all. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

_____. **Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880 – 1925)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

_____.; ADVINCULA, Chyara Charlotte Bezerra. A urbs civiliza-se? A promessa da água potável. In: **Revista de introdução à contabilidade, administração, direito e meio ambiente**. Sousa - PB v.1, Jul / Dez.2006 (Editoração Eletrônica). p. 8 – 18.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens Multifacetadas da história de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande / Secretaria de Educação, 2000, p. 79-100.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930 - 1960). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

ARRUDA MELLO, José Octávio de. **Campina Grande**: uma cidade do Estado Novo a Guerra Mundial (1937/45). Alpharrábios: revista do curso de História, vol.2, nº1. 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/CAMPINA_GRANDE-UMA_CIDADE.pdf> Acesso em: 20 de Outubro de 2011.

BARBOSA, Jivago Correia. **Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888673_ARQUIVO_JivagoBarbosa-ObraseassistencialismonogovernoJoseAmerico-ARTIGOCOMPLETOANPUH.pdf> Acesso em: 12 de Março de 2012.

BARBOZA, Sérgio Miguel Prucoli. **Reflexões sobre a cidade como corpo sem órgãos**. II Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est e XVII Simpósio de História da UFES, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Espírito Santo / ES, 2009. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppgpsi/files/anais/%5Bsimposio-historia%5D%20A%20CIDADE%20COMO%20CORPO%20SEM%20ORG%C3%83OS.pdf>> Acesso em: 10 de Setembro de 2011.

BARROS, José de Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Revista Espaço & Debate**. São Paulo: Ano XI, n.34, 1991.

BENÉVOLO. Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. **História da cidade**. Tradução de Silvia Mazza. - São Paulo: Perspectiva, 2009.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I**: As Estruturas do Cotidiano. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX**: O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Tudo é História).

_____. As sete portas da cidade. IN: **Revista Espaço e Debate**. Nº. 34, São Paulo: NERU, 1991.

_____. Muito Além do Espaço: Por uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 16, p. 279-290, 1995.

BRITO, Francisco Saturnino de. **Projetos e Relatórios**: saneamento do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b.

BRITO, Saturnino de. **Esgotos**: parte geral. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943a (Obras Completas de Saturnino de Brito).

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. **Esgotos**: parte geral. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943a. (Obras Completas de Saturnino de Brito, v. 2).

_____ **Abastecimento de águas**: parte geral, tecnologia e estatística. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b (Obras Completas de Saturnino de Brito).

_____ **Economia, sociologia e moral**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. (Obras Completas de Saturnino de Brito).

CABRAL FILHO, Severino. Água: desejo, promessa e espetáculo. In: _____ **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Doutorado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba / UFPB. Sob Orientação do Prof. Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz. 2007.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. João Pessoa: Editora Caravela, 1998.

_____ **Os alicerces de Campina Grande**: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila. (1697 a 1864). 3ª Edição. Campina Grande: Editora Caravela, 2006.

CAMPOS, Cândido M. **Os rumos da cidade**: Urbanismo e Modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARDOSO, Francisca Thereza C. **Campina Grande e Sua Função Como Capital Regional**. – Separata da Revista Brasileira de Geografia – Ano XXV – n.º IV – 1964.

CARNEIRO ARNAUD, Antonio. **Ruy Carneiro**. Paraíba, Nomes do Século. Série Histórica Nº 35. João Pessoa – PB: A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora, 2000.

CARNEIRO, Joaquim Osterne. **Um pouco de Ruy Carneiro**. Palestra proferida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Senador Ruy Carneiro, João Pessoa - PB, no dia 29 de Março de 2006. Disponível em: <http://alanepb.org/downloads/osterne_18.pdf> Acesso em 30 de Março de 2012.

CARNEIRO, Mário Vinícius. **Treze Futebol Clube**: 80 anos de história. João Pessoa / PB: União, 2006.

CARNEIRO, Ruy. Depoimento prestado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas), em março de 1977, Rio de Janeiro. (transcrição digitalizada). Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista239.pdf>> Acesso em 30 de Março de 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como Representação. IN: **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, nº. 11 (5), 1991. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>> Acesso em: 20 de Janeiro de 2010.

CITTADINO, Monique. **Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba - 1966-1971)**. In: Saeculum- Revista de História, ano 13, n. 16 (2007) João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun.2007. (p.47-57).

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Do Limousin às Culturas Sensíveis. IN: RIOUX, Jean Pierre. et all. **Pour une histoire culturelle**. Lisboa, Editora Estampa Lda, 1998.

DANTAS, Ana Carolina de Carvalho Lopes. **Sanitarismo e Planejamento Urbano: A trajetória das propostas urbanistas para Natal entre 1935 e 1969**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal / RN: 2003.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**, 2 vol. João Pessoa: A União, s/d.

DRUMOND, Maurício. **Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação**. Estudos Históricos. Vol.22 no.44 Rio de Janeiro July/Dec. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862009000200005>>

FALCON, Francisco José Calazans. **Moderno e Modernidade**. IN: RODRIGUES, Antonio Edmilson M. Rodrigues; FALCON, Francisco José Calazans. **Tempos Modernos: Ensaio de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FIGUEIREDO JR. Paulo Matias. **Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do município (1910-1960)**. 2000. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GALDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Imagens Literárias da Educação em Campina Grande (1907-1957)**. Alpharrábios: revista do curso de História, vol.2, nº1. 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/IMAGENS_LITERARIAS.pdf> Acesso em 20 de Junho de 2011.

GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In _____ **O Saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 249-356.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **O Caminho das Águas de Campina Grande**. Coleção Um Novo Tempo. João Pessoa / PB: União, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: - **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo. In ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, Maria Stella. (Org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001, p. 227-260.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias paraibanas**: 1985-1945. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

_____. **Ouvindo e Narrando**: memória e história de um bairro operário de Campina Grande-PB. 20--? (Sem mais referências).

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

JOFFILY, José. **Entre a Monarquia e a República**: Idéias e Lutas de Irenêo Joffily. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1982.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê. Editorial, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Cidade: os cantos e os antros**. São Paulo, EDUSP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERFIL do Município. Prefeitura Municipal de Campina Grande. 1984.

MARTINS, Ana Luzia. **República: Um Outro Olhar.** (Repensando a História) São Paulo: Contexto, 1997.

MARIZ, Celso. Campina Grande de ontem e de hoje. Lido na Sede da União de Moços Católicos, em 24 de novembro de 1940, in: _____ **Cidades e Homens.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MARIZ, Celso. **Cidades e Homens.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MELO, José Otávio e RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba Conquista, Patrimônio e Povo.** 2ª ed. João Pessoa, Edições Grafset, 198-?.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas.** Revista de História, São Paulo, n.115 (Nova Série), julho-dezembro de 1983, p.103-117.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e Cultura Material:** documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n.21, 1998-1.

MONTENEGRO, Rosilene: História política e imaginário de progresso em Campina Grande nos anos 50. **Saeculum:** Revista de História. No 10, Janeiro/Julho 2004 - João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum10_art04_montenegro.pdf> Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisada.** São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Antônio Pereira de. **Di Versos:** o sabor da rima. Campina Grande: EPGRAF, 198?.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A formação do urbanismo moderno no Brasil:** as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 1, n. 1, 1990. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/308>> Acesso em: 23 de Janeiro de 2012.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito:** sanitarianismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na historia.** tradução de Neil R. da Silva.- Belo Horizonte : Itatiaia, 1965.

NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON:** A imagem da mulher no Estado Novo (1937 - 1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplinando Espaços: Construindo a Modernidade em Campina Grande no Início do Século XX.** Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1997.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **“Fora da higiene não há salvação”**: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003– Semestral. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme> Acesso em 18 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder.** Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade)

PECHMAN, Robert Moses. **Olhares Sobre a Cidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In LE GOFF, Jacques (org.) **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.177-213.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, nº. 16, p. 279-290, 1995.

_____ **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX.** Estudos Urbanos. Série Arte e Vida Urbana. São Paulo / SP: Hucitec, 1997.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da História de Campina Grande.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

_____ **Mais um mergulho na história campinense.** Campina Grande: Edições Caravela, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais:** arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **A cidade como objeto da historiografia.** sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [21]; João Pessoa, jul./ dez. 2009.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas:** tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82 jan./dez. 1996 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf>> Acesso em: 26 de Abril de 2011.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Hortêncio de Souza. **Vultos e Fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979.

ROCHA, Antonio Penalves. **F. Braudel: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.3 p.239-249 jan./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a20v3n1.pdf>> acesso em: 05 de maio de 2011.

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais: nascimento do consumo (sec. XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918**. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE. Palestra proferida, no Rotary Club de Campina Grande pelo engenheiro José Fernal. João Pessoa / PB: Departamento de Publicidade e Propaganda da Paraíba, 1938.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. Martha Maia Falcão de Carvalho, Morais Santana. João Pessoa.

SANTOS, João Marcos Leitão; et al. **1930 - A Revolução que mudou a história do Brasil**. Campina Grande / PB: EDUEPB, 2007.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Domando águas: salubridade e ocupação do espaço urbano de São Paulo, 1875 – 1930**. São Paulo: Alameda, 2011.

SCHALLENMUELLER, Chistian Jecov. **Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)**. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2011.

SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife Antigo**. Coleção Brasil que não conhecemos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: s/e, [19?], (Edição Eletrônica). Acesso em 20 de junho de 2011.

SILVA, Jean Patrício da. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba: o argemirismo e o ruysmo (1937-1945)**. Anais do XIII Encontro Estadual de História. Guarabira, PB: Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Jean%20Patr%C3%ADcio%20da%20Silva%20TC.PDF> Acesso em 30 de Março de 2012.

_____. **Práticas Políticas Durante a Interventoria Ruy Carneiro: o Populismo em Solo Paraibano (1940 – 1945)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de

História – ANPUH - São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308091418_ARQUIVO_ARTIGOPRATICASPOLITICASDURANTEAINTERVENTORIARUYCARNEIROUSP.docx2%284%29.pdf> Acesso em 30 de Março de 2012.

SILVA, Salomão Anselmo. **Gerencia de um programa sistemático de pesquisa com lagoas de estabilização tratando esgotos domésticos:** experiência no nordeste do Brasil. Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saneamento – PRODESAN. Campina Grande /PB: Universidade Federal da Paraíba, Janeiro de 1986.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **A “mão negra” do destino:** presença da peste bubônica em Campina Grande (1912). Anais do XII Encontro Estadual De História Do Ceará: História: práticas culturais e políticas públicas. 2010. Disponível em: <http://ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st14/Azemar.pdf> Acesso em 30 de junho de 2011.

_____ **Corpos Hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924). Dissertação de Mestrado UFPB – João Pessoa, 2011

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. **Cartografias e imagens da cidade:** Campina Grande 1920-1945. Tese (Doutorado) - Departamento de Historia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

_____ Campina Grande: Cartografias de Uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História.** vol.23 nº. 46, São Paulo, 2003. (editoração eletrônica).

_____ Territórios de confronto. In: Ó, Alarcon Agra do, et all. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural.** 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e de Morte:** fatos e personagens da história de Campina Grande (1945 / 1953). Brasília: Senado Federal, 1982.

_____ **Nacionalismo & Coronelismo:** fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954 / 1964). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____ **Da revolução de 30 a queda do Estado Novo:** fatos e personagens da historia de Campina Grande e da Paraíba (1930/1945) / Josue Silvestre. - Brasilia : Senado Federal, 1993.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo:** Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEBER, Eugen. **França, fim de Siécle.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FONTES PRIMÁRIAS

A Imprensa, 21 de Novembro de 1912

A União, 9 de novembro de 1927.

Anuário de Campina Grande de 1925. Gráfica do Jornal do Comércio.

Brasil Novo, 14 de Março de 1931

CARTA de Cícero Cruz à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. 19 de Dezembro de 1939. Caixa 27, vol. 548. Funesc.

CARTA do sr. Carlos Granvile . In Voz do Dia, 06 de Junho de 1945

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA J. LIMA E CIA. 23 de Outubro de 1939. Caixa 27, vol. 548. Funesc.

DECRETO/LEI nº 67 de 18 de Maio de 1940. Caixa 27, vol. 548. Funesc

DECRETOS do ano de 1938, Arquivo Público do Estado, Caixa 27, vol. 548. Funesp.

Diário da Borborema, 16 de Julho de 1958; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 35

Gazeta do Sertão, 28 de novembro de 1890

João Suassuna. Mensagem apresentada pelo presidente do estado da Paraíba à Assembléia Legislativa, na abertura de sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 1 de outubro de 1926

João Suassuna. Mensagem apresentada pelo presidente do estado da Paraíba à Assembléia Legislativa, na abertura de sua 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 1 de outubro de 1927

Jornal de Campina, várias edições do ano de 1952.

LEI n. 362, de 24 de Março de 1953. Título VII - "das águas". Prefeitura Municipal de Campina Grande: Recife: Imprensa Industrial, 1955; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 80

LIVRO DE ATAS das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata. N.13/1952, de 24 de Julho de 1952, p.26, Apud: ARAÚJO, 2009, p. 40

LIVROS DE ATAS das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação Comercial de Campina Grande. Ata nº 52/1958; p.79-80, 05 de Abril de 1958; Apud: ARAÚJO, 2010, p. 43

O Campina Grande, 06 de junho de 1909

O Cruzeiro, 10 de Dezembro de 1938.

O GLOBO, 28 de Setembro de 1952

O Século, 23 de janeiro de 1929

O Século, 3 de novembro de 1928.

OFÍCIO 1003, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 30 de Setembro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

OFÍCIO 175, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 07 de Fevereiro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

OFÍCIO 2025, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 12 de Novembro de 1941, Caixa 27, vol. 548, Funesc.

OFÍCIO 290, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 06 de Março de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

OFÍCIO 849, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 06 de Agosto de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

OFÍCIO 869, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 11 de Agosto de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

OFÍCIO 975, Repartição de Saneamento de Campina Grande, 22 de Setembro de 1941, Caixa 27, vol. 548. Funesc.

PROJETO de Portaria. 03 de Setembro de 1941. Caixa 27, vol. 548. Funesc.

Semanário Oficial, várias edições entre 1952 e 1953.

SOLICITAÇÃO do Colégio Diocesano Pio XI ao Inventor Estadual, requerendo verbas para instalações sanitárias. 19 de Dezembro de 1940. Caixa 27, vol. 548. Funesc.

SUPLEMENTO do jornal Voz da Borborema, 09 de Março de 1939.

Voz da Borborema, várias edições entre os anos de 1936 e 1939.

Voz do Dia, várias edições do ano de 1945.